UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
LINHA DE PESQUISA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Liza Bilhalva Martins da Silva

LAGOAS DE MULHERES:
pescadoras embarcadas e Educação Ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul

Rio Grande
Rio Grande do Sul – Brasil
2022

Liza Bilhalva Martins da Silva

LAGOAS DE MULHERES:
pescadoras embarcadas e Educação Ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande para obtenção do grau de Doutora em Educação Ambiental. Orientador: Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli.

Rio Grande
2022.

Ficha Catalográfica

S586l Silva, Liza Bilhalva Martins da.
Lagoas de mulheres: pescadoras embarcadas e Educação Ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul / Liza Bilhalva Martins da Silva. – 2022.
270 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2022.
Orientador: Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli.

1. Mulheres na pesca 2. Pesca embarcada artesanal 3. Educação Ambiental 4. Fundamentos da Educação Ambiental 5. Antropologia I. Adomilli, Gianpaolo Knoller II. Título.

CDU 504:37(816.5)

Catalogação na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

FURG
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ATA DE DEFESA DE TESE Nº 09/22

No decimo segundo dia de setembro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se a 9ª defesa de tese do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental em 2022, nível doutorado, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, online <hhttps://meet.google.com/bye-yjde-jty> cuja Banca, devidamente homologada pela Comissão de Curso do referido Programa, foi constituída pelos(as) professores(as): Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli (PPGEA/FURG), Prof.ª Dr.ª Lucia de Fatima Socoowski de Anello (PPGEA/FURG), Prof.ª Dr.ª Tamires Podewils (PPGEA/FURG), Prof.ª Dr.ª Isabel Cristina de Moura Carvalho (PPGE/UFMG), Prof.ª Dr.ª Edna Ferreira Alencar (PPGSA/UFPA) e Prof.ª Dr.ª Luceni Medeiros Hellebrandt (IFRO - Campus Cacoal.), para arguir da doutoranda Liza Bilhalva Martins da Silva. Após a apresentação da tese intitulada *"LAGOAS DE MULHERES: pescadoras embarcadas e educação ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul"* e a arguição dos avaliadores seguida de defesa, a Banca reuniu-se e considero trabalho aprovado,emitindo o parecer a seguir: trabalho aprovado com recomendação para publicação.
Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros componentes da Banca de Arguição.

gov.br Documento assinado digitalmente
GIANPAOLO KNOLLER ADOMILLI
Data: 10/10/2022 11:18:12-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
(PPGEA/FURG)

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIA DE FATIMA SOCOOWSKI DE ANELLO
Data: 15/10/2022 19:04:40-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Prof.ª Dr.ª Lucia de Fatima Socoowski de Anello
(PPGEA/FURG)

Documento assinado digitalmente
gov.br
TAMIRES LOPES PODEWILS
Data: 10/10/2022 17:16:56-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Prof.ª Dr.ª Tamires Podewils
(PPGEA/FURG)

ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO:00153371706

Assinado de forma digital por ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO:00153371706
Dados: 2022.10.10 11:45:27 -03'00'

Prof.ª Dr.ª Isabel Cristina de Moura Carvalho
(PPGE/UFMG)

Prof.ª Dr.ª Edna Ferreira Alencar
(PPGSA/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUCENI MEDEIROS HELLEBRANDT
Data: 10/10/2022 12:43:40-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Prof.ª Dr.ª Luceni Medeiros Hellebrandt
(IFRO - Campus Cacoal.)

Às pescadoras, mulheres guerreiras de todas as águas.

À minha filha Laura, e às novas gerações de mulheres.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi tecida como se tece uma rede de pesca. Cada fio que se entremeia no outro representa todas, todos e todes, entidades e instituições que junto comigo estiveram presentes e contribuíram para que a trama deste trabalho se tornasse possível. A rede então foi tecida.

Inicialmente agradeço profundamente a todas as pescadoras, visibilizadas no decorrer desta tese, e às suas famílias, que me receberam como se recebe uma amiga de longa data, me pegaram pela mão e me ensinaram a vida na pesca pela vivência da mulher pescadora. Agradeço em especial às pescadoras Márcia Pereira de Souza, Beta Helena da Matta, Michele Martins Pedroso, Roselein Dias, Rozi Souza e Alessandra Braga, que compartilharam comigo, alegrias, angústias, dificuldades, questionamentos e experiências, ensinando-me a cada dia, nesses quatro anos de pesquisa, as habilidades e os desafios de ser mulher neste mundo tão hostil. Obrigada, vocês são força e inspiração para mim.

A todos os outros, humanos e não humanos da pesca que tive a oportunidade de me aproximar, conhecer e interagir durante a pesquisa, aprendendo diariamente com todos eles – em especial com as lagoas, peixes, camarões, ventos e marés que me ensinaram a sensibilidade de uma corresponsividade possível e transformadora.

Muito especialmente ao Gianpaolo Adomilli, mestre e amigo; competente, comprometido não só com seu ofício, mas com aquelas e aqueles que o cercam. Sua orientação atenta e pautada pelo respeito e entusiasmo, soube entender meu percurso, aliando-se às minhas decisões e valorizando minhas escolhas. Acredito que conseguimos, como resultado, um trabalho ético e comprometido com um futuro melhor.

Ao PPGEA/FURG, que me acolheu de forma tão carinhosa e receptiva, e cuja coordenação sempre foi extremamente compreensiva e parceira às minhas demandas, em especial agradeço às professoras Narjara Garcia, Simone Freire e Tamires Podewils. Agradeço as trocas e aprendizados que levo comigo nesta tarefa de compreender o encontro da Antropologia com a educação como potencialidade forte para a Educação Ambiental que acreditamos.

Ao NECO/FURG - Núcleo de Estudos Saberes Costeiros e Contra-Hegemônicos pelas leituras oportunizadas e trocas realizadas com todas, todos e

todes colegas que fazem parte deste importante espaço. Com certeza as discussões e provocações instigantes e enriquecedoras contribuíram enormemente para a construção desta tese.

Ao grupo de estudos Gênero e Pesca, criado e coordenado pela colega Luceni Hellebrandt e composto por pesquisadoras de muitos estados brasileiros, as quais me proporcionaram um salto teórico no aprendizado sobre as mulheres na atividade pesqueira no Brasil.

Às professoras Miriam Pillar Grossi e Rejane Jardim, por terem me iniciado nos estudos de gênero e teoria feminista.

À amiga e colega Marta Bonow Rodrigues, por estar sempre comigo, parceira nas discussões, trocas e força nas horas mais difíceis, sobretudo, pela grande ajuda na formatação desta tese.

Ao amigo e colega Ederson Silva, que desde o início deste percurso de doutoramento acreditou nesta pesquisa e com muita paciência me acolheu, me ensinou e me fez parte no caminho da luta social e política de pescadoras e pescadores da pesca artesanal do RS.

À minha família, especialmente minha filha, minha mãe e meu pai pelo amor, carinho, apoio e compreensão sempre dedicados a mim.

A Moizés Vasconcellos, pelo carinho e apoio durante esta tese, sobretudo, no trabalho de campo, se fazendo assistente, fotógrafo e motorista nesta empreitada.

Às amigas e amigos pela amizade, apoio, indicações, escutas, vibrações e conselhos durante a pesquisa. São muitos e eles sabem quem são, mas em especial, não poderia deixar de citar Flávia Borges, Irian Gill e Roberto Ribeiro.

Ao amigo e fotógrafo Nauro Júnior pela interlocução e cessão de direito de uso de algumas das imagens utilizadas na tese.

À equipe da Oceana, na pessoa da Míriam Bozzetto, que viabilizou minha participação nas reuniões do setor pesqueiro do RS, oportunidade em que conheci, aprendi e estreitei laços de amizade e de luta com pescadoras e pescadores.

Finalmente, à CAPES, por ter fomentado e possibilitado o desenvolvimento desta pesquisa, proporcionado um exercício intelectual, afetivo, emocional e transformador por meio da prática científica que me foi oportunizada.

A todes, meu muito obrigado!

Uma coisa é a gente conversar, e outra coisa é na prática, na realidade, participando, ajudando. Tu pegou sol, tu pegou vento, tu pegou chuva, fomos de dia, viemos de noite. Tu viu como é a coisa. Eu acho que toda pesquisa era para o pesquisador ou a pesquisadora ir junto e ver realmente a realidade ali, é uma coisa muito boa, é uma coisa que a gente pode aprender e pode ensinar também. Tu indo fazer essa pesquisa comigo, eu passei a pensar e enxergar de outra forma, de outro jeito. Eu aprendi muita coisa, ensinei pra ti, mas aprendi muito também. (Márcia Souza, pescadora de Pelotas e interlocutora desta pesquisa, 2020)

Ao olhá-lo de cima para baixo e observar o que me parecia ser uma grande boca que recebia violentamente água de quatro direções, e que vindo de quatro direções se encontrava no centro, eu só consegui pensar, antes de projetar meu corpo para cair dentro da embarcação: não adianta saber nada! (Fragmento do livro Mulheres e o mar: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil de Rose Mary Gerber, 2015)

O patriarcado é pétreo. O feminismo, como o oceano, é fluído, poderoso, profundo e tem a complexidade infinita da vida; move-se em ondas, correntes, marés e às vezes em tempestades furiosas. Tal como o oceano, o feminismo não se cala. (Fragmento do livro Mulheres de minha alma de Isabel Allende, 2021)

RESUMO

Esta tese, vinculada à linha de pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental, foi realizada com pescadoras embarcadas da pesca artesanal lagunar no sul do Rio Grande do Sul, mais precisamente no estuário da Lagoa dos Patos e na Lagoa Mirim. Entendendo a Antropologia e a educação como áreas congruentes, procurei observar participando profundamente da vida dessas mulheres com o objetivo central de aprender como se tornam pescadoras, e como aprendem e ensinam a ser engajadas em seus ambientes e diante dos conflitos socioambientais que as impactam. Pesquisar com pescadoras embarcadas significou romper com a ideia de pesca de captura como uma atividade exclusivamente masculina, uma vez que as interlocutoras são mulheres que trabalham diariamente capturando diversas espécies de pescado a bordo de embarcações e dominando técnicas variadas de acordo com o tipo de pescaria que se realiza. Para que esta perspectiva fosse alcançada, esta tese foi orientada pelas epistemologias ecológicas, sobretudo, de Tim Ingold (2011), e epistemologias feministas decolonial e interseccional. Ao assumir tais perspectivas, pesquisadora e pescadoras seguiram juntas, através da experiência, os fluxos e influxos dos processos educativos. Este movimento resultou na compreensão de que se tornar pescadora embarcada faz parte de um processo que acontece na continuidade da vida. É fazer-se continuamente na relação com humanos, não humanos, elementos, eventos e imprevisibilidades da natureza e da pesca, mas também é, sobretudo, fazer-se na costura entre trabalho doméstico e trabalho na pesca, lidando com a sobrecarga e enfrentando o preconceito, a desvalorização e o não reconhecimento da mulher pescadora. A pesquisa também revelou que os conflitos socioambientais que as atravessam acabam por forjá-las, impulsionando-as à luta, à liberdade, à organização social e à transformação pela via da educação, em direção à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente equilibrada. A partir desta experiência antropológica e educativa com as pescadoras, esta tese buscou, então, construir pesquisa, teoria e prática pedagógica – nomeada como Educação Ambiental – atenta para a horizontalidade nas relações e no conhecimento, promovendo assim, o encontro entre academia e comunidade; entre o saber científico e o saber local/cultural; entre a teoria feminista, a Educação Ambiental e o mundo das pescadoras embarcadas na busca por justiça ambiental, equidade de gênero e educação contra-hegemônica.

Palavras-chave: Mulheres na pesca. Pesca embarcada artesanal. Educação Ambiental. Fundamentos da Educação Ambiental. Antropologia.

ABSTRACT

This thesis, linked to the Fundamentals of Environmental Education research line, was carried out with embarked fisherwomen from artisanal lagoon fishing in the south of Rio Grande do Sul, more precisely, in the estuary of Lagoa dos Patos and Lagoa Mirim. Understanding anthropology and education as corresponding areas, I tried to observe by deeply participating in the lives of these women with the central objective of learning how they have become fisherwomen, and how they've learned and taught to be engaged in their environments and in the face of the socio-environmental conflicts that impact them. Researching with embarked fisherwomen means breaking with the idea of Capture Fishery as an exclusively male activity, since the interlocutors are women who work daily catching different species of fish, aboard boats, mastering different techniques according to the type of fishing that takes place. In order to achieve this perspective, this thesis was guided by ecological epistemologies, especially by Tim Ingold (2011) and decolonial and intersectional feminist epistemologies. By assuming such perspectives, researcher and fisherwomen followed together, through experience, the flows and inflows of the educational processes. This movement resulted in the understanding that becoming a fisherwoman is part of a process that takes place in the continuity of life. It is to continuously make oneself in the relationship with all beings, human and non-human, elements, events and the unpredictability of nature and fishing activities, but it is also, above all, to make oneself in the seam between domestic work and work as a fisherwoman, dealing with overload and facing prejudice, devaluation and non-recognition of the fisherwoman. This research also revealed that the socio-environmental conflicts that they experience end up forging them, driving them to fight, freedom, social organization and to transformation, through education, towards the construction of a fairer, egalitarian and environmentally balanced society. From this anthropological and educational experience with the fisherwoman, this thesis sought to build research, theory and pedagogical practice - named as environmental education - attentive to horizontality in relationships and knowledge, promoting the meeting between academia and community; between scientific knowledge e local/cultural knowledge; between feminist theory, environmental education and the world of the embarked fisherwoman, in the search for enviromental justice, gender equity and counter-hemegonic education.

Keywords: Woman in fishing. Artisanal embarked fishing. Environmental Education. Fundamentals of Enviromental Education. Anthropology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Lagoas dos Patos e Mirim: delimitação das áreas da pesquisa.....76

Figura 2: Mapa do estuário da Lagoa dos Patos e as localidades pesquisadas (Z-3 Pelotas e Z-2 Quinta Secção da Barra/ SJN.....78

Figura 3: Mapa da lagoa Mirim e das localidades pesquisadas (Z-25 Jaguarão e Z-16 Santa Vitória do Palmar).....84

Figura 4: Alessandra na Divinéia da Z-3.....88

Figura 5: Equipe do NEPEC e as pescadoras caminhando pela Z-3.....92

Figura 6: Alessandra e Adriana no CAVG.....93

Figura 7: Alessandra dirigindo a embarcação.....95

Figura 8: Alessandra, na safra do camarão com o marido. 96

Figura 9: Betinha com o filho no colo, a mãe e a irmã. 97

Figura 10: Rua da comunidade com crianças jogando Taco 99

Figura 11: Vista da direção da casa para a lagoa. 100

Figura 12: Na casa de Marta com Betinha e o filho.....103

Figura 13: Anchova sendo descarregada do barco.....105

Figura 14: Procissão encontra as águas. 106

Figura 15: Rozi a bordo na lagoa Mirim.....107

Figura 16: Bairro onde vivem as pescadoras. Uma única rua que os leva a Lagoa Mirim. 108

Figura 17: Sanga com os barcos. 109

Figura 18: Rozi e o irmão na pesca da traíra e da tainha.....111

Figura 19: Márcia a bordo da embarcação na lagoa. 112

Figura 20: Márcia e os netos organizando a embarcação para a saída.....115

Figura 21: Michele na pesca da tainha na Lagoa Mirim.....117

Figura 22: Pescadora Michele na matéria especial da ZH.....118

Figura 23: Matéria da Zero Hora pelo jornalista Eduardo Cecconi.....118

Figura 24: Roselein na sede da Colônia em sua mesa de trabalho.....120

Figura 25: Michele no barco na pesca da traíra.....121

Figura 26: Maria da Graça Borges Prado.....126

Figura 27: Viviane Machado Alves.....127

Figura 28: Venina dos Santos Morais.....128

Figura 29: Latifeh Alvez Aziz.....129

Figura 30: Ana Baptistone.....130

Figura 31: Dulcinéia dos Santos Vieira.....131

Figura 32: Elisangela do Amaral Rodrigues.....132

Figura 33: Salomar Silva do Canto.....133

Figuras 34, 35, 36 e 37: Barco pronto para a travessia, na sanga; Acomodações internas do barco, cozinha e camas; Márcia e o espaço das camas na embarcação; Márcia e a pescadora Paula no acampamento de pesca.....143

Figuras 38 e 39 - Márcia cozinhando no acampamento, e puxando rede.....143

Figura 40: Márcia na embarcação de trabalho (bateira ou caíco).....144

Figuras 41, 42 e 43: Betinha e o pai arrumando a embarcação; com o irmão na embarcação; em casa com o filho.....146

Figuras 44, 45, 46 e 47: Michele conduzindo a embarcação; Michele se posicionando para lançar as redes; Michele lavando roupa na lagoa; Michele com a caixa de peixes.....147

Figura 48: Pescadoras e pescadores no trabalho conjunto de despescagem no acampamento.....155

Figura 49: Pescadoras preparando a janta no acampamento.....156

Figura 50: A pesquisadora no acampamento lavando a louça.....156

Figura 51: Mapa da localização da pescaria do camarão.....171

Figura 52: Márcia carregando as redes aviãozinho.....173

Figura 53: Márcia e a irmã Daís colocando as redes no caíco.....173

Figura 54: Carregando as malas e redes para a embarcação/casa.....174

Figura 55: Embarcação/casa, espaço interior.....174

Figura 56: Embarcação/casa espaço exterior.....175

Figura 57: Paisagem da lagoa com as andanas, redes, barcos e pescadores(as)....178

Figura 58: Embarcação/casa, vista das andanas.....180

Figuras 59 e 60: Márcia na preparação dos fios de luz e no caíco com as redes.....181

Figura 61: Márcia prendendo a rede no calão.....182

Figuras 62 e 63: Márcia fixando as redes.....183

Figura 64: Márcia preparando a janta.....184

Figura 65: Vista da lagoa ao anoitecer com as luzes da pesca do camarão.....184

Figura 66: Márcia no caíco puxando a rede aviãozinho.....186

Figuras 67 e 68: Márcia no caíco puxando a rede aviãozinho e retirando o camarão.....186

Figura 69: Barraca dentro da embarcação, local onde se dorme e se prepara as refeições.....189

Figuras 70 e 71: Imagens do acampamento da Márcia em terra.....189

Figura 72: Cachorro Califa da pescadora Márcia no acampamento de pesca.....190

Figura 73: Mãos de Márcia fazendo o nó nas cordas das andanas. Pesca do camarão.....194

Figura 74: Márcia puxando a rede do camarão.....195

Figura 75: Liane, irmã da Márcia e a filha na lagoa Mirim.....195

Figura 76: Pescadora na pesca da viola.....196

Figura 77: Rozi e dois homens no barco. Lagoa Mirim.....201

Figura 78: Paula e Roberval. Lagoa Mirim.....202

Figura 79: A pesquisadora no barco ao lado da pescadora na pesca do camarão na Lagoa dos Patos.....205

Figura 80: A pesquisadora no barco ao lado da pescadora.....206

Figura 81: Quadro com a foto e frase de Simone de Beauvoir.....211

Figura 82: Márcia na embarcação na pesca do camarão no estuário da Lagoa dos Patos.....213

Figura 83: Betinha em sua casa exibindo os documentos.....234

Figura 84: Documentos de pesca de Betinha.....235

Figura 85: Banner exposto nas reuniões do setor pesqueiro do RS.....235

Figuras 86 e 87: Roselein Presidente da Colônia de Pescadoras de Jaguarão; Rozi Souza, Presidente da Associação dos Pescadores de Santa Vitória do Palmar.....239

Figura 88: Encontro do setor pesqueiro gaúcho.....245

Figura 89: Márcia falando para o grupo em uma das dinâmicas de trabalho.....247

Figura 90: Viviane no microfone e outras companheiras nas dinâmicas pedagógicas do grupo.....247

Figura 91: Ana no microfone com outras companheiras na dinâmica pedagógica do grupo.....248

Figura 92: Pescadores e pescadoras nas reuniões do setor.....249

Figura 93: Mesa composta pelas mulheres na reunião do setor.....251

Figura 94: Mulheres na reunião do setor.....251

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CONGAPES	Conselho Gaúcho de Aquicultura e Pesca Sustentável
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EA	Educação Ambiental
FAO	Organização da Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICF	Coletivo Internacional de Apoio aos Pescadores e à Pesca
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MONAPE	Movimento Nacional de Pescadores
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NIGS	Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades
ONG	Organização Não Governamental
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP	Registro de Pescador Profissional
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
STF	Supremo Tribunal Federal
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 19

1.1. Navegar em outras lagoas: Trajetórias de aprendizados para o encontro com a pesca artesanal e com a Educação Ambiental (percurso acadêmico) 23

1.2. De onde eu falo e escrevo: Epistemologias Feministas Decoloniais, Interseccionais e Ecológicas 29

2. CAPÍTULO I – PESQUISAR E PESCAR*:* CORRESPONSIVIDADES POSSÍVEIS 38

2.1. Antropologia e educação para além de interfaces: potencialidades para a Educação Ambiental 38

2.1.1. Antropologia como educação 40

2.1.2. A favor da correspondência antidisciplinar 44

2.1.3. Por uma Educação Ambiental "fora da caixa" 47

2.2. Pesca no Brasil e mulheres na atividade pesqueira: comunhão e variação na formação de um campo de pesquisa 51

2.2.1. A constituição do campo de pesquisa Pesca no Brasil – comunhão e variação como constituidoras do processo educacional 54

2.2.2. A constituição do campo de pesquisa Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma onda feminista sobre a pesca 60

3. CAPÍTULO II – *"SE TU QUERES APRENDER, TENS QUE VIR AQUI":* OS CAMINHOS DO TRABALHO ANTROPOLÓGICO 72

3.1. As lagoas: territórios de existência 78

3.1.1. Estuário da Lagoa dos Patos: vulnerabilidade do território e das mulheres 80

3.1.2. Lagoa Mirim: os impactos ambientais sobre o território pesqueiro e sobre as mulheres 86

3.2. O encontro com as pescadoras e com seus ambientes lagunares: relatos de um percurso 89

3.2.1. Ainda com os pés na terra na Z-3 em Pelotas (estuário da Lagoa dos Patos): encontro com Alessandra 90

3.2.2. Onde a lagoa encontra o mar na Quinta Secção da Barra de São José do Norte (estuário da Lagoa dos Patos): encontro com Betinha 97

3.2.3. O Porto de Pindorama em Santa Vitória do Palmar (Lagoa Mirim): o encontro com Rozi 107

3.2.4. Uma família de pescadoras entre Santa Vitória do Palmar Z-16 (Lagoa |Mirim) e Pelotas Z-3 (Lagoa dos Patos): o encontro com a paradigmática Márcia 112

3.2.5. Nas águas de Jaguarão: o encontro Michele (Lagoa Mirim) 117

3.3. Mergulhei nas reuniões do setor pesqueiro gaúcho e encontrei muitas pescadoras 124

4. CAPÍTULO III - O MUNDO DAS PESCADORAS EMBARCADAS: RELAÇÃO PESCADORA-TERRA-LAGOA 135
4.1. Do peixe ao prato: aprendizagens e as rotinas diárias 142
4.1.1. Rotinas diárias - Márcia Pereira de Souza 142
4.1.2. Rotina diária – Beta Helena Matta 145
4.1.3. Rotina diária Michele Martins Pedroso 147
4.2. “Sou pescadora, não ajudante de pescador”: sobre estrutura e honra masculina na sociedade capitalista e patriarcal 157
4.2.1. Elas pescam como homens? 160
4.2.2. Elas ajudam na pesca? 161
5. CAPÍTULO IV - AS PESCADORAS NO MUNDO DA PESCA EMBARCADA: APRENDENDO NA PRÁTICA DE FORMA CORRESPONSIVA, BIOCÓSMICA, MULTISSENSORIAL E MULTIESPÉCIE 165
5.1. Saberes para embarcar: o tempo das pescadoras 165
5.2. Pescar e Pesquisar: educando a atenção e aprendendo na prática embarcada de forma multissensorial e multiespécie 170
5.2.1. A viagem 177
5.2.2. Preparando a pesca 181
5.2.3. Embarcações, acampamentos e os cães: vulnerabilidades das mulheres na pesca embarcada 187
5.3. Aprendendo e fazendo a pesca com um corpo feminino no mundo mais que humano 191
5.4. Um corpo feminino que forceja, adoece e não é reconhecido 197
5.5. Corpo de mulher invisibilizada em roupa de homem 200
5.6. Educação e transformação do/no corpo da pesquisadora na prática 203
5.7. Ambiente lagunar: lugar sagrado, perigoso e de liberdade 208
5.7.1. Na lagoa se capturam peixes e liberdade 211
6. CAPÍTULO V - CONHECIMENTOS COMO (RE)EXISTÊNCIAS: DOS CONFLITOS SOCIAMBIENTAIS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTRA-HEGEMÔNICA 215
6.1. Colonialidade de poder e de gênero como gênese das pedagogias decoloniais contra-hegemônicas 217
6.2. Do preconceito à ausência de reconhecimento e acesso a políticas públicas 222
6.3. Ausência na presença: reprodução social x reconhecimento político e social 227
6.4. Movimento das mulheres e a dimensão sagrada dos documentos 232
6.5. O processo político pedagógico: desembarcar para construção de uma Educação Ambiental contra-hegemônica 236
6.5.1. Construção política da mulher pescadora no setor pesqueiro: um embrião para o movimento de pescadoras do RS 243

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 253
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 257

1. INTRODUÇÃO

> A pesca é um verdadeiro desafio e, para nós mulheres, é um desafio duplo (Betinha, pescadora da Quinta do Norte[1]).

Esta é uma tese vinculada à linha de pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental e foi realizada com pescadoras embarcadas da pesca artesanal[2] no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul, mais precisamente, no estuário da Lagoa dos Patos[3] e na Lagoa Mirim[4]. Procurei observar e participar da vida dessas mulheres com o objetivo central de aprender como se tornam pescadoras, e como aprendem e ensinam a ser engajadas em seus ambientes e diante dos conflitos socioambientais que as impactam.

A partir do encontro com elas, os processos de aprendizagem, bem como os enfrentamentos diante das assimetrias socioambientais experienciadas, foram se revelando e, ao mesmo tempo, forjando-me como uma pesquisadora que pesquisa "com" as pescadoras e não "sobre" elas. É sobre esse encontro, e o que se produziu a partir dele, que esta tese vem tratar. Essa intenção, longe de ser despretensiosa, esteve permeada de propósitos: o propósito de viver essa experiência com elas e trazer, através do encontro antropológico e pela escrita etnográfica, contribuições para a efetiva visibilidade das pescadoras e de seus saberes e práticas, a fim de propor com elas a construção de um futuro mais digno, inclusivo, sustentável, justo e democrático.

---

[1] Município de São José do Norte, localidade chamada Quinta Secção da Barra.

[2] O Capítulo IV da Lei 11.959, em seu artigo 8º, classifica pesca como I. Comercial: **a) *artesanal*: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria; podendo utilizar embarcações de pequeno porte**; b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial.

[3] Os **estuários** são ecossistemas costeiros semifechados que possuem ligação livre com o mar e onde a água marinha mistura-se com água doce oriunda das áreas terrestres. **O estuário da Lagoa dos Patos** ocupa uma área de 963,8km² correspondendo, aproximadamente, a um décimo da área total da lagoa. Apresenta um volume de 1,67x10 9m³, sendo um ambiente raso, com profundidade média de 1,74m. Cerca de 76% de sua área tem profundidade inferior à 2m. O estuário tem uma importante função social e econômica para as comunidades que vivem em seus arredores, onde são encontrados muitos pescadores artesanais, algumas indústrias de pescados e um potente pólo industrial. Também, serve como corredor de escoamento fluvial da produção interna do estado e do país através do Super Porto (um dos maiores de exportação da América Latina). (SCHWOCHOW; ZANBONI, 2007).

[4] A **Lagoa Mirim** faz parte do sistema lagunar Patos-Mirim, localizada no sul do Rio Grande do Sul com parte de seu limite fazendo fronteira com o Uruguai. Assentada, sobre a planície costeira, possui uma área aproximada de 3.750 Km2 de área de superfície, destes 2.750 Km2 em território brasileiro e 1.000 Km2 em território uruguaio. No lado brasileiro compreende os municípios de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande em sua margem leste, e os município de Arroio Grande e Jaguarão em sua margem oeste, e as províncias de Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha do lado uruguaio. (PIEDRAS *et al*, 2012).

Falar de pescadoras embarcadas, significa dizer que são mulheres que trabalham diariamente na etapa da captura de diversas espécies de pescado a bordo de embarcações, dominando técnicas variadas de acordo com o tipo de pescaria que se realiza. Entretanto, o trabalho das interlocutoras não se resume somente a essa etapa, é importante enfatizar que atuam, de modo geral, em toda a cadeia produtiva da pesca artesanal lagunar, que por sua vez, abarca captura, despescagem, processamento, beneficiamento e comercialização do pescado, bem como o reparo das redes de pesca e a manutenção das embarcações. Muitas delas ainda dominam noções de mecânica e navegação e, para além do espaço das águas, elas, ainda em terra, dão conta das atribuições domésticas, para que a família e a pesca aconteçam, se mantenham e se reproduzam.

Essa realidade me fez perceber que, quando pesquisamos com pescadoras embarcadas, há uma mudança de perspectiva naquilo que comumente aprendemos, vimos ou lemos sobre pesca no Brasil e no mundo: mulheres trabalhando exclusivamente em terra e os homens no mar. Quando olhamos para as embarcadas, esses espaços se misturam, essas fronteiras se diluem, há, de certa forma, uma fluidez das atividades e, assim, as relações e desafios socioambientais que essas mulheres estabelecem extrapolam para as águas (lugar designado aos homens). Diante disso, essa especificidade de pescadoras trabalhando nas águas em embarcações me provocou a pensar, não somente o mundo da pesca para as pescadoras embarcadas, mas, sobretudo, as pescadoras embarcadas no mundo da pesca. Segui os ensinamentos de Rose Gerber (2015), que diz que, para se compreender a pesca para a pescadora, é fundamental compreender a mulher na pesca.

Fiz isso a partir do encontro entre as áreas da Antropologia e da Educação Ambiental, esses dois campos do conhecimento que estão para além de interfaces: eles são congruentes, considerando que o estudo antropológico, por ser uma forma de viver a vida com as/os outras/os e produzir conhecimento sobre esse encontro, é inteiramente educacional. No fazer antropológico, nunca saímos as/os mesmas/os, pesquisadora e pescadoras se misturam e se afetam, pedagogias emergem. E, nesse sentido, educação e Antropologia, por possuírem propósitos comuns, unem forças e, assim, têm o poder de transformar o mundo através da correspondência e aprendizado de formas variadas de ser e estar no mundo (INGOLD, 2020).

Enfatizo que a pesquisa se alicerçou e foi conduzida na perspectiva de uma Educação Ambiental ética, comprometida com a diferença e com a simetria de conhecimentos e que, portanto, é contrária aos imperativos da modernidade que tendem a legitimar apenas o conhecimento gerado a partir do modelo científico (verdade única) e androcêntrico (produzido por homens). Me inspiro em autoras e autores como Isabel Carvalho (2016), Júlio Duarte, Michèle Sato e Araceli Pazos (2018) e Gianpaolo Adomilli, Martin Tempass e Raizza Lopes (2017), as/os quais têm pensado a pesquisa e a prática em Educação Ambiental a partir de bases simétricas com a/o outra/o, fora da caixa disciplinar e por outros caminhos que estejam na contramão desse movimento desastroso e arrogante que acabou por desvalorizar seres, saberes e práticas em contextos socioculturais e ambientais em que a vida acontece e que têm outras racionalidades e regimes de conhecimento sobre as formas de ser e estar no mundo. Cabe, urgentemente, portanto, a nós pesquisadoras/es e educadoras/es, libertando-nos das amarras do poder hegemônico, questionarmo-nos sobre o que vem a ser o saber, o conhecimento, e como ele move a vida das diversas pessoas que nunca foram escutadas, ou, sequer, percebidas.

Para que essa perspectiva fosse alcançada, esta tese foi desenvolvida a partir das chamadas epistemologias ecológicas (STEIL; CARVALHO, 2014) e epistemologias feministas decolonial e interseccional (CRENSHAW, 1989; GONZALES, 2020; HOOKS, 2019; KERGOAT, 2010; LORDE, 2019; LUGONES, 2014; OYĚWÙMÍ, 2004; SEGATO, 2012; VERGÈS, 2020), as quais se situam dentro de movimentos maiores produzidos tanto nas ciências sociais (viradas ontológicas ou corporais), como pelos movimentos feministas que influenciaram pesquisadoras e educadoras a pensar as condições de opressão e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no mundo.

As decorrências desses movimentos críticos e de luta são bastante radicais e, ao meu ver, extremamente positivas. A ideia de natureza dá lugar a uma multiplicidade de mundos socionaturais, ou de naturezas-culturas, e o foco da atividade de reflexão teórica, finalmente, deixa de estar colocado nas condições de pensamento e de construção da verdade, e passa a ser a compreensão das formas de vida e de suas condições de existência, através da observação e participação.

Por compreender a intrínseca relação entre a produção das injustiças ambientais (ou o “duplo desafio” a que a pescadora Betinha se refere na epígrafe desta introdução) e as bases da epistemologia moderna capitalista, exploratória e

patriarcal é que parto deste *background* para discutir, desde minha experiência de campo, modos de aprender por meio de práticas de mulheres pescadoras embarcadas, situadas em um mundo mais que humano da pesca artesanal. Diante deste movimento e convencida de que este é o caminho para que possamos produzir conhecimento conjunto para uma Educação Ambiental atenta às percepções que nos libertem das amarras das dicotomias modernas ocidentais, tais como cultura e natureza, corpo e mente, sujeito e objeto, as quais acabaram por promover as injustiças socioambientais que vivenciamos, busquei o encontro não somente com as pescadoras, mas através delas, com toda a vida que as circundam, que elas criam e que as constituem. Repudiando uma visão antropocêntrica, capitalista e androcêntrica de relação com a natureza e com as mulheres como sendo somente recursos, procurei compreender os processos de aprendizagem nas diversas perspectivas, incluindo o mundo mais que humano, a partir das vivências das pescadoras. Tive como premissa básica aprender com elas, forjando-me como futura educadora, focada em compreender como elas aprenderam e como continuam a aprender e ensinar engajadas em seus ambientes em profunda transformação. Suas formas de existir e (re)existir.

Nesse encontro dialógico e horizontal, que tanto a Antropologia como a educação revolucionária de Paulo Freire (1992; 1996; 1997) priorizam – embora tragam algumas diferenças em suas proposições – eu e as pescadoras experienciamos a vida juntas, resultando em aproximações de realidades através de processos educativos relacionais. Buscamos, assim, promover o encontro entre academia e comunidade, entre o saber científico e o saber local/cultural, entre a teoria feminista e o mundo das mulheres pescadoras, seus modos de ser e viver em ambientes específicos.

É sobre isso que essa tese vem tratar, reafirmando a proposta de uma Educação Ambiental ética, dialógica, participativa, revolucionária e feminista, que pensa as diferenças e, portanto, faz-se crítica ao modelo hegemônico de racionalidade científica, econômica, de exploração patriarcal e capitalista. Mas como cheguei até aqui? O que me motivou a pesquisar com essas mulheres? Qual o percurso do desenvolvimento intelectual, científico e humano que trilhei? Pensar sobre isso e compartilhar as reflexões nesta escrita, entendo como fundamental, pois nos auxilia a pensar o processo educativo que nos forja como pessoa, mulher e cientista no percurso da vida e, consequentemente, o que fazemos com isso.

1.1. Navegar em outras lagoas: Trajetórias de aprendizados para o encontro com a pesca artesanal e com a Educação Ambiental (percurso acadêmico)

Minha trajetória acadêmica foi se moldando-se de forma plural, sem uma linearidade. Penso que isso diz muito sobre as mudanças e preocupações que vão surgindo e se transformando ao longo do percurso da vida. Tem a ver com os aprendizados e experiências que vamos acumulando. Minha primeira formação foi em Direito, ainda jovem, solteira e com vinte e quatro anos de idade. Passados onze anos, decido estudar Antropologia na Universidade Federal de Pelotas, nesse momento, já casada e com uma filha de oito anos. Faço a graduação e sigo para o mestrado. Mas antes de ingressar na Antropologia, vale contar aqui que tive uma rápida participação no curso de Ciências Sociais da UFSC (momento em que vivi na cidade de Florianópolis/SC), neste curso conheci muitas mulheres - professoras e alunas - que marcaram decisivamente minha trajetória e meu pensamento, uma delas foi a Profª. Drª. Miriam Pillar Grossi, a quem sou imensamente grata.

Participei do NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, da UFSC - por um período de um ano e, neste espaço de encontros e descobertas, fui iniciada nos estudos de gênero, na teoria feminista e na pesquisa coletiva. Posso dizer que foram um marco existencial essas experiências, pois elas provocaram, em mim, um despertar para questões que, embora sentidas, não tinham sido ainda problematizadas, ou sequer reconhecidas. No ano seguinte, mudei-me para cidade de Pelotas e ingressei no Bacharelado em Antropologia.

No mestrado, importante deixar registrado que, cooptada pelos estudos de gênero e instigada através da participação numa pesquisa coletiva[5] da UFPel, desenvolvi uma dissertação sobre masculinidades no pampa sul-rio-grandense. Motivou-me, naquele momento, pensar e compreender como se davam os processos de construção da masculinidade entre campeiros que migraram para os centros urbanos em decorrência do êxodo rural (SILVA, 2014). O aprendizado sobre como me

[5] A pesquisa foi um Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), uma demanda da Prefeitura de Bagé/RS, e foi realizada entre 2010 e 2013, executada pela Universidade Federal de Pelotas (Departamento de Antropologia e Arqueologia), com metodologia e financiamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (através do PAC-Cidades Históricas. O objetivo do INRC foi identificar, documentar e construir conhecimento sobre a "lida campeira" para seu registro como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro. A equipe deste INRC foi composta por antropólogas (os) e historiadores: Flávia Rieth (coordenadora), Liza Bilhalva, Marta Bonow Rodrigues, Daniel Vaz Lima, Marília Kosby, Pablo Dobke, além de colaboradoras (es) nas áreas de arquitetura e urbanismo, Antropologia da imagem e som, geografia e história.

mover em campo, as estratégias às quais tive que recorrer para conseguir estabelecer uma relação com homens mais velhos e vindos de outro contexto, bem como a percepção da condição das mulheres nesse universo, valeu para vida e, sobretudo, para uma pesquisadora em construção.

Imediatamente após ter defendido a dissertação, ingressei como professora substituta no Departamento de Antropologia da UFPel, ministrando, por quase dois anos, aulas para os cursos de Direito, Antropologia e Ciências Sociais. Cada vez que apresentava em sala de aula meu percurso acadêmico e de vida (essas coisas estão totalmente conectadas para mim), um sentimento de dívida parecia me invadir; uma dívida com as mulheres. Confesso que me tornei feminista não faz muito tempo, todas sabemos que esse processo não é fácil, porém necessário. Refletir sobre a minha condição e a de multidões de mulheres neste mundo tão hostil para nós, embora em graus diferentes de opressão e exclusão, soava feito uma sirene dentro da minha cabeça. Percebi que, ao mesmo tempo que crescia a consciência da opressão contra nós mulheres, crescia, também, o sentimento de dívida/falta, como mulher e cientista, de chegar mais perto de outras mulheres, outras realidades, outros viveres e contribuir cientificamente a partir desses encontros.

A preocupação de me aproximar para tentar compreender, ainda que brevemente, o universo masculino da minha região, dava vez, neste momento, para o mundo do feminino e, evidentemente, que essas duas questões estão deveras implicadas. A Profª. Drª. Miriam Grossi sempre destacou o caráter relacional dos gêneros, por isso, sentia-me em dívida. Mas, na verdade, estava no caminho, trilhando passo a passo o processo de aprender a me tornar pesquisadora das ciências humanas, preocupada em entender processos, fenômenos, seres e mundos. Assim, fui me forjando até chegar aqui, no doutorado em Educação Ambiental.

Essa virada de área vai ao encontro desse percurso de trilhar novos caminhos que foram se abrindo na caminhada, e que se mostrou tão instigante e enriquecedora. Juntei minhas motivações como uma cientista feminista com as novas áreas do conhecimento, isso porque venho construindo em mim a ideia de que as “caixinhas”, as categorizações e as separações não nos auxiliam, ao contrário, acabam por nos limitar. Assim, a educação e a Antropologia me pareciam um campo fértil para desenvolver conhecimento, afinal, conforme Ingold (2020) nos diz, a Antropologia não é apenas um assunto a ser ensinado e estudado, ela é, antes, educacional em sua constituição. Fazer Antropologia, é estar num processo educativo contínuo (aprender

como a/o outra/o aprende, faz e vive), e fazer Educação Ambiental, tornar-se educadora, se dá de forma análoga, exige estarmos abertas às novas ideias, processos e saberes, somando conhecimento, e não fragmentando.

Ingressei, então, no doutorado em 2018 e a linha de formação não podia ser outra senão a de Fundamentos da Educação Ambiental. Eu queria, de fato, contribuir para levar a Antropologia para outros campos do saber, não só como método de pesquisa – o tão conhecido e admirável método etnográfico – mas como reflexão teórica com a qual podemos construir e contribuir a partir das realidades que vivenciamos de perto e com as pessoas. Para minha sorte, meu colega de área, o antropólogo Prof. Dr. Gianpaolo Adomilli, fazia parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG, e me apoiou desde o primeiro instante em que compartilhei com ele minhas intenções de pesquisa.

O tema de pesquisa surgiu em mim antes da escolha do Programa para o qual eu pretendia submeter meu projeto, e isso eu só percebi muito tempo depois. Acredito que esse fato me fortalece mais ainda como pesquisadora e mulher. Minha preocupação primeira era conhecer e pensar as condições de diferentes mulheres no mundo, principalmente as do sul global e cobertas pelo manto da invisibilidade, apenas depois, então, veio a reflexão e decisão sobre a área do conhecimento escolhida. Mas com quais mulheres eu iria pesquisar?

Encontrei as pescadoras indo ao encontro delas, mas sem ter a consciência plena desse movimento. Explicarei melhor sobre isso: em nenhum momento da minha trajetória acadêmica, e de vida, eu havia me aproximado da pesca. É interessante esse dado, porque nasci e vivo atualmente na cidade de Pelotas, cidade que se localiza entre águas, rodeada de arroios, rios, canais, lagoas, e muito próxima (cerca de 60 km) do oceano Atlântico. A pesca, aqui, acontece em vários lugares e temos, inclusive, uma Colônia de pesca chamada Z-3; ainda assim, nunca pesquei, nunca havia embarcado e navegado nas águas interiores que rodeiam esse lugar.

Mas a hora havia de chegar e, em abril de 2018, acompanhada por três fotógrafos, um deles, meu companheiro Moizés Vasconcellos, visitei a Ilha dos Marinheiros[6], pequeno lugarejo rodeado por águas no estuário da Lagoa do Patos. A incursão que unia antropóloga e fotógrafos tinha por objetivo conhecer o lugar, quem

[6] A Ilha dos Marinheiros é uma ilha lagunar e distrito do município do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. O distrito está situado nesta ilha, na Lagoa dos Patos, a 32° de latitude sul e 52° 09' de longitude oeste, possuindo uma área total de 39,28 km². O distrito tem cerca de 1400 habitantes.

ali vivia e, obviamente, capturar boas imagens. O lugar é muito interessante e peculiar, uma vez que congrega a produção econômica e social da pesca e da agricultura, atividades que os habitantes alternam, dependendo dos ciclos da natureza. A arquitetura também chama muito a atenção dos forasteiros que buscam conhecer as “casas de latas”, assim chamadas por terem a parte externa revestida por placas de zinco, uma cultura local para proteger as habitações do vento e da maresia da lagoa.

Após muitas fotos e conversas, a maior parte delas com mulheres e crianças que estavam nas casas ou que transitavam nas ruas do lugarejo, finalizamos o passeio à beira da praia, mais precisamente no estaleiro, lugar onde se consertam as embarcações de pesca. Nessa parte da praia, havia várias embarcações de madeira, redes de pesca, caixas de peixes vazias e muitos homens e, em contraste com as ruas do lugarejo, não havia nenhuma mulher. A ausência delas me provocou a pensar: será que existe mulher pescando? Questionei o mestre do estaleiro sobre a existência delas e ele me respondeu com um “não” taxativo e, ainda acrescentou: “elas ajudam em casa com o peixe”.

Para uma pesquisadora feminista obstinada, e aqui uso a palavra não no sentido de teimosa, mas sim de perseverante, que não desiste tão fácil, transformei a inquietação em questão de pesquisa para o projeto de tese, submetido neste Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Afinal, existem mulheres pescando nas águas lagunares no extremo sul do Rio Grande do Sul, mais precisamente, na Lagoa Mirim e na Lagoa dos Patos? Se existem, quem são, como se tornaram o que são e como se mantêm em gerações futuras frente às assimetrias socioambientais? Resta evidente que esta inquietação não veio do nada, ela surge em mim através das experiências que acumulei ao longo da vida como mulher, estudante, bacharela em direito, antropóloga, mãe, futura educadora e tantas outras identidades que possuo, vivendo num mundo marcado pelo apagamento e silenciamento sobre as coisas que as mulheres fazem.

Assim, a Educação Ambiental me pareceu um campo fértil, tanto para meu crescimento pessoal, intelectual e acadêmico, pois estava me lançando para outros campos do conhecimento, quanto para aprender e cumprir minha vontade/dívida de pesquisar com mulheres que são afetadas de forma agressiva pelo sistema exploratório, capitalista, predatório e patriarcal. Sabemos muito bem que as mulheres e a natureza são as mais exploradas, expurgadas e atingidas pela crise socioambiental que vivenciamos. Estava certa, então, que a Educação Ambiental e a

Antropologia, através da observação participante, oportunizar-me-iam viver outras formas de ser e estar no mundo e, enfim, contribuir para a visibilidade de mulheres invisibilizadas e não reconhecidas, além de tratar sobre o efetivo encontro entre o saber científico e o saber local/tradicional/feminino. E eu e elas, portanto, estaríamos no mesmo movimento. Sair da posição de conforto fazia-me querer chegar mais e mais perto das pescadoras, e cheguei, falarei sobre esses encontros exaustivamente nos capítulos que constituem essa tese, mas antes, acho importantíssimo falar do momento em que se deu essa escrita.

Situar a leitora/leitor sobre os aspectos situacionais da escrita, longe de parecer algo sem sentido, tem a ver com como eu entendo a construção do conhecimento. Não aprendemos fora do mundo, aprendemos no mundo e com ele. Moramos eu e minha gata, Lola, companheira durante todos os momentos que incluíam ler, pensar e escrever esta tese. O animalzinho fez muita diferença nesse processo, aprendi com ela, e com o estado quase meditativo próprio dos felinos, que me desesperar não resultaria em nada. Vivemos em um apartamento de quarenta metros quadrados, no terceiro andar de um prédio (rodeado de outros) que faz parte de um condomínio popular na zona norte da cidade. Minhas janelas dão vista para outras janelas, mundinhos enquadrados uns em cima dos outros. Várias realidades, sons, cheiros e rostos. Minha sorte, é que a janela da peça em que montei meu escritório dá para uma linda e enorme palmeira que abriga variadas espécies de pássaros ao entardecer. Aprendi a observar o movimento e horários dos pássaros, já que estávamos, eu e eles, sempre no mesmo lugar e na mesma hora. O som de seus cantos me animava em certos momentos de imenso desânimo. Frio, chuva, sol e muito calor atravessaram meu corpo nesse momento longo de escrita.

Em março de 2020 fomos surpreendidas/os pela crise planetária provocada pela pandemia do coronavírus – Covid-19, uma das maiores catástrofes globais já vividas pela sociedade moderna. Do dia para a noite, fomos compulsoriamente determinadas/os a permanecer em casa, distante do contato com as outras pessoas. Diariamente, assistíamos, atônitas/os, os telejornais que nos despejavam notícias terríveis sobre a velocidade da transmissão do vírus para além-mar, e sobre a situação das pessoas infectadas e os números de mortes pelo mundo. A sensação de medo, angustia e paralização nos atingiu em cheio, onde amigos, parentes e as pescadoras e suas famílias adoeceram, alguns sequer resistiram e, ao mesmo tempo, tivemos que aprender a lidar com tudo isso.

Isabelle Stengers (2013), em *O tempo das catástrofes,* já nos falava sobre como aprender a viver com os desastres, uma vez que, obviamente, era algo anunciado, considerando as práticas que a sociedade moderna capitalista vem exercendo contra a vida na terra, cuja a mirada sabemos que é somente o lucro a qualquer preço. Os danos já vinham sendo atravessados em diversos corpos (humanos e mais que humanos) através de uma série de desastres ambientais ocorridos no Brasil e no mundo nos últimos tempos, mas a pandemia nos mostrou algo mais impactante, se é que isso é possível: o cotidiano do mundo foi alterado, milhões de pessoas mortas e a luz vermelha de alerta entrou em todos os lares e mentes. O que será de nós agora? Será que as coisas algum dia voltarão a ser como antes? Quais mudanças serão necessárias para não vivermos situações como essa?

Pois bem, aprendi a lidar com esse momento me relacionando com ele. Trabalho de campo suspenso, comércio fechado, vida social inexistente, sensação de fim de mundo. Hoje, as coisas estão aos poucos voltando a uma certa “normalidade”, as mortes reduziram, graças ao campo da ciência médica que rapidamente deu conta de desenvolver pesquisas para a descoberta de vacinas que imunizassem a população. Práticas sociais e de higiene foram adotadas, o trabalho de campo pôde ser retomado e finalizado, mas ainda estamos alertas de que, sem os devidos cuidados, a morte pode estar ali, rondando. Para mim, uma educadora ambiental em formação, essa situação gerou uma série de questões que fortaleceram ainda mais minha intenção de realizar um doutoramento na área da educação e vir a ser uma educadora. Precisamos urgentemente aprender com outras formas de viver e se relacionar com as/os outras/os humanas/os, com os seres não humanos e com as coisas e eventos que nos constituem e a nossos ambientes/mundos. As dicotomias que o ocidente criou e ensinou, levaram-nos a esse estado de coisas ou, ao fim das coisas.

Aprendi com os referenciais teóricos com que escolhi trabalhar, sobretudo com as epistemes feministas e ecológicas, que tudo está em relação, e é para esta relação que devemos dar atenção. Quem está fazendo, como está fazendo e em que contexto as coisas estão sendo feitas, são premissas básicas para acompanharmos e compreendermos os processos de aprendizagens. Isabel Allende que, assim como eu, escrevia em março de 2020 seu recente livro *Mulheres de minha alma,* finaliza a obra nos contando sobre a experiência com a pandemia, e diz que, para nós, otimistas (me considero uma pessoa otimista), apesar das dores e tristezas deste momento,

acredita que foi o tranco de que precisávamos para corrigir o rumo, uma oportunidade única de fazer mudanças profundas. Embora tudo tenha começado com uma crise sanitária, diz a autora, é muito mais do que isso, é uma crise de sistema, de governo, de liderança, de relações humanas, de pensamento, de valores e de formas de viver. Mudar o estado das coisas não é tarefa fácil, mas precisa começar, e a educação é a porta de entrada para a mudança do pensamento e a transformação das ações. Eu concordo plenamente com Isabel Allende e, por isso, sinto a certeza de que fiz uma boa escolha, a escolha pelas pescadoras, pelas lagoas, pela pesca artesanal e pela Educação Ambiental.

Esse foi o meu percurso de aprendizagem até aqui, ele foi me forjando a partir das escolhas que fiz. No próximo tópico apresento as epistemologias que me conduziram a problematizar certos paradigmas, os quais nos levaram à exploração máxima da natureza e das mulheres e que, não por acaso, colocaram-nos neste lugar crítico de existência.

1.2. De onde eu falo e escrevo: Epistemologias Feministas Decoloniais, Interseccionais e Ecológicas

> Então, escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra – a entrelinha – morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é ler distraidamente (LISPECTOR, 1998).

Entendo que fazer ciência tem um significado de responsabilidade e de potência, trata de assumir a construção de conhecimento crítico a partir de escolhas e movimentos que não são despretensiosos. Como já dito anteriormente, graças às minhas motivações pessoais, procuro elaborar reflexões constantes sobre os desafios de ser mulher no mundo, particularmente, neste mundo em crise, marcado pelo processo agressivo, predatório, excludente e violento da modernidade, do capitalismo, do patriarcado e da hegemonia do poder.

Como já sinalizei no tópico anterior, fiz escolhas. Escolhi epistemes para adentrar no mundo da mulher na/da pesca artesanal lagunar, que me orientassem de forma que eu pudesse compreender esse universo da melhor maneira possível, considerando os processos e as relações de alteridade que nele se situam. Escolhi as

epistemes feministas e ecológicas como ferramentas para pesquisar e escrever sobre coisas que deveriam ser óbvias para todas as pessoas, mas não são. Escolhi palavras, como nos ensinaram Clarice Lispector e Conceição Evaristo[7], palavras que me guiassem e me fizessem enxergar para além do meu mundo, perseverando na busca por produções do conhecimento, revisões teóricas e conceituais, as quais a epistemologia hegemônica masculina, branca, europeia, capitalista e exploratória fez questão de apagar, caçar ou queimar, nos termos de Silvia Federici (2019).

Importante esclarecer que atender a estes desafios epistemológicos é tarefa muito mais complexa do que realizar um recorte temático ou acrescentar um capítulo sobre gênero ou mulher nos estudos sobre a pesca e a Educação Ambiental; é preciso ir mais longe, é preciso experienciar, levando em consideração outros fatores que se interseccionam na vida de diferentes mulheres. Nesta tese, gênero é entendido como categoria central de análise, na qual assume um "estatuto teórico e epistêmico que possibilite lançar luz aos aspectos da transformação imposta às vidas que foram capturadas pela nova ordem colonial/moderna" (SEGATO, 2012, p. 116). Gênero empregado, aqui, como categoria útil de análise histórica (SCOTT, 1995), pois se traduz em produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações.

Sabemos que a categoria gênero envolve, em si, a noção de poder que é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição na organização da vida social (SORJ, 2019, p.100) afastadas, no caso da pesca artesanal, das arenas de gestão e dos postos de decisão, bem como dos lugares "prestigiosos", como a captura (GERBER, 2015; MARTINEZ; HELLEBRANDT, 2019). Por essa razão, os conceitos de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e de colonialidade de gênero (LUGONES, 2008) constituíram ferramentas importantes para a compreensão dos desafios enfrentados pelas pescadoras desta pesquisa. Ao insistirem em embarcar e seguir profissionalmente a atividade considerada social e politicamente como majoritariamente masculina (a captura), tiveram seus conhecimentos, seus corpos, suas práticas, suas vozes, seus direitos e seus dilemas invisibilizados e desconsiderados por uma política, economia e gestão centradas em relações de poder hegemônico e androcêntrico.

[7] Entrevista da autora Conceição Evaristo no programa Roda Viva exibido em 06/09/2021 – acesso em 30/11/2021 https://www.youtube.com/watch?v=O2bxQJH-Plk

Assim, nesta pesquisa, ao assumir os novos giros epistemológicos, foi fundamental estar com as pescadoras, viver, aprender a olhar, escutar, esperar e sentir com elas. Na perspectiva ingoldiana, o termo seria educar a minha atenção na corresponsividade, ou aprender fazendo/fazer aprendendo (LAVE, 2015). Era preciso deixar me afetar no esforço de perceber as especificidades das pescadoras em seus mundos, seus dilemas, alegrias, sensações, realizações, dores, desvalorizações, sobrecargas, esperas e frustações nos processos de aprendizagem do/no viver a pesca. Embarcar com elas, literal e metaforicamente, deslocando o *locus* da minha experiência pessoal e, portanto, aprender na/da prática com as pescadoras como elas conduzem suas vidas a partir de experiências situadas. O ser mulher é múltiplo, somos muitas, somos diversas e com diversas experiências de vida, e com as pescadoras não seria diferente. É nesse sentido múltiplo de mulher que esta tese repousa.

Audre Lorde (2019, p. 137), já nos alertava sobre esse compromisso quando disse que “é uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, de mulheres negras, e do Terceiro Mundo, e de lésbicas”. Pois bem, foi esse meu esforço e proposta: examinar as diferenças teóricas e empíricas e trazer para o conhecimento, a partir da correspondência entre eu e elas; eu, elas e os outros humanos; eu, elas e os ambientes/mundos mais que humanos. Situam-se, aqui, as epistemologias feministas e ecológicas que adotei para viver, estudar, pesquisar, aprender e pescar com elas, para juntas, propormos novos rumos.

As epistemologias feministas centradas no que muitas autoras propõem a respeito de uma teoria feminista de perspectiva decolonial (LUGONES, 2014; SEGATO, 2012; VÉRGES, 2020) e interseccional (CRENSHAW, 1989; GONZALES, 2020; HOOKS, 2019; LORDE, 2019) levam em conta a articulação entre gênero, classe, trabalho, raça, sexo e geração, categorias que precisam estar articuladas para podermos pensar a diferença nas mais diversas experiências existenciais de opressão e desigualdade. A teoria feminista, nesta perspectiva, conduz-nos a aprender com as experiências históricas e culturais particulares, principalmente de mulheres do sul global, pobres, negras, latinas e indígenas. Não se pode descolonizar sem despatriarcalizar.

> Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É

> reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência* (VERGÈS ,2020, p. 9).

O capitalismo, considerado por diversas autoras como o problema de base da opressão das mulheres e de outros grupos oprimidos, provocou o desmantelamento dos regimes comunitários, cercou as terras e, consequentemente, cercou o conhecimento, os corpos, as relações com as pessoas e com a natureza (FEDERICI, 2019). Mas de que corpos estamos falando? Esse questionamento é fundamental quando pensamos as opressões. As diferenças que nos tornam o que somos e as experiências de opressão são as mais diversas e, dependendo do lugar que ocupamos na hierarquia social, as opressões se acumulam no corpo feminino de distintas formas. Mulheres pobres, negras, latinas, indígenas, deficientes, idosas, lésbicas e transexuais não sofrem com a opressão e a desigualdade da mesma forma que mulheres brancas, cisgênero, jovens, de classe média, com escolaridade e bons empregos, por exemplo.

Para dar conta da diferenças nas análises e pensar juntas sobre como chegar ao fim da opressão, a teoria feminista a que me filio, foi refinando suas ferramentas e alargando a categoria gênero para desconstruir a perspectiva universalizante que fizeram do conceito, e, junto, agregar outras categorias como raça, classe, trabalho, sexo e geração, uma vez que o feminismo liberal, branco, eurocentrado e de classe média não representava a maioria de nós, tampouco, estava interessado em dar voz às diferentes mulheres (GONZALES, 2020; LORDE, 2019).

Lélia Gonzales (2020) foi enfática ao questionar sobre “quem está à mesa” na construção de entendimentos de mundo, teorias e conceitos ao longo da história. Com certeza, nessa mesa não foram chamadas as mulheres subalternas e do sul global; provavelmente, em algum momento histórico, as mulheres se sentaram à mesa, mas somente aquelas que compartilham experiências outras, que usufruem de privilégios de classe e de raça, por exemplo.

Quando falamos em igualdade com homens, bell hooks (2019) nos lembra sobre essa questão quando questiona: que homens e que igualdade estão falando? Que mulher, que igualdade e que homens se referem? Que caráter universalizante é esse e aonde iremos chegar com ele? Há uma multiplicidade de situações e práticas mundanas que nos levam para a urgência de trazer e pensar as experiências de diferentes mulheres, experiências situadas e localizadas para construir, segundo a autora, um feminismo e uma teoria feminista com efetivo compromisso político e coletivo. Com base nesse ensinamento, penso que se ficarmos concentradas em apontar exaustivamente a diferença das mulheres com os homens, bem como na opressão que sofremos sem considerar as experiências mundanas situadas, esqueceremos das diferenças entre as mulheres, e isso, nada mais, é que a reprodução do pensamento patriarcal. Uma coisa é certa, como mulheres, compartilhamos alguns problemas, outros, não.

Nesse sentido, procurei buscar a produção de conhecimento localizado, situado e de ter uma atitude política de posicionamento responsável e crítico, aqui, com o desenvolvimento de fundamentos para uma Educação Ambiental que pensa os componentes de gênero, classe, trabalho, raça, sexo e geração na construção de ações baseadas também em pedagogias outras, num trabalho conjunto de conhecimento compartilhado com a outra (saber cientifico e saber local), e não sobre a outra. Essa outra, longe de ser tratada aqui como pescadora genérica, foi considerada na sua especificidade. As pescadoras embarcadas, embora exerçam atividades de captura e representem, segundo os dados da FAO[8] (2020), 12% do total das pessoas envolvidas com o setor primário da pesca de captura, são muito diferentes entre si, seja pelas experiências acumuladas ao longo dos processos de vida, seja pelos distintos ambientes em que vivem. Lembrando que na visão ecológica, holística e fenomenológica não há como separar o ser do conhecer; o modo de habitar do modo de conhecer.

Existem muitas pescadoras e muitas pescas, são plurais, conforme veremos nos capítulos que seguem. Rose Gerber (2015, p.25), em sua pesquisa com pescadoras embarcadas em Santa Catarina, esteve atenta a essa questão. Assim como eu, a autora também se deparou com muitas situações de campo que se coadunam com a assertiva, segundo a qual, o gênero não pode ser visto como

[8] Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2020).

condição dada, imutável ou evidente (BUTLER, 1998; STRATHERN, 2006). Muitas são as formas de ser pescadora, e isso, a meu ver, não retira ou desautoriza a busca e a conquista de uma identidade coletiva – “pescadoras” – ao contrário, penso que fortalece o caráter amplo da pesca e a necessidade urgente de problematizar e rever o conceito que preconiza que pesca é somente o ato de capturar o peixe das águas e, quem a faz, por definição, nas legislações e nos dicionários de língua portuguesa, é um ser masculino singular “o pescador”. São muitas as formas e pessoas envolvidas na pesca, e a minha experiência em campo me faz acreditar, assim como a Gerber (2015, p.23), que “dificilmente daremos conta de nos referir, contemplar e compreender a diversidade que elas implicam”.

Assim, embora à primeira vista, ou por um olhar desatento, a pesca de captura possa parecer um espaço eminentemente masculino, proponho, nesta tese, um exercício de desacomodação, de sair do lugar para ver melhor, ajustar as lentes, focar, pôr essa aparência em questão, para então revelarmos como as pescadoras fazem a pesca. As lentes do feminismo ampliaram e mediaram a minha perspectiva no encontro com as pescadoras da pesca embarcada situadas em ambientes específicos da Lagoa Mirim e na Lagoa dos Patos. Contribuir para a visibilidade e reconhecimento das pescadoras embarcadas, através da revelação de suas histórias, das formas como conduzem suas vidas, aprendem e ensinam as novas gerações, e resistem, é um compromisso político que assumi, nesta pesquisa em EA, na busca com elas pela equidade ambiental e de gênero, com fins de promover a justiça ambiental e a educação democrática.

Contudo, a episteme feminista decolonial requer, em seus fundamentos, a articulação dos elementos culturais, ambientais, históricos, éticos e políticos, uma vez que nos interessa pensar as relações que se estabelecem, os processos da vida que fazem as mulheres e as coisas do mundo se tornarem o que são e serem agentes passíveis de mudança. Pensar por esse viés, requer uma ruptura na forma que o conhecimento das coisas do mundo foi sendo construído na modernidade, cujo resultado desastroso está diante de nossos olhos. A essas novas epistemes que colocam o foco na inteireza do mundo para melhor compreendê-lo, Steil e Carvalho (2014) denominaram como “Epistemologias Ecológicas”.

Essas epistemes, que corroboram diretamente com as epistemes feministas, são compreendidas como uma região de debates que inclui pensadores de diversos campos do conhecimento, e aqui, nesta tese, privilegio os de Tim Ingold (2011);

Gregory Bateson (2000); Donna Haraway (2016); Ana Tsing (2015) e Isabelle Stengers (2018), que se contrapõem às dicotomias clássicas, tais como: natureza e cultura, corpo e mente, sujeito e objeto, e partem de uma premissa compartilhada de que os significados, os conceitos e as abstrações que resultam do processo do conhecimento não constituem um mundo à parte em relação à matéria e às coisas. Para essas epistemes:

> **Conhecer é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação com outros organismos e seres que habitam o mesmo mundo, e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional.** Torna-se, assim, impossível dissociar a mente do corpo, a cultura da natureza, o conhecimento da experiência. Para conhecer, a partir da perspectiva ecológica, é necessário **estar imerso na matéria e no mundo através do engajamento contínuo no ambiente** (STEIL; CARVALHO, 2014, p. 164 – grifo meu).

O que passa a ser objeto de atenção, a partir dessas formas de conhecer, é o engajamento com e no mundo, ao invés da representação do mundo. O conhecimento não acontece simplesmente pela transmissão – um ensina e outro aprende – mas, sobretudo, pelo "dedicar atenção às coisas" (INGOLD, 2010), em que o aprendizado equivale ao processo de afinação do sistema perceptivo num campo de práticas de forma situada e corporificada, de forma multiespécie (HARAWAY, 2016; TSING, 2015), no sentido de que nunca agimos sozinhos, e de forma multissensorial (IARED; OLIVEIRA, 2017; PINK, 2009), uma vez que somos atravessados pelo mundo que fazemos parte. Seguindo esse movimento, busca-se inserir na problemática ambiental o ideal fenomenológico da primazia na percepção, a qual, segundo Merleau-Ponty (1996 *apud* RODRIGUES, 2015), só pode se dar em nosso "corpo encarnado", ou seja, o corpo integral e "incrustado" ao mundo. Compreender esse "corpo em primeira-pessoa", ou seja, no caso desta pesquisa, o corpo feminino da mulher pescadora, implicaria compreendê-lo como movimento e, pelo movimento o ser humano se comunica, se expressa, cria, aprende e interage com o ambiente.

> O movimento não seria o pensamento de um movimento, porque não estou diante de meu corpo, eu sou corpo; assim como não penso o espaço e o tempo, não estou no espaço e no tempo, eu "habito" o espaço e o tempo, sou no espaço e no tempo (MERLEAU-PONTY, 1996 *apud* RODRIGUES, 2015).

Diante disso, o espaço e o tempo, por exemplo, deixam de ser dimensões ontológicas dadas e passam a ser entendidas como as resultantes de processos relacionais complexos (ESCOBAR, 2010, p.98). Por esta razão, o caráter

fundamentalmente situado e contextualizado da experiência da vida implica a necessidade de reconhecer a inevitável parcialidade de qualquer forma de conhecimento. O conhecimento funciona no mundo por meio de associações estratégicas e irônicas, como diz Haraway (1991), e não com base em “totalizações universalizantes” (TADDEI; GAMBOGGI, 2016, p. 35).

Por essa razão, Tim Ingold (2010), na perspectiva ecológica, nos ensina, sobretudo, que a observação deixa de ser o oposto da participação, e se torna condição para o conhecimento, pois o mundo que nos é dado a observar é um mundo em movimento. A questão da simetria aparece como central na produção do conhecimento, não mais “sobre”, mas “com” a outra; trata-se, portanto, de uma fusão da história humana e da história natural.

> O observador não olha a partir de um corpo que se situa como uma totalidade independente dos fluxos de luz, som e texturas do ambiente, mas, ao contrário, ele é atravessado por esses fluxos, que lhe dão a possibilidade de compreender o mundo (STEIL; CARVALHIO, 2014, p.168).

Certa de que, para compreender como as pescadoras embarcadas tornam-se o que são, a partir de suas práticas e saberes forjados na relação com seus ambientes-mundo em permanente transformação, trago as epistemologias ecológicas e feministas como alicerce desta tese. Ao assumir tais perspectivas, as figuras de pesquisadora e pescadora se misturaram, pois seguimos juntas os fluxos e influxos dos processos de aprendizagem, e eu, assim como elas, tornamo-nos aprendizes pela experiência, num processo que se emaranhou e teve como centralidade construir pesquisa e pensar práticas pedagógicas – nomeadas como Educação Ambiental – que prezassem pela horizontalidade nas relações e no conhecimento, a fim de contribuir em termos de uma educação democrática para a justiça ambiental e de gênero. Para dar conta de trazer ao/à leitor/a esse trabalho conjunto com as pescadoras, esta tese se organiza em cinco capítulos:

Capítulo I - Pesquisar e Pescar: corresponsividades possíveis – apresento, na primeira parte, o encontro das áreas da Antropologia e da Educação como potencialidade para uma Educação Ambiental de fato transformadora e centrada na experiência. Na segunda parte, trago um breve panorama sobre a construção e o desenvolvimento da área do conhecimento Pesca no Brasil e Mulher e pesca no Brasil a partir do campo das ciências sociais e da Educação Ambiental.

Capítulo II - “Se tu queres aprender, tens que vir aqui”: os caminhos do trabalho antropológico – dediquei-me a apresentar metodologicamente a definição dos espaços ambientais – estuário da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim como territórios de existências – para, em seguida, conduzir as leitoras e os leitores no percurso que me fez definir as interlocutoras desta pesquisa. Contextualizo os ambientes lagunares, bem como, brevemente, trago a história de cada uma das interlocutoras na pesca e no movimento social da pesca.

Capítulo III - O mundo das pescadoras embarcadas: relação pescadora-terra-lagoa – apresento, na primeira parte, as rotinas diárias das três principais interlocutoras e seus processos iniciatórios na pesca. Na segunda parte, desenvolvo questões sobre estrutura e honra masculina na cultura da pesca.

Capítulo IV - As pescadoras no mundo da pesca embarcada: aprendendo na prática de forma corresponsiva, biocósmica, multissensorial e multiespécie – na primeira parte, trago a experiência embarcada das pescadoras comigo a bordo, ambas compartilhando o mundo mais que humano. Na segunda, apresento os significados e sentimentos que as pescadoras atribuem à vivência nos ambientes lagunares.

Capítulo V - Conhecimentos como (re)existências: dos conflitos sociambientais à Educação Ambiental contra-hegemônica – este capítulo é dividido em seis partes. Inicia pela reflexão teórica sobre a colonialidade de poder e de gênero como gênese das pedagogias decoloniais contra-hegemônicas, segue pelas realidades etnográficas de invisibilização e não reconhecimento das interlocutoras, e finaliza na construção política da mulher pescadora do Rio Grande do Sul, através do processo político pedagógico no movimento dos pescadores e pescadoras.

2. CAPÍTULO I – PESQUISAR E PESCAR: CORRESPONSIVIDADES POSSÍVEIS

2.1. Antropologia e educação para além de interfaces: potencialidades para a Educação Ambiental

Pesquisar e pescar são atos que se correspondem muito mais do que eu poderia imaginar. Qualquer que seja nosso propósito educativo, é necessário que estejamos expostos à inteireza da vida, entregues à comunhão e à variação (INGOLD, 2020), uma vez que não há movimento, crescimento ou vida no compartilhamento da experiência, se não houver variação no que cada participante traz para ela. No processo educativo da vida, essa variação só pode haver com coparticipação em um ambiente social compartilhado. Precisamos “ter em comum” para ir além, responder e ser respondido, criar a conexão para expandir e, aí, a educação nos salta aos olhos como promotora da diferença como a própria fonte de personalidade.

É por essas linhas que neste primeiro capítulo, com base no que meus predecessores e predecessoras ensinaram, busquei propor, primeiramente, pensarmos e assumirmos a Antropologia e a educação como áreas corresponsivas, com potencialidades fortes para a prática e pesquisa em Educação Ambiental. No segundo momento, mostro que esse movimento de comunhão e variação é o que vem formando de forma muito enriquecedora o campo de pesquisa Mulheres e pesca no Brasil o qual, acredito, tem como princípio central promover a prática educativa de olharmos para as pescadoras e suas vivências e, assim, compreendermos a pesca de forma totalizadora.

Como antropóloga e futura educadora ambiental, aprendi, durante alguns anos de estudo e prática em pesquisa antropológica, que, como estudiosa e pesquisadora, tornei-me também descobridora, improvisando o aprendizado na medida que avanço no caminho. Essas reflexões começaram a surgir desde as primeiras incursões em campo no trabalho antropológico, momentos em que adotei o compromisso da observação participante[9], mas que, de fato, se aprofundaram imensamente quando tive o contato com as chamadas epistemologias ecológicas (STEIL; CARVALHO, 2014), sobretudo, nas obras de Tim Ingold (2000; 2010; 2011; 2015; 2020),

[9] Observação participante é considerada o método por excelência da Antropologia, a qual consiste em se inserir e observar participando da vida dos/das interlocutores/ras, mas aqui nesta pesquisa essa perspectiva é radicalizada, ela consagra um compromisso ontológico nos termos proposto por Ingold (2020).

antropólogo britânico que, ao longo de sua trajetória, a partir de uma postura fenomenológica e ecológica, tem proposto reflexões inovadoras sobre as relações natureza e cultura, sujeito e ambiente, e modos de aprender.

Diante desse novo giro epistemológico e, consequentemente, ontológico, busquei pensar meus achados de campo e exercitar o estar em campo, em diálogo com essas novas abordagens, especialmente, a relação entre intenção e atenção no processo de aprendizagem. Para proponentes das concepções ecológicas como Tim Ingold (2010), Gregory Bateson (2000), entre outros/as, quando queremos aprender/fazer algo, não se trata de uma intenção que acontece no espaço mental, é muito mais do que isso, é necessário conhecer de dentro, uma vez que o conhecimento cresce a partir de nosso engajamento prático e observacional com o mundo ao nosso redor – ou seja, do pensamento com, de e através de seres e coisas, não apenas sobre eles.

Apoiado nesta premissa, Ingold (2020) dá um salto na direção de considerar Antropologia e Educação como duas áreas do conhecimento absolutamente congruentes. Faz isso provocado pelos escritos de John Dewey[10], considerado como teórico educacional preeminente do início do século XX. Dewey parte da ideia de que para entender o que é educação, a primeira coisa que temos que assistir é a natureza da vida, porque “onde e quando a vida estiver acontecendo, assim também está a educação” (INGOLD, 2020, p.17-18). O viver, ou seja, a continuidade do processo da vida, nunca é individual, mas social, sempre se realiza com os outros, sejam humanos, não humanos e as coisas. Penso, em concordância com os autores, que pesquisas sustentadas por essa premissa podem fazer a diferença para a sustentabilidade das relações ambientais e para o bem-estar que depende dela.

Nessa linha de pensamento, minha educação vem, portanto, desse caminhar contínuo da vida, construída epistemologicamente e ontologicamente com as predecessoras/es e mestras/es que encontrei na escola e na academia e que, no processo de aprendizagem, me instruíram teoricamente para que eu pudesse ir além. Esse além foi enriquecido através do encontro com as interlocutoras e interlocutores que encontrei no curso das pesquisas que desenvolvi e, com as/os quais aprendi outras formas de viver e estar neste mundo compartilhando experiências.

[10] Tim Ingold em sua obra Antropologia e/como educação (2020) nos apresenta a filosofia educacional de John Dewey, pragmatisma e filósofo do início do século XX. Ingold baseia suas reflexões, sobretudo, na obra de Dewey intitulada Democracia e educação publicada pela primeira vez em 1916.

Realizei minhas intenções sempre sendo surpreendida por eventos que jamais pensara, por obstáculos e encruzilhadas que iam se desenhando nos caminhos das pesquisas e da vida privada, que por sua vez, não estavam nos livros e nas etnografias que li durante o percurso. Era preciso aprender fazendo a cada instante, a cada percurso interrompido, a cada felicidade por conseguir avançar no trabalho de campo antropológico ao encontrar uma interlocutora (ou interlocutor) chave, ou algum referencial teórico que iria me orientar conceitualmente, mas também, a cada tristeza em razão das estratégias não estarem dando certo, forçando paradas obrigatórias, reformulando rotas.

Aprendi a fazer coisas que nunca tinha feito antes, inovando meu arcabouço vivencial, me aprimorando, crescendo e me educando. Construí e permaneço construindo conhecimento a partir de processos de aprendizagem que se deram na minha vida cotidiana; em salas de aula quando me uni ao pensamento de muitos e muitas predecessoras; nos contextos de pesquisas em que tive a oportunidade de participar e realizar, ou seja, o processo sempre se deu com os/as outros/as, foi social, foi antropológico.

Por esta razão comungo com as ideias e reflexões de Ingold (2020) quando defende que educação não é transmissão do conhecimento, onde as gerações mais velhas ensinam o que aprenderam para as gerações mais novas e, essas passivamente, assimilam os conteúdos. É muito mais do que isso, educação é, primeiramente, sobre conduzir a vida e, por isso, o lugar em que ela se dá não se resume a escola. A prática da educação e a instituição da escola parecem inseparáveis, mas não são. Os caminhos das aprendizagens e do conhecimento é diverso e contínuo, a disciplina é processual e aberta.

2.1.1. Antropologia como educação

A Antropologia, considerada a ciência do ser humano e com origem no ocidente, se constitui como disciplina científica, segundo alguns estudos, no Iluminismo europeu no século XVIII; já outros, sustentariam que ela surgiu como ciência na década de 1850 e outros, ainda, afirmariam que as pesquisas antropológicas, no sentido atual, começaram depois da I Guerra Mundial (ERIKSEN; NIELSEN, 2010). Ainda que não se defina precisamente o marco inicial, não há

dúvidas sobre o fato de que, desde os primeiros estudos, antropólogas e antropólogos se interessaram em conhecer como se davam os processos de aprendizagem em sociedades que não possuíam a instituição escola. Como principais nomes desta linhagem trago Ruth Benedict, organizadora da escola “cultura e personalidade” e sua sucessora, Margaret Mead que foi, diga-se de passagem, uma das figuras mais influentes na história da Antropologia.

Através dos trabalhos de campo desenvolvidos, pesquisadoras/es documentaram realidades, denunciaram classificações etnocêntricas, revelaram detalhes, sofisticação e precisão dos conhecimentos, bem como os processos pelos quais eles são adquiridos. Nem precisamos ir muito longe historicamente, a Antropologia dos dias de hoje, a que se faz no tempo presente, continua obstinada em compreender e revelar saberes e práticas, e modos de vida de grupos humanos fora do espaço da escola[11]. Ainda que não seja possível falar de forma majoritária, algumas linhagens na Antropologia buscam, a partir dessas compreensões, desconstruir criticamente as dicotomias modernas antropocêntricas, tais como: natureza e cultura, mente e corpo, sujeito e objeto, seres humanos e não humanos. Este é exatamente o propósito desta tese que se fez construída com as pescadoras e seus processos de aprendizagens.

O que nos resta evidente com os estudos antropológicos ao longo de séculos, é que o conhecimento difere de cultura para cultura, bem como as instituições que promovem sua passagem de uma geração para a próxima. A escola é somente uma dessas instituições e, portanto, “a educação, então, é algo que acontece com todo o ser humano que vive em sociedade” (INGOLD, 2020, p.16). Isso nos leva a outro ponto fundamental e precioso para esta tese, o de que o estudo antropológico é uma forma de viver a vida com os/as outros/as e seus mundos, aprender no compartilhamento de experiências mundanas através da observação participante e isso, nos diz Ingold, é inteiramente educacional.

Cabe elucidar que observação participante, nos termos propostos pelo autor, é a forma mais distinta de trabalho na Antropologia. Por esta razão, rompe com a ideia da observação participante como método etnográfico e radicaliza, consagrando-a como um compromisso ontológico, “um reconhecimento de que podemos conhecer o

[11] Importante destacar que, embora a Antropologia se dedique principalmente no âmbito não escolar, ou seja, para além do espaço escolar, também existe um campo de estudos antropológicos que aborda os espaços de educação formal e que vem sendo chamada de Antropologia da educação

mundo apenas porque fazemos parte dele" (*Ibid.*, p.86). Trata de juntar-se à correspondência com aqueles e aquelas entre os/as quais estudamos e, assim, acaba por se tornar uma "prática de educação, uma trajetória de estudos, realizados no campo em vez de na escola" (*Ibid.*, p.98). Importante frisar que os/as outros/as com os/as quais estudamos não se restringem somente a humanos/as, mas incluiu outros seres e as coisa do mundo, pois observamos participando a fim de explorar as condições de existência – a vida (BATESON, 2000; INGOLD, 2011). Dessa forma, a ciência antropológica, na perspectiva ingoldiana, tem como princípios norteadores a busca "generosa", "aberta", "comparativa" e "crítica" sobre as condições e os potenciais da vida humana nesse mundo em que todos habitamos.

Nos diz o autor (INGOLD, 2020, p.94), que a Antropologia é generosa porque é corresponsiva, presta atenção e responde ao que os outros fazem e dizem. Perguntamos e recebemos, satisfeitos/as, o que nos é dito e com o cuidado devolvemos o que devemos aos/às outros/as de acordo com nossa formação intelectual, prática e moral. Ela é aberta porque não buscamos soluções finais que encerram a vida social, mas, sobretudo, trata de revelar caminhos, pelos quais ela pode continuar no sentido de uma vida sustentável pra todos. É comparativa porque reconhece que nenhuma maneira de ser é a única possível, que existem muitos caminhos alternativos que levam a diferentes direções – porque esse caminho e não outro? Esta é a pergunta nos move. E a Antropologia é também e, sobretudo, crítica porque não podemos nos contentar com as coisas como elas são.

A forma como a sociedade moderna conduziu as vidas neste planeta beira a catástrofe e para encontrar saídas e maneiras de continuarmos vivos, precisamos de toda a ajuda que pudermos obter. O diálogo é nossa única saída, a conversa com os/as outros/as que aqui habitam, "a Antropologia, portanto, existe para expandir esse escopo de diálogo: para ter uma conversa sobre a própria vida" (INGOLD, 2020, p.85).

E sobre isso, não se pode então dizer o mesmo da educação? Esses não são também os princípios que a envolvem e a definem? Sobre os princípios, Ingold diz:

> Para consolidar esta afirmação (de que os princípios são os mesmos), no entanto, é necessário reavaliar esses princípios em ambos os lados. Do lado da **educação**, trata-se de **derrubar a visão tradicional da pedagogia como transmissão intergeracional do conhecimento autorizado. Educação não é um "inculcar", mas um "libertar**", que abre caminho de crescimento intelectual e descobertas sem resultados predeterminados ou pontos finais fixos. **Trata-se de dedicar atenção as coisas, em vez de adquiri conhecimento que nos absolva da necessidade de fazê-lo**; é sobre

> **exposição em vez de imunização**. Do lado da **Antropologia**, minha abordagem **contraria a identificação comum da Antropologia com a etnografia** – para a suposição de que a função dos antropólogos é estudar outros povos e seus mundos. O que **torna a Antropologia educacional em vez de etnográfica, afirmo, é que não estudamos tanto os outros como estudamos com eles. E tendo estudado com os outros - ou mesmo ao fazê-lo -, outros vêm para estudar conosco.** A educação pela qual passamos, num primeiro momento, exige que nós, por nossa vez, **tornemo-nos educadores** no segundo." (*Ibid.*, p.10 – grifo meu).

Volto para insistir que praticar a observação participante é também passar por uma educação, nesse sentido que Ingold entende que há motivos de sobra para substituir a palavra "etnografia" por "educação", esta como o objetivo mais fundamental da Antropologia. Ele não faz isso para impulsionar o subcampo Antropologia da educação, embora seja importantíssimo analisar as práticas da educação sob olhar da Antropologia, mas o que o autor insiste é anterior, é perceber a Antropologia como uma prática da educação, uma prática dedicada ao que o antropólogo Kenelm Burridge chamou de metanoia; "uma série contínua de transformações, cada uma das quais altera os predicados do ser" (BURRIDGE, 1975, p.10 *apud* INGOLD, 2020, p.89). Metanoia seria o mesmo que o "princípio do hábito" de Dewey, segundo o qual "toda a experiência promulgada e sofrida modifica quem age e sofre" (DEWEY, 2015, p.35 *apud* INGOLD, 2020, p.89). Ser (ontologia) e conhecer/pensar (epistemologia) são coisas sobrepostas.

Por essa razão, o que se busca é romper com o entendimento de que a Antropologia, através de suas técnicas de pesquisa, oportuniza à/ao pesquisadora/or chegar perto dos grupos humanos, estudar sobre eles e fornecer dados e análises por meio da etnografia, para que, assim, possamos ter uma visão mais profunda e rica da humanidade. O que se busca com o entendimento de que a Antropologia é educacional em sua constituição, é exatamente desconstruir a ideia de que o trabalho de campo é a aplicação do método para obter resultados. O trabalho de campo é uma prática de experimentação que educa, de mão dupla, por que é realizado com os/as outros/as, num processo de exposição e não de imunização. A observação participante somente é antropológica, ou seja, educativa, quando transforma a perspectiva de todos os/as participantes.

2.1.2. A favor da correspondência antidisciplinar

Como já dito anteriormente, os princípios da Antropologia são também o da educação, e ambas, como nos diz Ingold, ao unir forças, têm poder de transformação na direção de um mundo mais justo, democrático e sustentável para todas e todos, sem distinção. Quando partimos desta ideia, onde o educar é um libertar sem pontos finais e que se dá sempre na relação com os/as outros/as e o mundo, automaticamente surge a problematização a respeito do que se costuma chamar de interdisciplinaridade. Comungo mais uma vez com Ingold (2020, p.106) sobre a incomodação com o prefixo “inter“, em “interdisciplinar”, “por seu efeito ser o de enfatizar a ‘intermediação’ do empreendimento, como se as disciplinas fossem domínios fechados que pudessem ser conectados apenas por algum tipo de operação de ponte”.

Essa operação disciplinar corta os caminhos do saber, em vez de fazer seguir em frente, ela é limitadora na medida em que intermediação separa na tentativa de juntar, assim como o conceito de interação atravessa os caminhos e não os une. Seguindo Ingold, entendo que devemos propor a substituição de interação ou intermediação por correspondência de agências disciplinares que se deslocam juntas através do tempo. “Uma disciplinaridade que é, paradoxalmente, antidisciplinar, na medida que busca desfazer, em vez de reforçar, a territorialização do conhecimento – sua divisão em compartimentos limitados” (*Ibid.*, p.107).

E isso não é algo novo, se paramos para pensar, é como os/as estudiosos/as sempre trabalharam, as conversas entre estudiosas/os, pesquisadoras/res de diferentes disciplinas sempre ocorreram como boa prática. Essa divisão das disciplinas construídas como muros do saber e a insistência na ideia de interdisciplinaridade, vem, segundo o autor nos diz, de gerentes e financiadores de pesquisa, que a exemplo da cortina de fumaça, atuam para maior gerenciamento, controle, formalização, compartimentação e burocratização do conhecimento. Ao contrário desse movimento, o saber tem que se dar entre, no meio do caminho, na correspondência da vida, por esta razão, a Antropologia, assim como a educação, são antidisciplinares por excelência. Nesse sentido, Ingold esclarece:

> Apelar para uma interdisciplinaridade antidisciplinar, eu quero celebrar a abertura do conhecimento por dentro, contra os fechamentos de totalização e compartimentação. [...] disciplinas não interagem, elas correspondem, e para também corresponderem, seus praticantes têm que entrar no fluxo do meio. E a Antropologia, por excelência, é uma

> antidisciplina do meio do caminho. Sua vitalidade depende das correspondências da vida. Fora da corrente, e encalhada, ela simplesmente secaria. (*Ibid.*, p.108).

Paulo Freire (1996), a respeito da educação democrática, aproxima-se dessa perspectiva, ao propor que a pedagogia somente poderá ser obtida pela via do respeito ao saber comunitário, previamente adquirido por estudantes antes da sua inserção na sala de aula. Torna-se absolutamente urgente a revisão dos conceitos de ensinar e aprender, até então baseados em uma relação hierárquica de transferência do conhecimento. É dando continuidade a essa perspectiva que Freire postula o primeiro dos vários "saberes indispensáveis" do que se constituiria em um verdadeiro processo de ensino-aprendizagem em conjunto.

Segundo ele, ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades de autonomia e construção em uma via de mão dupla, em que "quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (*Ibid.,* p. 25). Souza (2006) argumenta para além da mera replicação, este mesmo aprender aparece também como sinônimo de recriar e refazer em um movimento que pode deflagrar no/a aprendiz uma inventividade crescente. De acordo com Freire, para ser um bom professor, portanto, torna-se necessário saber que a pedra fundamental é a curiosidade, um gatilho para a imaginação e para as emoções (1996).

Entendo que Ingold radicaliza essa proposta indo mais adiante ao enfatizar que o campo antropológico da observação participante é aquele em que a diferença atrai as pessoas pelo que têm em comum, em vez de dividi-las na contraposição de suas identidades, é um campo de unir alteridades, porque "os outros são outros não porque estejam separados em lados opostos de uma fronteira entre mundos culturais, o nosso e o deles, mas porque são companheiros de viagem conosco no mesmo mundo" (INGOLD, 2020, p.96). Esse é compromisso ontológico que assumimos no trabalho antropológico: juntos e de forma situada.

Arturo Escobar (2010) refere-se a esse movimento intelectual como sendo uma ecologia política da diferença na qual ontologias planas estão em jogo em oposição às características hierárquicas, binárias, estruturadas, transcendentes e representacionais que marcam paradigmas fortemente estabelecidos nas ciências sociais. A ideia de ontologias planas refere-se não apenas à horizontalidade, mas também às dimensões de complexidade, da auto-organização e da ontogênese.

Taddei e Gamboggi (2016, p.35) elucidam que as contribuições nesse sentido (os giros ontológicos) vêm de diversos campos intelectuais e políticos. Eles são, além da Antropologia, os estudos sociais da ciência e tecnologia, os estudos culturais, a geografia, os estudos ambientais, a filosofia, a comunicação, o feminismo, o veganismo e os movimentos sociais de inspiração anarquista. Prosseguem dizendo que, essa postura teórica que prioriza a experiência e conexão, e cujo conhecimento é localizado/situado, coloca os/as autores/as em estreita proximidade com importantes movimentos sociais contemporâneos. Assim sendo, fazem com que algumas fronteiras que separam a produção intelectual acadêmica e a ação política direta se dissolvam e, de forma correlata, divisões disciplinares fazem ainda menos sentido do que faziam no passado.

Contudo, conhecer, na perspectiva ecológica é, portanto, uma habilidade que adquirimos na correspondência com o mundo que habitamos. É vivendo que conhecemos, e perceber isso radicaliza o pensamento no sentido de romper com fronteiras disciplinares na medida em que rompe com as dicotomias modernas. É preciso estar imerso/a na matéria, no fluxo do meio, através do engajamento contínuo no ambiente para que a educação aconteça, é por esta razão que nada está em repouso, tudo se agita e se mostra dinâmico, tudo está em plena reavaliação.

Nesse movimento, os seres humanos são conduzidos a repensar seus esquemas convencionais – aprender e aprender mais ainda, nesse sentido Antropologia e educação se unem na mesma direção. A antropóloga não pode simplesmente aprender uma nova cultura e situá-la ao lado daquela que ela já conhece; deve antes assumi-la de modo a experimentar uma transformação de seu próprio universo (WAGNER, 2010), há um movimento autofágico do fazer e do conhecer – é necessário, como nos ensina Ingold (2020), pesquisar e pesquisar mais ainda. A Antropologia, portanto, por seus próprios fundamentos, se opõe às formas dominantes de se fazer Educação Ambiental que optam pela via conscientizadora e verticalizada do conhecimento. É preciso “sair das caixas” e chamar para “compor a mesa” outras formas de estar no mundo, outras pedagogias que historicamente não foram convidadas a sentar à mesa da produção do conhecimento.

2.1.3. Por uma Educação Ambiental “fora da caixa”

Parto da premissa que o saber ambiental é por natureza indisciplinar. Enrique Leff (2001) aponta que esse tipo de saber excede as ciências ambientais, constituídas como um conjunto de especializações surgidas da incorporação dos enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais tais como: Antropologia ecológica, ecologia urbana, engenharia ambiental, etc. O saber ambiental, nos diz Leff, quando se abre para o terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais, torna-se como um processo em construção, complexo, por envolver aspectos institucionais tanto de nível acadêmico, contrariando os paradigmas normais do conhecimento, quanto de nível sociopolítico, por meio de movimentos sociais e de práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

Essa abertura de ir contra os paradigmas modernos do conhecimento, os quais nos levaram a este estado catastrófico de engaiolamento do saber, foi o espírito norteador da criação da Educação Ambiental enquanto pedagogia contracultural. Vejamos o que dizem a respeito Isabel Carvalho e Rita Muhle:

> A Educação Ambiental, apesar de nascer como uma pedagogia contracultural, em oposição aos modos instituídos de educar, tampouco ficou imune aos movimentos disciplinadores do processo educacional. Como educadores ambientais lutamos pela institucionalização da Educação Ambiental e hoje temos um marco legal que a legitima como uma preocupação a ser internalizada pelo sistema formal de ensino, de forma transversal, isto é, sem que se transforme em disciplina. A preocupação em não repetir o modelo educacional hegemônico foi a base do conceito de uma EA interdisciplinar, transversal e holística (CARVALHO; MUHLE, 2016, p.27).

A Educação Ambiental nasce, então, como campo científico e educacional exatamente para pôr em questionamento práticas humanas em que os modos de ser e conhecer estiveram na contramão de uma maneira sustentável e harmônica de viver. Para isso e, considerando que a formação científica tende a legitimar apenas o conhecimento gerado a partir do modelo científico, era preciso romper com a legitimação de uma única verdade, e chamar outras racionalidades que estariam fora da mesa do conhecimento, das negociações e das decisões.

> Este modelo, que foi gerado dentro do projeto da modernidade e que até hoje impera dentro das universidades, rebaixou e tratou como de menor importância a validade de elementos como a estética, a crença, os saberes locais e tradicionais, os sentimentos e emoções. Cabe a nós nos questionarmos o que vem a ser o saber, o conhecimento e como ele move a vida das pessoas (*Ibid*., p. 31).

Essa é a missão da Educação Ambiental nos termos a que se propõe, afastando qualquer imperativo de autoridade e conscientização pela via única do educador. Não conscientizamos as pessoas, acredito que construímos junto com elas outras possiblidades com base no que já temos, e no que podemos acrescentar, a partir das experiências de cada um e de cada uma. Eu, juntamente com as interlocutoras e todas as pessoas, seres e coisas que fizeram parte deste processo de pesquisa, busquei construir um saber ambiental que colocasse em cheque os paradigmas entendidos como “normais” do conhecimento, trazendo para a mesa os saberes e viveres de mulheres que foram historicamente invisibilizadas, e, assim, num movimento educativo de responder e ser respondida, elas vieram a construir outras possibilidades, e eu com elas.

Adomilli, Tempass e Lopes (2017) argumentam que a “Antropologia com as pessoas”, possibilita contribuir analiticamente para a pesquisa em Educação Ambiental, uma vez que oportuniza ultrapassar radicalmente a proposição da EA enquanto via de conscientização, que entende os sujeitos como mero receptores de conhecimentos técnicos e que, somente assim, os tornariam sujeitos capazes de transformação. Essa proposição assimétrica, autoritária e nada generosa, pensada na forma de transmissão do conhecimento, traduz uma relação de aprendizado verticalizada acomodada em relações de poder, chocando-se, portanto, com a perspectiva antropológica, ecológica e feminista de construção dialógica do conhecimento, assumida nesta pesquisa, com fins para a real promoção da justiça ambiental, equidade de gênero e educação democrática.

O saber precisa ser construído na correspondência, na experiência e na atenção, e aí, sim, conduzir-nos-á para uma Educação Ambiental “fora da caixa” (CARVALHO; MUHLE, 2016). As autoras utilizam essa expressão para se referir a práticas menos reguladas, sejam elas ao ar livre ou dentro das salas de aula no processo formativo universitário, mas, logicamente, podemos estender para pensarmos a Educação Ambiental para além desses espaços e, sobretudo, para a nossa própria formação como educadores/as. No caso da Antropologia, a sala de aula daria lugar ao campo antropológico onde mestres ou mestras trocam de posição, somos agora nós, antropólogas e antropólogos, que estamos sendo iniciados/as e ensinados/as, para então trazer as/os nativas/os conosco para a viagem transformadora.

Tanto no campo como na escola, diz Ingold:

> estudamos para que possamos crescer, com conhecimento, sabedoria e julgamento, e para estarmos melhor preparados para as tarefas que contribuam para a construção de um mundo comum. Conhecimento é conhecimento, onde quer que sele seja cultivado, e se nosso objetivo em desenvolvê-lo na academia é educacional, e não etnográfico, então deve estar além da academia também (2020, p.92).

Aqui, nesta pesquisa, o lugar do conhecimento é o campo antropológico que longe de ser qualquer campo é um lugar em que o mundo se abre para todos/as os/as envolvidos/as, como já dito, é um lugar de subcomunhão para o devir. Por esta razão, é importante deixar em destaque que o trabalho de campo em Antropologia não é aplicação do método para obter resultados, mas uma prática de experimentação que transforma a perspectiva de todos/as os/as participantes – a minha e a das pescadoras. Essa prática nos condiciona a conhecer, através da experiência e da educação da atenção, outros tipos de racionalidades e diferentes regimes de conhecimento presentes no mundo.

Para Ingold (2010), uma pessoa não aprende e apreende as coisas da vida simplesmente por sua capacidade e competência cognitiva, mas, sim, através de um processo complexo do indivíduo imerso no ambiente num *continuum* que o permite adquirir e desenvolver habilidades (*skills*). O conhecimento, neste sentido, não é comunicado ou transferido, mas construído permanentemente à medida que o indivíduo segue os caminhos direcionados pelos seus predecessores, ou seja, que ele dedica atenção às coisas – a educação se dá pela atenção. Essa percepção começou a se tornar evidente para mim quando, comunicadas da minha intenção de pesquisa, as pescadoras disseram: “queres saber? Então, vem com a gente*”*. Como poderiam falar sobre como se tornaram o que são se aprenderam fazendo, e não somente escutando? Era preciso me colocar junto a elas e experimentar a pesca com tudo que faz parte das ambiências lagunares. “Para ti entender tens que ir, tens que sentir a pesca, tenho certeza que vais gostar. A pesca é assim, gosta ou não gosta e só se aprende entrando no barco” (Roselein, pescadora de Jaguarão).

E não se trata de imitação, é preciso ir mais longe. No processo de aprendizagem, quando as pescadoras me mostraram como fazem a pesca (a maneira de se posicionar no barco por exemplo), eu tentava copiar os movimentos praticados por elas, mas não no sentido de uma transmissão automática de um conteúdo mental. Eu realizava fazendo, e meu corpo ia encontrando um jeito próprio de fazer. Afinal, era meu corpo no mundo e não outro corpo. Seguir o que outros fazem (mestres/as e

professores/as, experts) é encontrar sua própria habilidade, seu próprio jeito de fazer e conhecer. Por isso, comunhão e variação, como nos ensina Ingold. O/a iniciante observa, escuta e sente os movimentos que procura igualar como em uma espécie de redescobrimento dirigido, vejamos:

> O processo de aprendizagem por redescobrimento dirigido é transmitido mais corretamente pela noção de mostrar. Mostrar alguma coisa a alguém é fazer esta coisa se tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo. Aqui o papel do tutor é criar situações nas quais o iniciante é instruído a cuidar especialmente deste ou daquele aspecto do que pode ser visto, tocado ou sentido, para poder 'pegar o jeito' da coisa. Aprender, neste sentido, é equivalente a uma 'educação da atenção (INGOLD, 2010, p.21).

A educação, assim como o fazer antropológico, exige do aprendiz um estado contínuo de atenção e alerta para todos os elementos presentes no percurso da aprendizagem. Nessa perspectiva de uma educação que te leva à exposição, ao invés de imunização, o aprendiz está liberto de uma visão de comando, bem como de um vislumbre do fim. A aprendizagem é aberta e contínua, constituidora de sujeitos num processo infinito de devires, de tornar-se. A liberdade é real.

Uma ciência aberta, branda e generosa, com base nos mesmos princípios da Antropologia e da educação, é capaz de nos formar pessoas e pesquisadores/as capazes de acolher, enquanto legítimo e verdadeiro, tanto o conhecimento da ciência moderna, quanto o da ciência popular, pois ambos situam o sujeito e sua ação no mundo, ou seja, na experiência de estar no mundo.

Aprender com os outros/as, livre dos grilhões do ensino e da aprendizagem, significa ir para além de uma exploração de interfaces entre as disciplinas de Antropologia e educação. Assim, esta pesquisa não se deu na interface destas áreas, ela se deu na correspondência de ambas. No percurso do trabalho de campo com as pescadoras, observei participando, e elas ao mesmo tempo, participaram e observaram comigo no tempo antropológico. O campo, é um local fora do tempo cotidiano, ele está no meio, num lugar intermediário, é onde se forma o "elo entre culturas" (WAGNER, 2010), é um espaço único de aprendizagem situada que constitui os sujeitos e os coloca como aprendizes no mundo de forma corresponsiva, comum e exposta.

Esse processo foi realizado a partir da observação participante em todos os eventos que se apresentaram nas vidas que essa pesquisa acompanhou, traduziu-se como um trabalho humano e não como um simples exercício acadêmico científico.

Portanto, não foi contemplativo, foi corresponsivo e situado. Foi realizado com certas pessoas e em certos lugares, ele foi temporal. Isso tem a ver, também, com o *être affecté* (ser afetado) de Jeanne Favret-Saada (2005), em que o corpo da etnógrafa se afetou e afetou. Foi preciso assumir na prática que aprender é modificar a própria participação, ou seja, estar em campo e escrever a partir dele é se deparar com a evidência de seu corpo e lidar com sua visibilidade material e simbólica.

Diante disso, o mundo se abriu para mim e para as interlocutoras, como um portal de novas possiblidades de conhecimento, de conexão e de simetria, e como diz Ingold, é essa própria abertura que permite a subcomunhão prosseguir. “Depois de tu ter vindo comigo, tudo mudou, não sou mais como eu era antes, te ensinei e tu me ensinou, vejo as coisas de forma diferente agora” (Márcia, pescadora de Pelotas).

Essa subcomunhão é que defendo como uma potencialidade forte para a Educação Ambiental prosseguir, atenta a chamar as outras e os outros para compor a mesa num processo sem fim; sempre inicial de crescimento e descoberta. Essa prática antropológica e educativa de encontro e aprendizagem nos conduz para os caminhos do desmantelamento de estruturas coloniais, hierárquicas, autoritárias, capitalistas e patriarcais que parecem possuir cadeira cativa nessa mesa, e que são as responsáveis pelo catastrófico cenário planetário, ambiental, social, político, educacional e econômico que presenciamos boquiabertas e desesperadas. É preciso unir forças com companheiras e companheiros de viagem, com todos que aqui habitam neste mundo mais que humano, para propor, com curiosidade e cuidado com a/o outra/o, novos rumos, bem como promover a transformação e a liberdade que todas e todos almejamos.

2.2. Pesca no Brasil e mulheres na atividade pesqueira: comunhão e variação na formação de um campo de pesquisa

Como argumentei na primeira parte deste capítulo, qualquer que seja nosso propósito educativo, aprender e fazer são atos que exigem que estejamos expostos à inteireza da vida; entregues à comunhão e à variação. Precisamos “ter em comum” para ir além, criar conexões para expandir na direção de propor novas possibilidades. No momento que comungamos (não se trata da descoberta do que os indivíduos têm em comum, mas sim de ser uma criação contínua) e variamos (variação no que cada

participante traz para o compartilhamento de experiência), a educação surge como promotora da diferença, dos diferentes saberes e racionalidades e, por consequência inevitável, acontece a mudança (INGOLD, 2020, p.21).

A grande diversidade de manifestações culturais evidencia que as sociedades humanas não têm feito dos espaços terrestres seus únicos e exclusivos lugares de vida. Elas, ao contrário, têm adaptado e transformado de diversas maneiras os espaços marítimos, insulares, ribeirinhos, lagunares com os quais estabelecem relações de vida e trabalho. Diante disso, a interação dos seres humanos e as zonas aquáticas tem sido fundamental para a construção, desenvolvimento e expansão dos povos antigos e da sociedade moderna (DIEGUES, 1983).

Ainda assim, as relações da humanidade com esses espaços têm gerado pouco interesse cientifico que obedece, em grande parte, ao viés terrestre da visão ocidental contemporânea, que associa os espaços sociais à terra, com graves consequências sobre as formas de vida de quem habita e vive das zonas aquáticas. Não obstante, nas últimas décadas, no âmbito acadêmico, especificamente dentro das ciências humanas, posturas investigativas mais includentes, e entre disciplinas e em diálogo com processos gestados no interior dos movimentos sociais, têm permitido enriquecer as narrativas sobre esses espaços e seus grupos humanos e não humanos.

No interior dessas discussões, alguns conceitos paradigmáticos têm se originado a partir do que poderíamos chamar de epistemologias da pesca, cujo resultado é o aprofundamento da reflexão, depositando valor, desde múltiplos enfoques e em diferentes temporalidades. Neste item 2, minha proposta se situa em mostrar brevemente essa arte criativa. Arte pela qual pesquisadoras e pesquisadores, a partir de variadas áreas do conhecimento, formações, lugares e temas de análise, comungam em conhecer e compreender a atividade pesqueira brasileira. Fazem isso dedicando atenção às produções de seus pares e aos contextos, espaços, ambientes e, sobretudo, às pessoas e às estratégias diante das transformações na vida da pesca. Nesse movimento, pesquisadoras e pesquisadores constroem conhecimento conjunto entre si e com seus/suas interlocutores/as; eles e elas se comunicam e se correspondem para ir sempre além no processo educativo e político que muitas de suas pesquisam informam. Esse conjunto forma, portanto, um *corpus* científico, educacional, ambiental e político ao tornar visível a pesca brasileira e suas gentes, a partir de seu maior tesouro: a sua diversidade.

Defendo que os fundamentos desse *corpus* se coadunam com os da Educação Ambiental, na medida em que os aspectos históricos, sociais, antropológicos, filosóficos, éticos, ambientais, econômicos e políticos são fundamentais na definição e compressão das relações constituidoras na/da pesca, favorecendo, ao mesmo tempo, perspectivas críticas da realidade em face da crise sócio-ecológico-ambiental.

O que quero dizer com isso é que quando olhamos para a constituição dos campos de pesquisa Pesca no Brasil e Mulheres na atividade pesqueira no Brasil, a partir das contribuições das ciências humanas, particularmente da Sociologia, da Antropologia e da Educação Ambiental, percebemos que esse movimento de comunhão e variação forma uma comunidade de práticas[12] (LAVE, 2015). Essa comunidade, através de suas práticas investigativas, é o que formou e permanece formando esses campos do conhecimento de maneira a nos conduzir para uma vasta compreensão que permeia a vida pesqueira na sua diversidade socioambiental no Brasil.

Com base nisso, acredito que podemos dizer que é uma cultura que vem se formando e, por sua vez, seguindo Lave (2015), a cultura produz aprendizagens e aprender também produz cultura, ou seja, "aprender na prática envolve aprender fazer o que você já sabe e fazer o que você não sabe, interativamente, ambos ao mesmo tempo" (*Ibid.*, p.41). Isso nos faz voltar ao sentido de invenção da cultura wagneriana (WAGNER, 2010) que trata da ordem da metamorfose contínua, em que as forças, o mundo e os seres são sempre criados e recriados a partir de algo preexistente. De igual forma, nos termos de Dewey, que em 1916 já alertava que se quiséssemos entender o que é educação, a primeira coisa que temos que assistir é a natureza da vida.

Diz Dewey que as coisas vivas absorvem as energias elementares e substâncias – luz, umidade e terra, e as transformam em uma força para seu próprio crescimento e autorrenovação; entretanto, esse processo vital não pode continuar indefinidamente, nem proceder em isolamento, assim, toda a vida tem tarefa de trazer outras vidas e sustentá-las por quanto tempo for necessário para que elas gerem mais vida. A educação, portanto, como já disse na primeira parte deste capítulo, é o meio dessa continuidade social da vida (DEWEY, 1966, p.1, *apud*, INGOLD, 2020, p.17)

[12] Utilizo "Comunidade de práticas" de acordo com Jean Lave (2015).

Essa educação, ou seja, essas aprendizagens, sejam entre nós pesquisadoras e pesquisadores, entre nós e nossas interlocutoras/res, entre pescadores, pescadoras, idosos, jovens e crianças da pesca, são situadas em complexas comunidades de práticas (culturais e mutantes) como parte do processo histórico que constitui a vida social (LAVE, 2015). Assim, entender o processo constituidor de um campo de reflexão sobre determinado tema, inevitavelmente se emaranha com a questão central desta tese: saber como as pessoas aprendem, já que a pergunta está sempre posicionada em o que elas aprendem (GOMES; FARIA; BERGO, 2019).

Compreender os caminhos que o campo de pesquisa sobre a pesca traçou, significa nos distanciarmos das abordagens que interpretam os processos de aprendizagem como mera transmissão e nos aproximarmos das práticas que moldam e são moldadas nos múltiplos contextos. A participação muda na prática através dos contextos e da experiência e, aprender na prática com os outros, implica a existência de mudança, e com ela, segundo Lave, "a possibilidade de contribuir para compreender historicamente a mudança na vida social" (LAVE, 2015. p.42).

Diante do exposto, apresentarei, nas próximas linhas, ainda que brevemente, a evolução das aprendizagens de predecessoras/res que nos deram acesso a diversas experiências de pesquisa e que elucidam sobre as especificidades das práticas sociais, culturais, simbólicas, econômicas e políticas singulares às comunidades pesqueiras no tempo histórico e, como resultado, constituíram o campo do conhecimento chamado Pesca no Brasil. Ao mesmo tempo, a partir destes estudos anteriores, foi possível ir mais longe, agregando outras perspectivas e interesses; outras formas e lentes de olhar para o mundo da pesca, como é o caso do surgimento e desenvolvimento do campo A mulher nas atividades pesqueira no Brasil.

2.2.1. A constituição do campo de pesquisa Pesca no Brasil – comunhão e variação como constituidoras do processo educacional

A literatura especializada nos conta que o campo mais geral dos estudos sobre a pesca brasileira começou a se fazer mais visível a partir de 1970 com grande concentração de trabalhos na área da Antropologia e Sociologia. Entretanto, cabe salientar que desde meados de 1940 já havia preocupação por parte de cientistas sociais em compreender esse universo. Exemplos desse interesse são as pesquisas

desenvolvidas pela pioneira Gioconda Mussolini, *O cêrco da tainha na Ilha de São Sebastião* (1945) e por Pierson e Teixeira (1947), *Survey de Icapara, uma vila de pescadores do litoral sul de São Paulo* (DIEGUES, 1999). Vejamos o que Gerber (2015), apoiada nos estudos de Andrea Ciacchi sobre a trajetória de Gioconda, nos diz:

> Por meio de Ciacchi (2007) viemos a saber que Gioconda Mussolini ocupou a Cadeira de Antropologia da USP "onde lecionou de 1944 a 1969". [...] Ciacchi (2007), ao abordar a trajetória de Mussolini, **aponta-a como autora das primeiras pesquisas na área de pesca no Brasil a partir de dois trabalhos sobre a pesca de cerco na região de Santos, litoral de São Paulo, que foram publicados postumamente**. (GERBER, 2015, p.100 – grifo meu).

As pesquisas de Gioconda Mussolini merecem destaque por serem pioneiras na descrição do modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores-caiçaras do litoral de São Paulo. A pesquisadora adota um conjunto de atitudes sensivelmente metodológicas que remete para uma superação crítica dos estudos de comunidade, os quais tinham como princípio metodológico uma análise isolada da estrutura social como um todo. Esses estudos eram muito comuns no contexto no qual Gioconda havia se formado, tanto como aluna da USP e da Escola Livre de Sociologia e Política, quanto como colega e colaboradora de representantes dessa vertente como Donald Pierson, Emilio Willems e Egon Schaden.

Contudo, a pesquisadora rompe com essa perspectiva, pautando suas investigações pela etnografia e interessada em compreender a comunidade de pesca por ela mesma, aproximando-se, assim, de perspectivas de outros colegas seus, como por exemplo Antonio Cândido e Florestan Fernandes (CIACCHI, 2007, p.181). Nesse sentido, Gerber informa:

> Gioconda Mussolini, em seus primeiros escritos, se pautou pela **etnografia a partir da descrição do cerco da pesca da tainha, deixando-nos subsídios com detalhes sobre a relação entre os pescadores, além de pistas sobre as especificidades de apetrechos de pesca e embarcações**, entre outros fatores. A autora traz ainda questões de **cunho hermenêutico, teórico e metodológico, que viriam a contribuir com estudos posteriores de alunos da USP e de pesquisadores e pesquisadoras que se propõe a continuar estudos sobre pescas e pescadores no litoral brasileiro**. (GERBER, 2015, p.101 – grifo meu).

A partir de Gioconda Mussolini, também evidenciamos que os estudos sobre pesca no Brasil trouxeram, já na sua formação, as marcas e efeitos das barreiras e do poder hegemônico da sociedade patriarcal que, apesar de estarem longe de olhar

para o fazer das mulheres no contexto social e produtivo da pesca, trataram, nesse momento, de colocar na invisibilidade, e certo apagamento, as contribuições de cunho hermenêutico, teórico e metodológico que as pesquisas da autora trouxeram para formação do campo de pesquisa. Segundo Ciacchi, a tese de doutorado de Gioconda desaparece e com ela, penso que desparece também toda e qualquer referência à contribuição dos estudos da autora:

> Embora tivesse trabalhado durante os referidos anos, a professora nunca concluiu sua tese de doutoramento, à qual Ciacchi se refere como **"inconclusa e desaparecida tese de doutorado**". Simultaneamente, Ciacchi afirma que seria uma peça importante para dar sentido à importante produção teórica de Gioconda Mussolini (Ciacchi, 2007, p.182).

Essa invisibilização das mulheres, e o reconhecimento do que elas fazem e como fazem quando o assunto é pesca, vai permear tanto o campo acadêmico (pesquisadoras e suas análises não sendo reconhecidas), como também a pesca em sua lógica interior e com o Estado. Essa afirmação tem base no que Edna Alencar (1993) e Motta-Maués (1999) nos ensinaram a respeito dos jogos de invisibilidade na pesca. Segundo essas autoras, em relação aos pescadores, haveria uma invisibilidade que se dá de fora para dentro, no nível mais formal e público do Estado. Em contrapartida, quanto às mulheres pescadoras, haveria uma dupla invisibilidade: desde dentro, no nível interno da hierarquia entre os gêneros, se estendendo por parte do Estado e, por extensão, pela academia, atingindo as mulheres em consonância ou em relação de homologia com a distinção hierárquica interna que sobrepõe os homens às mulheres. Sobre isto, tratarei de forma mais específica no item seguinte.

Retornando à cronologia da constituição do campo Pesca no Brasil, Antônio Diegues (1999) diz que em 1950/60 houve uma contribuição significativa de geógrafos humanos, os quais descreveram vários aspectos da distribuição e formas de vida dos pescadores entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina, e também de folcloristas, como Luís da Câmara Cascudo, em *Jangadeiros* (1957), o qual fez o primeiro estudo sistemático sobre a pesca da jangada no nordeste e as comunidades de jangadeiros com suas tradições e conhecimentos Um outro trabalho importante, dentro de uma perspectiva antropológica, e fugindo ao modelo de análise de comunidade, está o artigo de Cordell, *The lunar tide fishing cycle in Northeastern Brazil* (1967), enfatizando o conhecimento dos pescadores do litoral da Bahia sobre os ciclos naturais e o sistema de manejo pesqueiro.

Diegues enfatiza que, com raras exceções, e aqui incluímos os trabalhos de Gioconda, esses também eram trabalhos mais descritivos e empíricos, em contraposição aos trabalhos dirigidos ao estudo de comunidades, apresentadas, em geral, como entidades sociais isoladas da economia e sociedade nacionais. (CARVALHO *et al.*, 1969, *apud*, DIEGUES, 1999).

Como pude observar, a partir da revisão da literatura especializada[13], os estudos sobre a pesca brasileira e as gentes da pesca foram sendo desenvolvidos de maneira mais geral, incorporando os diversos temas de interesse e orientações teóricas e metodológicas de pesquisadores e pesquisadoras. Contudo, não podemos deixar de considerar que, juntamente, foram acompanhando as transformações surgidas no mundo da pesca. A de maior impacto, foi o aparecimento das empresas de pesca industrial[14] incentivadas pelo Governo Federal a partir de 1970, as quais impactaram fortemente a pesca artesanal até então dominante no país, trazendo prejuízos incalculáveis para a natureza e para os povos das águas, gerando uma série de conflitos socioambientais. Tais transformações e assimetrias foram consideradas e analisadas nas pesquisas em número cada vez mais crescente, inclusive as observadas nesta pesquisa, as quais impactam a vida das pescadoras interlocutoras e suas comunidades, conforme tratarei nos capítulos seguintes.

Seguindo os caminhos traçados ao longo do tempo pelos pesquisadores e pesquisadoras, temos o desenvolvimento, entre os anos de 1960 e 1980, de pesquisas centradas na formas de organização social da produção de pescadores e pescadoras que habitam comunidades pesqueiras artesanais (costeiras, ribeirinhas e estuarina), alguns exemplos são os trabalhos de Diegues em 1973 e 1983, Ana Maria Beck, Simone Maldonado e Kant de Lima em 1979, Maria Angelica Maués e Maria Eunice Penner em 1980, Violeta Loureiro em 1985, Lourdes Furtado e Lucia Helena Cunha em 1987 e Cordell em 1989 (DIEGUES, 1999). Somam-se, a esta fase, os trabalhos do já citado Jonh Cordell e de Conrad Phillip Kottak (1966) e Shepard

[13] Este panorama sobre os estudos em comunidades pesqueiras brasileiras fez parte do programa desenvolvido na disciplina Tópicos especiais em ciências humanas: Antropologia da pesca, cursada por mim em 2021 e ministrada pela profa. Dra. Edna Alencar na Universidade Federal do Pará.

[14] Essas empresas, além de rapidamente devastar os recursos pesqueiros nas regiões sul e sudeste,entraram freqüentemente em conflito com as pescas artesanais, seja invadindo estuários e áreas costeiras próximas seja recrutando a força de trabalho entre as comunidades de pescadores artesanais (DIEGUES, 1999, p. 1).

Forman (1970), pesquisadores estrangeiros que realizaram pesquisas na Bahia e no litoral nordestino.

Em boa parte dessas pesquisas, os estudos sobre comunidades pesqueiras estavam centrados sob o enfoque da tensão entre o modo de vida tradicional e as transformações vivenciadas por esses grupos, sobretudo, frente às consequências do processo de industrialização e urbanização nas regiões costeiras brasileiras. Esses processos envolvem, entre outras coisas, intensificação da especulação imobiliária, das atividades portuárias, da pesca predatória, dos projetos de construção de estradas e eclusas, e construção de indústrias – como já disse anteriormente, projetos iniciados partir do final de 1960, e que vêm desencadeando uma série de impactos e conflitos socioambientais (ADOMILLI, 2007; 2012). Outros fatores de mudança no que concerne às tecnologias pesqueiras – os quais afetaram a dinâmica pesqueira na sua capacidade de produção – são, por exemplo, a introdução do motor de centro, do óleo diesel, do gelo para conservar o pescado e o uso da malhadeira de nylon (ADAMS, 2000; FORMAN, 1970; FURTADO, 1987; PRADO, 2002; SILVA, 2018).

Entretanto, Adomilli (2007; 2012) nos diz que nas análises realizadas na década de 1970 o tema da relação entre tradição e mudança tende a se limitar a essa dualidade artesanal x industrial, que vem ao encontro da ideia de oposição entre o modo de vida tradicional e a lógica de mercado. De acordo com essa perspectiva, podemos considerar que, de modo geral, a primeira caracteriza-se pelo predomínio do modo de vida tradicional e utilização de tecnologia simples, e a segunda caracteriza-se pelas relações de trabalho predominantemente capitalistas e pela utilização de tecnologia de ponta em embarcações (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994).

A partir dos anos de 1990, uma série de estudos cobertos pelo grande tema Mudanças em comunidades pesqueiras passaram a incorporar esse campo epistêmico de forma muito profícua, cujas reflexões e análises encontram-se, na sua grande maioria, ancoradas em dados etnográficos oriundos de pesquisas em diferentes contextos sociais, culturais e ambientais onde as condições de vida dos trabalhadores da pesca conheciam novos questionamentos em face a outras complexidades sociais: a questão ambiental, as políticas relacionadas à pesca, a busca de direitos e reconhecimento das mulheres e de territórios, as demandas globais e de transformações industriais.

Esses estudos abarcam temas como a tensão entre tradição e modernidade na pesca artesanal, mas pensam, agora, esta questão no âmbito da articulação, que é tensional, mas apresenta uma perspectiva ressemantizada, relativa à condição ecológica dos pescadores se situarem frente a injunções de mudança. Para Adomilli:

> Neste sentido, embora não possa ser negligenciado o risco permanente de não-reprodução social dos pescadores artesanais frente a essas adversidades, ou seja, de haver a possibilidade de uma ruptura definitiva em relação ao sistema social e simbólico de grupos específicos, esses estudos mostram como eles caminham para a industrialização, mas de que forma mantêm seu *ethos*, sua identidade social e quais suas estratégias de sobrevivência enquanto categoria social (2012, p.21).

Nessa onda epistemológica de pensar as articulações no modo de vida, houve a revelação de que pescadores e pescadoras não estavam passivos diante do processo hegemônico que se formava ao redor deles/as. A pesquisas perceberam estratégias, fluidez nos processos e contextos, e, assim, “engrossaram o caldo” da produção cientifica no que tange à produção de novos temas como: as formas de interação com o ambiente haliêutico; a ênfase em saberes e cosmologia; modos de perceber e administrar os territórios; ações de governança e gestão de ecossistemas pesqueiros; as relações de gênero na atividade pesqueira/participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca; os processos de organização política e identidade, políticas públicas, entre outros.

Seria prolongado demais me ater ao que cada um desses temas gerou em termos de conhecimento e processo educativo para quem estuda, para quem gesta e para quem exerce a pesca. Cada um deles enriqueceu esse arcabouço teórico e empírico, deram-nos as pistas para, cada vez mais, seguir em frente, pesquisando e percebendo as especificidades de cada história e contexto. Esse movimento vem esclarecer que comungamos e variamos com base no que a vida da pesca está nos dizendo. É um trabalho que se dá de forma conjunta e, portanto, só é profícuo se está sendo realizado a partir do que interessa às pessoas que ali vivem, nos seus próprios dilemas, aspirações e idealizações.

O foco na mulher pescadora, ainda que tardio, vem finalmente se desenvolvendo e crescendo. No próximo tópico apresentarei este percurso, o qual evidencia através do “estado do conhecimento ou da arte”, uma multiplicidade de pesquisas, áreas de formação e focos de análise que nos permitem compreender a relação orgânica da mulher com a pesca artesanal, rompendo com modelos universais

que invisibilizam as mulheres, negando a fluidez e a flexibilidade nos diversos contextos pesqueiros (ALENCAR, 1993). A partir da evidência de múltiplas experiências, dos saberes, dos fazeres e das responsabilidades das pescadoras em comunidades ou em empreendimentos pesqueiros, podemos ter uma compreensão de dimensão abrangente da cadeia produtiva da pesca, uma visão de fato real, inclusiva e responsável da forma como a pesca artesanal vem se fazendo, se mantendo e se transformando no Brasil.

Em diálogo com as demais produções que caracterizam este campo, esta pesquisa vem incorporar teórica e metodologicamente o mesmo, na medida que investiu de se aproximar e conhecer de dentro o universo das pescadoras embarcadas das Lagoas Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos. Buscou-se, através do encontro antropológico, conhecer, aprender e contribuir para a visibilização das mesmas e de suas realidades, suas lutas e enfrentamentos frente às dificuldades vivenciadas nesses contextos da pesca lagunar. A pesquisa ocorreu da conjunção entre mim, pescadoras e autoras/es, como pares nessa empreitada reflexiva e educativa para a construção de perspectivas educacionais transformadoras que contribuam para o fortalecimento e promoção da justiça e equidade ambiental e de gênero.

2.2.2. A constituição do campo de pesquisa Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma onda feminista sobre a pesca

> Não são nossas diferenças que nos separam, mas nossa relutância em reconhecê-las e lidarmos de forma efetiva com as distorções que resultaram de as termos ignorado e confundido (LORDE, 2019, p.150).

A teoria feminista há muito já vem nos dizendo que somente a partir da evidência das múltiplas diferenças, experiências, saberes e fazeres das mulheres no mundo, podemos ter uma compreensão de dimensão abrangente da sociedade, uma visão de fato real e inclusiva. Diante do que Audre Lorde nos diz no excerto acima, não há mulheres invisíveis, há mulheres invisibilizadas. Essa reflexão surge em mim a partir da aproximação, e estudo, da teoria feminista decolonial e interseccional[15], somada às variadas experiências advindas do processo de doutoramento. A primeira

[15] A aproximação com a teoria feminista decolonial e interseccional eu devo a mestre e amiga Rejane Jardim que me apresentou e me iniciou nestes estudos. O aprofundamento a partir do encontro com várias autoras se deu na disciplina Feminismos e direitos sob a perspectiva da Educação Ambiental crítica, ministrada pelas profªs Drªs: Tamires Podewils, Alana Pedruzzi e Simone Freire.

dessas aproximações na pesquisa foi com a revisão da literatura especializada sobre a presença feminina nas diversas atividades que compreendem a pesca artesanal brasileira e, também, com o diálogo com pesquisadoras em grupos de trabalho[16] e eventos[17] sobre pesca e gênero.

Na sequência, a reflexão se tornava mais evidente por meio da vivência e aprendizado intenso com as interlocutoras desta pesquisa, seja nas comunidades, seja no movimento social da pesca, do qual tive a oportunidade de participar em alguns momentos deste processo. É inegável, portanto, a participação das mulheres na cadeira produtiva da pesca artesanal, a qual compreende a captura, a coleta na beira d'água, o trabalho de evisceração, a filetagem, o beneficiamento, a comercialização do pescado, a construção de redes artesanais, a preparação de alimentos e o artesanato.

Entretanto, olhando para os estudos e para a vida dessas mulheres, embora seja inequívoco que estejam participando ativamente das atividades pesqueiras, conformando um grupo heterogêneo e plural de trabalhadoras da pesca, elas continuamente permanecem sendo percebidas como "ajudantes" tanto pela sociedade, como pela comunidade em que se situam, pelo Estado e, em certas situações, até por elas mesmas, pois encontram dificuldades em se autorreconhecerem. (MARTINEZ; HELLEBRANDT, 2019).

Soma-se aqui a própria academia que, ao longo do tempo, vinha dedicando escassa atenção a pesquisas que versem sobre os temas mulher, gênero e pesca, o que nos permite afirmar que o primado da invisibilidade permeava também o olhar hegemônico de pesquisadores e pesquisadoras quando o tema da pesca e dos processos de aprendizagem sobre e com pescadoras aparecem (ALENCAR, 1993).

Isso nos leva a compreender porque a participação das mulheres nas atividades pesqueiras no Brasil somente foi reconhecida em termos históricos, sociais e políticos muito recentemente, e ainda assim, de forma muito frágil. Segundo Beatriz Lourenço Mendes (2020), ainda que alguns pesquisadores/as entendam, ao se

[16] Em destaque para o Grupo Gênero e Pesca, coordenado pela Dra. Luceni Hellebrandt. O encontro foi realizado de forma virtual a partir de 2020 e contou com a presença de pesquisadoras brasileiras

[17] Entre esses destaco o ST 098 – Gênero, Trabalho, Ambiente e Processos sociopolíticos em comunidades pesqueiras e comunidades tradicionais, coordenado por Rosário Andrade (UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco), Edna Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará), Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas); Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, ocorrido de 19 a 30 de julho de 2021; Simpósio Mujeres de la pesca, costa y mar, coordenado por Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas) e outras; VI Congreso Associacion Latinoamericana de Antropología, realizado em 2020.

depararem com a legislação brasileira, de que as mulheres não eram legalmente permitidas a trabalhar na atividade pesqueira até 1988, data da promulgação da Constituição Federal, o que de fato ocorria era uma negligência por parte do legislador que nunca normatizou esta hipótese, considerando que a lei conceitua pesca como ato de captura, e no entendimento social e cultural, quem pesca é exclusivamente o homem.

Segundo Alencar, Palheta e Souza (2015), a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas e nos setores governamentais para o setor pesqueiro artesanal, como a Lei Nacional da Pesca nº 11.959/2009 e o acesso à Política de Seguro Desemprego para o Pescador Artesanal (PSDPA), permitiu que novos atores – incluindo as mulheres pescadoras, passassem a integrar a agenda governamental, provocando mudanças nas ações do Estado.

Importante destacar que essas mudanças tiveram como alavanca o desenvolvimento, ainda que tímido, de pesquisas nas ciências das humanidades interessadas em pensar as condições de existência e trabalho das mulheres no Brasil e das mulheres na pesca artesanal, conjuntamente com a formação, por volta do ano de 2004, dos movimentos sociais das mulheres da pesca como o MPP (Movimento de Pescadores e Pescadoras) e ANP (Articulação Nacional das Pescadoras). Duas linhas de ação (academia e movimentos sociais) que comungando de um mesmo interesse – tirar da invisibilidade as pescadoras – a partir de lugares e posições variadas, foram costurando, entremeando diversos fios e formando uma malha em busca de um mesmo objetivo: desconstruir a ideia de “mulher de pescador” ou “ajudante de pescador” e conquistar reconhecimento de uma identidade - “a pescadora” e, consequentemente, a busca de seus direitos considerados nas suas múltiplas diferenças (ALENCAR 2011; BRITO, 2016; MANESCHY, 1995).

Contudo, essas mudanças não se mantiveram para assegurar os direitos conquistados e, por força de Medidas Judiciais (664 e 665) e Decretos presidenciais (8.424/2015 e 8.425/2015), a definição do conceito de pesca e de pescador artesanal foram alteradas, assim como houve a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura e a mudança da Secretaria da pesca para o Ministério da Agricultura[18]. Essas alterações vêm ameaçando conquistas importantes no campo dos direitos dos pescadores e das pescadoras artesanais, trazendo de volta a realidade de uma longa história de

[18] O Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto pela reforma ministerial em outubro de 2015, e a Secretaria da pesca resta incorporada pelo Ministério da Agricultura.

invisibilidade, exclusão e desvalorização do trabalho, sobretudo, das pescadoras. (ALENCAR; PALHETA; SOUZA, 2015). Esse cenário nos mostra o quanto essa identidade de mulher pescadora tende a estar sempre sendo vigiada e reafirmada frente às concepções hegemônicas de poder, do capital e do patriarcado que orientam políticas públicas excludentes.

Para entendermos de onde partimos e para onde estamos indo, importante destacar que no que se refere aos estudos acadêmicos nas áreas das humanidades, o tema mulher teve emergência no início da década de 1970. Nessa década, assistimos um esforço provocado pelo movimento feminista no Brasil e no mundo em dar visibilidade à mulher como agente social e histórico. Buscava, neste momento, legitimar a mulher, principalmente a mulher trabalhadora, como objeto de estudo (COSTA; BARROSO; SARTI, 2019).

Em seguida, surge a categoria gênero, considerada útil para a análise histórica (SCOTT, 1995), traduzida em produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. Essa categoria de análise envolve em si a noção de poder que é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição na organização da vida social (SORJ, 2019, p.100).

Numa perspectiva temporal, Angélica Motta-Máues, em seu artigo intitulado *Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil* (1999), traz uma síntese sobre a sequência de análise nas pesquisas, vejamos:

> Em síntese pode-se observar que as pesquisas seguiram a seguinte sequência: [...] 1) na análise dos papéis sexuais, 2) nos estudos de mulher, 3) na “superação” destes pela perspectiva relacional dos estudos de gênero. Numa perspectiva temporal a correspondência seria: antes e até meados dos anos 70, com papéis sexuais; para final desta década até meados da de 80, com mulher; e mais para o final dos 80, “especialmente a partir de 1987”, segundo Machado (1992, p.36), com gênero”. (MOTTA-MÁUES, 1999, p.389).

Nesse cenário de descobertas, interessadas/os em revelar o lugar e as condições que as mulheres estavam ocupando na esfera social, econômica e política brasileira, a partir da década de 1990, pesquisadoras e pesquisadores provocados por esses conceitos e categorias e, olhando para a realidade da pesca no Brasil, começaram a desenvolver estudos questionando alguns pressupostos epistemológicos sobre como a pesca se organizava. A partir daí, passaram a

considerar as formas de participação que homens, mulheres e crianças desempenhavam, tendo em vista a existência de uma cadeia produtiva da pesca.

A área da Antropologia e da Sociologia foram pioneiras nesse debate a partir dos trabalhos de Edna Alencar (1991), Anamaria Beck (1991), Ellen Woortmann (1992), Maria Cristina Maneschy (1995), Maria Angélica Motta-Maués (1999), as quais demonstraram que as mulheres estão na pesca, e o papel que desempenham é de fundamental relevância para que a mesma aconteça e se reproduza. Denunciaram, a partir de suas pesquisas, a condição de exclusão e invisibilidade das pescadoras no universo do trabalho pesqueiro, bem como uma certa fluidez nas atividades e espaços em que estas se davam.

A partir das evidências percebidas em campo, teceram críticas consistentes nos estudos sobre a universalização das assimetrias e a valorização de algumas atividades e de seus executores, em detrimentos de outros elementos, aspectos e participantes na pesca artesanal, sinalizando para a importância de se ater as particularidades das situações sociais que homens e mulheres estabelecem de forma relacional na pesca artesanal. Esse estrabismo ou cegueira, por parte da academia, como bem destacam Alencar, Palheta e Souza (2015), já vinha sendo discutido na Antropologia – afinal, como era possível construir algum conhecimento antropológico sem as mulheres? (BONETTI, 2009, p.107 *apud* ALENCAR, PALHETA; SOUZA, 2015, p.44).

Os trabalhos de Edna Alencar (1991; 1993) e Maria Angélica Motta-Maués (1999) foram pioneiros na crítica de cunho epistemológico às várias etnografias, muitas delas citadas na seção anterior deste capítulo, as quais olharam para as comunidades pesqueiras do litoral nordestino e paulista, por exemplo, e apontaram para um esquema rígido de divisão sexual do trabalho – homens no mar e mulheres na terra, desconsiderando a existências de trânsitos, de fluidez e permeabilidade dos espaços e das atividades onde homens e mulheres transitavam entre a terra e as águas realizando atividades diversas e complementares. Alencar, Palheta e Souza (2015, p.46) nos dizem:

> A definição do termo pesca com base nos tipos de atividades e dos sujeitos que as realizam, associada a um determinado espaço, a uma temporalidade específica, e ao gênero masculino, reforçou um modelo de organização social e divisão sexual do trabalho na pesca.

Esse modelo de divisão sexual do trabalho nas comunidades pesqueiras se caracterizou, então, pela ênfase que é dada à distinção das atividades e dos espaços

de acordo com os gêneros e, portanto, a captura, ou seja, estar trabalhando nas águas na busca pelo pescado, é tida como a atividade mais significativa para a economia do grupo, a mais valorizada, a que requer “força e coragem” e, portanto, acaba por ser atribuída, exclusivamente, aos homens. Lourdes Furtado (2004, p.50) destaca que essa ideia nos conduz à “heroicização dos homens face aos desafios que o mar coloca para aqueles que os enfrentam, reafirmando a fragilidade da mulher para o trabalho em ambientes tão arriscosos”. Para exemplificar esse pensamento, insiro a narrativa de um pescador na pesquisa de José Colaço Dias Neto:

> A lagoa naturalmente é perigosa e a vida de pescador é árdua. Pescador tem que ser corajoso**, homem**, inteligente, forte, sagaz, rápido, pensar rápido, ser sabido, ter fibra. (COLAÇO DIAS NETO, 2012 - grifo meu).

De fato, o ambiente é arriscoso e a pesca é uma atividade árdua e muito pouco reconhecida, especialmente a de pequena escala, com baixa autonomia e investimento tecnológico e baseada na organização familiar, mas este quadro é incompleto. Há muito mais a ser dito, apontam Lopes, Freitas e Begossi:

> [...] por trás do pouco reconhecimento socioeconômico do pescador e da glorificação dos riscos da atividade. Há de ser contado que a pesca não é praticada só por homens, que o peixe não é comercializado só por homens, que toda a sua cadeia produtiva não é formada só por homens, que a segurança alimentar das comunidades pesqueiras não é garantida só pelos homens. Ou melhor, há de ser contado que as mulheres também pescam, as mulheres também vendem o peixe, por vezes até mais que os homens, as mulheres fazem parte de toda a cadeia produtiva da pesca, da rede ao prato e, não raro, as mulheres garantem a segurança alimentar da família por meio da pesca até mais que os homens (2020, p.2).

O gênero então, como categoria central de análise, assumiu esse estatuto teórico e epistêmico que possibilitou lançar luz aos aspectos da transformação imposta às vidas das mulheres que foram capturadas pela nova ordem colonial/moderna (SEGATO, 2012, p.116) e, como ferramenta, questionou esse quadro onde pescador é somente quem pesca o peixe, e quem pesca, é homem. Esse conceito limitado e excludente sobre pesca e sobre quem pesca retirou das mulheres a identidade de pescadora, levando para a invisibilização tanto as que estão em outras atividades da cadeia produtiva da pesca, como as pescadoras que atuam na captura do pescado (GERBER, 2015).

Contudo, o que pretendo evidenciar nessa seção é que o conjunto de pesquisas sobre e com as mulheres pescadoras formou um *corpus* educativo que vem crescendo

num processo corresponsivo de comunhão e variação entre pesquisadoras, pesquisadores e as mulheres da pesca, expondo relações de poder que sustentam hierarquias tradicionais, tanto da ordem da organização, como do conhecimento. Mas para isso, foi preciso entender que não era o modelo que iria nos dizer sobre as realidades, foi preciso chegar perto e olhar de dentro – pesquisar e pesquisar novamente, atentar para as diferenças, conforme nos ensina Ingold (2020) e a epistemologia feminista decolonial,

Seguindo as pioneiras da ruptura epistemológica, a partir dos anos 2000 inicia-se um crescimento interessante nas pesquisas sobre a participação das mulheres em contextos pesqueiros, como demonstrou o recente balanço da produção acadêmica entre os anos de 2007 e 2017 desenvolvido por Suelen Souza, Natália Ribeiro e Silvia Martínez, publicado em 2019 como parte dos trabalhos que compõe a importante obra *Mulheres na atividades Pesqueira no Brasil*, organizado por Silvia Martínez e Luceni Hellebrandt (2019). Sobre o balanço, nos dizem as autoras:

> Fazer tal levantamento permite que se conheçam os limites da produção científica sobre determinado assunto, bem como os subtemas mais pertinentes ou explorados nas diversas regiões e universidades (SOUZA; RIBEIRO; MARTÍNEZ, 2019, p.22).

De fato, o referido estudo revela informações importantes com base em dados quantitativos e qualitativos sobre a construção desse *corpus* educativo que se forma a partir da busca pelas palavras-chave: mulher na pesca, mulher na atividade pesqueira, mulheres na pesca/pescadora. No período de dez anos, apontam, há a produção de quarenta e cinco (45) publicações no Brasil, entre dissertações e teses, as quais se destacam duas categorias que as pesquisas, neste recorte temporal, priorizaram: o trabalho feminino e as tradições culturais. Entre esses trabalhos, apenas oito (8) foram desenvolvidos por pesquisadores (homens), o que revela, segundo as autoras, que “fica a cargo das mulheres pensarem, refletirem e levarem para a academia e para o universo da pesquisa essa temática tão relevante e obscurecida” (*Ibid*., p.30).

Além disso, o estudo traz dados relevantes sobre a distribuição da produção segundo as regiões brasileiras[19] e universidades públicas e privadas[20]. Diante dos trabalhos selecionados, as autoras identificaram oito (8) categorias temáticas que nos mostram a variedade de subtemas que estão diretamente ligados à vida na pesca pela ótica da mulher pescadora, pela vivência e participação ativa na atividade, vejamos (*Ibid*., p.24):

Categorias de análise identificadas no corpus selecionado. Dissertações/Teses Autores/ano:

1- Relações de trabalho e organização social da pesca (Reconhecimento/ invisibilidade/identidade): Fassarela (2007), Goes (2008), Andrade (2010), Mello (2010), Rocha (2011), Gerber (2013), Figueiredo (2013), Almeida (2013), Martins (2013), Silva (2013), Brasil (2015), Bezerra (2015), Melo (2015), Jesus (2016), Mendes (2016), Hellebrandt (2017).

2- Saberes tradicionais/técnicas de pesca/preservação/ mitologia: Rocha (2010), Britto (2012), Nogueira (2012), Galvão (2013), Palheta (2013), Pereira (2014), Graça (2014), Bittencourt (2017), Furtado (2017), Stopilha (2015).

3- Políticas Públicas/Direitos Sociais, Participação e representação: Rosário (2009), Cavalcanti (2010), Soares (2012), Rodrigues (2013), Kaiser (2014), Nascimento (2014), Maia (2015), Oliveira (2016), Santos (2016), Arruda (2017), Garrido (2017).

4- Gênero e violência na pesca: Araújo (2010).

5- Pesca e adoecimento/ representações/ riscos ocupacionais: Martins (2015), Borges (2017).

6- Conflitos e Problemas socioambientais: Perez (2012), Diogenes (2014).

7- Educação não formal e ambiental crítica: Furtado (2010), Souza (2017).

8- Perfil socioeconômico: Silva (2015).

Em recente trabalho[21] apresentado pelas pesquisadoras Maria do Rosário Leitão e Luceni Hellebrandt (2022), podemos acessar um novo balanço sobre as

[19] A região nordeste aparece em primeiro lugar (44%), seguida pelas regiões sul (27%) e norte (21%), a região sudeste, apesar da extensa área litorânea, conta com um número reduzido de pesquisas (6%). O estado mais produtivo é o da Bahia, seguido pelo Pará e Paraná, e há equivalência de número de trabalhos nos estados de Santa Catarina, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

[20] A maior parte das produções se concentra em universidades públicas federais, seguidas pelas estaduais e apenas uma em universidade particular

[21] Trabalho apresentado em comunicação oral na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (28/08 a 03/09 de 2022 – formato *online*) – GT15 Antropologia dos povos tradicionais costeiros. Título do Trabalho: relações de gênero no universo pesqueiro. Reflexões a partir das produções científicas em português (LEITÃO, HELLEBRANDT, 2022. Trabalho ainda não publicado em Anais.

produções científicas em língua portuguesa sobre as relações de gênero no universo pesqueiro. Segundo as autoras, no período entre 1993 a 2022, foram publicadas, na base de dados *Oasisbr*, 337 publicações, observadas a partir da busca pelas palavras: mulher/pesca; mulher/atividade pesqueira; gênero/pesca; gênero/atividade pesqueira.

Além do tímido, mas esperançoso, crescimento na produção, os levantamentos nos apontam para dois dados muito relevantes. O primeiro, é a construção de uma linhagem formada a partir dos estudos das precursoras da virada epistemológica e, que se seguem com elas para outros subtemas, novos desafios que as lentes do gênero e a teoria feminista focalizam em direção a desvelar a vida e ação das pescadoras frente aos desafios da vida na pesca.

Nesse movimento passaram também a levar em conta a articulação entre gênero, classe, trabalho, raça, sexo e geração, categorias que precisam estar articuladas para podermos pensar a diferença nas diversas experiências existenciais de opressão e desigualdade. A teoria feminista, nesta perspectiva interseccional, nos conduz a aprender com as experiências históricas e culturais particulares, principalmente de mulheres do sul global, pobres, negras, latinas e indígenas.

O segundo dado relevante se refere exatamente à ausência de dados, ou seja, sem pesquisa não teremos dados, e sem dados da realidade não tem como haver visibilidade e, portanto, sem visibilidade não há justiça nem equidade. Por esta razão, a importância de pesquisarmos cada vez mais esse universo, centrando nosso olhar para as situações diversas e para aquelas mulheres que, mesmo com o crescimento nas pesquisas, ainda se encontram cobertas pelo manto da invisibilização, como é o caso das pescadoras embarcadas, ou seja, aquelas que atuam na etapa da captura do pescado em embarcações – as interlocutoras desta tese.

Segundo os dados da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura[22], só no Brasil, dos quase um milhão de pescadores/as artesanais, 45% são mulheres. E no último relatório FAO - SOPIA (2020) os dados sobre a pesca no mundo revelam que do total das pessoas envolvidas com o setor primário da pesca de captura, 12% são mulheres, vejamos:

> *An estimated 59.51 million people were engaged (on a full-time, part-time or ocasional basis) in the primary sector of capture fisheries (39.0 million people) and aquaculture (20.5 million people) in 2018, a slight increase from 2016.* ***Women*** *accounted for 14 percent of the total, with*

[22] Dados no texto de *Simone Santarém n*a plataforma da FAO http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1237574/ Acesso: 28/04/2020

> *shares of 19 percent in aquaculture and* ***12 percent in capture fisheries.***

Do balanço das produções e das análises anteriores a esta década, pude constatar que, de certa forma, a maioria dos trabalhos apresentam a existência das pescadoras embarcadas nas mais diversas localidades pesqueiras no Brasil; entretanto, um número muito inexpressivo centra suas análises diretamente a essa trabalhadora, como é o caso da brilhante e inédita pesquisa de Rose Mary Gerber sobre as pescadoras embarcadas de Santa Catarina, publicada em livro em 2015, a qual aborda a realidade do mundo das mulheres na pesca, os sofrimentos, as dificuldades de reconhecimento, os sonhos e os projetos dessas pescadoras de captura.

Sobre especificamente a categoria pescadora embarcada no estuário da Lagoas dos Patos e na Lagoa Mirim não foram localizadas pesquisas publicadas até o presente ano. O que se localiza, mais uma vez, são trabalhos que trazem essa trabalhadora nestes contextos lagunares, mas no bojo mais amplo da realidade pesqueira exercida por mulheres. Alguns exemplos importantes são os trabalhos de Luceni Hellebrandt (2017), Melina Galvão (2013), Carolina Bittencourt (2017), Simone Fassarella (2007), Stella Maris Pieve (2012).

Quando olhamos para a produção sobre pesca e mulher ou pesca e gênero na área da Educação Ambiental, a situação não se mostra diferente. Seguindo o banco de teses e dissertações deste Programa de Pós-Graduação (PPGEA/FURG), somente cinco (5) trabalhos publicados foram encontrados nas categorias acima referidas, são eles: Melina Galvão (2013), Simone Fassarella (2007), Alice Monteiro (2008), Clara da Rosa Pereira (2020), Thaís Saggiomo (2020), Marcia Borges Umpierre (2021). Cabe ressaltar que podem existir outros trabalhos que versem sobre mulher e pesca, mas não estão catalogados nessas categorias. Sobre especificamente pescadoras embarcadas não existe investigação catalogada no banco de dados referido.

Rose Gerber (2015) já nos apontava para a importância de olharmos para as especificidades das vidas das pescadoras embarcadas, e esta pesquisa que desenvolvi no âmbito de uma Educação Ambiental comprometida com a construção de perspectivas simétricas e transformadoras, revelou que elas, por romperem de forma mais radical com esse modelo de suposta divisão sexual do trabalho instituído na pesca artesanal – homens nas águas, mulheres em terra, acabam, de igual forma,

por viver radicalmente as consequências diretas dos problemas e assimetrias socioambientais.

Por isso, é interessante nos questionarmos sobre o porquê dessa ausência nas pesquisas. Será que estamos bebendo da fonte hegemônica e deixando nos contaminar com a ideia de que mulher não pesca de forma embarcada? Ou que elas, por exercerem a captura, estão abrigadas pela lei? Será que estão mesmo?

A pesquisa me mostrou que estamos perdendo muito em não nos debruçarmos sobre essa realidade, haja vista o potencial que existe, sobretudo na Educação Ambiental, em compreender e revelar as pedagogias das pescadoras que estão nas águas, neste espaço dito “masculino”, construindo aprendizagens de forma corresponsiva e multiespécies (com seres humanos e não humanos) articulando tradição e modernidade. E mais, pensar como se engajam na pesca e nos ambientes a partir de corpos femininos, como fazem para aprender a pescar e navegar, bem como se manter e ensinar as novas gerações diante das vulnerabilidades da pesca e do ser mulher na sociedade patriarcal. Também, fundamental para o campo científico, em especial para a pesquisas em Ecologia Política Feminista, compreender como fazem para desembarcar e se juntar na organização e luta contra as desigualdades, não reconhecimento, falta de acesso a fomento, financiamento e recursos, bem como no combate aos crimes ambientais e desconsideração dos saberes tradicionais.

Para finalizar esta seção, retomo Lélia Gonzales (2020), sobre os prejuízos da hegemonia do saber/poder na sociedade moderna, pois a grande maioria de nós não estávamos “compondo a mesa” na construção de entendimentos de mundo, teorias e conceitos ao longo da história. Como a escrita vaza subjetividade, na ciência esse vazamento veio da subjetividade, sobretudo masculina e branca. Por isso, podemos entender o porquê das pesquisas demorarem tanto para incorporar a categoria gênero em suas análises sobre pesca no Brasil e nas pesquisas em geral, sobretudo em ciências sociais e humanas.

A epistemologia hegemônica opera por exclusão e, portanto, provoca epistemicídios. O feminismo engajado em pensar as diferenças, busca aquilo que a epistemologia hegemônica fez desaparecer e assim, rompe com o apagamento sistemático de produção e saberes. Contar histórias de mulheres é trazê-las para a visibilidade, é compor com elas nesse ato coletivo e político, a fim de propormos futuros dignos e justos. A constituição desse campo, como já apontei, se construiu epistemologicamente a partir do trabalho quase majoritariamente de pesquisadoras

de diversas formações, centros de pesquisa e regiões deste país, as quais abriram os caminhos ultrapassando barreiras hegemônicas do conhecimento e seguiram em frente, incessantemente, com foco para visibilidade das mulheres da pesca, seus saberes, fazeres e também seus conflitos, contribuindo para um entendimento totalizador da pesca brasileira.

3. CAPÍTULO II – *"SE TU QUERES APRENDER, TENS QUE VIR AQUI":* OS CAMINHOS DO TRABALHO ANTROPOLÓGICO

> Tudo ainda era observado, captado, localizado, pescado a partir do que o olho vê; do que o ouvido escuta, da mão que puxa e, portanto, do corpo que sente (GERBER, 2015, p.32).

Quando ingressei no doutorado, ou mesmo antes, quando decidi pesquisar sobre mulheres na pesca artesanal, sabia que seria um desafio, uma vez que a "navegação" neste universo começava do marco zero na busca pelas pescadoras embarcadas. Hoje, penso que o processo de pesquisa foi análogo ao próprio ato de pescar, eis que nas duas atividades existem etapas a serem cumpridas para que se possa avançar. Etapas permeadas de imprevisibilidades até se chegar em terra novamente ou, no caso da pesquisa, de se chegar nesta escrita. A primeira etapa de uma pescaria, ou de uma pesquisa, é a preparação. No caso da pesca, inicia-se com a conferência das condições meteorológicas, com a checagem do barco, do motor, do combustível (óleo diesel ou gasolina) e das redes, com a compra de mantimentos, remédios, com a organização das roupas e, no caso das pescadoras, ainda é preciso deixar tudo em ordem no âmbito da casa e com a rotina dos/as filhos/as ou de quem dependa delas.

Na segunda etapa acontece a partida, liga-se o motor e, estando tudo certo, inicia-se a viagem. A embarcação afasta-se lentamente da terra em direção à imensidão da lagoa, rumo ao local de pesca escolhido. Nessa travessia, acontecimentos imprevisíveis podem começar a atravessar a pescadora e a embarcação, como por exemplo, ritmo da maré, ventos, chuva, tempestades. De tempo em tempo é preciso acelerar ou desacelerar o motor, de acordo com a exigência dessas condições. A visão de longe alcance é uma habilidade desenvolvida e acionada para poder prever algo que está distante ou atentar para o tráfego de barcos; quem está passando e porque está passando diz sobre a movimentação da pesca naquele lugar. Na próxima etapa temos a chegada ao ponto escolhido para a prática da pesca. Desliga-se o motor, joga-se a âncora, e a pescaria começa num jogo de lançar e puxar redes. Pelas mãos de quem lança, puxa e safa[23] vem a revelação do mundo que a pesca abarca – fartura, escassez, realizações, amor, liberdade e conflitos. Na sequência, a etapa final é voltar para a terra e contabilizar o feito e as

[23] Safar é o termo que os pescadores e pescadoras utilizam para se referir a retirada do peixe da rede.

transformações (nunca se volta igual) sobre mais um dia imprevisível da arte de pescar.

Assim também é a pesquisa etnográfica, esta arte criativa e científica que, permeada de imprevisibilidades, constrói-nos enquanto pesquisadoras e pesquisadores na relação viva com nosso campo de trabalho, onde até podemos definir algumas etapas, mas não todas. Tudo tem seu tempo. Esta experiência dependeu da biografia da pesquisadora, das opções teóricas dentro da disciplina, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuraram no dia-a-dia, no próprio local de pesquisa entre eu, as pescadoras e todas a pessoas que estavam envolvidas nesse processo. Assim como na pesca, o próprio campo de pesquisa nos dá a direção apontando os próximos passos, tecendo as redes e entralhando as relações em curso.

A metodologia vai se alinhando conforme vamos experienciando e, assim, construímos o campo de investigação a partir da vivência nele. Eis, aí, a razão do porquê algumas predefinicões metodológicas não cabem quando se pratica o método antropológico. Nesse sentido, Mariza Peirano (1995; 2014; 2016) evidencia que a etnografia antropológica não seria somente método, ou seja, não é uma prática predefinida que acontecerá no trabalho de campo, ela é essencialmente uma posição teórica construída pela composição de fatores subjetivos, intersubjetivos, de formação e das condições surgidas o tempo todo no campo, vejamos:

> Etnografia não é método. Não é uma prática que, definida antes da pesquisa, vai guiar o que acontecerá no momento que se convencionou chamar de trabalho de campo. A etnografia antropológica é essencialmente uma posição teórica.
> Esta proposta não é nova, mas recuperada e reciclada, como costuma acontecer nas humanidades — muitas ideias de hoje, se olharmos o passado, podem ser encontradas submersas nos trabalhos de antecessores. Lévi-Strauss (1977:26) falava sobre a “dúvida antropológica” que guia o pesquisador; T. N. Madan (1994:159), do “sentido de surpresa” necessário à investigação. A surpresa nos remete aos acasos, aos acontecimentos inesperados, ao imprevisível e, fechando um círculo, de volta aos imponderáveis de Malinowski (1984) e à defesa de EvansPritchard (1950) de que as condições fundantes para o bom resultado da pesquisa de campo devem ser encontradas não apenas na formação do pesquisador, mas também em sua personalidade e nas condições de campo (PEIRANO, 2016, p. 237).

Com base nisso, não há dúvida de que o fazer antropológico é educativo em sua constituição, pois aprendemos fazendo da mesma forma que as nossas interlocutoras fizeram e, ao final, transformadas, propagamos esse conhecimento com

base em tudo que vivemos com elas/eles nos ambientes-mundo (INGOLD, 2020). Na pesquisa, passei por várias etapas que me forjaram como pesquisadora da “pesca” e futura educadora ambiental. O termo pesca entre aspas é utilizado, pois sugere ir além das práticas de trabalho nas lagoas. A pesca é mais do que um trabalho e um ofício, ela é um modo de vida. Assim como a Antropologia está para além da etnografia, e esta, para além do método; é teoria vivida e, portanto, como a pesca, são ambas educativas.

Iniciei o percurso me debruçando sobre os referenciais que tratavam do tema da pesca e mulheres na atividade pesqueira e, somando a isso, retomei literaturas das epistemologias ecológicas, Educação Ambiental em diálogo com essas perspectivas e a teoria feminista decolonial e interseccional. Em seguida, busquei informações sobre a existência das pescadoras e sobre as especificidades ambientais, sociais e econômicas da Lagoa Mirim e da Lagoa dos Patos, pensando esses lugares como territórios de existência para as pessoas que vivem da pesca.

Na sequência, expliquei a pesquisa para muitas pessoas, amadureci a ideia para mim mesma, fiz muitos contatos, contei com a sorte, a qual, diga-se de passagem, esteve comigo sempre. Na etapa seguinte, com os contatos em mãos, parti lentamente para os lugares da pesquisa. Atenta, ouvia e olhava para tudo que estava acontecendo, tentava mirar ao longe, mas ainda era muito difícil. Segui técnicos/as, gestores/as, amigos/as e pesquisadores/as que me guiaram no processo e, assim, cheguei até ela. Era, então, tempo de ancorar e jogar as redes, pescar e aprender com elas, com o imprevisível e o incerto, mas também com a alegria e a esperança que brilham nos olhos das pescadoras.

O relato do pescador que encontrei na Ilha dos Marinheiros que, ao ser indagado por mim sobre a existência de mulheres pescadoras de captura, disse que “mulher não pesca, ela ajuda com o peixe”, foi de fato a partida do motor para a minha inquietação e, consequentemente, a busca por elas. A inquietação se intensificou quando, logo no início deste processo de doutoramento, mais precisamente no ano de 2018, tive acesso a duas matérias de jornal publicadas no ano de 2007, uma no jornal Diário Popular da cidade de Pelotas e outra na Zero Hora, jornal do Estado do Rio Grande do Sul. Ambas matérias traziam de forma inédita a notícia sobre a existência de mulheres pescadoras artesanais nas águas da Lagoa Mirim, lagoa esta que se localiza no extremo sul do Brasil (Figura 3), muito próxima a Pelotas, cidade onde vivo. Em uma das matérias, a pauta se referia à fundação da primeira Colônia

de Pescadoras no Rio Grande do Sul, chamada Nossa Senhora Aparecida, localizada na Z-25 em Jaguarão, cidade que beira as águas da Lagoa Mirim.

Assim, diante da resposta do pescador, das matérias jornalísticas (Figuras 23 e 24) e, ainda, somado a uma série de dicas e sinais de colegas e amigas/os que iluminaram a escuridão própria de toda pesquisa que se inicia, e, que por sorte, embarcaram comigo nessa "aventura antropológica" *(*CARDOSO, 1988), parti para o trabalho de campo.

"Se tu queres aprender o que a gente faz, tens que vir aqui" essa foi a primeira orientação que recebi das pescadoras, e foi o que fiz. Comprometida com o fazer antropológico, o qual se apoia no intenso e sistemático trabalho de campo, priorizando a observação participante, o propósito foi estar junto, vivendo, fazendo e aprendendo com as pescadoras (MALINOWSKI, 1984) a partir da experiência com elas (INGOLD, 2011). O resultado desse processo, portanto, nada mais é do que um encontro educativo e transformador para todas e todos os envolvidos no processo de pesquisa e para além dele – para a vida.

Contudo, o que trago aqui neste capítulo é exatamente a forma como iniciou esse encontro, ou nos termos de Roy Wagner (2010) esse elo entre culturas com as pescadoras interlocutoras e com os lugares da pesquisa. As leitoras e leitores vão perceber que o movimento foi dialético, um vai e vem de experiências postas no curso desta pesquisa e, que no ato de construir um entendimento da vida das pescadoras, acabo por (re)construir o entendimento da minha própria realidade. Essa construção dialógica, entendo que fortalece e se coaduna com os preceitos e fundamentos de uma Educação Ambiental que tem constituído um campo teórico e um espaço público privilegiado para a difusão de noções de natureza não dogmáticas, nem totalitárias e em estreita relação com a diversidade cultural e social do nosso país, num movimento intenso por justiça ambiental, que inclui também a justiça de gênero.

Nesse movimento, entendo ser importante destacar a posição assumida na pesquisa de que as pescadoras não são informantes, elas são interlocutoras. Roberto Cardoso de Oliveira (2006) nos diz que transformando a "informante" em "interlocutora", uma nova modalidade de relacionamento surge, a relação é dialógica, e as consequências epistemológicas guardam, pelo menos, uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevista, isso porque os horizontes semânticos em confronto abrem-se uns aos outros, de maneira a transformar o confronto ou choque cultural em um verdadeiro encontro antropológico.

Oliveira reforça que isso acontecerá, desde que a pesquisadora tenha a habilidade de ouvir a nativa e por ela ser igualmente ouvida, encetando formalmente um diálogo entre iguais.

Nesse processo de encontro, além de ser interlocutora, fui também sombra, alma, carne e vísceras das pescadoras. Sombra no sentido dado por Rose Gerber (2015), a qual definiu e assumiu essa posição enquanto método quando pesquisou com pescadoras embarcadas de Santa Catarina. Rose denominou a prática da observação participante para as suas interlocutoras, explicando que sombra significava que, o que elas fizessem e aonde fossem, ali estaria a pesquisadora, como uma espécie de duplo delas. Se somos sombra, o propósito é de que elas sejam a luz.

Mas além de sombra, fui mais, pois estando com elas os fluxos e influxos também me atravessaram e afetaram o meu corpo e a minha alma. Senti minha carne e minhas vísceras pulsarem em cada desafio vivido com as pescadoras. Assim, seguindo a perspectiva ecológica e fenomenológica de Ingold (2011) e utilizando as ferramentas da teoria feminista decolonial, pesquisei a pesca embarcada praticada por mulheres da mesma forma que elas fazem, ou seja, com meu corpo alinhavado ao mundo e assim, o meu corpo ampliou meus sentidos. Senti na alma e no corpo o que é ser uma pescadora e me constituí como um duplo delas, assumindo o que Silvana Nascimento (2019, p.478) define como um lugar na fronteira entre-mundos. Nesse “entre”, de acordo com a autora, seguimos os caminhos da pesquisa nas relações de alteridade que permitem “encontros e desencontros que animam o pensamento, reavivam os sentidos, descolonizam a visão.”

Outra via metodológica que essa investigação abarcou foi o uso das redes sociais, ou seja, o mundo *online* em pesquisa etnográfica em seu papel interpretativo e analítico, e como facilitador para manter contato, haja vista as possíveis distâncias das localidades de pesquisa. Cláudia Ferraz (2019), esclarece que passou a ser impossível para a Antropologia ignorar a estrutura da vida cotidiana nas relações sociais imersas nos contextos da conexão *online*, já que isto dinamiza um novo contexto de atuação da realidade.

Para a autora, as práticas analíticas em rede não corrompem a pesquisa de campo em Antropologia, pelo contrário reforçam, contribuem, e, inspirada em Marcel Mauss, um dos pioneiros da disciplina, atenta para o fato de que “reatualiza os fundamentos da etnografia pela possibilidade do encontro com uma série de dados,

os quais isolados podem parecer insignificantes, mas que juntos, inspira a pensar, seguem a representação da concentração de uma série de princípios e valores" (FERRAZ, 2019, p. 48).

Além desses pontos, a pandemia da Covid-19 me impôs lançar mão das técnicas das redes sociais com as pescadoras no período de isolamento. Tal ferramenta se mostrou importantíssima para que eu pudesse manter contato com elas, recebendo informações sobre como estavam lidando com o desastre da pandemia e quais eram as estratégias utilizadas para permanecerem pescando. Entretanto, apesar de ter sido uma ferramenta útil, jamais substituiu ou eliminou a potência analítica de viver presencialmente a vida na pesca com as pescadoras. Isso trouxe, de certa forma, prejuízos ao cronograma que eu havia construído, perdi muitas pescarias, bem como a oportunidade de ter estado mais tempo com as pescadoras.

Considerando o espaço de tempo que ficamos isolados entre março de 2020 e março de 2021, o trabalho de campo foi realizado de forma intermitente durante os quatro anos de pesquisa. Iniciei em março de 2018, momento que parti para as primeiras incursões no estuário da Lagoa dos Patos e na Lagoa Mirim e, finalizou em março de 2022 como demonstrarei na descrição dos encontros a seguir. Foi nesse ínterim de quatro intensos anos de pesquisa, de forma presencial ou *online*, que experienciei processos educativos e formativos de mulheres pescadoras embarcadas. Ambientes, saberes, práticas, histórias e corpos femininos que formam outras pedagogias em estreita relação com as águas lagunares do sul do RS e, que para entendê-las, precisamos ir além do que está na superfície, no que diz respeito somente ao que as pescadoras falam e sabem. Foi preciso arriscar/atentar/mergulhar, no sentido de lidar com o que está abaixo da linha d'água, lançando mão da observação participante, e segui-las para aprendermos como elas fazem na prática para viver, ensinar e se manter na pesca diante das mudanças e conflitos.

No item seguinte, dedicar-me-ei, primeiramente, a apresentar alguns aspectos mais gerais do estuário da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim (Figura 1), como forma de situar a leitora e o leitor nesses territórios de existência a partir do contexto geográfico e ambiental desses espaços. Em seguida, apresento os deslocamentos, esperas e encontros construídos em campo que acabaram por definir os lugares da pesquisa (Figuras 2 e 3) e as principais interlocutoras, bem como as muitas pessoas que fizeram parte dessa história.

3.1. As lagoas: territórios de existência

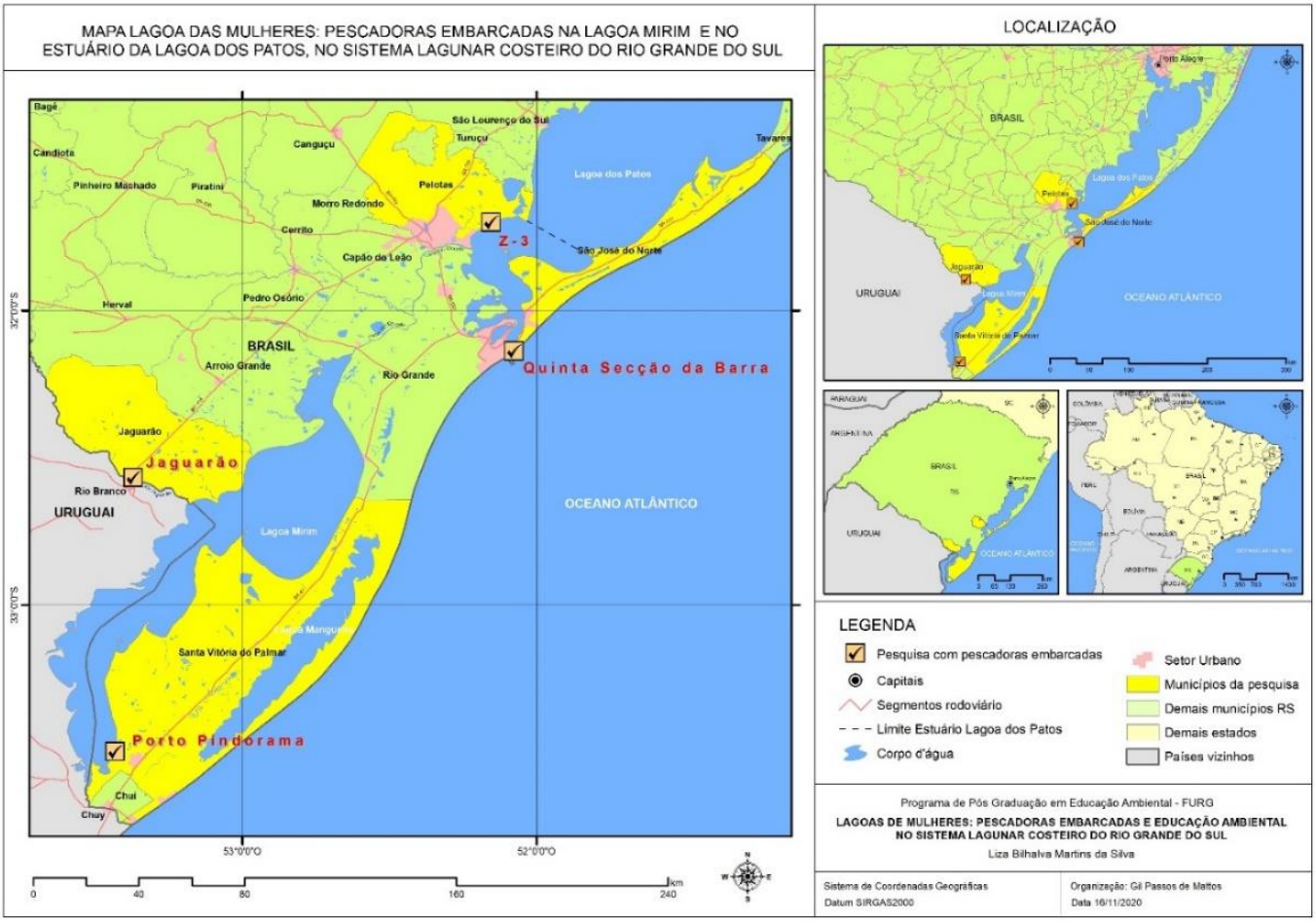


Figura 1 - Mapa das Lagoas dos Patos e Mirim: delimitação das áreas da pesquisa

O estado do Rio Grande do Sul está rodeado de ambientes aquáticos. Dentre eles, a Leste está o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos; a Sul está a Lagoa Mirim; na parte central do estado está o Delta do Jacuí e o Guaíba; a Nordeste, a Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí; e a Oeste está o Rio Uruguai. Todos esses ambientes constituem territórios da pesca artesanal profissional e, portanto, esses espaços lagunares são habitados e praticados pelas pescadoras e pescadores durante vários meses durante o ano, dependendo dos ciclos das espécies e dos calendários de pesca. É dessas águas e da atividade da pesca que de milhares de famílias têm seu modo de vida e seu sustento, e acabam por ser responsáveis por boa parte da economia do Estado, gerando renda, emprego e alimento para a população.

Um estudo desenvolvido em conjunto pelo Fórum da Lagoa dos Patos, Universidade Federal do Rio Grande e Laboratório MARéSS (MELLO *et al*, 2021) informou que no ano de 2012 existiam, atuando no estado, 17.319 pescadores e

pescadoras artesanais com cadastro no sistema de registro da pesca, e que o estuário da Lagoa dos Patos é a região do Rio Grande do Sul com maior concentração de trabalhadores e trabalhadoras da atividade pesqueira. Constam, segundo o estudo, nos municípios de São José do Norte, Rio Grande, Pelotas e São Lourenço do Sul quase sete mil pescadores e pescadoras artesanais registrados. Segundo parecer técnico de 2022 do Laboratório MARéSS e do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil (FURG, 2022), existem cerca de 21.000 pescadores cadastrados no estado, entre cadastrados no RGP (cerca de 14.000) e os que possuem protocolo do RGP (cerca de 7.000).

A pesca de pequena escala no estuário, assim como em lagunas costeiras pelo mundo, é o meio de vida para milhares de pessoas e famílias; entretanto, essas pescarias são amplamente reconhecidas por sua condição de escassez de informações. Segundo a Auditoria da Pesca realizada no ano de 2020 pela ONG Oceana, os últimos boletins estatísticos da produção pesqueira nacional publicados datam de 2010 e 2011, realizados a partir de dados inferidos por meio de modelos estatísticos de imputação como forma de contornar as lacunas de monitoramento existentes. Em 2012, toda e qualquer forma de aferimento foi suspensa e, a partir daí as estatísticas pesqueiras do Brasil, seja de grande ou pequena escala, se baseiam em estimativas derivadas de médias históricas defasadas em mais de uma década (ZAMBONI; DIAS; IWANICKI, 2020). A falta de informações acuradas sobre o setor dificulta a identificação e a avaliação de medidas de gestão necessárias para a sustentabilidade dos recursos e proteção da pesca como meio de vida[24]

Ainda que não se tenha dados atualizados sobre as estatísticas pesqueiras, bem como sobre quem faz a pesca, resta evidente pelos estudos realizados ao longo do tempo, que a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim são territórios importantes da pesca artesanal e da permanência de um modo de vida especifico. Nesse contexto, o recorte da área de estudo se deu a partir dos caminhos que percorri, acompanhando a vida cotidiana e escutando as trajetórias no mundo pesca das interlocutoras desta pesquisa, seguindo redes de sociabilidade que foram emergindo durante o trabalho de campo

Assim, quatro localidades de pesca foram definidas para a pesquisa, duas na região estuarina da Lagoa dos Patos, em Pelotas e na Quinta Secção da Barra de

[24] Sobre essas questões tratei mais adiante nos tópicos específicos sobre o estuário e a Lagoa Mirim.

São José do Norte, e duas na Lagoa Mirim, na região do Porto de Santa Vitória do Palmar e em Jaguarão. Para tanto, uma breve exposição sobre as especificidades hidrobiológicas, geográficas e sociais de cada lagoa será apresentada, a fim de que possamos compreender as narrativas, os saberes, fazeres, bem como os conflitos vivenciados pelas pescadoras nas regiões pesquisadas.

3.1.1. Estuário da Lagoa dos Patos: vulnerabilidade do território e das mulheres

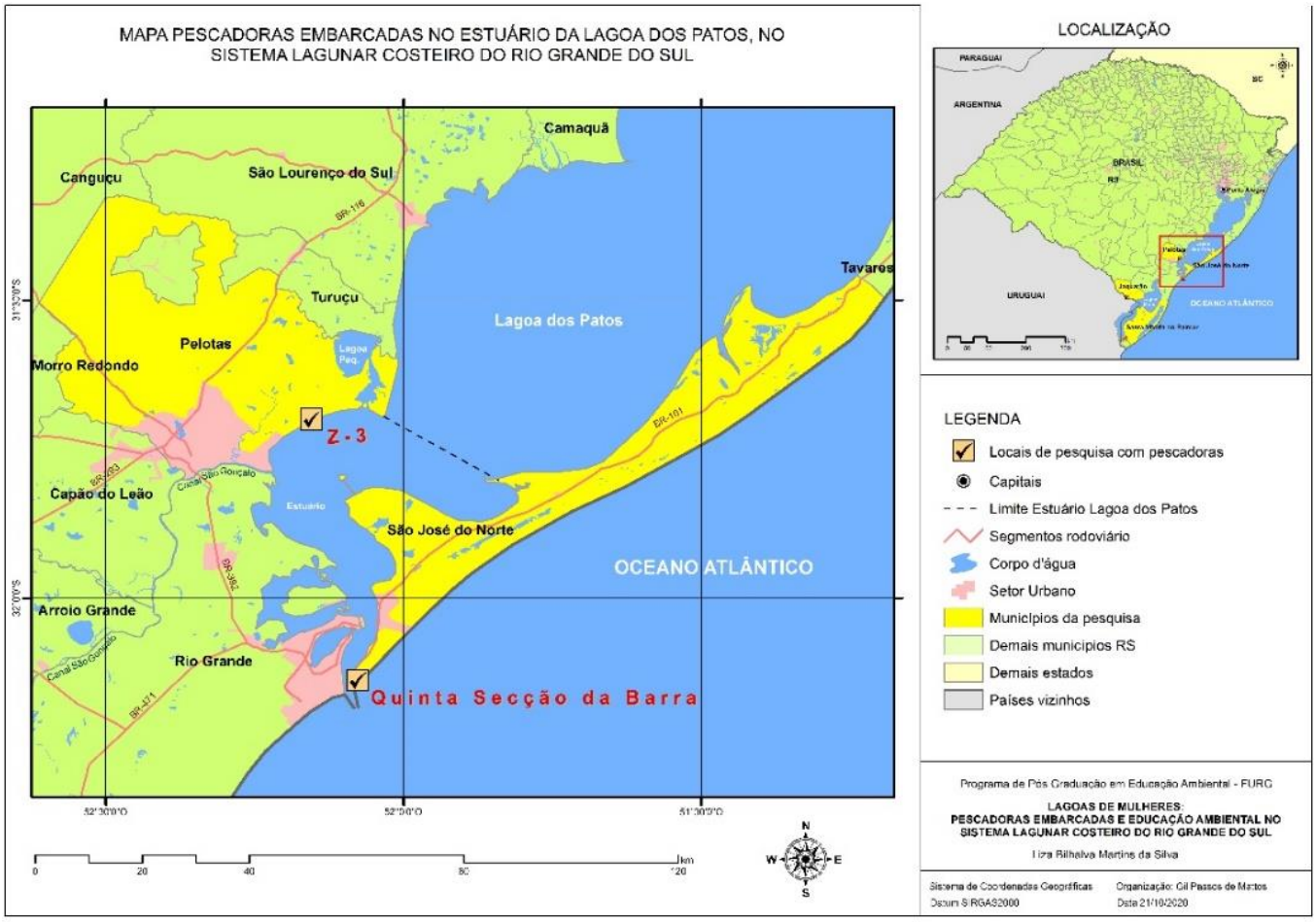


Figura 2 - Mapa do estuário da Lagoa dos Patos e as localidades pesquisadas (Pelotas e Quinta Secção da Barra/ SJN

Com uma área de aproximadamente 10.000 km2, a Lagoa dos Patos é reconhecida como a maior laguna do tipo estrangulado do mundo, estendendo-se de 30º30’S a 32º12’ S perto da cidade de Rio Grande, onde se conecta com o oceano Atlântico. Destes 10.000 km, 2,9% correspondem a uma área estuarina compreendida entre confrontação com Arambaré (Latitude 30º a 50º Sul) e a Barra do Rio Grande

(Latitude 32º 10' Sul). A região estuarina se localiza então na Costa Sul Brasileira (Rio Grande do Sul) e faz parte de uma área da reserva da Biosfera (UNESCO). Estudos informam (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013) que um estuário é caracterizado por um corpo d'água raso (profundidade média de 7 metros), com temperatura e salinidade variáveis, dependendo das condições climáticas e hidrológicas locais. Com grande carga energética, devido a constante interação entre água doce (lagoa) e água salgada (mar), os estuários refletem alta produtividade primária. Os abundantes recursos alimentares e a proteção contra a predação proporcionada pelos baixios estuarinos tornam essa região um berçário ideal para diversas espécies pesqueiras.

Além de condições hidrobiológicas ideais para reprodução de peixes e crustáceos, a região apresenta ambiente propício para a pesca artesanal desenvolvida com pequenos barcos de madeira com ou sem motor, medindo de 5 a 12 metros de comprimento, que se deslocam, sobretudo, na área lagunar. As espécies com valor econômico capturadas são o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), a tainha (*Mugil platanus*), a corvina (*Micropogonias furnieri*) e o bagre (*Genidens barbus*). Outras espécies, como o siri-azul e o peixe-rei, representam uma importante fonte auxiliar de renda, especialmente em temporadas de pesca fracassadas para os recursos principais (HELLEBRANDT, 2017, p.75). A atividade de pesca no estuário da Lagoa dos Patos é regulamentada e condicionada aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos estabelecidos pela Instrução Normativa conjunta MMA/SEAP n° 3, de 9 de fevereiro de 2004. De acordo com o Art. 2° da referida IN, na região estuarina da Lagoa dos Patos ficam estabelecidos, por espécie, os seguintes períodos de pesca (Tabela 01):

Tabela 1: Calendário de período de pesca das espécies

Nome Vulgar	**Nome Científico**	**Período**
Tainha	*Mugil platanus*	OUT/NOV/DEZ/JAN/FEV/MAR/ABR/MAI
Corvina	*Micropogonias furnieri*	OUT/NOV/DEZ/JAN/FEV
Bagre	*Netuma barba*	OUT/NOV E MAR/ABR/MAI
Camarão	*Farfantepenaeus paulensis*	FEV/MAR/ABR/MAI

Fonte: Instrução Normativa conjunta MMA/SEAP n° 3, de 09/02/2004

A pesca artesanal no estuário constitui um modo de vida para milhares de famílias que ali vivem, pois suas práticas de trabalho atendem toda a cadeia produtiva da pesca, a qual dá conta de uma extensa lista de atividades que, além da captura, inclui extração, transformação, processamento, administração, organização, distribuição, comercialização, artesanato, turismo, manutenção de equipamentos e gastronomia, atuam como alternativas comuns para a obtenção de renda em espécie por pescadores e pescadoras.

Conforme já dito anteriormente, quanto à população de pescadores e pescadoras no estuário, bem como as atividades desenvolvidas por cada gênero, nem mesmo os estudos e as colônias de pesca conseguem chegar a um número preciso, devido a ineficácia dos sistemas de cadastro e documentação e da desestruturação da política pesqueira pelo Governo Federal nos últimos anos. Segundo o estudo realizado sobre as condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, no período entre outubro de 2009 e outubro de 2010, temos que:

> Foram recenseados 3259 pescadores em 153 localidades nos nove municípios que margeiam a região estuarina da Lagoa dos Patos. Este número passa para 4089 se for somado os familiares com alguma atividade de pós-captura. O número de pescadores recenseados está abaixo das estimativas baseadas em dados de agências governamentais, colônias e sindicatos de pescadores, que variam entre 7500 e 15335 pescadores, e abaixo dos mais de 8000 beneficiados do seguro-desemprego na região em anos recentes. As discrepâncias verificadas são resultado de problemas no cadastramento de pescadores pelas organizações de classe, da consideração ou não de pescadores ocasionais (um estudo específico é necessário para avaliar esse tipo de usuário dos recursos) e da

> ineficácia dos sistemas de cadastro e documentação de pescadores pelas instituições governamentais (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013, p. vi).

Quanto às atividades desempenhadas por homens e mulheres o estudo aponta para os seguintes dados (Tabela 02):

Tabela 02: Participação em atividades relacionadas com a pesca, por gênero, no estuário da Lagoa dos Patos.

Atividades	Homens (%)	Mulheres (%)
Captura	85.5	14.5
Comercialização	87.4	12.6
Processamento	51.8	48.2
Manutenção de equipamento	76.9	23.1
Outra	70.5	29.5

Fonte: Adaptado de Kalikoski; Vasconcellos, 2013.

> **As atividades de captura do pescado são desenvolvidas principalmente por homens**. **Conforme mostra a Tabela 15, 85.5% do número total de pescadores são homens**. **A participação das mulheres é mais expressiva em atividades de processamento do pescado, onde representam aproximadamente a metade da mão-de-obra total. As mulheres processam pescado para a família e também para indústrias locais**. O processamento do pescado também pode envolver mulheres que não sejam pescadoras artesanais. Costa (2004), por exemplo, estima que uma boa safra de camarão possa empregar até 2000 mulheres no processamento do pescado para a indústria de Rio Grande.
> Encontramos pouca variação nessa situação em comunidades do estuário. Em diferentes regiões do Brasil, principalmente no nordeste e norte, as mulheres tradicionalmente participam de atividades pesqueiras, incluindo a coleta de moluscos ('marisqueiras'), ou pesca na praia ('pescadeiras'). As mulheres também são a principal mão-de-obra no processamento do pescado na pesca artesanal e industrial. **Até a Constituição de 1988, as mulheres não tinham permissão legal para trabalhar na pesca, que era considerada uma atividade masculina** (Vasconcellos, Diegues & Kalikoski, 2011). **Foi somente em 1988 que um decreto presidencial aboliu a proibição da mão-de-obra feminina na pesca. Apesar da legislação que rege o seu papel, as mulheres raramente participam da pescaria embarcada** (Vasconcellos, Diegues & Kalikoski, 2011) (*Ibid*, p.119).

Diante da tabela e do excerto acima, podemos concluir que o estudo, apoiado em dados aproximados, tende ainda a reproduzir o estrabismo de que tratei no capítulo anterior. O primado da invisibilidade sobre as mulheres pescadoras permeou também o olhar hegemônico de pesquisadores e pesquisadoras. Digo isto observando que o estudo faz referência à pesca de captura, todavia, exaltando o percentual de homens na atividade em detrimento do percentual de 14,5% de mulheres na pesca de

captura no estuário, e, para agravar ainda mais, o enxerto finaliza com a informação de que “apesar da legislação que rege o seu papel, as mulheres raramente participam da pescaria embarcada”.

Entendo que o percentual de 14,5% parece bem significativo e não justifica o termo “raramente” trazido pelos pesquisadores, bem como a ausência de informações específicas sobre essas trabalhadoras da pesca, cujo apagamento as joga para o campo da invisibilidade e exclusão, já que a pesca de captura, majoritariamente, é referida aos homens. Saber quantas são de fato em cada localidade, se possuem registro e como trabalham e se organizam na articulação entre casa e pesca é premissa básica para que possamos compreender a pesca como um todo e, sobretudo, para que essas trabalhadoras possam ser reconhecidas, respeitadas e acreditadas perante as instituições do Estado, comunidades de pesca e sociedade em geral.

Ainda, sobre o reconhecimento legal das pescadoras, conforme já referido no capítulo I, Beatriz Mendes (2020) aponta para algumas elucidações acerca do entendimento exposto no excerto acima, o qual traz que “foi somente em 1988 que um decreto presidencial aboliu a proibição da mão-de-obra feminina na pesca”. Segundo a autora, não tinha nenhuma lei, nem decreto que proibisse a atividade de mulheres na pesca, elas só não tinham reconhecimento, elas eram invisíveis pela lei.

Sobre os conflitos ambientais vivenciados por pescadores e pescadoras do estuário, temos que, apesar de constituir o modo de vida de milhares de pessoas e ser uma atividade de extrema relevância para produção de alimentos no Estado e no país, os pescadores e pescadoras artesanais vivenciam diversos problemas oriundos de outras atividades econômicas (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2013; MELLO *et al*, 2021). Em primeiro lugar, temos a pesca ilegal ou mesmo legalizada, mas que devasta o ambiente marinho, e é realizada principalmente por embarcações industriais com práticas de arrasto em águas oceânicas e estuarinas.

Em segundo, o conjunto de empreendimentos econômicos e as atividades relacionadas ao mesmo que desestruturam o ambiente, expulsam pescadores(as) das margens do estuário, retiram o acesso aos acampamentos de pesca e diminuem a produtividade dos ambientes. São exemplos: a atividade portuária com a expansão dos molhes e a prática de dragagens, a mineração, o plantio de arroz e soja em larga escala. Essas últimas, em geral, fazem uso de agrotóxicos, contribuindo para a poluição das águas.

Em terceiro, tem-se os problemas oriundos da falta de saneamento nas cidades, que destina esgoto e resíduos para os corpos d´água. Somado a isso, a situação é agravada por uma fiscalização ineficiente, por decisões centralizadas no Governo Federal e sem diálogo com pescadores(as) artesanais, e pela ausência de políticas públicas nos três níveis (MELLO *et al*, 2021, p.8).

Diante do exposto, a pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos está inserida em um ecossistema costeiro com múltiplas atividades, cujos impactos ambientais alteram permanentemente a capacidade de suporte e a resiliência do estuário. Esse cenário aponta para um aumento contínuo na vulnerabilidade dos pescadores e pescadoras das regiões pesqueiras, com destaque para as mulheres pescadoras que são, sem sombra de dúvida, invisibilizadas e atingidas de forma muito mais radical e agressiva que os homens, como veremos no desenvolver desta tese a partir da realidade das pescadoras embarcadas que vivem nas duas localidades definidas para a pesquisa: Pelotas e Quinta Secção da Barra de São José do Norte.

3.1.2. Lagoa Mirim: os impactos ambientais sobre o território pesqueiro e sobre as mulheres

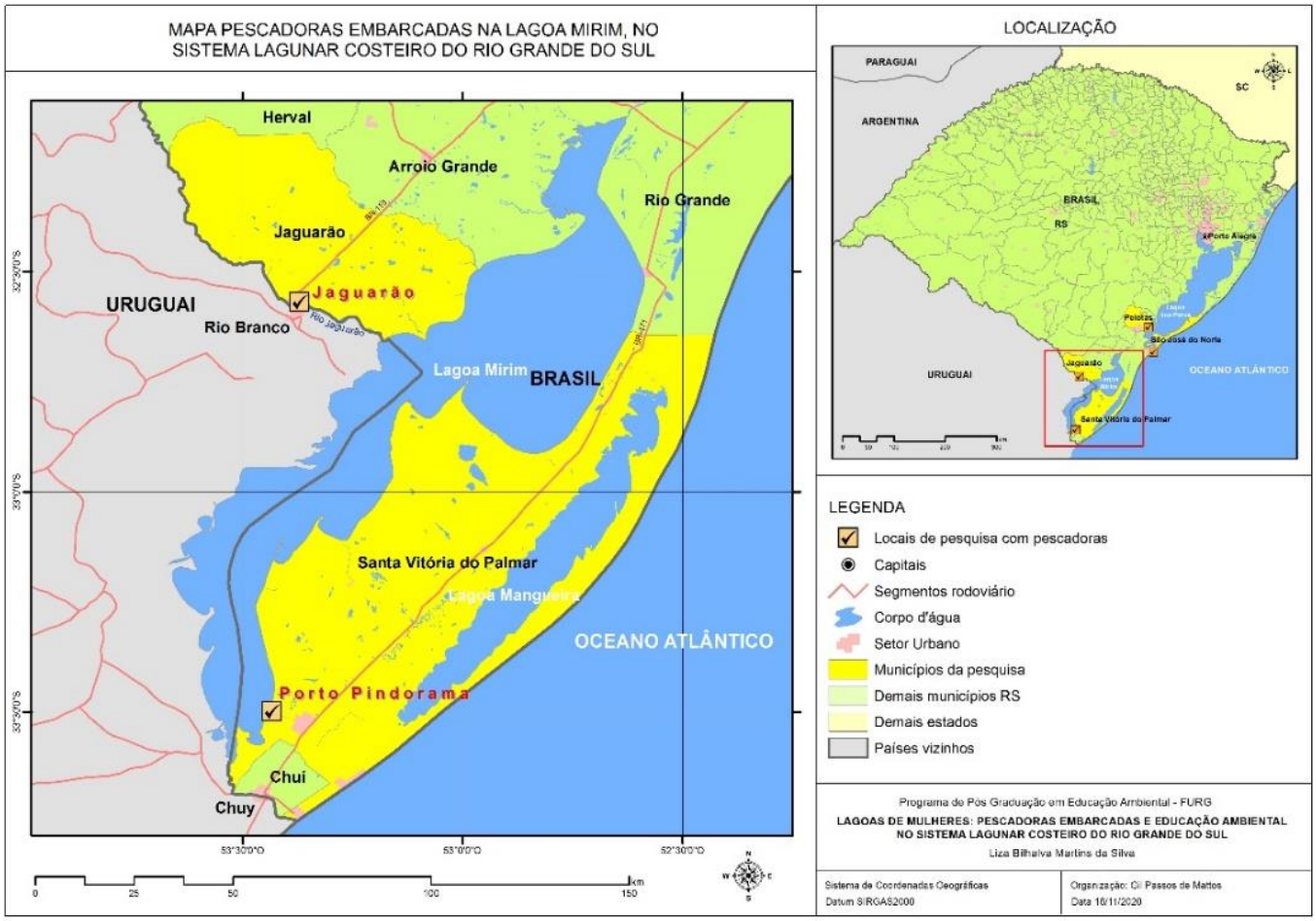


Figura 3 - Mapa da Lagoa Mirim e das localidades pesquisadas (Jaguarão e Santa Vitória do Palmar)

A Lagoa Mirim é uma lagoa costeira binacional localizada na porção meridional do estado do Rio Grande do Sul e na parte leste do Uruguai, situa-se entre os paralelos 31°30’ e 34°30’S e os meridianos 52° e 56°W. Esta lagoa se assenta sobre a planície costeira, e possui uma largura média de 20 km, e 3.750 Km² de área de superfície, sendo 2.750 Km² em território brasileiro e 1.000 Km² em território uruguaio. O lago e os complexos de áreas úmidas que o contornam, estabelecem uma das principais bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, compreendendo uma grande diversidade de flora e fauna.

Trata-se, portanto, de uma bacia hidrográfica de águas doces que nas últimas décadas sofreu significativos impactos ambientais, principalmente em decorrência do avanço do agronegócio. No que se refere a pesca artesanal, Piedras *et al*. (2012) relatam que esta atividade é fonte de sustento e modo de vida para 449 pescadores

e pescadoras residentes nos municípios de Arroio Grande, Jaguarão, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Segundo Basaglia (2008), na Lagoa Mirim foram identificados vinte e oito locais de pesca e as principais espécies capturadas pela pesca artesanal foram: traíra (*Hoplias malabaricus),* jundiá (*Rhandia aff. Quelen)*, pintado (*Pimelodus maculatus)*, peixe rei (*Odontesthes spp)*, viola-cascuda (*Loricariichthys anus)* e tambico (*Oligosarcus spp*). A atividade de pesca nas Lagoas Mirim e Mangueira e seus tributários, incluindo lagoas marginais, banhados e afluentes, fica condicionada aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP nº 2, de 9 de fevereiro de 2004.

A pesca constitui uma importante atividade socioeconômica dessa lagoa, porém, a economia da região baseia-se no cultivo do arroz e na criação de gado. Quantos aos impactos ambientais, Ederson Silva (2017) nos diz que as inundações dos campos e áreas de lavouras em períodos de forte ocorrência de chuvas, associadas à salinização das águas em períodos de estiagem, transformaram o regime hidrológico da região em inimigo público, tanto no lado brasileiro, como no lado uruguaio, levando latifundiários e governos dos dois países a somarem esforços no sentido de dominá-lo, trazendo assim, prejuízos incalculáveis para quem vive da pesca na lagoa Mirim. Uma dessas intervenções foi a construção, entre 1972 e 1977, da barragem eclusa do Canal São Gonçalo, a qual teve como objetivo impedir a entrada de águas oceânicas no Canal e na Lagoa Mirim. A justificativa para a realização desta obra esteve relacionada ao uso da água para abastecimento da cidade de Rio Grande e do seu complexo portuário-industrial, irrigação das lavouras de arroz e soja, e, ainda, uma projeção futura para o abastecimento da cidade de Pelotas.

Com essa obra, as planícies ficaram livres da invasão das águas oceânicas, que era um dos principais entraves para a ampliação dos cultivos de arroz e soja e uma preocupação para os governantes uruguaios e brasileiros. Livres da invasão de águas salgadas na Lagoa Mirim, diversas espécies de pescado deixaram de entrar nas águas, outrora doces, salobras e salgadas, e agora totalmente doces da Mirim, reduzindo enormemente a pesca na região. Somado a isso, tomando-se como referência essas monoculturas, pode se ter noção da grande carga de adubos químicos (NPK e Ureia) e agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) que esses cultivos despejam anualmente na bacia hidrográfica. (SILVA, 2017, p.92)

Outra intervenção foi à limitação da área de ação impostas pela fronteira entre Brasil e Uruguai e pela “fronteira” com o estuário da Laguna dos Patos. Por meio da Portaria IBAMA N° 171-N, de 22 de dezembro de 1998, um instrumento de gestão pesqueira passou a limitar a pesca no estuário da Lagoa dos Patos apenas para pescadores das comunidades de seu entorno, limitando os pescadores da Lagoa Mirim de exercerem a pesca além dos limites dessa lagoa. Segundo Silva (2017, p. 93), esta limitação na sua área de ação, limita a busca de novos locais de pesca, reduzindo drasticamente a produção de excedentes para serem empregados na agregação de tecnologia às embarcações e aos petrechos utilizados, bem como rompe com uma mobilidade praticada entre pescadores e pescadoras da Lagoa Mirim e da Lagoa dos Patos, sobretudo, os/as do estuário que, tradicionalmente, estabelecem relações de parentesco e reciprocidade que regem a vida social desses/as trabalhadores/as.

Esses impactos, além de trazerem prejuízos econômicos, ambientais e orgânicos para pescadores e pescadoras, acabam por alterar a estrutura e organização interna das famílias, uma vez que as atividades desenvolvidas pelas mulheres, seja na captura ou em terra, são atingidas de forma radical, uma vez que, com a redução da pesca na região ocasionada pelo desaparecimento das espécies, as mulheres são forçadas a se afastarem da atividade que antes era mantida pela unidade familiar, vejamos:

> **Esta pequena produção de excedentes gera uma segunda característica que se reflete na alocação da força de trabalho para atuar nas embarcações, que em grande parte se mantém na unidade familiar, inclusive com uma significativa participação das mulheres**. Ainda que a questão da escola para os filhos se apresente como limitante a participação da mulher nas atividades de captura, ela exerce papel fundamental na execução das tarefas “de terra”. Também se verificou que nos períodos de férias escolares aumenta a participação das mulheres nas atividades de captura, pois ainda existem famílias que se deslocam completamente para os acampamentos nestes períodos. (SILVA, 2017, p.93)

Para finalizar esse breve panorama, importante destacar que tanto na Lagoa Mirim como no estuário da Lagoa dos Patos as políticas de fiscalização e de gestão costumam hierarquizar o conhecimento resultando em uma relação assimétrica entre os saberes técnico-científicos que orientam essas políticas e o saber tradicional costeiro das comunidades pesqueiras. Há algumas décadas, essas lagoas tem sido palcos de relações de poder desiguais (KANT DE LIMA, 2004) evidenciadas através

de diferentes racionalidades (LEFF, 2001) entre Estado/poder público/industrias e pescadores/pescadoras gerando uma série de desacordos, conflitos e perdas para quem vive da pesca nesses ambientes costeiros lagunares. Os primeiros atuam na perspectiva de natureza enquanto recurso a ser explorado sem limites, enquanto pescadores e pescadoras, na contramão deste entendimento e baseados/as em saberes e vivências na relação profunda com esses ecossistemas, entendem e vivem com e na natureza como um bem que deve ser respeitado, preservado e protegido.

3.2. O encontro com as pescadoras e com seus ambientes lagunares: relatos de um percurso

Neste tópico apresento o relato do percurso que realizei para encontrar as interlocutoras desta pesquisa. Como já disse anteriormente, esse percurso foi construído com muitas pessoas que cruzaram o caminho da pesquisa e deram as direções para que o encontro entre eu e as pescadoras acontecesse. Contudo, a literatura já havia informado sobre a especificidade de pesquisar com as pescadoras, trabalho que requer paciência e perseverança, uma vez que elas não se encontram nos espaços públicos das comunidades, como, por exemplo, em trapiches, galpões e bares. Para que eu encontrasse essas mulheres, embora sejam pescadoras que atuam desde a captura do pescado, primeiramente precisei me aproximar de parentes ou amigos e, assim, devidamente recomendada, conseguir encontrá-las em terra, nas suas casas. Ao mesmo tempo que encontrava as pescadoras, os lugares da pesquisa (Figuras 2 e 3) foram se definindo. Um encontro conduzia ao outro e, assim, fui conhecendo de forma muito aproximada as pescadoras e seus ambientes-mundo.

Nas linhas que seguem, procuro apresentar o percurso metodológico que me colocou para dentro das realidades das pescadoras. Priorizei, neste momento de apresentação, evidenciar tanto a histórias de vida dessas mulheres, como os assuntos que elas trouxeram nos primeiros encontros. Entendo que fazendo isso, estarei sendo fiel à forma como elas definiram o que eu deveria saber num primeiro momento. Com isso, já adianto que são mulheres pescadoras que têm a pesca artesanal de captura como sinônimo de vida, trabalho e liberdade, mas também de luta e resistência para manutenção e preservação de si, das lagoas e da pesca para as próximas gerações.

3.2.1. Ainda com os pés na terra na Z-3 em Pelotas (estuário da Lagoa dos Patos): encontro com Alessandra



Figura 4 - Alessandra na Divinéia da Z-3. Foto da pesquisadora.

Em março de 2018, Angelita e Fabíola, que coordenam o NEPEC/CAVG/Pelotas[25], Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura, convidaram-me para participar das idas a campo no âmbito do projeto que desenvolvem junto à Colônia de Pesca Z-3, localizada na cidade de Pelotas. O projeto tem como objetivo central promover a troca de saberes entre comunidade acadêmica e comunidade local. Essa foi uma oportunidade especial que proporcionou a abertura do campo da pesquisa na Z-3 a partir do acompanhamento com a equipe de

[25] O núcleo se dedica a compreender as possibilidades de rememoração do passado e elaboração de outras possibilidades de presente e futuro. O Campus Pelotas-Visconde da Graça (CaVG), é um dos campus vinculados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), instituição de educação profissional técnica de nível médio e superior de graduação e pós-graduação, tendo como origem o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça.

professoras, assistente social e alunas/os em duas incursões, conhecendo, por um outro ângulo, a colônia de pesca e algumas pescadoras.

A Colônia de Pescadores Z3 pertence ao município de Pelotas - 2º Distrito, no estado do Rio Grande do Sul (Figura 2), e está situada às margens de uma das maiores lagunas costeiras do mundo, a Lagoa dos Patos. Neste contexto propício à pesca artesanal, é fundada no início do século XX, a Colônia São Pedro, ou Arroio Sujo (FIGUEIRA, 2009). Segundo Hellebrandt (2017), nos dados do MPA para 2012 havia 1.326 RGPs[26] ativos no município de Pelotas; já em 2014, os dados informados pelo MPA foram de 1.121 RGPs ativos no município, entre pescadoras e pescadores. Atualmente, o Presidente do Fórum da Lagoa dos Patos, Nilmar Conceição, em entrevista informou que existem, em média, em 2019, oitocentos pescadores e pescadoras cadastrados/as na Z-3, dados que revelam a diminuição de RGPs ativos na localidade.

Nessa oportunidade com o NEPEC, conheci Alessandra Braga, Adriane Oviedo e Rejane Furtado, todas pescadoras que atualmente se encontram afastadas da atividade, seja pela crise no setor pesqueiro, ou em razão de aposentadoria. Estive com elas caminhando, observando a Z-3, as casas, a Divinéia (lugar onde ficam os barcos e trapiches), a escola, o posto de saúde, a Associação dos Moradores, e sobretudo, ouvindo suas histórias. Enfim, pude conhecer um pouco sobre o lugar a partir dos caminhos que elas nos traçavam, como nos mostram as figuras 5 e 6.

[26] RGPS significa Registro Geral da Atividade Pesqueira. Considerando o estabelecido na Lei no 11.959, de 29 de junho de 2009, Art. 24, “Toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP”, e conforme categorias descritas no Decreto no 8.425, de 31 de março de 2015, será concedida Licença para pescador e pescadora profissional artesanal e pescador e pescadora profissional industrial. Os procedimentos para requerimento e concessão da Licença de Pescador Profissional são dados pela Instrução Normativa MPA no 06, de 29 de junho de 2012.



Figura 5 - Equipe do NEPEC e as pescadoras caminhando pela Z-3. Foto da pesquisadora.

As pescadoras, ao caminharem conosco, relataram que no passado pescavam ativamente com os maridos, parentes e filhos, geralmente na função de proeiras[27], lançando e puxando redes nas safras da tainha, corvina e bagre. Na pesca do camarão, que acontece nas épocas quentes do verão, chegavam a ficar meses acampadas na lagoa com maridos e filhos (época das férias escolares), mais precisamente, na Ilha da Feitoria[28], pescando o crustáceo, limpando e comercializando. Comentaram ainda, sobre o desequilíbrio ambiental e a situação dramática que se encontram pescadores e pescadoras artesanais em razão da escassez do pescado nas águas do estuário da Lagoa dos Patos. Lembraram com nostalgia os tempos de fartura e de intensa alegria em estar pescando na lagoa.

Alessandra e Adriana, na perspectiva de troca de saberes da pesquisa do NEPEC, foram convidadas a falar sobre suas experiências e dificuldades em formato de palestra para os alunos do curso de Gestão Ambiental no CAVG, campus Pelotas (Figura 7), oportunidade em que estive novamente com elas.

[27] Proeira, quem trabalha na proa da embarcação, seguindo a divisão de tarefas no barco temos o mestre e o/a proeiro/ra.

[28] Ilha da Feitoria, é um pedaço de terra quase desabitado, situado a uma hora de navegação pela Lagoa dos Patos, em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Separada do continente por um canal, a Ilha da Feitoria é banhada pelas Lagoa dos Patos e Lagoa Pequena.



Figura 6 - Alessandra e Adriana no CAVG. Foto da pesquisadora.

Destas aproximações com o NEPEC e com as pescadoras da Z3, aprendi as primeiras noções deste universo pela ótica da mulher pescadora. A partir das narrativas, pude perceber os desafios de ser mulher na pesca, as alegrias que a pesca traz, como também as tristezas de precisar se afastar da atividade, ainda que sem desejar. Esses foram momentos importantes para mim, tanto de compreensão dos termos técnicos e êmicos da realidade da pesca, como para extrair e sistematizar os seguintes aspectos sobre o mundo das mulheres na pesca:

- Ser mulher – quando se é mulher, a pesca lhe é permitida desde que se pesque com os homens da família ou amigos muito próximos. A pesca artesanal geralmente se realiza em regime de economia familiar com o pai, mãe, irmão, irmãs, parentes, vizinhos e maridos.
- Filhos/as – quando se pretende ter filhos/as, um grande desafio aparece. Quem ficará com eles para que a pecadora possa embarcar e ficar o dia todo ou vários

dias na lagoa? Das narrativas, restou evidente que pescam enquanto podem carregar seus filhos no barco ou quando existe uma rede de mulheres que as ampare. Quando os filhos/as já estão na escola, elas vão e vêm da lagoa diariamente, e se a pescaria demanda ficar mais tempo acampadas, elas não podem ir. Restou evidente que existem intervalos na profissão da pesca para a mulher quando esta possui filhos/as, marcando as posições de gênero na atividade, ou seja, as mulheres podem pescar desde que conciliem isso com as obrigações domésticas e familiares.

- Participação na política e na gestão - algumas mulheres da Z-3 participaram da I Conferência Nacional das Trabalhadoras da Pesca, em Brasília, no ano de 2004, gerando aproximações com os postos de gestão e decisão como, por exemplo, o Fórum da Lagoa dos Patos[29]; entretanto, é um lugar em que a mulher não costuma estar, e sua permanência é sempre muito dificultada.
- Crise ambiental e consequências para o setor pesqueiro e para as mulheres – as pescadoras relataram que as leis e normativas são realizadas à revelia de pescadores e pescadoras. A política pesqueira desconsidera os saberes tradicionais. A lagoa é geralmente percebida como um espaço homogêneo. A redução do estoque pesqueiro cada vez maior em razão da pesca em grande escala; pesca ameaçada à custos altos fazendo com que os homens se juntem para pescar acarretando a saída das mulheres do contexto de captura e das outras atividades da cadeira produtiva.
- Dificuldade e muita luta para as mulheres acessarem política públicas, documentação, financiamentos. Muitas vezes, os diretos já conquistados são frequentemente ameaçados,; como exemplo, citaram a luta das mulheres, em 2011, pela retomada do direito das pescadoras ao seguro desemprego (chamado de seguro defeso), para os períodos em que a pescaria é proibida[30].
- Conquista do direito de pescar – todas as interlocutoras possuíam licença, matrícula e inscrição nos órgãos competentes da pesca.
- Amam pescar no mar de dentro (como chamam a lagoa) porque a prática traduz para elas um momento de paz, de ficar consigo mesma e de se sentirem livres.

[29] Instância constituída por várias instituições representativas da pesca e do estado, entre elas a FURG, com a finalidade de debater a gestão pesqueira no estuário da Lagoa dos Patos.
[30] Sobre esse conflito vide HELLEBRANDT (2017).

As informações eram valiosíssimas, mas só foram fazendo sentido para mim, revelando a potência dos relatos, a partir do cruzamento com as narrativas de outras mulheres e homens no caminho da pesquisa. Percebi então, que a Z-3 seria um lugar da pesquisa para compreender os caminhos tecidos pelas pescadoras face aos impactos que a crise na pesca acarreta, revelando, assim, um importante espaço para pensar as ausências e, por isso, fundamental para compreender o movimento que acabou afastando as mulheres da atividade de captura naquele lugar.

Alessandra Braga, pescadora e poeta, permaneceu até o final do trabalho de campo em contato estreito comigo através das redes sociais e *WhatsApp,* indicando pescadoras que vivem em outras regiões, bem como informando sobre a sua situação em relação à pesca. A partir do contato virtual, através da rede social *Facebook,* Alessandra se manteve ativa através da memória ao postar com frequência poemas e fotos suas na atividade na pesca, o que revelava o conhecimento da arte de pescar, bem como a nostalgia e a esperança de poder voltar algum dia para a atividade de captura, conforme figuras 7 e 8.



Figura 7 - Alessandra dirigindo a embarcação. Foto postada pela pescadora no *Facebook*.



Figura 8 – Alessandra, na safra do camarão com o marido. Foto postada pela pescadora no *Facebook*

A indicação de pescadoras de outras regiões lagunares por parte da Alessandra foi importantíssima para a pesquisa, pois revelou uma rede de relações que extrapolam as fronteiras existentes entre a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim. Rede esta que forma um fio condutor pesqueiro que liga pescadoras, pescadores, famílias e lagoas. No passado, antes da proibição de se pescar em ambas as lagoas com uma única licença, pescadoras e pescadores transitavam de acordo com a lógica dessas comunidades, em um movimento de “ir atrás do peixe” (ADOMILLI, 2020) e, assim, encontravam-se formando laços de sociabilidade e parentesco.

Hoje em dia, parece-me que outros meios proporcionam esses encontros, como por exemplo, o movimento social e político da pesca, o qual rompe com essas fronteiras provocando o encontro entre elas, bem como o uso das redes sociais e do celular, que ampliaram as possibilidades de comunicação entre pescadoras de

lugares mais distantes, estreitando e facilitando a comunicação, inclusive sobre as condições de pesca em cada localidade.

Seguir essas indicações se tornou um objetivo importante e profícuo para a pesquisa, uma vez que, seguindo a rede indicada, encontrei muitas pescadoras embarcadas. Uma das indicações de Alessandra foi conhecer a Márcia Souza e suas irmãs, pescadoras que há muitos anos viveram na Z-3, mas após algumas décadas migraram para Santa Vitória do Palmar indo atrás de uma pesca melhor. Sobre essas pescadoras tratarei na sequência.

3.2.2. Onde a lagoa encontra o mar na Quinta Secção da Barra de São José do Norte (estuário da Lagoa dos Patos): encontro com Betinha



Figura 9 – Betinha com o filho no colo, a mãe e a irmã. Foto da pesquisadora

Seguindo a orientação da amiga Flávia Borges, em maio de 2018, acompanhada de meu companheiro e fotógrafo Moizés Vasconcellos, fui à localidade da Quinta Secção da Barra em São José do Norte (Figura 3). Essa amiga costuma ir a esta localidade com frequência e apostava que um conhecido pescador local saberia dizer algo a respeito da existência de pescadoras da captura naquela localidade. Pois bem, aluguei uma casa por sete dias no lugarejo e fui ao encontro do velho pescador.

São José do Norte é um município no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, banhado pelo Oceano Atlântico e pela Lagoa dos Patos. Tem sua economia baseada na agricultura, pecuária, pesca e extrativismo vegetal. São José do Norte é reconhecido, principalmente, pelo cultivo de arroz e pela cebolicultura. Rio Grande é o município mais próximo de São José do Norte e os dois municípios são limitados apenas pelo estuário da Lagoa dos Patos, onde o trânsito entre eles é feita pelo transporte hidroviário num trajeto de 7 km. A sede do município de São José do Norte abriga a Colônia de Pescadores Z-2 e entre as comunidades pesqueiras mais antigas do município, aquelas originadas dos fundadores das primeiras parelhas[31], está a Comunidade da Quinta Secção da Barra, situada a 17 km da sede do município, a sudeste, entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico (OLIVEIRA, 2018).

A Quinta é uma comunidade bastante tradicional, distribuída entre pescadores da pesca industrial, pescadores e pescadoras da pesca artesanal e agricultores e pecuaristas. Segundo o presidente do Fórum da Lagoa dos Patos, Nilmar Conceição, São José do Norte conta com aproximadamente mil pescadores cadastrados entre homens e mulheres, mas não foi possível acessar o número de pescadores e pescadoras moradores/as da Quinta Secção da Barra.

Como já dito acima, para chegar em São José do Norte é preciso pegar uma balsa em Rio Grande, cidade que fica aproximadamente a 59 km de Pelotas. A travessia pela lagoa é a única possibilidade para se chegar ao lado de lá – São José do Norte. Chegando à cidade, ainda nos deslocamos por quarenta minutos de carro para chegar à Quinta Sessão da Barra. O local é muito interessante, uma faixa de terra que acompanha o canal que faz a passagem entre o estuário da Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. No deslocamento entre São José do Norte e a Quinta avistamos plantações de arroz, cebola e soja; criação de ovelhas, gado e cavalos; embarcações pequenas, grandes e até navios. Uma paisagem múltipla que inclui campos e águas, pesca artesanal e industrial, além de imensos navios cruzando o estreito canal, uma vez que do outro lado da margem está o *Tecon Rio Grande* principal terminal de contêineres do Rio Grande do Sul, onde operam as principais linhas marítimas que ligam o Brasil a outros locais do mundo. O ambiente se mostrava muito rico para pensarmos a pesca artesanal e as pescadoras em meio a todas essas atividades econômicas.

[31] Parelha é constituída de barcos de pescas, redes e demais utensílios.

A Quinta Secção da barra é uma pequena comunidade de pesca. Uma rua central de pavimento marca o centrinho da localidade onde se localizam a igreja, o salão paroquial, escolas, posto de saúde, supermercado, minimercados, um hotel desativado, botecos com mesas de sinuca e salão de baile. Ao fundo dessa rua e à direita, podemos avistar os trapiches e um pequeno estaleiro. Se seguirmos mais ao fundo e à esquerda, localizamos o oceano. As ruas adjacentes são de chão de terra e as casas, em sua grande maioria, são casas simples de madeira. Avistei uma igreja católica muito bem preservada (igreja São Pedro) e muitas igrejas neopentecostais. O ambiente é pacato e, de certa forma, silencioso, mulheres e crianças na rua fazem parte da paisagem.



Figura 10- Rua da comunidade com crianças jogando Taco - Foto: Moizés Vasconcellos

Chegando na casa que aluguei, logo fui à procura do velho pescador que, segundo minha amiga, poderia me ajudar. Ele não estava, então fomos conhecer o lugarejo e procurar um mercado para comprar alimentos. No quintal da casa, imensas dunas tiravam a visão do mar, entretanto, pelo som das ondas sabíamos para que lado ele estava. À frente da casa estava a lagoa, os trapiches, os barcos, os galpões e os estaleiros, conforme figura 11.



Figura 11 - Vista da direção da casa para a lagoa. Foto da pesquisadora.

Fomos ao mercado, compramos algumas coisas e conversei com uns rapazes, que logo descobri serem pescadores. Ansiosa, perguntei se não estava tendo pesca, já que havia muitos barcos ancorados. Eles, então, informaram que os barcos só sairiam na segunda-feira (era sexta-feira), devido aos ventos que não se mostravam favoráveis. Aproveitei a oportunidade e perguntei sobre existência de mulheres pescando, eles disseram que sim, existem, mas só em botes pequenos, na pesca para empresas elas não estão. Entendi que "pesca para empresas" se referia a pesca industrial, aqueles barcos grandes que avistei no trapiche, lugar, inclusive, onde percebi somente homens trabalhando nas redes e nos barcos. Sobre as noções de pesca industrial e pesca artesanal em São José do Norte, a pesquisa de Adomilli (2007) relativiza a fixidez destas categorias[32].

Retornando para a casa, o vizinho, velho pescador, estava nos aguardando. O nome dele é Ricardo, tem 78 anos e nasceu na localidade. É filho de mãe pescadora e pai marceneiro. Seu Ricardo, como costumam chamá-lo na localidade, trabalhou

[32] Segundo o autor, nesta região pesqueira tem a pesca industrial, mas também tem uma pesca embarcada que é mais artesanal do que industrial. Foi com esses grupos que o autor trabalhou e permitiram que o mesmo relativizasse essas categorias: artesanal e industrial. Dito por outras palavras, não se encaixam bem em nenhuma dessas duas definições, pois tem práticas artesanais (pesca de emalhe), mas ao mesmo tempo são embarcações maiores. Para ele a pesca industrial seriam as traineiras e camaroeiros. Estas sim, são predatórias e utilizam redes grandes de arrasto, que é agressiva, não seletiva, gerando impactos importantes.

toda a vida com a pesca e com os cuidados das dunas. Plantava e tratava dos animais que ali ficavam. Era, antigamente, funcionário da prefeitura, hoje se encontra aposentado. No passado, trabalhava como cozinheiro nas pescarias. É casado, tem cinco filhos, mas vive sozinho numa pequena casa de madeira. Sua mulher mora na zona rural, lugar que seu Ricardo não se adaptou e por isso permaneceu na Quinta. Seu Ricardo nos contou que é parteiro e benzedeiro e que, inclusive, uma das pescadoras a quem pretendia me apresentar foi ele que trouxe à vida, disse: “a danadinha nasceu pelas minhas mãos”. Percebi que seu Ricardo era um bom exemplo para se pensar sobre a fluidez das práticas de trabalho entre os gêneros numa comunidade de pesca, restava evidente, a partir de seus relatos, que não cabia nenhum tipo de generalizações na pesca, era preciso estar atenta para as especificidades de cada lugar e de cada cultura.

Comentei com ele sobre a conversa com o rapaz no mercado, aquele que falou sobre a existência de pescadoras embarcadas em botes. Seu Ricardo confirmou dizendo que elas vão e voltam todo dia, e que pescam com os maridos ou familiares. Nesse momento, entrou com a explicação das luas, disse que a lua é fundamental para o pescador e que se tem pescador que não pesca é porque não presta atenção no tempo da lua, horário que o peixe sobe para a superfície. “A lua que dá esse tempo, e a melhor é a minguante”, nos disse ele. A fala de seu Ricardo já me apontava para o que a literatura sobre pesca sempre destaca a respeito da interdependência da pesca com o clima, o tempo e as manifestações e imprevisibilidades da natureza. No dia seguinte, partimos com ele para conhecer algumas pescadoras que ele sugeriu. Fomos, primeiramente, até a casa de Elisete, o caminho estava difícil, pois havia chovido muito na noite anterior deixando as ruas de terra tomadas de lodo. Elisete nos recebeu no portão de forma muito simpática, é uma mulher aparentando ter uns quarenta e poucos anos, contou que não pesca mais e que eu deveria falar com Dona Lisa e com as filhas do Senhor Nanico.

Seguimos, então, até a casa de Lisa que ficava próxima à de Elisete. O marido de Lisa, seu Jair, estava consertando uma rede de pesca no alpendre da casa. Enquanto tecia a rede, recebeu-nos atento às minhas explicações sobre o que fazíamos ali. Logo surgiu Dona Lisa, muito simpática, contou que pesca há 35 anos, mas teve que parar devido a um acidente vascular cerebral. Sempre pescou com o marido na função de proeira, disse que é duro o trabalho na pesca, mas gostava de muito de estar no mar. Perguntei sobre a prática da pesca por mulheres, se havia

alguma especificidade, mas ela e seu Jair disseram que não, que o trabalho é igual, Jair ainda complementou dizendo que tem mulher que “trabalha como homem”. Lisa tem documentos de pescadora e hoje está aposentada. Contou que na oportunidade do pedido da aposentadoria precisou apresentar testemunhas para provar que pescava, e que o processo de concessão do benefício foi uma batalha, disse: “o INSS não acredita que mulher pesca”.

Seguindo as indicações de Lisa, fomos até a casa do Senhor Nanico. Quem nos recebeu foi sua esposa, dona Marta, mulher muito simples e extremamente simpática. No portão da casa ela nos contou que sempre pescou e que as filhas e filho ainda pescam. Sugeriu chamar, após o almoço, uma das filhas para falar comigo. Aceitei prontamente. Às quinze horas, Marta estava a nossa espera. Ligou para a filha e avisou que havíamos chegado. A casa era simples, de alvenaria, havia um bom pátio com alguns objetos de pesca, tais como rede e boias, e um galpão. Sentamos na cozinha e, enquanto esperávamos, conversamos um pouco. Marta nos disse que também pescava, mas depois, devido a problemas de pressão alta, parou com a pesca. Marta tem quatro filhos (três mulheres e um homem). As filhas e o filho sempre pescaram com ela e o marido, mais ou menos desde os dez anos de idade. Duas filhas foram morar fora da comunidade, mas Beta e o filho permaneceram. Beta Helena Matta é o nome da pescadora que aguardávamos. Beta, mais conhecida como Betinha, chegou com o filho, uma criança de três anos. Muito simpática, já chegou conversando.

Beta é uma jovem mulher de 28 anos, de estatura baixa, pele queimada do sol e cabelos escuros. Ela é uma pescadora da pesca artesanal que atua principalmente na captura, mas, obviamente, trabalha também no processamento, beneficiamento, comercialização e reparo das redes. Entende a pesca como extensão da sua vida, uma paixão. É filha e neta de pescadores. Aprendeu a pescar com o pai a partir dos nove anos, época em que pescava também com a mãe, as irmãs e o irmão. Hoje em dia, pesca somente com o pai, o irmão e o sobrinho. Betinha pesca em bote (embarcação de madeira medindo cerca de nove metros a motor), de propriedade de seu pai. Utilizam rede de pesca para pescar espécies como tainha, corvina, anchova, peixe-rei, bagre e camarão. Explicou que o pescador artesanal não pode passar para o oceano, é proibido, então pescam somente na lagoa, indo e vindo diariamente.

Contou que não teve infância, pois a sua foi sempre no barco trabalhando. As regras da casa eram assim: quem fosse para o mar não fazia a lida da casa, então

sempre preferiu ir para o mar, disse que prefere estar no mar que em casa e que gostaria mesmo era de ter uma casa no mar. Saía diariamente por volta das cinco, seis horas da manhã e voltava à tardinha ou à noite. “Temos que pegar o movimento do peixe, se passar já era”, me disse ela. Betinha estudou até o segundo ano do ensino médio, quando tinha aulas à noite, saía para a lagoa pela manhã; quando estudava no turno matutino, saía à tarde. Em razão da pescaria ficar mais difícil, precisava ficar mais tempo na lagoa, o que acarretou o abandono do colégio. Betinha possui toda a documentação de pescadora.



Figura 12 - na casa de Marta com Betinha e o filho. Foto Moizés Vasconcellos.

Enfatizou que sofria muito preconceito, era chamada no colégio de “maria homem”, porque, à época, existiam poucas mulheres pescando, a dona Lisa foi uma pioneira, junto com sua mãe e dona Marli (que vim a conhecer mais adiante). Ainda sobre o preconceito, falou que “ele existe porque é visto como trabalho de homem, o que é bobagem, pois fazem todos as mesmas coisas, é só querer, ter braço e saúde”. Quando perguntei em que momento decidiu ser pescadora e não outra coisa, ela marcou esse tempo aos treze anos, ocasião em que pediu ao pai que lhe ensinasse a ligar o barco, entender o funcionamento do motor, pois assim poderia dar conta sozinha caso acontecesse algo. Disse que conhece todas as peças do motor.

Dos quatro filhos de Marta e Nanico ela foi a que sempre teve mais interesse, contou Marta. As irmãs não gostavam muito, mas iam porque era preciso. Ela também

foi a que sempre esteve mais à frente das resoluções das coisas da casa. Betinha mostra que tudo que vem do mar lhe interessa, tem uma paixão e uma ligação muito forte com ele (mar é como denominam a lagoa; o mar, propriamente dito, é chamado de oceano).

Beta é casada e seu marido trabalha na pesca industrial, ficando afastado de casa por até três meses em alto mar. Da união, tiveram um filho, o qual nasceu no dia dois de fevereiro, dia que se celebra a divindade Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes, informação essa que foi comunicada com muito orgulho, tendo em vista que Betinha e sua família são católicos. Contou que pescou até os seis meses de gestação, e quando completou um mês após o parto, voltou a pescar. Desde o nascimento do filho conta com sua mãe para os cuidados com ele. Enfatizou que consegue pescar porque sua mãe assumiu essa responsabilidade, caso contrário, não seria possível. Na oportunidade do primeiro encontro, contou que estava parada devido a problemas no motor da embarcação e logo no mês seguinte já começaria o período de proibição da pesca[33]. Enquanto isso, a família utiliza esse tempo para arrumar as redes e deixar tudo pronto para o retorno, oportunidade que disse: “não aguento ficar sem pescar, essa é a minha vida, me organizei para isso”. Algumas situações da vida a levaram para viver na área rural, situação em que também disse: “quase enlouqueci, não é lugar para mim”.

Explicou que hoje existem poucas mulheres na atividade de captura, primeiro, porque tem que fazer muita força, e segundo, porque não tem peixe. Além disso, Betinha disse que a mulher fica muito sobrecarregada, porque tem que cuidar da casa e da pesca, estar no mar e depois voltar para casa e fazer tudo novamente, disse ela: “por isso tu não vê mulher lá no trapiche, quando chegamos, viemos direto para casa trabalhar nas coisas de casa”. Contou que existiam algumas pescadoras como sua mãe e Dona Lisa, mas a maioria envelheceu ou adoeceu e teve que parar.

A pesca na vida de Betinha se dá em regime de economia familiar. O pai, o irmão ou o sobrinho sempre estão com ela nas pescarias. De acordo com a pescadora, é necessário ter três pessoas no bote, um na proa para trabalhar no motor e no leme, outro na “boia” (parte da rede que fica na superfície) e outro no “chumbo”

[33] Conforme art. 2º da IN 03/2004, na região estuarina da Lagoa dos Patos ficam estabelecidos, por espécie, os seguintes períodos de pesca: Tainha OUT/NOV/DEZ/JAN/FEV/MAR/ABR/MAI; Corvina OUT/NOV/DEZ/JAN/FEV, Bagre OUT/NOV E MAR/ABR/MAI e Camarão FEV/MAR/ABR/MAI.

(parte da rede que vai ao fundo). Disse não ter diferença no trabalho entre homem e mulher, tudo que um/a faz o/a outro/a faz também, e enfatizou que o barco com mulher é sempre mais organizado. O barco é uma extensão da casa. Mas para entender tudo isso era preciso chegar mais perto, segundo a pescadora: “só indo para tu saber como é”.

Retornei três vezes à Quinta Secção da Barra. Entre essas idas, experienciei com Betinha e sua família saídas de barco para conhecer a lagoa e o oceano (período de escassez), a safra da anchova e a festa de São Pedro (período de fartura). Nos momentos que estávamos distantes uma da outra, um meio importante de contato com a caminhada de Betinha pela pesca foi o uso do *WhatsApp*[34]*,* o qual permitiu que pudéssemos trocar informações e aprendizados.

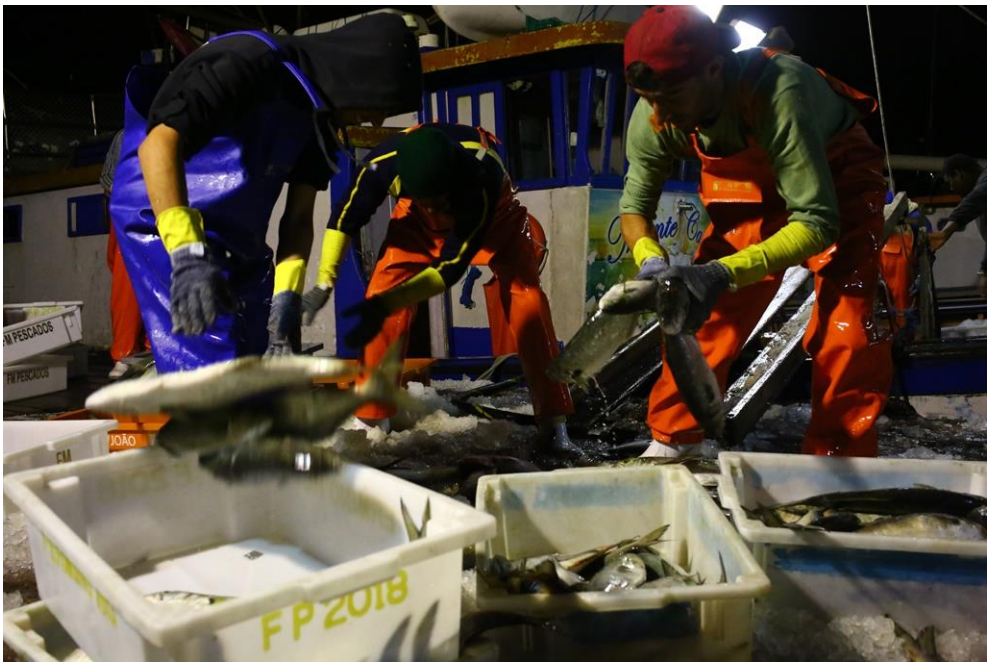


Figura 13 - Anchova sendo descarregada do barco – Foto Moizés Vasconcellos

[34] aplicativo de conversas pela internet



Figura 14 - procissão encontra as águas. Foto Moizés Vasconcellos

Betinha tem na pesca o motor da sua existência, contudo, durante os quatro anos que acompanhei sua rotina, muitas situações a retiram da pesca como: o peixe que não vem, o motor do barco que quebra, as dores que sente na coluna e nos braços adquirida em decorrência do esforço excessivo na atividade, cuidado com o filho e familiares. Com Betinha percebi e aprendi que esperar é um verbo que acompanha as pescadoras para muito além da espera do peixe, e que, de igual forma, acompanhou-me durante todo o tempo da pesquisa. Esperando, aprendi muito e aprendi, também com ela, que são inúmeros os fatores que impactam a pesca e, sobretudo, a vida das mulheres pescadoras que, com toda a certeza, são as mais atingidas e prejudicadas com a crise socioambiental que vivenciamos.

3.2.3. O Porto de Pindorama em Santa Vitória do Palmar (Lagoa Mirim): o encontro com Rozi



Figura 15 - Rozi a bordo na lagoa Mirim: Foto particular da pescadora.

O amigo Cauê Canabarro, educador ambiental e natural de Santa Vitoria do Palmar (SVP), interessado em contribuir com a pesquisa de alguma forma, conseguiu o contato da pescadora Rozi Souza. Em dezembro de 2018, com o contato em mãos, parti para o encontro com a pescadora. Santa Vitória do Palmar é um município localizado no extremo sul do Brasil na fronteira com Uruguai – a cidade do Chuí faz fronteira direta com Uruguai e já pertenceu politicamente à Santa Vitória. A parte leste de Santa Vitória do Palmar é banhada pelo Oceano Atlântico e a oeste, pela Lagoa Mirim. A cidade conta um porto, chamado *Porto de Pindorama*, construído em 1938, mas que se encontra desativado. O porto localiza-se às margens da Lagoa Mirim, distante seis km do centro da cidade e é conhecido pelo belo pôr do sol. O bairro dos/as pescadores/as se localiza nessa região, ao longo da Av. Getúlio Vargas (extensa avenida que liga o centro da cidade ao porto). A cidade possui a Colônia de Pescadores Nossa Senhora dos Navegantes Z-16 e a Associação de Pescadores de Santa Vitória do Palmar. No total, cadastrados/as, segundo o presidente da Colônia, existem atualmente 140 pescadores e 35 pescadoras. Esses números são

aproximados em razão de que muitos desses/as trabalhadores/as não possuem cadastro nas entidades.

Rozi me recebeu em sua casa, em companhia da sua mãe. A casa está localizada no bairro do porto. O bairro se apresenta com casas muito simples, algumas de alvenaria, outras de madeira, que ficam à direta e à esquerda da Avenida Getúlio Vargas – longa faixa de asfalto, em cujo fim encontramos o prédio desativado do porto e uma sanga onde ficam os barcos ancorados (Figuras 16 e 17).



Figura 16 - Bairro onde vivem as pescadoras. Uma única rua que os leva a Lagoa Mirim. Foto da pesquisadora



Figura 17 - Sanga com os barcos. Foto da pesquisadora.

Era época de defeso, chamado na localidade de piracema (período de reprodução dos peixes), em que há a proibição de pescar; conforme artigo 7º da IN, ocorre anualmente de 1° de novembro à 31 de janeiro. A pescadora Rozi, na oportunidade, estava com trinta e nove anos. É uma mulher forte, de estatura baixa, muito alegre e simpática. Rozi é neta e filha de pescadores e pescadoras. Seus irmãos também são pescadores profissionais e o cunhado é presidente da Associação dos Pescadores de SVP. Rozi é casada, mas seu marido não é pescador, ele tem uma propriedade rural com produção de leite na região da campanha de Santa Vitória do Palmar.

Rozi me contou que sempre esteve envolvida com a pesca, auxiliava o pai e a mãe na limpeza dos peixes e na filetagem, mas de fato se inicia na atividade da pesca embarcada de forma profissional somente depois que seu pai veio a falecer. Disse: “agarrei a pesca com as duas mãos aos vinte e nove anos de idade”. Iniciou pescando com o irmão e o cunhado, e tem na pesca sua maior realização. Rozi explicou que a pesca na Lagoa Mirim é diferente, é preciso acampar às margens da lagoa porque ir e vir todo dia fica muito oneroso. Os pesqueiros ficam longe do porto e o valor do óleo diesel faz com que as permanências nos acampamentos durem trinta ou mais dias. Os pescadores e pescadoras podem encostar nas propriedades privadas que ficam

às margens da lagoa, montam barracas ou ficam nos próprios barcos, indo e vindo diariamente da lagoa para o acampamento.

Rozi está afastada da pesca desde 2017 em razão de uma lesão no braço (Lesão por Esforço Repetitivo - L.E.R.), a qual lhe resultou no benefício de Auxílio Doença junto ao INSS. Contou que existem muitas mulheres afastadas da pesca em razão da saúde, “puxar rede força muito e destrói o corpo”, diz Rozi. Sobre estar parada há tanto tempo, falou que não aguenta mais ficar longe da pesca e espera se recuperar brevemente. O encontro com Rozi me encheu de esperança e alegria, pois, segundo ela, o porto é o lugar das mulheres: “chegasse no lugar certo, aqui tem muita mulher pescando, só não tem mais porque está muito difícil o peixe vir e as leis só prejudicam a gente, não nos escutam pra fazer as leis”.

Explicou, ainda, que pesca com os irmãos porque se for só com mulher não dá. “Tem que ter muita força caso levante o mar. Tem mulher que pesca só na beirada da praia em caíco, aí as mulheres trabalham sozinhas não precisam de homem. A força para lidar com a lagoa é que define se terá homem ou não na embarcação”. Contou, ainda, que gosta de ir para dentro da lagoa, lugar em que as grandes pescarias acontecem. Sobre as inovações na pesca, comentou que as tecnologias vão melhorando as condições da pesca, no passado era muito difícil diz Rozi, “agora tem motor, GPS, sonar, tudo para facilitar”.

Rozi explicou, também, que os homens a respeitam. “Todo mundo me tem como homem. Barco que tem mulher tem que ter respeito, limite, não se dá ousadia”. A mulher embarcada, segundo a pescadora, é respeitada como “homem” porque ela tem que se virar, fazer as coisas sem pedir ajuda, pegar caixa de peixe, virar barco. “Às vezes, até preciso de ajuda, mas não peço”.

A pescadora tem somente uma filha com 18 anos, quando perguntei se a filha pescava, me disse que não quer a filha na pesca, pois tem medo de que ela goste. “Não é vida, só para quem gosta. Tem que estudar”. Contou que hoje a realidade é outra, é uma luta voltar da pesca com o barco cheio de peixes, no passado, a fartura era algo comum, mas a Lagoa Mirim foi destruída com o passar dos anos em razão da quantidade de agrotóxicos que desaguam na lagoa vindo das plantações da região, e também pela construção da eclusa que impediu a passagem de outras espécies.



Figura 18 - Rozi e o irmão na pesca da traíra e da tainha - Foto da pescadora.

Enquanto caminhávamos pela avenida que nos leva até o porto, Rozi foi localizando alguns pontos e pessoas que seriam importantes para a pesquisa. Passamos pela Associação, um prédio velho, muito deteriorado, aparentemente sem uso. Apontou as casas onde tem pescadoras ativas e aposentadas, na caminhada avistei muitas delas tecendo redes na frente das casas. O bairro se constitui em uma grande família, pois os laços de parentesco são muitos, ligando as pessoas.

No encontro com Rozi não previa ficar mais que um dia, pois eu estava de carona e precisava retornar para Pelotas. A ideia era conhecê-la, e a partir de então, abrir a rede de possíveis interlocutoras. Em razão do afastamento de Rozi da pesca, ela insistiu para que eu falasse com a Marcia e irmãs, disse que é uma família de pescadoras que pescam muito, mas estavam acampadas na lagoa naquela ocasião. Percebi, nesse momento, que a Márcia era a pescadora que havia sido indicada pela Alessandra, da Z-3. A rede de mulheres pescadoras estava se apresentando para mim.

Em abril de 2019, Rozi concorre à presidência da Associação dos Pescadores de Santa Vitória do Palmar e se elege com a maioria dos votos como a segunda mulher a ocupar esse cargo na história da Associação. Durante os quatro anos de pesquisa Rozi, sempre esteve em interlocução, trazendo informações importantes

sobre sua atuação na Associação, bem como sobre as condições da pesca no porto de Santa Vitória do Palmar.

3.2.4. Uma família de pescadoras entre Santa Vitória do Palmar (Lagoa |Mirim) e Pelotas (Lagoa dos Patos): o encontro com a paradigmática Márcia



Figura 19 - Márcia a bordo da embarcação na lagoa. Foto da pesquisadora

As tentativas de contato pelo telefone e *WhatsApp* com a pescadora Márcia Pereira de Souza não foram fáceis. Márcia fica mais tempo na lagoa do que em terra. Em setembro de 2019, com sorte, Márcia respondeu minhas mensagens avisando que estaria em terra por alguns dias e que eu, finalmente, poderia ir encontrá-la. No dia 15 de setembro do mesmo ano, saí de Pelotas em direção a Santa Vitória do Palmar, terra das mulheres pescadoras, como havia me dito Rozi. A passagem era só de ida, pois eu não fazia ideia quando voltaria, tampouco, o que me esperava. Cheguei à noite na cidade, e Márcia foi me buscar na rodoviária, ela estava de carona no automóvel do cunhado, acompanhada também da irmã.

Ali, nos conhecemos e seguimos em direção à casa de Márcia, onde me hospedaria por alguns dias. A noite não me deixava perceber muito bem onde eu estava, mas percebi que a rua era a mesma da casa de Rozi, na qual eu havia estado

no ano anterior. Andamos mais um pouco de carro e chegamos à casa de Márcia. Apesar de ser a primeira vez que nos víamos, todos me receberam tão bem que parecia que nos conhecíamos há anos. Estavam empolgados com minha visita. Nessa casa viviam Márcia e seu filho Gaiecker, o mais novo dos quatro, na época com 18 anos de idade. Enquanto me instalava no quarto que Márcia acomodou para mim, eu explicava minhas intenções de pesquisa. Sua irmã, Daís, e seu cunhado, Rogério, ali permaneceram e ouviam atentamente minhas explicações. Em seguida, Márcia começou a preparar a janta, entre uma cortada e outra de tempero, olhou para mim e, com um sorriso no rosto, disse: “estás preparada? Eu vim em terra buscar gelo, mas preciso voltar o mais rápido possível. Deixei redes na água e meu filho, Denival, ficou lá com a esposa cuidando do acampamento, acho que amanhã mesmo saímos e vais comigo”.

Confesso que um misto de sentimentos me invadiu, alegria, alívio de finalmente poder embarcar, e medo. Fiz algumas perguntas sobre a logística e a pescadora respondeu que pretendia voltar à terra provavelmente em trinta dias contados dali. Fiquei muito apreensiva, esperava por este momento e ele agora estava tão perto de mim, mas a incerteza de não saber como eu voltaria para terra e nem quando, gerou certo pavor. Não tinha mais como controlar a situação, as incertezas da vida na pesca pareciam estar se revelando para mim, definitivamente. Márcia logo sentiu minha ansiedade e medo e me tranquilizou dizendo que eu poderia pegar uma carona com algum pescador que passasse pelo acampamento, que tudo daria certo, e que eu não precisava me preocupar. Enfim, como dizia Betinha, só indo para ver como é.

Márcia é uma mulher de constituição física pequena, mas muito forte, branca, mas com a pele queimada do sol, suas mãos diziam muito sobre o trabalho pesado da pesca. Possuía, nesse momento da pesquisa, 49 anos de idade. Enquanto finalizava a janta, contou que pesca desde os 8 anos de idade, aprendeu com seu pai e sua mãe, e foi casada com dois pescadores. Hoje, é solteira, possui três filhos, uma filha e cinco netos. Todos os filhos homens têm na pesca a sua profissão, e a filha nunca quis ser pescadora. Márcia se mostrou, desde o primeiro momento, uma pescadora muito experiente, mulher forte em vários sentidos, na força corporal e nas decisões, possui grande conhecimento sobre a arte de pescar. Nasceu em Santa Vitória, mas viveu muitos anos em Pelotas, na Z-3, com o pai, e depois com os dois maridos. Ainda em Pelotas, nos anos 2000, obteve formação pelo Movimento dos Sem Terra – MST, localiza nessa experiência com o movimento a percepção de sua

identidade de mulher pescadora e da importância da sua atividade. Nesse momento de sua vida, decide se tornar uma pescadora livre, autônoma e dona de sua embarcação. Já separada do segundo marido, decide voltar para Santa Vitória do Palmar, adquire sua embarcação, alguns petrechos de pesca como redes, boias, ancoras, e começa a pescar sozinha. O caso de Márcia é de fato paradigmático.

A história da pescadora é marcada por muita dificuldade, pobreza e violência. Estudou somente até a quarta série do ensino fundamental, e é reconhecida no bairro como a “pescadora de verdade”. Juntamente com o reconhecimento, vem uma série de preconceitos e discriminações, as quais puder ver e sentir com ela durante todos os momentos em que permanecemos juntas na pesquisa. Ser solteira é, com certeza, o maior desafio para Márcia, diz que a pesca ela tira de letra, entretanto, o preconceito que sofre é o mais complicado. A comunidade e, principalmente as mulheres, a enxergam como ameaça ao modelo instituído de que mulher não pesca sozinha, ou seja, tem que estar acompanhada de algum homem. Sobre esses conflitos trato mais profundamente no Capítulo V.

Márcia pesca e tem, como diz frequentemente, o mando de sua vida, se governa. Isso restou muito evidente para mim através das decisões que tomava sobre a nossa partida e, também, na forma como fui recebida e acolhida. A possiblidade de embarcar extrapolava qualquer autorização de pai ou marido. Ela é dona de sua própria embarcação e de sua vida. Isso facilitou muito a minha estada e experiência, pois éramos duas mulheres compartilhando vivências. Não havia nada, além da decisão de Márcia, que me impedisse de acompanhá-la.

No dia seguinte, estive na casa das irmãs e cunhadas, conheci a família, filhos e netos. A família é extensa, Márcia possui muitos irmãos e irmãs, a trama de parentesco é complexa, pois sua mãe e seu pai tiveram outros casamentos, gerando outras filiações. Todos/as são pescadores e pescadoras. As irmãs de Márcia também estão na captura, mas pescam com os companheiros, uma prática que se repete. Um dos filhos homens e a filha de Márcia moram na Z-3 em Pelotas, mas os outros dois residem em Santa Vitória do Palmar. Segundo a pescadora, o filho mais novo gosta tanto de pescar que “não prestou para os estudos, os outros também vivem da pesca, só a filha não gosta e deu outro rumo à sua vida e estudou”.

Esse dia serviu para Márcia organizar a viagem, comprar mantimentos, verificar a embarcação, o óleo diesel e as condições do tempo. Acompanhei tudo e à noite uma forte chuva com pedras de gelo atingiu a comunidade, destruindo casas e carros.

Presenciei uma tragédia e, obviamente, no dia seguinte, quando embarcaríamos, o forte vento e as necessidades dos parentes e moradores com os prejuízos não nos autorizaram a sair para a lagoa. O jeito era esperar. Apesar da calamidade, a espera foi positiva para a pesquisa pois pude permanecer em terra conhecendo mais a dinâmica da comunidade e aprendendo sobre a rotina de Márcia. À noite, a chuva parou, e a pescadora, muito atenta às previsões dos ventos através do celular, decidiu que iriamos embarcar no outro dia bem cedo. Preparamos as coisas, Márcia organizou os alimentos e as roupas para levarmos, abasteceu com óleo diesel o barco, e partimos na manhã seguinte.



Figura 20 - Márcia e os netos organizando a embarcação para a saída. Foto da pesquisadora

Permaneci por quatro dias no acampamento, um verdadeiro ritual de iniciação. A embarcação da foto (Figura 20) é onde dormíamos e fazíamos as refeições. As menores são utilizadas para o trabalho de lançar e puxar redes. Aprendi muito, estava convencida que este caminho era sem volta e que, portanto, era transformador. Havia muito o que aprender ainda sobre a vida de uma mulher na pesca e, consequentemente, sobre a mulher que sou. Na embarcação não há banheiro, a água que bebemos é a da lagoa, a tempestade pode chegar a qualquer momento, os ventos

também, enfim, as adversidades são muitas. Convivi com sol, vento, noite, convivi com ela e com eles, e a aventura antropológica se iniciava.

Passado quase um ano da minha ida à Santa Vitória do Palmar, Márcia, diante das dificuldades da pesca na lagoa Mirim e com a escassez do peixe cada vez maior, decide vender o barco “Náutico” (apresentava problemas por ser uma embarcação muito antiga), organiza os documentos para a pesca, licença e outros, e volta para a Z-3 tentar a safra do camarão com redes de aviãozinho. Durante os quatro anos de pesquisa, experienciei com Márcia, de forma embarcada, pescarias diversas (tainha, viola e camarão), e muito sobre a vida de uma mulher neste mundo patriarcal, capitalista e excludente. Aprendi que para cada peixe há uma forma de pescar, compartilhei com ela frio, vento, maré subindo e descendo, embarcações vulneráveis, decepção por vir pouco peixe na rede, alegria quando a safra do camarão dava certo, medo, ansiedade, euforia, cansaço, orgulho, enfim, essas situações e sensações me acompanharam durante todo o percurso com a Márcia, as quais irei explorar no decorrer dos capítulos.

Até o momento dessa escrita, Márcia permanece na Z-3, onde possui uma casa construída há alguns anos, uma lancha sem motor (embarcação pequena de madeira medindo cerca de cinco metros de comprimento), dez redes de aviãozinho, fios de luz e bateria para a pesca do camarão. Na safra de 2021, embarquei com ela, mas, segundo a pescadora, não foi uma boa safra. Para amenizar o prejuízo, Márcia tem pescado de proeira com o irmão na captura das espécies da época como tainha, traíra, linguado, peixe-rei e jundiá.

A trajetória de Márcia e suas dificuldades me ensinou que pescadora e pescador vivem atrás do peixe, mas, para isso, precisam negociar com os inúmeros obstáculos legais e supralegais que os impedem de trafegar livremente. No último ano de pesquisa, e em certa medida em razão desta, Márcia se aproxima novamente do movimento político do setor pesqueiro gaúcho. Sobre essa experiência e processo, que evidencia uma Educação Ambiental transformadora, tratarei devidamente no Capítulo V desta tese.

3.2.5. Nas águas de Jaguarão: o encontro Michele (Lagoa Mirim)



Figura 21 - Michele na pesca da tainha na Lagoa Mirim. Foto Nauro Junior.

Ao contrário do que eu poderia imaginar, Jaguarão acabou sendo um dos últimos lugares em que eu chegaria para o trabalho de campo. Digo isso porque esta pesquisa tem seu nascedouro no momento que tive contato com matérias publicadas[35] na imprensa jornalística sobre a fundação da Primeira Colônia de Pescadoras e sobre a vida de pescadoras na Z-25 Jaguarão (Figuras 22 e 23). Por razões do destino e da pandemia da Covid-19, consegui ir somente em dezembro de 2019 na localidade, contudo, a interlocução com as pescadoras Michele Martins Pedroso e Roselein Dias foram fundamentais para a construção e desenvolvimento desta pesquisa, o que confirma que a pesquisa tem um percurso circular, se constitui em movimentos espiralados que vão ocorrendo durante o trabalho antropológico.

[35] Zero Hora (22/04/2006, p. 30)



Figura 22 - Pescadora Michele na matéria especial da ZH. Foto: Nauro Junior



Figura 23 - Matéria da Zero Hora pelo jornalista Eduardo Cecconi

Jaguarão é um município situado no extremo meridional do Brasil, na fronteira com a República Oriental do Uruguai. A denominação da cidade se deu em função do rio homônimo, que cruza a zona fronteiriça, onde foi erguido o município (Figura 3). O rio Jaguarão faz a ligação entre o município e a cidade uruguaia de nome Rio Branco. As águas do rio encontram as águas da Mirim fazendo desses dois ambientes lugares propícios para a pesca artesanal. Com cerca de 30 mil habitantes, Jaguarão possui,

segundo a presidente da Colônia Roselein Dias, oitenta pescadores e quarenta pescadoras devidamente cadastrados/as na entidade e, dessas quarenta mulheres, atualmente um número muito reduzido encontra-se na etapa da captura. Jaguarão conta com a Colônia de Pescadoras Z-25 e o Sindicato de Pescadores.

Mas vamos recuar um pouco no tempo para poder compreender como cheguei em Jaguarão. Em junho de 2018, a convite de Ederson Silva[36], acompanhei um grupo de pescadores e pescadoras da pesca artesanal lagunar gaúcha na Assembleia Legislativa em Porto Alegre para tratar da regulamentação da Lei 15.223/2018, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul e criou o Fundo Estadual da Pesca.

O grupo que se deslocava para a referida reunião era formado na maioria por pescadores homens e por três mulheres, sendo duas delas pescadoras: Indiara Kerchiner, representante da Colônia de pesca de Santa Isabel e Roselein Dias, presidente da Colônia de Pescadoras Nossa Senhora Aparecida de Jaguarão e vice-presidente do COMIRIM. Após alguns minutos de conversa com elas, dei-me conta que Roselein era a pescadora que constava na matéria jornalística do Diário Popular publicada em 2005. Roselein Dias nasceu e se criou numa família de pescadores e, por isso, sempre esteve envolvida com as questões ligadas à pesca, sendo reconhecida pela comunidade como uma forte liderança entre as pescadoras e os pescadores.

Durante a viagem, após ter escutado atentamente sobre as intenções desta pesquisa, Roselein me aconselhou a conhecer sua nora, Michele Martins Pedroso, a qual, segundo a sogra, é uma pescadora de mão cheia. Michele praticamente vive na lagoa, ao lado do marido que também é pescador. Nesse momento, fiz a ligação de que Michele era a pescadora fotografada pelo repórter fotográfico Nauro Junior na matéria especial da Zero Hora (Figuras 22 e 23). Sem a menor intenção, eu encontrava, naquele momento, as pescadoras sobre as quais li nas reportagens que me instigaram a pesquisar sobre o tema. Estava certa de que trilhava o caminho correto e, seguindo-o, encontraria muitas pescadoras.

Assumi um compromisso de ir atrás delas, da mesma forma que elas vão atrás do peixe, superando obstáculos e dificuldades. Roselein enfatizou que para compreender a pesca, preciso ir até lá e pescar, entretanto, alertou que não seria fácil

[36] Ederson Silva, além de colega no PPGEA é também filho de pescador e gestor de formação. Nesta oportunidade atuava como consultor/gestor no movimento do setor pesqueiro gaúcho.

encontrar Michele, considerando que a pescadora permanece embarcada a maior parte do tempo. Também me desanimou quanto a embarcar com a nora, uma vez que a embarcação não é grande e ainda tem o marido a bordo (filho de Roselein). A pescadora atenta e experiente, logo percebeu que eu estava falando sério sobre embarcar e que isso contribuiria enormemente para a pesquisa e, consequentemente, para a visibilidade das pescadoras. Assim, repensou sua posição e disse que falaria com Michele e com certeza dariam um jeito de me levar.

Realmente, não foi fácil chegar até Jaguarão e encontrar Michele. Somente em dezembro de 2019 consegui encontrá-la em terra. Era período de defeso na Lagoa Mirim e Michele estava em casa nos cuidados com a filha de cinco anos. Primeiro fui até a casa de Roselein, que também abriga a sede da Colônia de Pescadoras Nossa Senhora Aparecida (Figura 24). Conversamos sobre a história da criação da Colônia e sobre sua trajetória como pescadora e gestora política. Após esse momento, fomos até a casa de Michele.



Figura 24- Roselein na sede da Colônia em sua mesa de trabalho. Foto da pesquisadora.

Michele é uma mulher jovem, na época com 36 anos de idade. Nasceu em Pelotas e quando tinha doze anos de idade sua mãe se casou com um pescador de Jaguarão, momento que se mudaram para perto da Lagoa Mirim. A partir dali, disse

que se apaixonou pela lagoa e também por um pescador, irmão de seu padrasto. Casou-se quando tinha 15 anos e, a partir de 1998, começou a pescar com o marido. No início, era de maneira intermitente, geralmente em suas férias escolares, e, a partir de 2004, de forma profissional. Michele completou os estudos e fez a documentação de pescadora profissional. Adquiriu, junto com o companheiro, uma lancha de 9,80 metros, duas embarcações pequenas e muitos petrechos de pesca. Duas dessas embarcações, incluindo a maior delas chamada Nossa Senhor Aparecida, são de propriedade da Michele.

A pescadora vive mais tempo na lagoa do que em terra. Nos momentos que está na lagoa conta com a ajuda da sua mãe e da sua irmã para os cuidados com a filha e nas férias escolares a filha vai com eles para a lagoa. Contou que a lagoa e a pesca significam a sua vida, que não sente medo e não cansa. Chega a passar o dia trabalhando, sem tempo para comer, mas que faz isso com amor, ama pescar. Evidenciou que se sente outra pessoa quando entra no barco e vai pescar, na lagoa se sente livre e empoderada. Sobre a filha, disse que gosta da pesca da mesma maneira que a mãe, adora estar no barco.



Figura 25 - Michele no barco na pesca da traíra - Foto Nauro Junior.

Sobre a preservação da lagoa, contou que luta incessantemente na prática para protegê-la. Uma das formas de proteger é não pescar na piracema, não fazer pesca predatória, respeitar os ciclos e as malhas autorizadas para cada peixe. Michele e seu

marido não fazem parte de nenhum movimento social e político. Disse que “pescando de forma consciente tu contribui para a preservação da lagoa e dos peixes”, mas entende que teria que haver uma política pública eficaz para fazer com que todos/as se conscientizassem para preservar.

Michele contou, ainda, que “a pesca não está fácil, mas sempre dá para safar alguma coisa”. Atualmente, o casal tem pescado traíra e viola, e comercializam com um comprador de Rio Grande. O valor das pescarias é dividido entre o marido e ela. Ele fica com as despesas do barco, óleo diesel, pagamento do proeiro (contratado quando necessário), e ela arca com as despesas da casa. O que resta de cada um é colocado em uma poupança. Michele possui todos os documentos (identificação, licença e matrícula) para a pesca.

Sobre o preconceito contra a mulher na captura, Michele contou que existe sim, dando o exemplo de quando foi fazer o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar[37] para aquisição de embarcações e petrechos de pesca. Sobre essa e outras situações de preconceito vivenciadas pelas pescadoras tratarei devidamente nos capítulos seguintes.

Nessa ocasião que estivemos juntas, o marido de Michele pouco falou comigo, mas quando Michele disse que me levaria na próxima oportunidade para a lagoa, ele riu, com aquele ar de “ela não vai conseguir”. Nesse momento contei, sobre a minha experiência de quatro dias embarcada com a Márcia. Eles comentaram que conhecem Márcia e que embarquei com a pessoa certa para aprender a pesca. Após o relato sobre a minha experiência, a expressão no rosto do esposo de Michele havia mudado, momento em que perguntou detalhes sobre a pescaria como, por exemplo, o lugar em que acampamos, o que pescamos e se eu havia enjoado. Entendi que era uma tentativa de descobrir a veracidade das minhas informações e como eu tinha me saído. Roselein, nesse momento me olhou e disse: “Liza, o ditado diz: bebesse água de bateira[38], não vais mais querer sair da pesca”.

Estava eu, mais uma vez, diante de uma rede de interlocutoras que, além de se conhecerem, sabiam, sobretudo, identificar o trabalho que cada uma desempenha.

---

[37] Política pública que constituiu no financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

[38] No Dicionário Barsa da Língua Portuguesa, vol. 1, consta o vocábulo "bateira" como sendo: "1. Pequena embarcação sem quilha. 2. Embarcação de fundo chato, de vela ou de remo, usada em pesca fluvial".

Dei-me conta que elas é que iam me guinado para os encontros, bastava entrar na rede que elas mesmo teciam. Com Michele, combinei de retornar assim que período de defeso chegasse ao fim, mas devido à pandemia do Covid- 19, o encontro não pôde acontecer. Contudo, permaneci acompanhando as pescarias e desafios enfrentados por Michele até o final desta pesquisa, seja através das redes sociais ou, de telefonemas. A experiência da pescaria com a pescadora na lancha Nossa Senhora Aparecida ficará para um futuro próximo, mas os laços que construímos e os ensinamentos de Michele contribuíram enormemente para que eu pudesse realizar as análises sobre o mundo das pescadoras embarcadas.

Alessandra Braga, Beta Helena Matta, Rozi Souza, Márcia Pereira de Souza e Michele Pedroso formaram o que eu poderia chamar de rede de interlocutoras principais desta pesquisa. Acompanhei durante quatro anos suas vidas na pesca, algumas mais de perto, como foi o caso de Márcia e Betinha; outras mais de longe como Alessandra, Rozi e Michele. Quanto mais eu me aproximava do caráter situado da prática de cada uma delas e do processo de aprendizagem, mais eu me dava conta de que estava diante do que Jean Lave (1991; 2015; 2019) nos ensina a respeito de que isso implica e exige uma investigação descentralizada da prática, “afinal, a aprendizagem é sempre apenas parte da mudança da prática, em um mundo em mudança” (LAVE, 2019, p.134).

Foi preciso entender que dar atenção ao processo e às relações estabelecidas por essas mulheres com a vida na/da pesca se tornava mais importante e eficaz do que atentar para as coisas em si (BATESON, 1986; 2000), ou seja, para colher melhor esse processo relacional e contínuo, era preciso voltar minha atenção, antes de mais nada, para como se configuravam as práticas diante das mudanças, bem como as relações entre os praticantes, e nelas buscar aferir, de forma sempre situada, as condições de possibilidade da aprendizagem.

Assim, fiel à proposta conceitual-metodológica desta pesquisa, guiei uma releitura sobre as atividades de campo quanto às práticas que estavam sendo investigadas, ao mesmo tempo em que se fez guiar a minha própria aprendizagem no trabalho de campo antropológico. Fui aprendendo a me mover, na medida em que aprendia sobre o próprio campo/tema da pesquisa. Quando as interlocutoras teciam observações a respeito das possíveis transformações que a experiência da pesca acarretaria em mim, ou quando eu mesma percebia essas transformações, restava evidente que fazer pesquisa é prática situada e educacional.

Pesquisar, assim como pescar, significa mudar nosso modo de participar diante dos novos eventos que se colocam diante de nós, e, por isso, é educativa e transformadora. Nesse sentido, Gomes, Faria e Bergo nos dizem: “essa premissa pode valer para todos os envolvidos, no momento em que as fronteiras entre pesquisador e pesquisado se mescla, e tem se produzido vários “atravessamentos”, ou deslocamentos” (2019, p.119).

O processo é dinâmico na medida em que a rede vai se expandindo e outros eventos vão sendo incorporados e atravessados no caminho. Foi assim que aconteceu com a vida das pescadoras na pesca e, de igual forma, com o andamento desta pesquisa. Conforme o processo se desenvolvia, várias pescadoras iam surgindo no percurso, contrariando fortemente as narrativas de que mulher não pesca. Um desses eventos foi a descoberta do movimento social e político do Setor Pesqueiro Gaúcho.

Amarrando com o objetivo desta tese e da epistemologia feminista decolonial trago, nesta última parte do capítulo, algumas pescadoras profissionais artesanais que conheci nas reuniões do setor. Embora não tenha acompanhado profundamente a vida cotidiana dessas pescadoras, conforme fiz com as principais interlocutoras acima apresentadas, trago-as a fim de contribuir para a visibilidade das mesmas e da luta política em que se engajam.

3.3. Mergulhei nas reuniões do setor pesqueiro gaúcho e encontrei muitas pescadoras

O setor pesqueiro gaúcho é fruto do processo de ação coletiva de pescadores, pescadoras, armadores do litoral sul e norte do Estado, entidades representativas da categoria, parlamentares e cientistas que, unidos, construíram a inédita Lei nº 15.223 publicada em no ano de 2018, a qual instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul. A partir da criação da lei, o grupo se consolidou passando a realizar encontros periódicos entre pescadores e pescadoras do litoral norte e sul do Estado.

A minha primeira aproximação com este movimento social e político da pesca ocorreu a convite do colega Ederson Silva para acompanhar, em junho de 2018 na Assembleia Legislativa do RS, a audiência pública que teve como objetivo discutir o

conflito entre a pesca artesanal e a pesca industrial. Tal conflito surge a partir da proibição da pesca de arrasto dentro das 12 milhas náuticas no oceano, conforme a Lei 15.223 determina em seus artigos. A partir de 2021, a convite da ONG Oceana Brasil, comecei a participar de forma mais regular das reuniões do setor na cidade Porto Alegre, cujas pautas são orientadas para a formação, organização e articulação social e política de pescadores e pescadoras para ações de combate e resistência às poderosas investidas do poder hegemônico da pesca industrial. Tratarei sobre a experiência do conflito de forma mais profunda e detalhada no capítulo V desta tese.

Contudo, nos encontros do setor deparei-me com pescadoras já conhecidas da pesquisa como, por exemplo, Roselein Dias, de Jaguarão, e Ana Baptistone, de Pelotas. Pude, também, ver e sentir os efeitos desta pesquisa reverberando, através da participação da pescadora Márcia Pereira de Souza, a qual se encontrava afastada há muitos anos do movimento da pesca, e de Elisangela do Amaral Rodrigues, que teve conhecimento dos encontros através desta pesquisa. As pescadoras presentes nos encontros desembarcaram da pesca na Lagoa Mirim e no estuário da Lagoa dos Patos e embarcaram no movimento, contribuindo, a partir de seus conhecimentos e experiências, para a luta de resistência da pesca profissional artesanal frente aos conflitos ambientais.

Passo a apresentá-las na sequência como forma de torná-las visíveis aos olhos das leitoras e leitores.



Figura 26 - Maria da Graça Borges Prado. Foto da pesquisadora.

Maria da Graça Borges Pardo, 49 anos, pescadora profissional artesanal na cidade de Rio Grande/RS. É casada com pescador e mãe de dois filhos. Nasceu no mar e iniciou a pesca com o pai. Desde que casou, pesca com o marido, lançando e puxando rede na embarcação. Só se afastou da pesca no momento em que os filhos nasceram. Tem na pesca sua razão de viver. Maria da Graça atua no movimento desde a sua criação.



Figura 27 - Viviane Machado Alves. Foto: Acervo da pescadora.

Viviane Machado Alvez, 41 anos, pescadora profissional artesanal na Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande/RS. Casada com pescador e mãe de um filho. Iniciou a pesca quando se casou e tem na atividade o seu meio de vida e sustento. Hoje, possui embarcação em seu nome e trabalha em regime de economia familiar. Em 2004, ingressou na CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores e, atualmente, é coordenadora estadual do MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil. Participa do Movimento desde a sua criação.



Figura 28 – Venina dos Santos Morais. Foto: Acervo da pescadora.

Venina dos Santos Morais, 41 anos, pescadora profissional artesanal em Tramandaí/RS. Filha de mãe e pai pescadores. Casada com pescador e mãe de três filhos. Iniciou na pesca ainda quando criança ajudando seus pais, casou-se com pescador e continuou na atividade. Encontra-se aposentada e participa ativamente do movimento da pesca gaúcha desde seus primeiros encontros.



Figura 29 - Latifeh Alvez Aziz. Foto da pesquisadora

Latifeh Alvez Aziz, 44 anos, pescadora profissional artesanal na localidade Morro da Formiga Z-5, em Porto Alegre/RS. É casada com pescador e tem duas filhas. Iniciou na pesca há 18 anos com seu marido. Pesca com rede de malha em embarcação. Faz parte do MPP – Movimento dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, e participa do movimento há algum tempo.



Figura 30 - Ana Baptistone. Foto da pesquisadora.

Ana Baptistone, 47 anos, é pescadora profissional artesanal na Z-3 em Pelotas/RS. Filha, neta e bisneta de pescadores, iniciou na pesca profissional no ano de 2000, ao lado de uma tia e do companheiro. Tem 5 filhos e três deles já viveram da pesca. Além de pescar, Ana, atualmente, é secretária na COPAPAPEL. Sua participação no movimento é recente.



Figura 31 - Dulcinéia dos Santos Vieira. Foto da pesquisadora.

Dulcinéia dos Santos Vieira, 52 anos. Mãe de duas filhas, iniciou a atividade da pesca de forma profissional em 1994 com o primeiro marido. Pescavam, na época, na Lagoa dos Patos e na Lagoa Mirim. Em 2003, ingressou no Sindicato dos Pescadores como secretária administrativa e, em 2009, retornou à pesca com seu compadre, na Z-3. Em 2012, funda, com outras lideranças, a COPAPAPEL - Colônia dos pescadores artesanais de Pelotas, onde atua como vice-presidente. Aos finais de semana, costuma pescar com amigos para ajudar nas despesas da casa. No movimento, sua participação é recente.



Figura 32 - Elisangela do Amaral Rodrigues. Foto: Carlos Queiroz.

Elisangela do Amaral Rodrigues, 44 anos. Iniciou na pesca ainda quando criança, com o pai e a mãe na cidade de Rio Grande/RS. Quando se casou, foi para a Z-3, em Pelotas/RS, e, há quinze anos, é pescadora profissional artesanal trabalhando com o pai na pesca da tainha, camarão e linguado. É dona de embarcação e de redes de pesca. Teve dois casamentos e 4 filhos. Somente um filho, de 20 anos, trabalha na pesca atualmente. Chegou recentemente no movimento.



Figura 33 - Salomar Silva do Canto. Foto: Acervo da pescadora.

Salomar Silva do Canto, 57 anos de idade. Reside em Rainha do Mar, no Munícipio de Xagri-lá. Tem um filho de 33 anos. Iniciou na pesca com o ex-companheiro em 2004 de forma profissional, pescando no mar. É técnica em pesca pelo Instituto Federal do Paraná. Hoje, está aposentada, mas atua como presidente da Associação dos Pescadores e da Colônia Z-30. Foi coordenadora e vice-coordenadora do Fórum da Pesca do Litoral Norte e é instrutora da Marinha nos cursos do CFAQ (curso de formação de aquaviário). Participante ativa das reuniões do setor pesqueiro.

Essas são apenas algumas das mulheres que compõe o grupo do setor pesqueiro gaúcho, cujo slogan de luta é “proteger para pescar sempre”. Através desta pesquisa, tive a oportunidade de participar das reuniões do setor, aprendendo sobre as pautas de luta e conhecendo muitas mulheres da pesca. Somada à grandeza desta experiência e imensa oportunidade de conhecimento e aprendizado, pude, ainda, fazer isso de forma compartilhada com algumas interlocutoras, as quais, tornando-se visíveis através desta pesquisa, receberam apoio para desembarcar e integrar o movimento acessando o processo educativo e político da categoria, reforçando uma identidade. Com esse desdobramento, passei a sentir e perceber, na prática, os fundamentos de uma Educação Ambiental que transforma de fato as pessoas e suas

ações através da participação, da formação e da comunicação dos saberes tradicionais e desafios na busca pela justiça ambiental e de gênero. Sobre detalhes desse feliz encontro tratarei no Capítulo V.

4. CAPÍTULO III - O MUNDO DAS PESCADORAS EMBARCADAS: RELAÇÃO PESCADORA-TERRA-LAGOA

Mulheres nas águas.
(Alessandra Braga, pescadora e poeta)

Pescadora mulher guerreira
Ser guerreira não significa suportar as coisas do dia a dia, correria, casa, filhos, marido etc.
Se você conhece uma pescadora embarcada, com certeza estas à frente de uma mulher forte com muitas pressões.
Mulheres nas águas.
Olhe firme em seus olhos e verás a felicidade mesmo que escondida por um sofrimento intenso.
Observe as marcas do tempo em seu rosto, o frio e o calor que as vezes parece insuportável, mas na verdade é apenas o mapa formado sobre os lugares em que já esteve.
Mulheres nas águas.
Queres saber qual a pior decisão que uma pescadora enfrenta?
É no exato momento em que ela precisa por amor ficar em casa com o filho que agora atingiu a idade escolar.
Olhar as embarcações sair para o mar e ter que ficar em terra pode ser comparado a um atleta que não pode mais correr.
Mulheres nas águas.
Não pense você que é uma profissão fácil, mas quem ama estar no mar sentir a névoa da manhã no rosto e observar o nascer e o pôr do sol é renovador.
Sair de casa com a incerteza do que vai encontrar acima das águas ou debaixo delas é desafiador.
Feche os olhos imagine estar dentro de uma embarcação.
Imagine o horizonte no exato ponto em que águas e céu se encontram como sendo um só.
Assim é uma pescadora, mar e pessoa são um só.

Abro este capítulo com o poema da pescadora Alessandra Braga, por entender que ele nos provoca a conhecer a vida das pescadoras embarcadas que atuam desde a etapa da captura do pescado. A narrativa poética nos conduz aos elementos fundamentais para a compreensão deste viver através das palavras: mulher; pescadora; guerreira; casa; filhos; marido; amor; força; pressão; felicidade; sofrimento; tempo; frio; calor; amor; escola; mar; terra; névoa da manhã; nascer e pôr do sol; renovação; incerteza; desafios. Com Alessandra e as demais interlocutoras desta tese, percebi que a pesca traz muito mais que o peixe na rede, ela traz em si questões de ordem ontológica e epistemológica de mulheres que vivem numa relação profunda com seus ambientes-mundo e que cria, com base nesta relação, um apego à vida do mar (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994).

Situar a leitora e o leitor no mundo das pescadoras embarcadas na pesca lagunar, constitui o objetivo deste capítulo, a partir da apresentação de como as

interlocutoras da pesquisa fazem a pesca. Em termos de uma pedagogia da mulher pescadora, ou nas palavras de Maria Lugones (2014), uma "pedagogia não moderna"[39], o sentido de pesca que busquei adotar é mais complexo do que o restrito e excludente conceito de pesca empregado na Lei vigente nº 11.959/2009[40], chamada popularmente de Lei da Pesca, a qual dispõe, no inciso III do art. 2º, que: "pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros". Proponho, então, utilizar o termo para além do ato de captura, refiro-me à pesca enquanto modo de vida que envolve pescadoras e seus afazeres na relação terra-lagoa. Adoto esta perspectiva porque considero os processos de aprendizagem, saberes e práticas como resultado do todo que constitui a vida social e, portanto, também a cultura, uma vez que, centrada nas relações, faz parte do todo. A aprendizagem é sempre situada em complexas comunidades de práticas (LAVE, 2015, p. 40).

Na medida em que eu seguia os processos de aprendizagem das pescadoras, restava evidente que não havia como tratar o universo das mulheres na pesca embarcada lagunar como um todo homogêneo. Assim como a pesca é muito mais que capturar o peixe, existem também muitas formas de ser pescadora. Há comunhão, mas tem há variação no processo. Diante disso, trago as particularidades de casos diferentes para justamente aprofundar a análise, uma vez que veremos ora pontos de encontro que sublinham semelhanças entre as pescadoras, ora divergências que ressaltam individualidades. Rose Gerber, na pesquisa com pescadoras embarcadas se depara de igual forma, vejamos:

> Não é porque, em princípio, a pesca seja um universo eminentemente masculino, que se dê como evidente a ausência de mulheres, ou que seja possível afirmar o que as pescadoras *são*, de modo genérico, considerando-se que muitas são as formas de *ser* (2015, p. 24).

São histórias que apresentam percursos de vida e aprendizagens diversas, a partir de diferentes ambientes e modos de aprender e participar de acordo com os diversos caminhos que trilharam ou navegaram. Convém ressaltar que a diversidade de experiências e modos de participar, em hipótese alguma retira a potência de uma identidade, ao contrário, ela reforça, no sentido de pensarmos as diferenças de

[39] Maria Lugones adota o termo *pedagogias não modernas*, para se referir a formas de organizar o social, o cosmológico, o ecológico, o econômico e o espiritual que não seguem a lógica moderna capitalista e patricarcal.

[40] Lei11.959/2009 dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências

práticas de acordo com os diversos contextos que a pesca artesanal acontece no Brasil. Entendo, desta forma, que é nesse vaivém que as sutilezas da análise social são resgatadas e, diante disso, podemos concluir que “cada caso não é um caso” (FONSECA, 1999), a partir da compreensão sobre como os modos de vida se formam na articulação entre modernidade e tradição, e são passados de geração a geração frente aos conflitos e assimetrias socioambientais experienciadas.

“Mulheres nas águas”, para Alessandra ou “Gente do mar”, para Geistdoerfer (1989), são pessoas que têm suas práticas e modos de vida construídos em relação a um meio tanto físico, quanto socialmente instável e imprevisível. Vidas marcadas pela fluidez da mesma forma que o mar é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos. Pesquisas de cunho etnográfico nos mostram, ao longo do tempo e do espaço, que pescadoras e pescadores detêm um conhecimento profundo e detalhado sobre seus universos pesqueiros. Eles e elas interpretam fases lunares, marés e ventos, e as formas como tais eventos interferem na pesca.

Entretanto, para além de critérios morfológicos e ecológicos, e de fatores meteorológicos e oceanográficos, as pescadoras e os pescadores nas comunidades estudadas também revelam, de igual forma, um conhecimento forjado por questões sociais, culturais econômicas e políticas que os atravessam (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1988; 1994; ADOMILLI, 2003; 2007; GERBER, 2015; MILLER, 2005; RAMALHO, 2011). Se o nosso objetivo é entender como as pescadoras fazem a pesca, é imprescindível se ater a essas dimensões da vida.

No capítulo 1 tratei de mostrar como as categorias gênero e/ou mulher foram sendo incorporadas nas pesquisas sobre pesca. Restou evidente a transformação que esses estudos geraram em termos de uma compreensão cada vez mais totalizadora da realidade das comunidades pesqueiras, rompendo com um certo estrabismo no olhar hegemônico de pesquisadores e pesquisadoras que limitavam as análises desconsiderando a participação das mulheres na atividade pesqueira, ainda que houvesse registros delas atuando desde o século XVIII[41]. As pesquisas destacaram que a pesca, como fonte de alimento e sobrevivência nunca foi uma atividade exclusivamente exercida por homens, em destaque para o relatório da Organização

[41] Luceni Hellebrandt, no prefácio à obra de Beatriz Lourenço Mendes (2020) intitulada Redes invisíveis da pesca artesanal : o trabalho da mulher e o difícil acesso aos direitos sociais, faz referência a histórias de pescadoras como Thurídur Einarsdóttir, nos mares da Escandinávia, de Daringa, aborígene australian, ou ainda, sobre as mulheres Truká, da Ilha da Assunção, no médio curso do rio São Francisco.

das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014) que, segundo dados da pesquisa à época, as mulheres representavam 90% das pessoas envolvidas em atividades secundárias da pesca, como o processamento, e 15% no setor primário, considerado a captura, vejamos:

> *The information provided to FAO still lacks suficiente detail to allow full analyses by gender. However, based on the data available, it is estimated that, overall**, women accounted for more than 15 percent of all people directly engaged in the fisheries primary sector in 2012**. The proportion of women exceeded 20 percent in inland water fishing and is considered far more important, as high **as 90 percent, in secondary activities, such as processing7**. (FAO, 2014, p. 31 – o grifo é meu).*

Considerando que a atividade pesqueira é mais ampla que a única etapa de capturar o peixe e, diante da invisibilidade, ausência de direitos e reconhecimento do trabalho das mulheres nas demais etapas que compreendem a pesca artesanal, diversas pesquisas sobre comunidades haliêuticas destacaram (e continuam a destacar), sobretudo, a vida e o trabalho de mulheres na pré e na pós captura como essencial à manutenção e reprodução da atividade pesqueira, seja pela ótica econômica, quanto pela importância social/cultural da pesca artesanal.

Diante desse panorama, as mulheres que atuam na etapa da captura do pescado de forma profissional artesanal, por terem sua atividade contemplada na legislação, acabaram não recebendo o mesmo protagonismo nas pesquisas, com algumas exceções[42], como é o caso da já citada pesquisa de Rose Mary Gerber, publicada em 2013, e posteriormente transformada em livro (2015), sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Estado de Santa Catarina. A autora, de forma muito interessante, ao mesmo tempo que nos apresenta o mundo das pescadoras embarcadas em ambientes aquáticos e terrestres, seus saberes, práticas e sentimentos, também revela a relação das pescadoras com um Estado que não as reconhece como tal e, portanto, não as enquadra como pescadoras perante suas instituições e órgãos, acarretando prejuízos incalculáveis às suas vidas.

Corroborando com o dito, destaco uma situação de campo vivida por mim em um evento de pesca artesanal do litoral sul no ano de 2018, no qual um pescador se insurgiu contra minhas intenções de pesquisar com as pescadoras embarcadas, evocando a importância de estudos sobre a pré e a pós captura, disse ele: “porque tu

[42] Outras pesquisas trouxeram à evidencia a existência de pescadoras na captura, mas dentro de análises mais gerais sobre comunidades de pesca, como exemplo temos a pesquisa de Colaço Dias Neto, 2019 e de Soares, 2016).

quer estudar isso? tu deveria estudar as pescadoras de terra, essas, sim, precisam de reconhecimento, as de captura já estão na lei". Pois bem, todavia, as pescadoras desta pesquisa, bem como as de Rose Gerber, apesar de realizarem a pesca de captura cotidianamente e possuírem todos os documentos para o exercício da atividade, portanto, estarem abrigadas pelos preceitos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a política nacional sobre pesca no país, ainda têm dificuldades de ser reconhecidas como pescadoras por diversas instituições do Governo, sociedade, comunidades pesqueiras e até por elas mesmas, contrariando fortemente o entendimento do pescador.

Por que, afinal, isso acontece? As pesquisas sobre mulheres na atividade pesqueira brasileira (MARTINEZ; HELLEBRANDT, 2019) nos contam que o não reconhecimento e a invisibilização se dão, primeiramente, em virtude da ideia de uma divisão de gênero rígida nos espaços de atuação nas comunidades de pesca que sugere que o espaço do mar é relacionado aos homens, ao passo que somente o território terrestre seria de domínio das mulheres (WOORTMANN,1992). Seguindo esse entendimento, Luceni Hellebrandt (2017), esclarece, ainda, que tal situação se agrava em razão de contarmos com uma gestão pesqueira excludente que atenta apenas para a produção e, bebendo na fonte de uma divisão sexual do trabalho rígida, acaba outorgando ao homem, exclusivamente, as atividades produtivas:

> Em resumo, o primeiro fator que contribui para a invisibilidade das mulheres na pesca é uma gestão preocupada apenas com os estoques, ordenamento de captura e produção, que assimila a ideia de que **mulher não pesca e só realiza atividades reprodutivas complementares**, sendo **o homem único agente produtivo** nas comunidades pesqueiras. (HELLEBRANDT, 2017, p.42 – grifo meu).

Se para a gestão e para as instituições do governo o homem é considerado o único agente produtivo, as pesquisas sobre mulheres na atividade pesqueira têm combatido cada vez mais esse entendimento mostrando que existe uma certa fluidez sobre quem faz e o que faz nas comunidades de pesca. Assim, se para o crítico pescador tudo estava resolvido, para elas e para mim não estava, pois para além do Estado e da gestão, nas pessoas para quem eu explicava sobre meu objetivo de pesquisa, a mesma inquietação e espanto surgia: mas existe mulher pescando em barco na lagoa? Sim, existe, e, contrariando o entendimento rígido de organização espacial entre os gêneros nas comunidades pesqueiras, as pescadoras desta pesquisa, conforme apresentei no Capítulo II, nos mostraram certa fluidez desses

espaços, e compõem o trabalho em terra/casa com o trabalho na lagoa/embarcação. De igual forma, Rose Gerber conclui:

> As mulheres que embarcam são as que cruzam de forma mais marcada estas fronteiras definidas por preceitos de gênero e que compõem seus muitos afazeres com a junção de um e outro, mar e terra, embarcação e casa (GERBER, 2013, p. 282).

Contudo, para adentrar e compreender o modo de vida das pescadoras que compõem essa tese, foi preciso conexão. Orientada pelas epistemologias ecológicas e epistemologias feminista e decolonial, posicionei-me para estar imersa na matéria e no mundo através do engajamento no ambiente lagunar e terrestre, pescando novas e velhas conexões com as pescadoras, conforme Donna Haraway:

> Como Jim Clifford me ensinou, nós precisamos de narrativas (e teorias) que sejam grandes o bastante (e não mais que isso) para reunir as complexidades e manter as bordas abertas e ávidas por novas e velhas conexões surpreendentes (CLIFFORD, 2013 *apud* HARAWAY, 2016, p.141).

Esse ensinamento foi aprendido e desenvolvido conforme a pesquisa se fazia com elas, assumindo que não aprendemos pela transmissão de representações e, sim, pela "educação que se dá pela atenção" – proposição cunhada por Ingold (2010) – no engajamento/comunhão contínuo no ambiente. As histórias, então, percorriam distintos caminhos, mas proporcionando semelhantes sentimentos e impactos por se tratarem de mulheres pescadoras embarcadas na pesca artesanal lagunar. A partir de três narrativas, a pesquisa adquiriu um "sul", ou seja, as pescadoras interlocutoras através de suas primeiras manifestações definiram as questões "suleadoras"[43] da pesquisa: quem são, como se tornaram, e como se mantêm na vida da pesca. Disseram elas:

> Sou mulher, sei pescar. Eles me chamam de mulher de pescador, mas não aceito, sou pescadora. (Michele Martins Pedroso).

> Ninguém sabe que a gente existe, mas eu nasci pescando e vou morrer pescando, é o que eu gosto de fazer, me sinto livre de tudo quando estou na lagoa, sabe? E mesmo diante das dificuldades e preconceito, aqui estamos nós sobrevivendo. (Márcia Pereira de Souza)

> Nunca desanimo com a pesca porque a pesca sempre vai ser uma história que passa de geração em geração. Por isso altos e baixos não me assustam porque gosto muito dessa vida que escolhi para mim. É

[43] Expressão política utilizada para marcar uma posição descolonizada das epistemologias do norte global.

> difícil, somos muito prejudicados, principalmente nós pescadoras, mas enquanto houver peixe a gente segue. (Betinha)

As narrativas das pescadoras traduzem o que a literatura cientifica vem informando sobre o sistema da pesca artesanal no Brasil, ou seja, quando olhamos para a pesca vemo-nos diante de um fenômeno social e cultural em que os saberes e práticas são transmitidas de geração em geração, pautadas por habilidades aprendidas e desenvolvidas de acordo com a dinâmica do viver (ADOMILLI, 2009; CUNHA, 2009; MALDONADO, 2009). Esses saberes e práticas são atravessados por mudanças permanentes e fluxos da vida que se intercambiam através das formas de habitar e das habilidades desenvolvidas a partir das experiências concretas e mutantes (INGOLD, 2010; LAVE, 2015). É sobre isso que Betinha, Márcia e Michele se referem quando falam que são pescadoras, que aprenderam a atividade no âmbito familiar, com a natureza, com as dificuldades e com os preconceitos, e, ainda, que esse saber/fazer/viver no ambiente lagunar faz surgir nessas mulheres um sentimento de satisfação, de orgulho e, sobretudo, de liberdade.

As narrativas sinalizam histórias e, para entendê-las, foi preciso acompanhar o cotidiano das pescadoras, seguindo o que elas sempre me disseram: “para tu entender como a gente faz a pesca, tu tens que ir para pesca”. Como já disse anteriormente, essa pesca é muito mais do que capturar o peixe ou o camarão, ir para pesca, na perspectiva feminista, é adentrar no mundo das pescadoras embarcadas e aprender com elas na prática num processo de desconstrução de narrativas e entendimentos do mundo moderno, patriarcal, categorial e excludente. Como exemplos deste entendimento, temos o do pescador na Ilha dos Marinheiros, a quem me referi na introdução desta tese, o qual foi enfático em dizer que mulher não pesca, ela ajuda, bem como do outro pescador que apontou crítica ao objetivo desta pesquisa dizendo que as pescadoras de captura já são reconhecidas e por isso não merecem destaque.

Para isso, convido a leitora e o leitor a pescar com elas. Em termos de uma pedagogia não moderna que se constrói e se desenvolve na conexão entre pescadoras, terra e lagoa, começaremos a pesca com a apresentação das especificidades da vida de três interlocutoras, Márcia, Betinha e Michele[44], e de suas rotinas diárias. Penso que, ao apresentá-las, situamos as pescadoras de forma

[44] No Capítulo II apresento informações sobre a vida dessas interlocutoras e de outras que passaram a integrar esta rede.

desencarnada da figura de sujeitas eternas, a-históricas e não pescadoras. Caminharemos com elas através de seus processos de aprendizagens, cotidianos, impactos e da diversidade e complexidade das formas como o trabalho nas águas e em terra é costurado.

4.1. Do peixe ao prato: aprendizagens e as rotinas diárias

Rotina diária é o tempo que a mulher pescadora utiliza nas 24 horas do dia para: acordar, dormir, cuidar das crianças, da casa, da pescaria, do processamento, beneficiamento, às vezes, da comercialização, entre outras atividades relacionadas à sobrevivência dela e de sua família. (LEITÃO, 2011). Muitos são os trabalhos, pesquisas e eventos/oficinas que utilizam as rotinas diárias como técnica e instrumento para conhecer melhor e de forma mais aproximada a vida das pescadoras. Quando elas expõem a forma como organizam o seu dia-a-dia, começamos a aprender sobre os aspectos íntimos do saber/fazer a pesca em diferentes contextos. Ao narrarem[45] suas rotinas diárias e, posteriormente, com o acompanhamento das mesmas, percebemos a costura entre trabalho doméstico e trabalho na pesca de captura, as temporalidades, as sobrecargas e desafios existentes entre matar o peixe e servir o prato.

4.1.1. Rotinas diárias - Márcia Pereira de Souza

Pesca no acampamento

> Às 5h da manhã levanto, tomo café, arrumo as coisas na embarcação e vou para as redes safar os peixes ou lançar as redes, depende do dia. Quando vou safar é porque a rede foi colocada no dia anterior. Depois de safar eu volto para o acampamento, gelo o peixe, lavo a embarcação, lavo a louça do café da manhã, carrego água e faço almoço. Depois de almoçar, arrumo a louça, limpo e organizo a barraca. Se tem roupa eu lavo a roupa. Lavo as redes também se for preciso. Quando a noite vai chegando eu já me organizo para a janta, tomo banho, janto e vou dormir por volta das 22h para sair bem cedo no outro dia (Márcia).

[45] As narrativas sobre as rotinas diárias foram transcritas de acordo com seus depoimentos.

Imagens da pesca de acampamento






Figuras 34, 35, 36 e 37 – Barco pronto para a travessia, na sanga; Acomodações internas do barco, cozinha e camas; Márcia e o espaço das camas na embarcação; Márcia e a pescadora Paula no acampamento de pesca. Fotos da pesquisadora.




Figuras 38 e 39 - Márcia cozinhando no acampamento, e puxando rede. Fotos da pesquisadora.

Pesca de casa

> Às 4h da manhã levanto, tomo café, arrumo as coisas, pego a embarcação e vou para a lagoa, largo as redes e volto para a casa, fico nas voltas das casas até o outro dia. Se levanto para ir safar chego somente na parte da tarde em casa, não almoço, levo só um café e tomo lá mesmo na embarcação. Chegando em casa eu carrego o peixe, gelo ele, tomo banho, tomo um café e arrumo a casa. Na noitinha preparo a janta e as coisa para sair de madrugada novamente. Quando percebo já é meia noite ou 1h da manhã, aí me deito pra começar tudo novamente. Não é fácil, o corpo adoece, ficamos embrutecidas até, mas eu adoro essa vida e não troco ela por nada. Já tentei fazer outra coisa, faxina essas coisas, mas me sentia muito triste e voltei pra pesca, me sinto livre, sem mando. (Márcia).

Imagem pesca de casa



Figura 40 - Márcia na embarcação de trabalho (bateira ou caíco). Foto da pesquisadora.

Márcia[46] tem 51 anos, é solteira e exerce a pesca de forma individual. Márcia é um caso paradigmático desta pesquisa, pois é a única pescadora que encontrei que pesca sozinha. No passado, pescava nas águas da Lagoa Mirim, atualmente pesca no estuário da Lagoa dos Patos em Pelotas (Z-3). Ela nos mostrou que sua rotina diária se dá a partir de duas situações: a pesca no acampamento e a pesca de casa.

[46] Sobre detalhes da vida de Márcia na pesca, ver Capítulo II, item 2.2.3.

A pesca no acampamento se refere quando a pescaria se dá longe de casa exigindo permanência de muitos dias ou até meses na lagoa. Nessas pescarias, organizam-se acampamentos de pesca com barracas montadas na margem da lagoa ou dentro das próprias embarcações, comumente chamadas de botes. Esses botes medem cerca de 10 metros de comprimento e são movidos a motor, e possuem casario ou barraca, lugar onde se estabelece a cozinha e as camas. É nessa embarcação que se faz a travessia do trapiche até o acampamento. O trabalho de lançar e puxar redes é realizado nas embarcações menores, medindo cerca de cinco metros de comprimento, com ou sem motor, chamadas de bateras ou caícos.

Na travessia, as embarcações menores são amarradas e puxadas pela embarcação maior. Na pesca de casa, Márcia vai e vem da lagoa diariamente, para lançar redes, puxá-las e desmalhar o peixe. Márcia comenta que a pesca de casa é muito mais cansativa do que a pesca no acampamento: *"*no acampamento a gente dorme mais cedo e descansa mais porque ali está tudo pertinho, além de não precisar viajar até as redes que, às vezes, não estão perto. De casa até as redes, a gente chega a viajar até 3 horas de embarcação. Para ir e para voltar, já são 6 horas só viajando, fora as horas que se fica lá desmalhando o peixe".

4.1.2. Rotina diária – Beta Helena Matta

Pesca de casa

> Acordo às 4h da manhã, tomo café e vou para o trapiche. Colocamos o diesel no tanque da embarcação, arrumo as redes e saímos para o mar. Chegando lá nós largamos as redes e esperamos o peixe. Depois o almoço fizemos no mar, as vezes fritamos peixe mesmo. Eu só paro enquanto as redes estão na água, mas muitas vezes não dá para almoçar. Quando chega a noite a gente colhe as redes e viemos embora. Aí quando chego em casa tenho janta para fazer, filho para cuidar, roupa para lavar e casa para limpar, tenho que deixar tudo organizado porque no outro dia é tudo de novo. Deixo meu filho com minha mãe sempre que vou pras redes. Olha, mulher passa preconceito e tem ainda a situação de filho, família e casa, é tudo um grande desafio, mas eu adoro ser pescadora, nunca quis ser outra coisa.





Figuras 41, 42 e 43 - Betinha e o pai arrumando a embarcação; com o irmão na embarcação; em casa com o filho

Beta[47] tem 28 anos, pesca com o pai e o irmão em regime de economia familiar na região da Quinta Secção da Barra de São José do Norte (Z-2|). Ela é casada e o marido é pescador na pesca industrial. A pesca que Betinha pratica é de casa, indo e vindo diariamente da lagoa para a terra. Destaca Betinha que, apesar do oceano estar muito próximo (Figura 3), ela somente pode pescar nas águas interiores do estuário da Lagoa dos Patos, pois sua licença é para a pesca artesanal.

[47] Sobre detalhes da vida de Betinha na pesca, ver Capítulo II, item 2.2.2.

4.1.3. Rotina diária Michele Martins Pedroso

Pesca no acampamento

Ficamos em torno de 7 a 10 dias na lagoa por causa do gelo, enquanto a gente não fizer nossa malhada (pegar bastante peixe) a gente não volta, porque vir para casa com pouco peixe não tira nem as despesas. A gente sai as 6h da manhã ligamos o motor e vamos pra lagoa, colhemos as redes, se não deu peixe trocamos de lugar as redes; se deu peixe a gente já safa, aí vem pro barco que ficou ancorado com o gelo. Passamos o peixe pra dentro do gelo, só depois, em torno de 3h/4h da tarde é que vamos nos alimentar de novo. Imagina, desde s 6h da manhã só com aquele café. Faço a janta as 20h/21h, lavo tudo e nos deitamos. Todo dia igual. Depois de 10 dias a gente chega em casa, mato a saudade da filha que ficou com minha mãe e começo a fazer o filé. Além do trabalho da casa eu arrumo as redes, com meu marido pintamos o barco se precisa, entalhamos redes. Estamos sempre trabalhando, não paramos nunca. Quando minha filha vai na pesca eu fico mais na função do barco, fazendo almoço e ajeitando tudo para que meu marido e o proeiro pesquem. Assim é nossa vida acampadas dentro de um barco, eu adoro, desde os meus 15 anos só sei fazer isso.






Figuras 44, 45, 46 e 47 - Michele conduzindo a embarcação; Michele se posicionando para lançar as redes; Michele lavando roupa na lagoa; Michele com a caixa de peixes. Fotos Nauro Junior.

Michele[48] tem 37 anos, pesca com o marido em regime de economia familiar nas águas da Lagoa Mirim em Jaguarão (Z-25). Ela exerce a pesca embarcada de forma acampada, permanecendo por vários dias na lagoa, por isso reveza a pesca com momentos em terra dedicados aos cuidados da filha de 7 anos. Quando Michele não vai para a pesca, o marido contrata um proeiro.

♣♣♣

Três histórias, três mulheres, três ambientes lagunares. A pesca entra em suas vidas e as conecta entre elas e entre todas as pescadoras deste país – pela pesca de captura elas se encontram na identidade de Pescadoras. A epistemologia feminista decolonial nos prepara a prestar atenção às diferenças e particularidades, e desta forma, me conduziu a compreender com as pescadoras, as estruturas que sustentam a opressão/exclusão e, sobretudo, o potencial criativo e subversivo advindo da experiência da mulher no mundo da pesca, a produção e reprodução desse modo de vida. Apesar de serem de diferentes gerações, terem vivido em lugares distintos e algumas terem aprendido com os pais e mães e outras com os maridos, suas histórias encontram muitas aproximações, seus cotidianos, modos de aprender e as rotinas se parecem, bem como as alegrias e desafios.

Elas aprenderam a pesca com a família, ainda quando crianças ou na adolescência, como é o caso da Michele, que aprendeu com o marido aos quinze anos de idade. Suas trajetórias foram marcadas por dificuldades econômicas, algumas de extrema pobreza, e o sustento da família vinha e continua a vir, exclusivamente, da pesca artesanal. Márcia e Betinha, aos oito e nove anos, respectivamente, iniciaram na pesca atuando como ajudantes no barco[49], atendendo, algumas vezes, às necessidades de menor impacto e força, em outras, fazendo o que um adulto faz.

[48] Sobre detalhes da vida de Michele na pesca, ver Capítulo II

[49] Na classificação das pescadoras **barcos** seriam as embarcações maiores, medindo entre 8 e 15 metros, construídas em madeira, com motor, consideradas Barco/Casa com as quais fazem os grandes deslocamentos até os lugares de acampamento. Nessas embarcações encontram-se a cozinha, as camas, os mantimentos, roupas, e os freezers para o armazenamento do pescado. Os **botes e caícos** seriam as embarcações menores, medindo entre 3 e 5 metros, também de madeira, com ou sem motor que servem para o trabalho diário da pesca, nessas embarcações são levadas as redes para o lançamento, boia, âncora e caixas de plástico para armazenar os peixes que puxados (safados) das redes.

Iniciaram em uma época em que as embarcações eram a remo, hoje todas possuem embarcação a motor.

Rose Gerber (2015), que também pesquisou com pescadoras embarcadas de Santa Catarina, observou um panorama semelhante e nos traz uma dimensão interessante, ela destaca que a relação de aprendizado que em outros contextos sociais seria exclusivamente de mulher para mulher, na pesca embarcada passa a ser também de homem para mulher, ou seja, ocorre de forma inter e intragênero. Essa observação corrobora com o que Lave (2015) nos ensina sobre aprendizagem e cultura, onde a própria ideia de “aprender na prática” implica a existência de mudanças, e com ela, a possibilidade de contribuir para compreender historicamente a mudança na vida social. Configura-se, então, na pesca embarcada lagunar um universo onde pais como “professores/mestres” ensinam para as filhas/esposas/familiares como se captura um peixe e se navega uma embarcação, tornando-as, na prática, pescadoras.

> Trata-se de diferentes aprendizados compostos de distintas formas, espaços, sociabilidades e sujeitos, e que se dão e são passados, ora entre mães e filhas, ora entre pais e filhas, e outras vezes entre maridos e esposas ou entre esposas e maridos, em que as mulheres se constituem como as camaradas dos homens com as quais trabalham; ou quando atuam sozinhas e são elas as mestras de suas próprias e pequenas embarcações. (GERBER, 2015, p. 168).

Contudo, observei, em campo, que esses aprendizados também se realizam de forma inter e intrageração. As pescadoras, detentoras de um saber/fazer a pesca, passam o conhecimento para as novas gerações, entretanto, esse ensinar não se situa somente sobre a arte de pescar, mas, principalmente, sobre um saber ambiental a partir da vivência das assimetrias e conflitos em seus ambientes-mundo. Sobre isso, ouvi muitas dizerem: “precisamos proteger a pesca e o mar por quê, o que vai ser de nossos filhos?” ou ainda, “tudo que passamos serve de lição para eles não passarem ou para reagirem”. Segundo Ramalho (2006), as mulheres exercem um papel fundamental na formação de novos trabalhadores da pesca artesanal: o da socialização de seus filhos na atividade de pescaria (p. 136), em outras palavras, a mãe é quem cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria (p. 137).

Por outro lado, as novas gerações também ensinam os mais velhos, não só no que diz respeito ao uso e compreensão das novas tecnologias utilizadas na pesca de pequena escala, mas, acima de tudo, sobre outras experiências vividas. Márcia, sobre

isso, disse: “cada um [ela e filhos] faz do seu jeito e a gente se ajuda”. Há, portanto, correspondência e não imitação ou transmissão direta do conhecimento. Nesse sentido, Ingold (2020, p. 26-27) diz:

> Como o ambiente sofre variação contínua, então a pessoa varia em resposta a ele, e vice-versa. Os velhos, em sua maneira ou comportamento, variam com os jovens; os jovens em seus esforços para reproduzirem o que observam, variam com os antigos. Ou, resumindo, o que estamos inclinados a chamar de imitação é na verdade uma modalidade de correspondência.

Os motivos que levaram Betinha e Márcia para a pesca dizem respeito à sobrevivência do grupo familiar, era fundamental que fossem com a família para dentro do barco fazer a pesca. Para Betinha e Márcia ir pescar não era de forma alguma uma opção, todos/as, ou pelo menos alguns/mas, precisavam ir para o barco, ficando a escola e as brincadeiras em um segundo plano. Márcia nos conta que ia com as irmãs e os irmãos diariamente, em uma época que faltava o que comer:

> Eu me criei dentro do barco nessa lagoa, eu e minhas irmãs e irmãos, a gente trabalhava que nem adulto. Aprendi fazendo a pesca, porque se a gente não fosse pescar, não tinha o que comer, não dava pra ficar em terra, era uma vida muito difícil e sofrida. Por isso tinha muito mais mulher na pesca porque era muita fome, se tu ficasse em casa tu não comia. Tinha que que ir todo mundo junto. Lá tinha pelo menos o peixe ou o ratão pra comer.
> Não tinha essa de ir para a escola, a gente tinha era que trabalhar. Por isso também as mulheres estavam mais na pesca, não tinham problema com a escola dos filhos, não tinha essa obrigação.
> Hoje é muito diferente, hoje tu só vai se tu gosta. Antes se tu não fosse tu morria, era muita pobreza, hoje ta tudo diferente, eu me sinto uma mulher rica perto do que eu fui. Tenho barco a motor, sou independente, meus filhos puderam estudar, só não estudaram mais porque não quiseram. Os que ficaram na pesca estudaram pouco, mas a minha filha está na faculdade. Hoje a vida na pesca tem outros problemas como a falta do peixe, o veneno e o lixo, mas ainda assim amo ser pescadora, sou livre, sem mando, estar na lagoa é maravilhoso (Márcia).

Betinha também foi para a pesca por ser esta a única fonte de renda da família, e localiza muitas mudanças e também desafios:

> Era difícil, eu não tive infância e as condições eram outras, o barco era a vela e a gente remava, minha nossa tudo diferente, hoje tem o motor e tudo para facilitar. Na hora de brincar eu tava no barco, a gente precisava. Para estudar não era fácil, mas mesmo assim eu conseguir ir até o segundo ano do ensino médio, depois desisti, porque os horários eram complicados pra quem quer estar no mar, e eu sempre quis, sempre quis pescar, desde os 9 anos e hoje é a minha profissão. Aos 14 anos pedi para aprender a mexer no motor, aí sim, me tornei uma pescadora completa. Na pesca não somos valorizados nem

> respeitadas, somos tratamos como bandidos até, mas amo pescar, é minha paixão, conquistei tudo o que tenho da pesca (Betinha).

Michele já possui outro caminho de aprendizado na pesca. Apaixonou-se por um pescador (irmão de seu padrasto) e também pela pesca. Quando se casou aos 15 anos de idade, começou a pescar com o companheiro e nunca mais parou, adquirindo uma vida e um amor pela pesca:

> Casei aos 15 anos e entrei na pesca com meu companheiro, desde então trabalho diariamente na pesca e na captura, tenho embarcação em meu nome e amo o que faço, sou pescadora e não admito que me chamem de mulher de pescador. Tudo veio da pesca. Aqui na Mirim não tá fácil, o peixe diminuiu muito, não temos onde parar com o barco as vezes, ninguém respeita o pescador, mas nada melhor que estar na lagoa pescando. Ensinamos a nossa filha a cuidar das coisas e ela adora (Michele).

Antes de analisarmos as rotinas diárias das pescadoras, vou retroceder um pouco para entendermos o contexto histórico, político, social e econômico que a pesca e as pescadoras vivenciaram. Nas três narrativas acima as interlocutoras nos dizem que seus processos educativos na pesca foram atravessados tanto pela tradição do saber/fazer passado de geração em geração, como pelas transformações vivenciadas pelas comunidades de pesca, sobretudo frente as consequências do processo de modernização e industrialização na pesca.

Isso é demonstrado, por exemplo, quando Betinha nos diz que aprendeu a pesca com os pais, ainda quando o barco era a vela ou remo, mas só se sentiu uma pescadora completa e profissional quando aprendeu a mexer no motor. Muitos estudos sobre pescadores – tais como Kottak (1966), Forman (1970), Diegues (1983), Britto (1999), Adomilli (2003; 2007), Silva (2018) – centrados no enfoque da tensão entre o modo de vida tradicional e as mudanças que invadiram as comunidades de pesca, nos ensinaram que as décadas de 1960/1970 foram o palco de transformações importantes, as quais afetaram imensamente a dinâmica na pesca na sua capacidade de produção.

Como exemplo dessas mudanças temos o surgimento do motor de centro, o óleo diesel, o gelo para conservar o pescado e a malhadeira de nylon e, mais recentemente, houve a entrada das inovações tecnológicas, proporcionando melhorias nas condições das embarcações, como os sistemas radio PX e o GPS[50].

[50] GPS, global positioning sustem, é um sistema de posicionamento através da captação de sinais emitidos por satélites, amplamente utilizados na aviação e navegação marítima.

Quanto à segurança houve o desenvolvimento de instrumentos e avanços de pesquisas em climatologia e previsão climática, que têm ajudado pescadores e pescadoras a enfrentar riscos, como por exemplo, de tempestades inadvertidas.

Segundo Cunha (2009, p.64), o que importa marcar é que tanto o tradicionalismo, quanto o modernismo presente nas comunidades pesqueiras deve ser visto, na história, como estando em permanente movimento – o que pode ensejar um leque aberto de possibilidades de conjunção entre distintas temporalidades.

Nesse mesmo sentido, Adomilli, (2012, p.22) diz, ainda, que os instrumentos passaram a ter um papel importante na mudança dos conhecimentos da pesca, como é o caso do uso das ecossondas[51] nas pescarias, aprofundando uma relação em que o conhecimento do ambiente marítimo não pode ser separado do domínio de uma determinada tecnologia.

Por outro lado, no mesmo período dos anos de 1960/1970, iniciaram-se os projetos de expansão e modernização, como a construção de estradas e eclusas, turismo e exploração imobiliária, construção de indústrias, a pesca predatória praticada em larga escala e a poluição do ambiente marítimo e lagunar, que trouxeram conflitos sem precedentes, impactos e processos excludentes importantes, sobretudo, para as mulheres em diversas comunidades pesqueiras, como podemos evidenciar em inúmeras pesquisas – tais como Alencar (2000); Hellebrandt (2017); Walter *et al* (2019); Santos e Souza (2019), entre outras – e pelos relatos das pescadoras acima apresentados.

Tal contexto de mudança implicou no que podemos chamar de passagem de uma racionalidade comunitária/coletiva para uma racionalidade de mercado/capitalista/patriarcal. Essa passagem é percebida quando, por exemplo, as pescadoras Márcia e Betinha nos dizem que no passado toda a família estava a bordo na pesca, ou seja, todos/as faziam tudo na pesca. Essa informação nos conduz a pensar que a lógica rígida da divisão sexual do trabalho não tinha ainda chegado na praia; capturar o peixe também era coisa de mulher quando o propósito era sobreviver, ou, nos termos êmicos, se safar da fome!

[51]Ecossondas são instrumentos que utilizam os princípios da acústica, principalmente do comportamento das ondas de som na água, para detectar submarinos, peixes, ou outros objetos na coluna de água, no oceano ou em outras massas de água, bem como para medir a profundidade dos mesmos.

No que se refere aos avanços, as pescadoras também são enfáticas em dizer que a chegada do motor no barco foi um grande facilitador e que, provavelmente, o desenvolvimento do mercado gerou melhores condições de trabalho e de vida. Mas como nem tudo “são flores”, logo chegaram, também, os conflitos socioambientais a partir das assimetrias de poder entre os diferentes entes das relações da sociedade regida pelo capital e pelo patriarcado.

Numa perspectiva microssociológica, podemos pensar que os conflitos invadem a vida e os corpos das pescadoras, quando, por exemplo, as condições de vida e de pesca melhoram (com a fome dando uma trégua) e, mesmo assim, elas decidem não desembarcar, sob a alegação de que “eu amo pescar” ou “eu quero ser pescadora”. Nesse momento, a sociedade patriarcal dá seu “ar da graça” e as hostiliza com preconceito, não reconhecimento, exclusão e sobrecarga de trabalho e responsabilidades, conforme as rotinas diárias nos mostraram. Já numa perspectiva macrossociológica, temos os conflitos que surgem na vida das pescadoras e dos pescadores nos ambientes pesquisados, tais como problemas ambientais, relações de mercado e conflitos territoriais.

Nos casos específicos das interlocutoras na Lagoa Mirim e no estuário da Lagoa dos Patos, temos os interesses de granjeiros, pecuaristas e da pesca industrial predatória que se impuseram sobre os interesses dos que vivem da pesca artesanal, fazendo, destes, reféns de interesses capitalistas e antiambientalistas. Sobre os conflitos eu retornarei no capítulo seguinte.

Mesmo diante de tantas assimetrias, a literatura tem mostrado (ADOMILLI, 2007; CUNHA, 2009), assim como as pescadoras desta pesquisa, que as mudanças provocam, por um lado, processos de exclusão social das populações que vivem nessas áreas e que dependem dos recursos naturais, e por outro, a adoção de práticas e estratégias de sobrevivência enquanto categoria social, por meio das quais pescadores e pescadoras mantêm sua herança cultural, seu *ethos*, sua identidade social.

As epistemologias ecológicas, ao olharem para a vida, nos dão as pistas para entendermos esse processo de quase morte e renascimento permanente, uma vez que habitamos no mundo e este está continuamente vindo a ser em torno de nós, um mundo de processos formativos e transformativos de tornar-se o tempo todo (INGOLD, 2011). E, portanto, assim é com as pescadoras desta pesquisa, que me ensinaram que, junto com o motor, óleo diesel, gelo, GPS e ecossonda, vieram,

também, novos tempos, desafios, crimes ambientais, processos de exclusão, invisibilidade, preconceito, mas ainda assim permanecem pescando e lutando por dias melhores. Contaram, também, que saíram da linha da extrema da pobreza para uma vida simples, mas com mais dignidade. Com o trabalho na pesca e com certa autonomia, foram adquirindo sozinhas ou com companheiros e familiares os petrechos de pesca e embarcações.

Venceram algumas barreiras, passaram por provas e conseguiram todos os documentos necessários para exercer a pesca artesanal profissional. Possuem, ainda, casa própria e tudo que necessitam no lar. Ao contrário de suas histórias, conseguiram, também, dar condições de estudo para os/as filhos/as, lidando com os desafios de serem mães e pescadoras, pois os afastamentos são inevitáveis e sofridos. Michele, sobre isso, diz: “Vou para a lagoa e tenho que deixar a Alice [filha] com minha mãe. Não é fácil, eu e meu companheiro sentimos muito a falta dela, mas a pesca é isso, temos que ir pra lagoa, é ela que nos dá o sustento”.

Contudo, as rotinas diárias nos apontam para uma sobrecarga de trabalho vivenciada pelas pescadoras, seja em tempos de extrema pobreza ou em tempos mais dignos, seja na pesca de casa ou na pesca de acampamento, com filhos pequenos ou não, e, conforme elas nos informaram, para poder embarcar e sair para a pesca, além de acomodar todas as questões no âmbito do lar em terra (comida, roupa, etc.), precisam, ainda, contar, impreterivelmente, com redes de apoio de mulheres ou “redes invisíveis”, como bem denominou Beatriz Mendes (2020) em sua pesquisa sobre os direitos das pescadoras.

Essas redes são compostas por mães, irmãs, cunhadas, amigas e parentes que se unem para os cuidados dos filhos e filhas menores durante o tempo em que as pescadoras estão na lagoa pescando. São redes de integração invisíveis aos olhos do Estado que as mulheres constituem dentro da comunidade pesqueira, tornando-as imprescindíveis para a cadeia produtiva da pesca e para o trabalho de captura exercido por mulheres. A teoria feminista (FEDERICI, 2019) nos ajuda a olhar e compreender este complexo emaranhado das redes que invisibilizam mulheres no projeto capitalista/patriarcal. Quando as atividades desenvolvidas estão sob o manto da reprodução e do doméstico, o Estado não considera trabalho, tornando quem as executa em pessoas exploradas, sobrecarregadas, invisibilizadas e violentadas por meio de políticas econômicas e sociais e pela mercantilização da reprodução.

No caso da pesca de captura realizada por mulheres, como podemos ver pelas rotinas diárias narradas por elas próprias, a atividade produtiva não está desvinculada da atividade reprodutiva, uma vez que mesmo estando no barco, são elas as responsáveis por todo o ordenamento doméstico e de manutenção da casa e da embarcação. As redes de mulheres são também acionadas durante a pesca na lagoa, conforme pude observar quando estive com as pescadoras em algumas pescarias.

As pescadoras que estão acampadas assumem o trabalho nos barcos (pesca e despesca), bem como se juntam para preparar o alimento, fazer a manutenção, limpeza e organização do espaço comum (Figuras 48 e 49). Importante destacar que eu, sendo mulher, também participei dos momentos de preparação de alimentos e organização da embarcação (Figura 50).

Uma questão surge daí: se fosse um pesquisador homem, será que participaria das atividades domésticas, ou permaneceria com os pescadores jogando carta e articulando as estratégias para o dia seguinte? A sobrecarga também se impunha sobre o corpo da pesquisadora.



Figura 48 - Pescadoras e pescadores no trabalho conjunto de despescagem no acampamento. Foto da pesquisadora.



Figura 49 - Pescadoras preparando a janta no acampamento. Foto da pesquisadora.



Figura 50 - A pesquisadora no acampamento lavando a louça. Foto: Márcia Souza.

Diante de todo o exposto, e alinhado ao que a teoria feminista nos diz sobre o mundo das mulheres na sociedade capitalista/patriarcal, o ambiente da pesca artesanal também elucida fortemente a relevância dos papéis designados à mulher na sociedade, bem como suas rotinas sobrecarregadas e a desvalorização de seu trabalho doméstico e de manutenção desenvolvido nas casas e nos barcos, que não é mensurado, nem pago (HELLEBRANDT, 2017). E, segundo observa Maldonado (1994, p.261), os termos terra e mar que compõem a díade básica à ordenação do espaço nas sociedades pesqueiras são mais do que a expressão de realidades espaciais empiricamente reconhecíveis ou de atributos físicos [...]: são termos carregados de concretude e significações simbólicas.

4.2. “Sou pescadora, não ajudante de pescador”: sobre estrutura e honra masculina na sociedade capitalista e patriarcal

“Pesca de homem/Peixe de mulher?” Parafraseando o provocativo título do artigo de Maria Angélica Motta-Maués (1999) e na continuidade das reflexões produzidas pelas precursoras dos estudos sobre mulher e pesca no Brasil, viemos romper com a dicotomia e somar acerca da visibilização das pescadoras e de suas atividades diárias na pesca. Resta evidente, a partir do material etnográfico, que as atividades realizadas pelas interlocutoras são características da pesca artesanal. Logo, elas são pescadoras e não “ajudantes de pescador ou mulher de pescador”, percepção presente ainda nos dias de hoje e que relegaram às mulheres as identidades forjadas a partir do olhar masculino, reafirmando o discurso patriarcal e público de que a pesca é eminentemente masculina. A pesca é também feminina e os dados trazidos pelas pescadoras evidenciam que elas, além de capturar o peixe, também “são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo” (WOORTMANN,1992, p. 2).

A teoria feminista nos traz as ferramentas necessárias para olhar e perceber a desigualdade, sobrecarga, vulnerabilidade, exclusão e invisibilidade presentes nas trajetórias de vida das mulheres muitas vezes encobertas por certas práticas naturalizadas pela comunidade, pelo Estado, por nós pesquisadoras e pesquisadores, e até por elas mesmas. Maneschy (2013) alerta para a confusão entre as referidas jornadas de trabalho no contexto da pesca, particularmente pela divisão espacial de

trabalho. Esta combinação de trabalho produtivo e reprodutivo, para a autora, obscurece a condição de trabalhadora e desestimula a reivindicação do próprio estatuto.

Isso nos leva a compreende que fomos colonizadas/os a um pensamento sobre sentir, sobre fazer perguntas ao mundo, sobre perceber e buscar palavras. É preciso, portanto, descolonizar e despratriarcalizar – é preciso dizer: a pescadora pesca como uma mulher pesca. Quando Daniele Kergoat (2003; 2010) nos diz que a divisão sexual do trabalho muda no tempo e no espaço, mas os princípios organizadores permanecem os mesmos, ela nos diz isso através dos princípios da separação – trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher, e da hierarquia – trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher.

Quando olhamos para as rotinas diárias das interlocutoras percebemos os princípios organizadores formulados por Kergoat (2003; 2010), uma vez que as pescadoras que atuam na etapa da captura rompem com a rigidez da divisão sexual do trabalho estando na esfera da produção, mas ainda assim, são elas que precisam dar conta (no barco e em casa) da esfera da reprodução e manutenção da vida, ou seja, do trabalho doméstico que inclui a preparação de alimento, a limpeza da casa, os cuidado com os filhos, maridos e idosos, e a educação das crianças. Essa costura entre a produção e a reprodução/manutenção permanentemente traz desconfiança aos olhos colonizados (agentes do Governo, pesquisadores, etc.) e as coloca num lugar de desvantagem e invisibilidade em relação ao trabalho realizado por homens. Sobre isso, disse Betinha: “Fazemos a mesma coisa que eles, o trabalho no barco é igual, não tem diferença, mas nunca somos valorizadas e reconhecidas. Ainda tem o trabalho de casa que é nosso”.

Percebi, pelas falas dos pescadores em campo que, na medida em que elas rompem com a divisão (homens nas águas/mulheres em terra) e começam a pescar, quase nunca são referidas como mulher que pesca, mas sim como mulher que pesca como homem ou ajudante do pescador. A referência, portanto, é sempre ele – o homem pescador.

> Liza, tens que conhecer as filhas do Nanico, elas **pescam como homem**. (Seu Ricardo, pescador da Quinta Secção da Barra)

> Ah, tu escolheu bem quem pesquisar, essas aí pescam mesmo, **pescam como homens**. (Pescador, marido da pescadora Liane, irmã de Márcia)

> Ela sempre me **ajudou na pesca**, até adoecer. (Pescador, marido de Dona Lisa).

"Ela pesca como homem" ou "ela ajuda na pesca", são discursos que, visto à luz da teoria feminista e com as lentes do gênero, vêm a nos dizer muitas coisas. Primeiro, se ela pesca como homem, embora a referência seja sempre ele – o homem, fica implícito que homem e mulher pescam de igual para igual, corroborando com a fala da Betinha de que no barco todos/as fazem a mesma coisa. Importante destacar que quando Betinha diz que todos/as fazem a mesma coisa no barco, ela está se referindo a pesca, pois, em outra oportunidade, Betinha destacou que o barco que tem mulher é mais limpo e organizado, restando evidente o trabalho doméstico desenvolvido pela mulher dentro da embarcação.

Elas aprendem e fazem a fazer a pesca da mesma forma que eles, embora seja incontroverso que a pesca é uma prática profundamente marcada pelo gênero, em que, por exemplo, os instrumentos, roupas e técnicas foram preparadas e criadas exclusivamente para corpos masculinos, como veremos no capítulo seguinte. Digo isso lembrando os ensinamentos de Jean Lave (2015) que diz que não se pode deixar de fora aspectos materiais da prática quando se busca os processos de vir-a-ser. Pois bem, meninos e meninas aprendizes ou homens e mulheres experientes na pesca aprendem a trabalhar executando. E, ainda, todos/as eles/as aprendem como <u>ser</u>, ou como <u>não ser</u>, aprendizes do sexo feminino – e essas aprendizes devem, também, aprender sobre elas mesmas como "trabalhadoras de segunda classe" designadas para tarefas periféricas, domésticas e menos valorizadas.

Embora me pareça que isso não esteja evidente no pensamento dos homens pescadores, ou em outras palavras, que a linguagem possa parecer para eles não tão importante e prejudicial, revelando apenas o caráter cultural das comunidades de pesca, devemos então, nós pesquisadoras e pesquisadores, situar a pesca como parte de outras práticas e olhar, através das práticas de gênero na atividade pesqueira, para formular teorias mais amplas sobre os padrões de gênero na sociedade capitalista e patriarcal. Desta forma, entender o porquê que as instituições do Estado, por exemplo, investidos de uma posição autoritária e com olhar colonizado e patriarcal, insistem em não as reconhecer, muitas vezes, como pescadoras de captura, ainda que portem todos os documentos comprobatórios da atividade.

4.2.1. Elas pescam como homens?

Ao ouvirmos “ela pesca como homem”, automaticamente o olhar contaminado vai querer ver uma pescadora masculinizada e desprovida de vaidade e, se assim não for, as desconfianças surgirão. Afinal, como uma mulher poderia estar ocupando esse lugar de trabalho duro e pesado, próprio de quem tem força e coragem, e ter as unhas pintadas? Tudo isso faz parte de um jogo de poder, instituído pelo capitalismo/patriarcado que somente autorizou um lugar para a mulher: o lugar da casa e da reprodução, ou nos termos de Kergoat (2003), no máximo um trabalho considerado diferente, desprestigioso e que vale menos. Sobre as exclusões e preconceitos vividos pelas interlocutoras tratarei de forma mais aprofundada no capítulo seguinte sobre conflitos socioambientais. Mas o que quero insistir aqui é que os pescadores, ao utilizarem certa linguagem para se referirem ao trabalho de pescadoras, talvez não consigam fazer ideia da força que o discurso possui ao alimentar ações excludentes quando se trata dos fazeres e direitos das mulheres.

Percebi isso ao me deparar com as representações sobre a mulher que está na captura por parte da comunidade de pesca. As mulheres que pescam ganham um *status* diferenciado das outras mulheres que estão associadas às atividades pesqueiras, mas não embarcam. Quando dizem que “elas pescam como homem”, estão querendo dizer que são consideradas extremamente aptas para o trabalho braçal – afinal, a pesca exige que o corpo atinja o limite da sua capacidade física, e possuem a *expertise* necessária para a navegação, para o desempenho das técnicas de captura e o conhecimento sofisticado do funcionamento do ecossistema lacustre.

Classificar as mulheres como pescadoras que pescam como homens, ao mesmo tempo em que as distingue das outras mulheres, assegura que, a referência ao trabalho de captura é sempre dada a ele – o pescador. Fato que atualiza e reforça a distribuição estrutural dos papéis de gênero e de suas funções na sociedade e cultura patriarcal, trazendo prejuízos incalculáveis as mulheres, quando precisam alcançar direitos perante um Estado, cujos agentes muitas vezes estão contaminados com os mesmos códigos, fortalecendo estruturas culturais, sociais e políticas excludentes.

4.2.2. Elas ajudam na pesca?

No que se refere ao discurso dos pescadores em dizer que elas ajudam na pesca, remete-nos, ainda, à ideia de proteção da honra masculina. Se o pescador assume que a mulher pesca, estaria ele perdendo seu lugar de provedor, chefe da família, que sai cedo de casa para se arriscar em águas imprevisíveis, furiosas e em embarcações vulneráveis para trazer o peixe para casa. É uma questão de moral e de honra da masculinidade hegemônica própria do patriarcado na cultura ocidental, pois a masculinidade hegemônica, quando pensada através do campo do poder, marca a posição de destaque que os homens possuem enquanto provedores, ainda que não sozinhos, mas sobretudo, de homens num universo patriarcal (CONNELL, 1995). Etnografias pelo mundo ocidental, nos ensinaram que os sentimentos definidores das relações de gênero se dão em torno do complexo moral da honra e da vergonha. Pierre Bourdieu em *O sentimento da honra na sociedade Cabília* (1988, p. 171) diz o seguinte:

> O sentimento da honra é vivido diante dos outros, e o *nif* é, antes de tudo, aquilo que leva a defender, seja porque preço for, uma certa imagem do próprio destinada aos outros. “O homem de bem” deve estar constantemente em guarda, tem que vigiar as suas palavras que, como a bala que sai da espingarda não voltam, tanto mais que cada um dos seus atos e das palavras, envolve também o seu grupo. O homem desprovido de respeito por si próprio é aquele que deixa transparecer o seu eu íntimo, com as suas afeições e as suas fraquezas.

Assim, o nome, as armas e as mulheres seriam a *hurma,* ou seja, aquilo que se defende, enquanto que o *nif* seria a própria masculinidade, o ponto de honra, segundo Bourdieu. Trazendo para perto, pesquisas etnográficas com homens trabalhadores do campo no universo pampeano gaúcho (LEAL, 1989; SILVA, 2014), nos informam que, nessa sociedade pastoril, a estância e, principalmente, o galpão, constituem os espaços masculinos por excelência, lugares de produção de significados do que é ser homem. Nesses espaços, os sujeitos classificam as coisas ao seu redor e estabelecem significados e consensos a respeito do mundo e de si próprios. Os espaços da lida, e a lida em si, estão para os homens, assim como a casa e as atividades domésticas estão para as mulheres.

Para as autoras, a lida campeira seria, então, o lugar de construção dessa masculinidade, que é constituída na relação com os outros homens e com a natureza – homem agente/produtor em contraposição à mulher mediadora/reprodutora (ligada

às tarefas da casa e cuidado com os/as filhos/as). Dizem, ainda, os estudos que nessa cultura, ter um pênis não é suficiente para ser homem, o pênis é apenas o traço distintivo, o homem adquire masculinidade se ele tem um conjunto de valores como honra, dignidade, coragem, bravura, liberdade e justiça.

Acredito que podemos fazer uma analogia com o universo da pesca, ainda mais se considerarmos que os ambientes lagunares desta pesquisa se situam no pampa sul-rio-grandense (Figura 1). Estaria a lagoa, a embarcação e, portanto, a pesca de captura para o pescador, assim como está a estância, o galpão e a lida campeira estão para o campeiro? Tudo me leva a crer que sim, esses espaços constituem, por excelência, lugares do masculino, lugares de produção de significados do que é ser homem na cultura pesqueira.

Inúmeras etnografias sobre pesca (ADOMILLI, 2007; COLAÇO, 2012; CORDELL, 1989; DIEGUES, 1983) já apontaram para o fato de que o homem pescador tem um conjunto de valores como honra, dignidade, respeito, coragem, bravura, força, liberdade e justiça. Uma cultura tradicional permeada por códigos de honra e respeito intimamente ligados à reciprocidade. Esses códigos, segundo Cordell (1989), formam e controlam as relações pessoais, em que se cria um código de honra, uma ética associada ao respeito que liga as consciências individuais muito mais fortemente que os regulamentos oficiais.

Um pescador deixou isso bem evidente para mim quando disse que “na pesca é tudo no fio do bigode, não tem nada escrito, mas todo mundo respeita, se não respeita, a bala come”. Tudo isso me levou a compreender que a pesca e as mulheres, são a *hurma* (BOURDIEU, 1988), na cultura pesqueira, ou seja, aquilo que se defende e controla, a perda do controle afeta diretamente a honra de quem “falha”. Assim, dizer que elas ajudam ou pescam como homem, corrobora com o fortalecimento do conjunto de valores nessa cultura masculina.

Entretanto, contrariando os discursos hegemônicos de um “trabalho exclusivo de homens”, tanto na lida campeira[52], como na pesca, essas fronteiras não são fechadas, há certa fluidez, como temos percebido olhando para a vida das interlocutoras desta pesquisa e de outras mulheres em comunidades pesquisadas.

[52] A lida, no sul do Brasil, é o equivalente ao trabalho diário, às tarefas e práticas laborais, especialmente as manuais. A “lida campeira” é o trabalho rural, o trabalho com animais de produção no campo, no ambiente rural (BILHALVA & RODRIGUES, 2017, p. 115). No INRC – Lidas Campeiras da Região de Bagé/RS, foram indicadas 7 lidas que compõe a grande lida campeira: esquila, doma, tropeirismo, lida caseira, feitura de aramados, ofício do guasqueiro e pastoreio

Em recente artigo produzido por mim, em coautoria com Marta Rodrigues (BILHALVA; RODRIGUES, 2020), trazemos a problematização das invisibilizações do trabalho de mulheres nas águas e nos campos[53], em que pese as pescadoras, assim como as campeiras, fazerem a pesca e a lida no campo e terem aprendido com seus pais e também com suas mães. Elas, as mães e até as avós estiveram sempre dentro dos barcos pescando ou em cima do cavalo campereando, embora os homens de ambas as culturas as percebam como meramente ajudantes.

O material etnográfico me mostrou que, historicamente, as mulheres dividem o trabalho com os homens no barco ou pescam sozinhas, como é o caso paradigmático de Márcia. Obviamente, elas estão em menor número na pesca embarcada, mas sempre estiveram ali pescando nas lagoas, “basta querer e ter o braço forte”, como me disse Betinha. Tanto Márcia, quanto Betinha e Michele estiveram embarcadas com outras mulheres, hoje, segundo relatos das mesmas, esse número está cada vez menor devido a outras oportunidades que foram surgindo, à crise no setor e, sobretudo, pelo adoecimento do corpo feminino na pesca.

> Sabe, que antes tu via mais mulher pescando, mas hoje só fica quem gosta muito, é muito sofrido, tem que gostar, além da falta de peixe, dos filhos na escola, é grande a dificuldade e elas saem da pesca pra fazer outra coisa. (Márcia)

> A mãe, a Dona Lisa e outras aí pescavam direto, pesquei com elas, mas adoeceram e daí não vão mais pra pesca. (Betinha).

Contudo, ainda que as pescadoras sejam vistas de forma reducionista, excludente e machista na personificação de “ela pesca como homem” ou “ela ajuda na pesca”, os próprios pescadores, como já tratei, reconhecem as mesmas como profissionais que detém um saber pescar. Essa perspectiva etnográfica aproxima-se do que foi observado por Simone Moutinho Prado (2002, p.126) sobre o reconhecimento ao profissional tradicional, o qual se dá àqueles e àquelas que se inserem dentro do modo de vida local e de saber pescar, ou melhor ainda, de viver da pesca e obter o reconhecimento coletivo desse fato.

Revelar como as pescadoras fazem a pesca, comungando e variando (INGOLD, 2020) no processo de tornar-se, consistiu como princípio teórico e metodológico das viradas epistemológicas assumidas nesta pesquisa. Estar junto, me

[53] Projeto de pesquisa de doutorado de Marta Bonow, intitulado “Mulheres em comunidades rurais, patrimônio e meio ambiente: um estudo interdisciplinar no litoral do extremo meridional do Rio Grande do Sul”, do PPGEA – FURG.

deixar atravessar, viver a vida com elas num processo educativo conjunto, trazendo para a visibilidade quem faz determinada coisa, bem como demonstrar como a coisa é feita por esse alguém na relação com o ambiente-mundo em que vive, é premissa básica para a promoção da justiça ambiental atenta para a diversidade dos saberes e formas de viver e fazer no mundo.

Na sequência, navegaremos com elas nas embarcações, aprendendo na prática o que significa ser uma pescadora e como elas fazem a pesca a partir de corpos femininos na relação com as lagoas, com parceiros e parceiras de pesca, com seres das águas, da terra e dos ares, com os eventos da natureza e com os instrumentos de pesca.

5. CAPÍTULO IV - AS PESCADORAS NO MUNDO DA PESCA EMBARCADA: APRENDENDO NA PRÁTICA DE FORMA CORRESPONSIVA, BIOCÓSMICA, MULTISSENSORIAL E MULTIESPÉCIE

5.1. Saberes para embarcar: o tempo das pescadoras

Márcia organizava as coisas para embarcarmos para a pesca do camarão no mês de abril de 2021, entre uma arrumação e outra ela me disse: “a gente só depende do tempo e do mar[54] para ir pescar”. Eu, apenas ouvindo, me perguntava: de que tempo ela está falando? Do tempo relativo às condições climáticas/meteorológicas? Do tempo enquanto correlação entre essas condições e o comportamento da lagoa? Do tempo relativo às mulheres, enquanto organização dos afazeres domésticos e realização das pescarias?

Em relação ao meu campo, que também é lagoa, me dei conta que teria que lidar para além da relação terra/lagoa para as pescadoras. Eu teria que ficar atenta aos diferentes tempos e ritmos. Nesse momento de pré-embarque, eu já havia compreendido que as interlocutoras aprenderam a lida da pesca desde a infância com seus familiares e/ou maridos, faltava eu aprender que elas também aprenderam, e continuam a aprender, de forma engajada/corresponsiva com o tempo, com a lagoa, com os peixes, com a marés, com os ventos, com as estrelas, com a lua, com os pássaros, cães e, também com os instrumentos de pesca.

Esse engajamento corresponsivo (INGOLD, 2020) não pode ser ensinado com palavras, ele tem de ser experimentado na prática imitativa através de um processo de educação da atenção. Assim, a educação da atenção é um processo de “sintonia fina”, ou de sensibilização (INGOLD, 2010, p. 21) ou de realimentação (BATESON, 1982, p.174). Segundo Ingold e Bateson, neste sistema de sensibilização e realimentação, pequenas diferenças produzem grandes diferenças em uma situação posterior.

Assim, o conhecimento ecológico e sistêmico é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação/experiência com outros organismos e seres que habitam o mesmo mundo e também com os eventos físico-químicos do meio

[54] As pescadoras costumam chamar a lagoa de mar, se referindo ao mar de dentro. Também de referem “a lagoa está mar” quando querem dizer que ela está com ondas grandes e, portanto, difícil de navegar e pescar.

ambiente, e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional (STEIN; CARVALHO, 2014, p.164). E, segundo Tim Ingold (2010), nessa perspectiva relacional a observação deixa de ser o oposto da participação, e se torna condição para o conhecimento, pois o mundo que nos é dado a observar é um mundo em movimento e, nesse movimento, nenhuma espécie age sozinha.

Nesse mesmo sentido, Donna Haraway (2016) e Isabelle Stengers (2018), nos dizem que existimos em arranjos de espécies orgânicas e de atores abióticos[55], há um parentesco interespécie, há sempre um devir-com, pois o humano não é uma espécie limitada, autoconstituinte, ele é simpoiese, criação conjunta. Fazemo-nos até o fim na relação, pois ser um/a é tornar-se com muitos/as.

Pois bem, então que tempo é esse que Márcia espera para continuar tornando-se? “Tempo ruim, tempo bom, tempo difícil, tempo brabo” eram expressões que não remetiam a questões de temperatura, de clima, mas se estava tempo bom para a pesca. Ingold (2000), ao tratar questões relacionadas ao conhecimento tradicional adquirido das práticas locais, usa a expressão *weather* (tempo) em contraposição à expressão científica, *climate* (clima). Clima, é registrado pelos cientistas, e está para as variáveis que são medidas, como temperatura, precipitação e pressão atmosférica. Tempo diz respeito ao calor, frio, tempestade, época de colheitas e feitos, é algo experimentado pelo grupo com o ambiente, obedecendo aos ciclos das estações. Segundo o autor, não se trata de prescrições culturais, mas do conhecimento que vem da prática, das experiências de vida e do movimento naquele lugar.

Concordo com o autor, a pesca é um aprendizado que vem da prática diária, e no dia-a-dia com os/as outros/as de forma corresponsiva, em que se responde e é respondido. É interessante assinalar, conforme Maldonado (1994), que a noção de tempo e a de espaço é universal na cultura marítima, norteando o desempenho do trabalho nas águas, a utilização dos métodos de pesca e a organização social. Diz a autora que:

> [...] as horas de atividade, de captura e de navegação são determinadas pelos ciclos biológicos das diversas espécies, assim como por disposições outras que muitas vezes são de natureza social, como as dimensões e equipamentos que cada grupo dispõe

[55] Em ecologia, denominam-se fatores abióticos todas as influências que os seres vivos possam receber em um ecossistema, derivadas de aspectos físicos, químicos ou físico-químicos do meio ambiente, tais como a luz e a radiação solar, a temperatura, o vento, a água, a composição do solo, a pressão e outros.

> determinarão o acesso ao mar e o tempo que passarão longe da terra firme (MALDONADO, 1994, p. 89).

Contudo, o tempo, para as pescadoras que embarcam, traz também outras dimensões. Lúcia Cunha (2009), ao tratar das temporalidades, territorialidades, saberes e alternatividades na pesca, nos traz Thompson (1998) para falar a respeito da dimensão temporal. Segundo a autora, este autor fornece um interessante contraponto para entendermos a situação dos pescadores artesanais na contemporaneidade: o "tempo natural" – expressão do ritmo das chamadas sociedades tradicionais, e o "tempo do relógio" – expressão do ritmo dominante nas sociedades capitalistas industriais, duas ordens temporais que estão presentes, de forma simultânea e contraditória, no ritmo de vida do pescador artesanal, quer no universo produtivo, quer em suas representações simbólicas.

Já na vida da pescadora embarcada, esses dois tempos se articulam nas atividades produtivas e reprodutivas em terra em nas águas. Na pesca na lagoa temos a presença de um tempo cósmico regulando suas atividades eco produtivas e reprodutivas. Comumente, as pescadoras me disseram*: "*no barco, faço o almoço e a janta na hora que dá, a pesca é que diz a hora, as vezes não dá nem para comer". Em terra, temos a presença do tempo do relógio, administrando (conforme acessamos pela descrição das rotinas diárias) o tempo da lida e manutenção do lar, tempo dos cuidados com os/as filhos/filhas e familiares, tempo da escola, tempo para o cuidado de si, tempo de *entralhar*[56] as redes, consertar e fazer a manutenção dos equipamentos e embarcações, e tempo de lidar com o pescado processando e beneficiando o mesmo.

Assim, numa relação de complementaridade, terra e mar contêm significados distintos, e distintas temporalidades em relação aos movimentos e ritmos cruciais que permeiam o ciclo de trabalho, os quais podem ser traduzidos da seguinte maneira: na terra, é o tempo de espera que prevalece e, na lagoa, é o tempo de procura do pescado. Entretanto, como pude acompanhar no cotidiano das pescadoras, o tempo de espera traduz-se num *tic-tac* que, longe de ser tempo ocioso, é antes de mais nada um tempo repleto de acontecimentos e multitarefas enquanto se espera ir pescar.

Observei também o "tempo bom" e o "tempo ruim", que dizem respeito às épocas de fartura ou escassez de pescado. Muitas vezes me disseram: "tinha um

[56] Entralhar as redes é colocar de um lado a corda com chumbo e de outro a corda com cortiça.

tempo que era bom, os barcos vinham carregados de peixe, hoje tudo mudou". Da mesma forma, percebi "tempos de boa safra" e os "tempos mais escassos". Nos períodos de safra, pescadoras e pescadores observam os ciclos migratórios dos peixes e sua mobilidade espacial. Segundo as pescadoras e pescadores, as espécies se deslocam em direções distintas de acordo com as correntes marítimas e com os períodos de reprodução, ou seja, muitos fatores influenciam e muitos conhecimentos advindos desses fatores são necessários para encontrar e capturar o pescado.

No caso do camarão, presenciei "tempo ruim" para a pesca devido, segundo a pescadora, ao fato da lagoa ter *adoçado*[57], o que faz com que o camarão mude seu percurso atrás da água salgada. Quando a água salga, é tempo de boa safra. Outro fator que gera tempos escassos*,* ou seja, que não garante êxito na safra, é o tipo de rede permitida (redes de arrasto são proibidas pelas INs), considerando que o peixe ou camarão atuam em vários planos espaciais (fundo ou superfície) e permanecem tanto na superfície como no fundo do mar, nas proximidades da beirada e em espaços mais longínquos.

Conhecendo os caminhos da lagoa e as rotas dos peixes e camarões, as pescadoras e os pescadores seguem o tempo e o movimento das várias espécies (tainha, linguado, bagre, corvina, camarão, entre outros), e essas por sua vez, alteram suas rotas em razão do tempo (clima)*;* ventos e correntes marítimas*.* Assim*,* as pescadoras e os pescadores somente se lançam para a lagoa depois que o tempo autoriza, às vezes ele é traiçoeiro e muda sem dar tempo de mudar a rota ou os planos, situações em que acidentes e naufrágios acontecem. O tempo traz a boa nova da fartura, mas também a má notícia de possível escassez; às vezes é aliado, às vezes é inimigo.

Era preciso, permanentemente, estar atenta à trama de significações do universo pesqueiro que se pronuncia na unidade espacial terra-lagoa-céu (ciclo lunar e processos atmosféricos), conformando um saber biocósmico (CUNHA, 2009, p.61) que atua como regulador de acesso aos recursos naturais e à movimentação no espaço marítimo. Considerando que terra-mar-céu integram os saberes e a prática pesqueira de modo interconectado, evidencia-se no universo da pesca uma "noção

[57] As pescadoras e pescadores se referem a *lagoa adoçou ou salgou,* devido à existência do regime de enchente e de vazante, a **água** superficial desta lagoa, pode estar doce ou **salgada**, ou seja, a **água** da lagoa que se deslocará em direção ao mar a partir da **água** subterrânea poderá já ter sofrido influência ou não do mar (águas salgadas).

tridimensionada do espaço" compondo sua territorialidade[58]. Além disso, percebi que os pontos cardeais funcionam como ordenadores, tanto na previsão do tempo, quanto na arte de navegação e na pesca propriamente dita, na forma de colocar as redes – "a boca da rede do camarão deve estar posicionada para o norte", disse a pescadora – nos diversos pontos pesqueiros e lugares da lagoa, assim como nos caminhos da náutica pesqueira. Por esse motivo, o território da pesca artesanal não se conforma de maneira homogênea, sendo apropriado de acordo com os movimentos dos peixes em cada safra e por grupos determinados de pescadores e pescadoras, no tempo e espaço. Arlindo Souza, pescador e irmão de Márcia, antes de embarcarmos me disse:

> Nós vamos para o Banco do Jacaré, nesta época o camarão gosta daquele lugar, ele já está mais pra superfície, porque já está voltando pro oceano, é fim de safra, com o tempo a gente vai sabendo por onde ele anda, colocamos as andanas dependendo de onde vai estar, beirado ou fundo, mas não podemos colocar em qualquer lugar, tem tradição nos pesqueiros, que passa de pai para filho, quem vai contra essas regras, arruma confusão (Arlindo Souza).

Há também um tema central: "a sorte", em torno da qual giram os vários aspectos da vida das pescadoras e pescadores que dependem de muitos fatores. Dadas as incertezas, os riscos, os imponderáveis da vida, os fatores climáticos e de mercado, cria-se na pesca uma psicologia particular e um certo apego à vida do mar, pois estar nas águas é única forma possível de se obter uma boa pesca e um bom futuro. Da lagoa se espera a sorte*,* o contrário seria o fracasso de uma pescaria malsucedida, com pouco peixe na rede e também acidentes e naufrágios*.* Simone Maldonado (1994) nos diz que a pesca pertencente a um contexto indefinido, que começa onde termina o controle da realidade marítima. O tema da sorte é tão central que eu também dependi dela a todo momento na pesquisa. Sorte para encontrar as pescadoras, sorte para estabelecer uma boa relação, sorte para embarcar, sorte para não enjoar e me sair bem na embarcação. Enfim, quando se pratica e pesquisa a pesca, sorte é preciso ter.

---

[58] Para efeito deste estudo, define-se territorialidade como formas específicas de apropriação de um determinado espaço ou "*como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o em seu território*" (LITTLE, 2003, p.253). Na perspectiva de focar a relação que um determinado grupo social possui com seu território, Paul Little se vale do conceito de cosmografia, conceito esse muito valioso para os propósitos da presente reflexão, centrada nas dinâmicas pesqueiras de caráter artesanal. Assim , cosmografia é, segundo esse autor, entendida "como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele" (LITTLE, 2003, p. 254).

Era hora, então, de me tornar com elas no ambiente aquático, dedicando atenção às pescadoras, as lagoas, aos seres das águas, às coisas e às diferentes temporalidades em um ambiente estranho para mim e talvez para vocês, leitoras e leitores. É por isso que a experiência antropológica é educacional em sua constituição, ela tem por objetivo nos educar a partir do contato com a alteridade, propondo que existem outras formas de conhecer, aprender e viver neste mesmo mundo.

A ideia, portanto, era centrar menos no que as pescadoras aprendem e mais como elas aprendem, ou ainda, se trata mais de conhecer através da prática, do que aplicar o conhecimento na prática (INGOLD, 2012), pois eu não estava me tornando uma pescadora, eu estava observando de forma participativa para poder me educar e, assim, poder compreender e realizar alguma análise/teoria de forma a comunicar esse viver na/da pesca pela ótica da mulher pescadora.

De acordo com Gregory Bateson (2000), precisamos religar os pontos para poder entender as complexas realidades. É preciso, então, um olhar direcionado para a relação e para a ação das coisas inseridas num determinado contexto (sistema), e não para atributos isolados (CHIESA, 2017). Diante dessas orientações, me pergunto: que padrão conecta as pescadoras com seus ambientes e coisas? E mais, que padrão relaciona isso tudo a mim e a você?

5.2. Pescar e Pesquisar: educando a atenção e aprendendo na prática embarcada de forma multissensorial e multiespécie

“Dedicar atenção às coisas” através da experiência com a natureza da vida é a forma como aprendemos e nos educamos (INGOLD, 2010) e, obviamente, foi assim que as pescadoras aprenderam a pesca, observando, identificando e criando a partir da vivência incorporada/encarnada. Trazendo isso para o trabalho de campo, o fenômeno da experiência exigiu uma compreensão sobre como as pescadoras fazem a pesca embarcada a partir do meu engajamento corporal na mesma situação da experiência das interlocutoras – uma Educação Ambiental transformadora para todas as envolvidas.

Assim, conforme já dito anteriormente, para compreender a pesca para as pescadoras foi fundamental compreender o mundo delas na pesca, que inclui, obviamente, a navegação e a pescaria nas águas lagunares. Neste tópico apresento,

a partir da experiência embarcada na pesca do camarão, como a pescadora faz a pescaria forjada nas relações multissensoriais e multiespécie que se dão no processo de aprendizagem e de legitimação das práticas. Ainda, a partir dessa experiência, pude conhecer e aprender como se dá esse viver embarcado nas suas condições materiais.

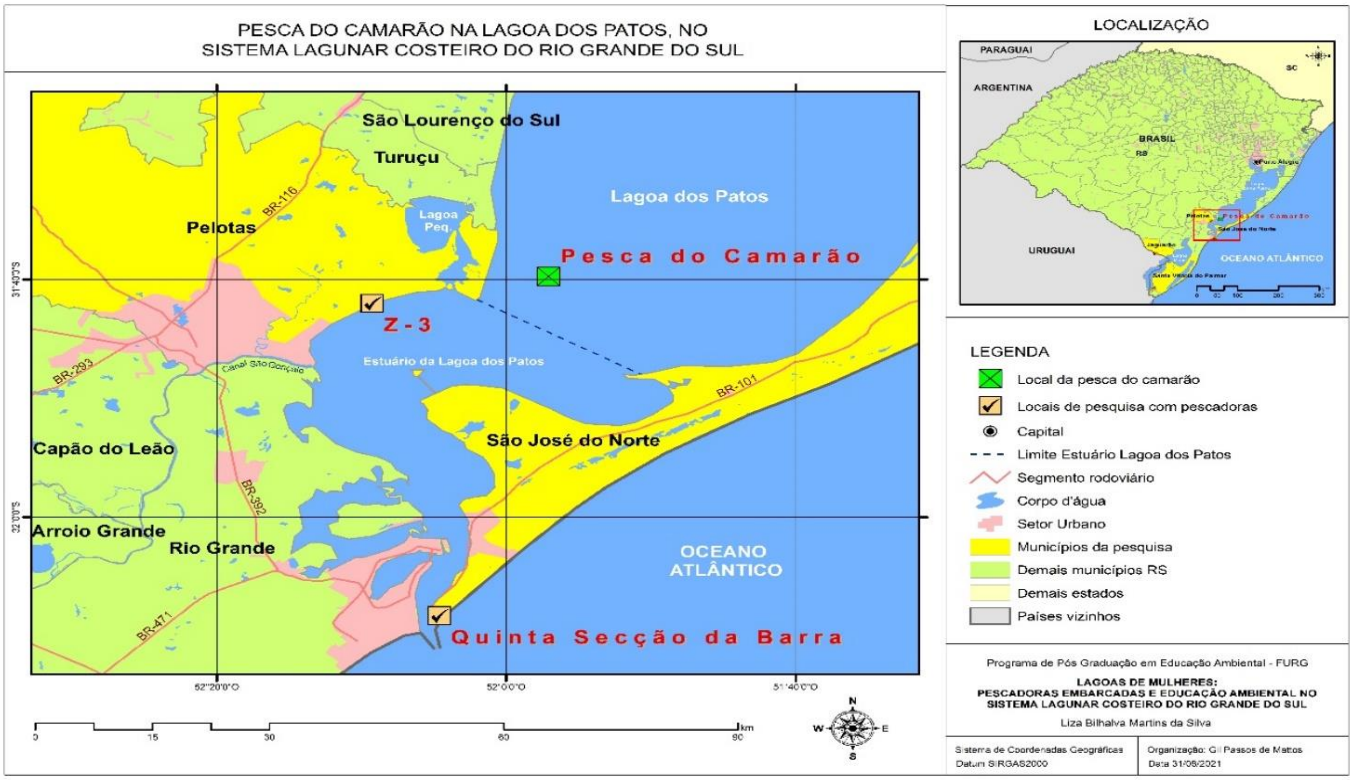


Figura 51 - Mapa da localização da pescaria do camarão

O mapa acima nos localiza no ambiente lagunar do estuário da Lagoa dos Patos, onde águas doces e salgadas se misturam formando um habitat diferenciado para várias espécies se desenvolverem e se reproduzirem, incluindo aqui, os camarões e as pescadoras e pescadores artesanais que vivem a maior parte do tempo de suas vidas nesses espaços, de forma embarcada. Também, através do mapa podemos localizar a Colônia Z-3, lugar de onde partimos e o local da pescaria onde a embarcação ancorou (sinalizada no mapa como “local da pesca do camarão”), este local de pesca é comumente chamado pela comunidade de *Banco do Jacaré*.

A experiência da observação participante na pesca do camarão, mais precisamente da espécie camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), conforme já disse anteriormente, ocorreu com a pescadora Márcia e seu irmão Arlindo no final do

verão de 2021.O mês era abril, e a safra do crustáceo estava nos seus últimos esforços. Segundo a pescadora, em dezembro, o camarão vem do mar e entra no estuário para reprodução, por ali ele fica alguns meses e depois retorna para o oceano. Para respeitar esse ciclo, a pesca da espécie é permitida a partir do mês de fevereiro e se estende até o mês de maio.

A safra estava apresentando pouca produção, diante disso, a pescadora e o irmão aproveitavam os últimos momentos para tentar uma boa pescaria. A imprevisibilidade e instabilidade contínua na pesca, somada ao desastre do esgotamento dos estoques pesqueiros advindo da pesca predatória nos mares brasileiros, são fatores com os quais pescadoras e pescadores das águas litorâneas e interiores do Brasil têm que conviver. Como já disse no tópico anterior, aprendi que os efeitos meteorológicos e oceanográficos incidem na entrada do camarão nas águas interiores do estuário, onde condições climáticas favoráveis são fundamentais para se obter uma boa pesca. Um exemplo disso são os ventos e marés, bem como o nível de salinização das águas, uma vez que se há muita chuva no período anterior à safra, a lagoa adoça e o camarão não desaparece.

Na preparação para a pescaria, ainda em terra, a pescadora Márcia disse: “vamos juntar as redes e partir, tem que aproveitar que não está muito mar[59] e a água não adoçou”. Neste momento eu, Márcia e sua irmã Daís, juntamos as coisas e transportamos para as embarcações.

[59] Quando tem “mar” significa que tem muito vento, situação que a lagoa fica mexida e com muitas ondas.



Figura 52 – Márcia carregando as redes aviãozinho. Foto da pesquisadora.



Figura 53 – Márcia e a irmã Daís colocando as redes no caíco. Foto da pesquisadora.



Figura 14 - Carregando as malas e redes para a embarcação/casa. Foto da pesquisadora.



Figura 55 - embarcação/casa, espaço interior. Foto da pesquisadora.



Figura 56 - Embarcação/casa espaço exterior. Foto da pesquisadora.

A fala da pescadora nos faz compreender que o seu sistema perceptivo está sintonizado para atentar a aspectos críticos do ambiente, em contraste com a minha percepção, que nesse momento apenas estava orientada para observar a movimentação. Nesse sentido, é importante lembrar que, para haver educação, é preciso comunhão (INGOLD, 2020) através de esforços contínuos e implacáveis numa comunidade de práticas (LAVE, 2015), por isso podemos dizer que a vida é por natureza multissensorial (IARED; OLIVEIRA, 2017; PINK, 2009) e multiespécie (HARAWAY, 2016; TSING, 2015), pois os regimes de conhecimentos se produzem com o mundo e não sobre o mundo.

Como todo processo de aprendizagem demanda, devemos começar por algum ponto. Em terra, como vimos nos primeiros tópicos deste capítulo, o vento e as previsões meteorológicas ditavam as primeiras atenções. Nas águas, as pescadoras além de seguirem atentas as condições do tempo, atentaram para outros elementos que foram se apresentando. O ritmo era uma dessas lições. Constantemente, ouvia das pescadoras comentários dessa ordem: “a pesca é isso, não tem frio nem calor, tem ritmo”. Entendi que para embarcar precisava entender como é estar no ritmo da pesca.

A palavra ritmo no dicionário da língua portuguesa significa*: "*1. Sucessão de tempos fortes e fracos que se alternam com intervalos regulares. 2. Movimento regular e periódico no curso de qualquer processo; cadência"*.* O significado me levava a compreender que para estar no ritmo era preciso acompanhar a "música da pesca", ou seja, estar ativa frente a uma atividade de ritmo inexorável. Estar em uma embarcação navegando à espera do pescado traduz, metaforica e literalmente, esse balanço, essa dança ritmada que alterna tempos fortes e fracos, a cadência permanente dos movimentos, aguentar firme, não marear e vomitar, não cair do barco, não se arriscar. É preciso estar com os pés plantados no chão do barco, pernas firmes para seguir o compasso do molejo da lagoa. E isso, obviamente, só de daria a partir da prática.

A literatura, a partir das experiências embarcadas de pesquisadores e pesquisadoras, era bastante enfática em dizer que há de se ter ritmo, competência, habilidade e engajamento no serviço a bordo. A dinâmica a bordo da embarcação é a própria pedagogia e o professor é o ritmo que exige atenção e, obviamente, o engajamento pleno do corpo às atividades do barco. Um corpo que Gerber (2013), chama de corpo/embarcação, onde um responde ao outro, e que Carlos Sautchuk (2015, p. 116) completa dizendo, a partir da sua análise etnográfica sobre os processos de aprendizagem entre pescadores na Amazônia, que "o corpo do barco não é o mesmo da terra".

Corroborando com o autor, lembro de uma fala da pescadora Michele, que nesse sentido, me disse: "quando estou na lagoa, me sinto outra pessoa, tudo muda"*.* Talvez seja sobre esse corpo outro, o corpo do barco, o corpo/embarcação que está no ritmo, que ela se referia.

Pois bem, acompanhando esse ritmo, Tim Ingold (2010) nos diz que cada geração alcança e ultrapassa a sabedoria de suas predecessoras, e o que cada geração dá a seguinte, longe de configurar aquisição de conteúdo e informações transmitidas, equivale de fato a um processo de afinação do sistema perceptivo num campo de práticas (*taskscape*), ou seja, caracteriza-se pelo desenvolvimento de certas habilidades, mobilidades de percepção, atenção e engajamento com o mundo e não somente no mundo.

Estar no ritmo me levava, então, para a noção de *skill* de Ingold (2011) que habilidades resultam de uma conjunção de movimentos, elas são desenvolvidas (redescobrimento dirigido) e por isso nada têm de inatas, são produzidas na e pela

prática coletiva constante, num misto de imitação (sob orientação) e improvisação (descobre por si). Assim, o conhecimento não preexiste e nem é reconstruído de forma solitária pela pescadora, o que significa a "experimentação do organismo-pessoa num ambiente organizado que guia suas ações para que as relações apropriadas sejam experimentadas" (SAUTCHUK, 2015, p.124). E de fato, conforme o barco se movimentava nas águas do local onde ficam os barcos (chamada, na Z-3, de Divinéia) em direção a boca da lagoa, eu também começava a realizar essa experimentação.

5.2.1. A viagem

Nessa ambiência da pesca, partimos na direção norte/nordeste da Lagoa dos Patos: Márcia, Arlindo, eu, a embarcação/casa[60] (Figura 56 - embarcação de madeira, medindo cerca de 10 metros e a motor, lugar onde ficam as camas e cozinha), duas embarcações menores (de madeira, medindo cerca de 5 metros e sem motor - chamadas de caícos ou bateiras), vinte redes de espera chamadas de aviãozinho (dez da pescadora e dez do pescador), instrumentos de auxílio como âncoras, bambus e calões[61], lâmpadas, fios, bateria, óleo diesel, alimentos, roupas, GPS, celular, ecossonda e caixas de plásticos.

Do percurso da beira da praia até as andanas[62], navegamos por três horas. Neste ínterim de tempo, a experiência multissensorial se revelava e mostrava que sem ela não há pesca, nem pescadora, uma vez que a experiência do exterior está mediada por determinados órgãos sensoriais e vias neurais, ou seja, é subjetiva (BATESON, 2000). Os riscos e incertezas inerentes à pesca são muitos, e para não naufragar ou passar por alguma situação perigosa, todos os sentidos precisavam estar acionados, tais como: observação da lagoa, equilíbrio, escuta e olhar sensíveis e atentos, leitura da maré, verificação da direção do vento, cheiros, sons, entre outros que são acionados quando necessário, como: observação do combustível, som do

[60] Nome que dei para a embarcação maior. Esta embarcação possui da proa até o meio uma lona de caminhão que cobre as camas, os alimentos e roupas.
[61] Calão é o nome que se dá aos paus de madeiras com ponta em formato de lança, os quais são utilizados como estacas na lagoa para fixar as redes do aviãozinho. O conjunto de calões formam as andanas.
[62] Andanas são o conjunto de calões que formam a estrutura para a colocação das redes. Cada pescadora/or possuem as suas andanas, obedecendo o limite de 10 andanas por pessoa.

motor, observação da movimentação dos outros barcos e, dos locais das andanas, são alguns exemplos.

Ingold, citando Dewey (2020, p. 22), nos diz que “a educação não pode ocorrer por transmissão direta, mas apenas indiretamente, por intermédio do ambiente”, e, neste ambiente, no caso da pesquisa, a pescadora vai em busca do camarão. A competência lhe guia através do cálculo e do conhecimento que nada tem de aleatório, há extrema organização nesse trabalho.



Figura 57 - Paisagem da lagoa com as andanas, redes, barcos e pescadores(as). Foto da pesquisadora.

Conforme nos deslocávamos, a paisagem da lagoa emergia com redes de espera próprias para cada espécie e tipos de captura, bem como por barcos grandes e pequenos e pelas gentes da pesca. A minha total inexperiência na pesca fazia com que certas cenas e eventos não fossem por mim percebidos. Fui constatando a minha falta através da imensa percepção de Márcia e Arlindo, que ao longo do caminho mostravam certas situações, como por exemplo, o movimento que antecede o pulo da tainha na água e que para mim, naquele momento, não passava de uma onda.

No devir, o desenvolvimento de uma atenção e de práticas corporais iam me forjando, a paisagem se abria trazendo mais nitidez, assim como meu corpo se equilibrava melhor a cada quilômetro percorrido. Este é o aprendizado que, desde criança, a pescadora desenvolveu na familiaridade com aquele todo que a rodeia, e que desencadeou domínio prático, conhecimento e habilidades específicas.

Entretanto, as habilidades vão sendo incorporadas continuamente através da história da pescadora no ambiente, uma vez que os camarões, peixes, lagoa, céu e vento questionam a pescadora o tempo todo, eles demandam ação contínua para que se faça uma boa pesca. Percebi que a pescadora é movida, a todo instante, a responder. Enquanto navegávamos, perguntei como se dava a decisão sobre onde colocar as redes, Márcia disse: “eu jogo a rede para ver se tem camarão, se não tem a gente vai para outro lugar, e assim vamos testando”.

A narrativa nos sinaliza que a pescadora tem que estar conectada com seu corpo no ambiente e na materialidade que lhe é própria para poder agir com ele. Ela precisa entender a perspectiva da natureza (CARVALHO, 2014) e, aqui, a do camarão, do vento e da maré, que irão lhe informar sobre a definição da posição das redes e o modo de colocá-las. Nesse sentido a pescadora esclarece: “na verdade o camarão é quem decide onde eu vou pescar, porque, às vezes ele dá mais para fora, mais pra cá, mais pra lá, pro lado da lagoa ou pra beira da praia”. A narrativa de Márcia nos aponta para um conhecimento que se origina exatamente de uma episteme ecológica, pois é adquirido na convivência com o ambiente-mundo, na percepção e desenvolvimento na medida em que novos fluxos de vida e relações vão sendo estabelecidos. O camarão não segue o mesmo caminho, capturá-lo exige uma corresponsividade com a pescadora e vice-versa.

Dependendo do período da safra, o camarão ora se localiza no fundo da lagoa, ora está em cima (mais próximo da superfície), esse movimento do crustáceo faz variar a técnica empregada para capturá-lo. Segundo Arlindo, o camarão procura sempre a parte mais funda da lagoa, geralmente ele se desloca pela beira do canal em direção ao oceano. No momento da ida a campo (ou lagoa!), a técnica empregada era a pesca com rede de espera denominada de aviãozinho – única rede permitida para a pesca do crustáceo, conforme IN 03/2004. Esta rede é assim chamada porque se assemelha a forma de um avião, ela tem formato de funil e é constituída de chumbo na parte inferior, o que a faz repousar no fundo da lagoa e, na parte superior, tem boias para que ela flutue e se mantenha aberta. Conforme informei anteriormente, a posição correta para colocá-la depende da rota do camarão.

Após três horas de navegação, chegamos no espaço escolhido para ancorar a embarcação-casa. Essa decisão, obviamente, também é baseada em amplo conhecimento e percepção das condições climáticas e da lagoa, as quais estavam informando que ali era um bom lugar para permanecermos, em termos dos ritmos dos

ventos e da maré. O GPS e a ecossonda (instrumentos tecnológicos que a pescadora utiliza), auxiliam nesse momento mostrando a localização, profundidade e o terreno em que a embarcação ficará. Essas tecnologias informam sobre o ambiente marinho e foram incorporadas pela pescadora há pouco tempo, anteriormente à aquisição dos equipamentos, quando Márcia utilizava outras formas de lidar e interpretar o ambiente aquático, tais como a observação das estrelas, dos pássaros e da maré.



Figura 58 - Embarcação/casa, vista das andanas. Foto da pesquisadora.

As andanas já estavam dispostas em lugar diferente daquele em que ancoramos a embarcação/casa. Para a pesca, o terreno deveria ser outro, com mais profundidade. Os lugares de pesca é um fator importante para compreendermos o sistema da pesca artesanal. Segundo a perspectiva ingoldiana, um lugar é caraterizado pelas experiências que oferece, assim, pescadoras e pescadores, com finalidades produtivas, dividem o espaço lagunar em zonas de pesca, se situam no espaço aquático e o tornam um espaço praticado. Essas zonas, também chamadas de “pesqueiros”, constituem unidades básicas de apropriação social do espaço aquático (CORDELL, 1989; DIEGUES, 1999; MALDONADO, 1994), o que nos leva a concluir que a lagoa é territorializada, ao mesmo tempo em que é de propriedade coletiva.

Segundo a pescadora, essa apropriação do espaço aquático no estuário da Lagoa dos Patos, ocorre de acordo com a antiguidade dos pescadores e pescadoras naquele local, o que lhes dá o direito de escolher o lugar para colocar as referidas andanas. Os melhores lugares de pesca, aqueles onde o camarão costuma fazer sua travessia, geralmente ficam com os/as mais velhos/as da localidade e suas famílias; se constitui, portanto, um direito que é passado de geração a geração e mantido pela moral e pelo respeito.

5.2.2. Preparando a pesca

A pesca nas andanas é realizada por meio das embarcações pequenas. A bordo desta embarcação e com a utilização de remos de bambu, a pescadora se deslocou até as mesmas para a colocação das redes, dos fios de luz e da bateria que gera energia para as lâmpadas. Aprendi com a pescadora que o camarão é atraído pela luz que fica fixada nos calões, facilitando a entrada do crustáceo na rede. No passado não muito distante, essa luz era emitida por liquinhos[63] de gás. Considerando todos esses materiais necessários e fundamentais para que a pesca aconteça, podemos pensar que não só as pessoas fazem coisas: as coisas também fazem as pessoas.

[63] Liquinho – botijão de gás de 2kg.




Figuras 59 e 60 - Márcia na preparação dos fios de luz e no caíco com as redes. Fotos da Pesquisadora.



Figura 61 - Márcia prendendo a rede no calão. Foto da pesquisadora.

As redes de pesca e os fios com lâmpadas foram colocados por Márcia, um a um, nas andanas. A colocação das redes requer muita técnica, força e conhecimento: são atadas com cordas e empurradas para baixo para que a parte que carrega o

chumbo fique encostada no fundo da lagoa. Os fios de luz também são colocados nesse momento, fixados nos calões, bem como a bateria que alimentará a energia das lâmpadas. Essa pescaria contou com dez redes. Nesse momento, participei auxiliando Márcia na colocação das redes e manejo da embarcação para que não se movesse muito enquanto a pescadora fixava as redes. O trabalho é extremamente desgastante e somente um corpo preparado é capaz de fazê-lo.




Figuras 62 e 63 - Márcia fixando as redes. Fotos da pesquisadora.

Após a colocação das dez redes, voltamos para a embarcação-casa. A bordo da mesma, Márcia fez um chimarrão, e logo começaram os preparativos para a janta. Conforme ia anoitecendo, a lagoa se iluminava através das lâmpadas nas milhares de andanas dispostas na lagoa. A lagoa vira uma cidade iluminada, um espetáculo da arte da pesca.



Figura 64 - Márcia preparando a janta. Foto da pesquisadora.

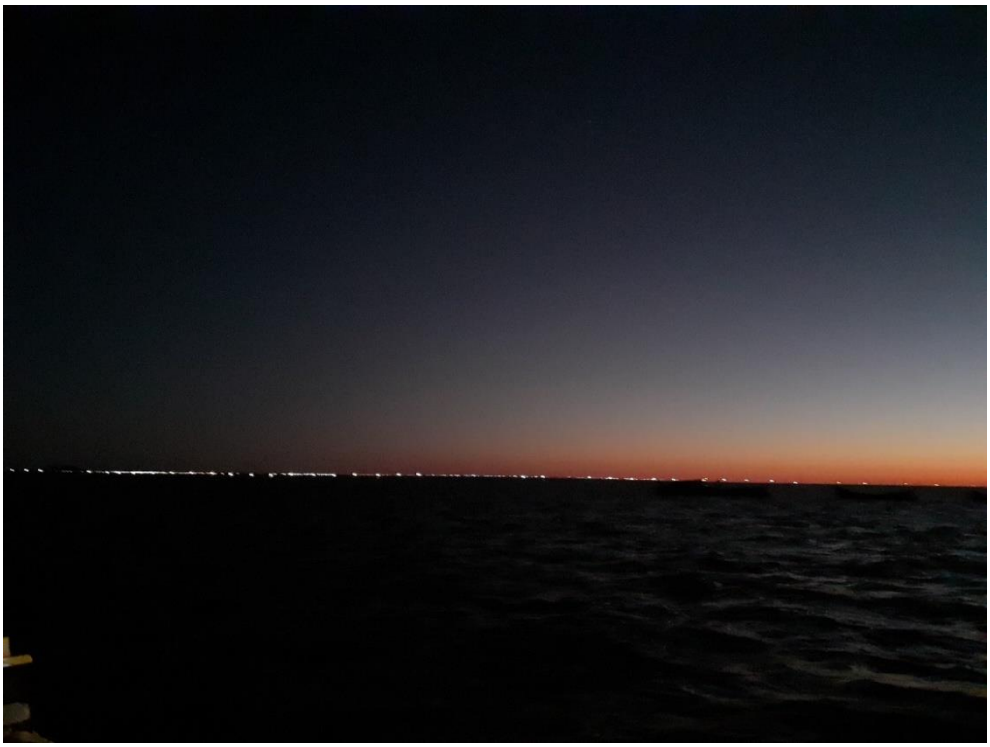


Figura 65 - Vista da lagoa ao anoitecer com as luzes da pesca do camarão. Foto da pesquisadora.

No outro dia, após o nascer do sol, Márcia preparou o café, vestiu o macacão de oleado (próprio para a lida da pesca) e, após nos alimentarmos, colocamos

algumas caixas de plástico no caíco (para depositar os camarões) e nos deslocamos novamente até as andanas para a retirada do camarão da rede. A retirada se realiza nas primeiras horas da manhã, a noite iluminada pelas lâmpadas tem a função de atrair a atenção do camarão e, consequentemente, conduzir o crustáceo até a entrada da boca da rede.

O sentimento de esperança faz parte da pesca e estava contido na pescadora Márcia que, considerando a observação das condições da lagoa, esperava puxar a rede com bastante camarão, enquanto nos deslocávamos Márcia disse: “essa noite acho que rendeu, a lagoa está bem salgada e acho que vai dar camarão, bora puxar as redes”. O trabalho de puxar as redes é árduo. As redes, como já dito, são empurradas para fundo da lagoa e, no momento de puxá-las, uma força imensa tem que ser exercida em razão da pressão que a água produz.

Além de puxar a rede, é preciso desatar os nós para que a rede se desprenda da andana. Desprendida da andana, ela é puxada e sacudida para que o camarão vá para o saco da rede. Toda essa sucessão de movimentos é realizada driblando a força das ondas que, incessantemente, batiam na embarcação. A maré estava muito agitada, pois havia ventado muito na noite anterior e, assim, a única maneira de puxar as redes e se manter na embarcação era compondo movimentos rítmicos dos nossos corpos com o movimento das ondas e da embarcação. Neste momento, auxiliei Márcia com as caixas de plástico para colocar o camarão e fiquei responsável pela retirada dos siris que invadiram as redes e, portanto, o barco.



Figura 66 - Márcia no caíco puxando a rede aviãozinho. Foto da pesquisadora.





Figuras 67 e 68 - Márcia no caíco puxando a rede aviãozinho e retirando o camarão. Foto da pesquisadora.

Após a retirada do camarão de todas as redes e de prendê-las novamente para seguir a pescaria na próxima noite, Márcia e eu retornamos em direção à embarcação-

casa, local em que selecionamos o camarão, retirando as algas que se prendem nele. Por volta das 11h da manhã, a embarcação do comprador se aproximou e pesou as caixas com os camarões de Márcia. O preço pago foi de R$ 8,00 (oito reais) cada quilo. Naquele dia Márcia, pescou 40 quilos do crustáceo.

Donna Haraway (2016) e Anna Tsing (2015), consideram que devemos "compor com" os outros humanos e não humanos, "estabelecer conexões, tornar-nos com eles" numa perspectiva de uma ecojustiça de multiespécies. Da experiência antropológica, restou evidente que é exatamente assim que a pescadora age, compondo com tudo que está ao seu redor, sendo atravessada por toda essa materialidade, num engajamento responsivo de todos os lados. Tudo isso é aprendido, praticado e inovado, pois como o ambiente sofre variação contínua, a pessoa varia em resposta a ele, e vice-versa. Neste sentido, a pescadora diz: "essa pesca não é fácil, tenho que fazer muita força e com a lagoa assim fica mais difícil, hoje foi assim, amanhã quem sabe a maré acalme e fique melhor, cada dia é um dia, o camarão precisa é entrar na rede".

Ajustamentos rítmicos, sintonização multiespécies, percepções sensoriais, coordenações e corresponsividades me fazem concluir, numa perspectiva ecológica e feminista, que a autora da pesca é o fluxo generativo dessas relações de mútua afecção. Essa é a ambiência da pesca, onde tudo age para que a mesma aconteça, num emaranhado em constante transformação de ciclos, eventos da natureza, materiais e corpos femininos que se entretecem na malha da vida na pesca (INGOLD, 2015). Há sempre um devir-com, pois o humano não é uma espécie limitada, autoconstituinte; ele é simpoiese, criação conjunta (STENGERS, 2018). A pescadora, portanto, faz-se até o fim na relação com lagoa e com os camarões, enfrentando, também, desafios e vulnerabilidades.

5.2.3. Embarcações, acampamentos e os cães: vulnerabilidades das mulheres na pesca embarcada

A experiência embarcada me fez compreender que, de fato, a vida na pesca é um grande desafio. Betinha já havia me dito isso lá no início desta jornada, e pude ver e sentir os efeitos deste desafio ainda com os pés na terra. A conciliação do trabalho de manutenção e reprodução da esfera doméstica com o trabalho na pesca já coloca

essas mulheres em destaque quando olhamos para o sistema artesanal pesqueiro. Esse destaque se potencializa quando percebemos, com elas, a falta de valorização e respeito do Estado com a pesca artesanal, somado, sobretudo, à situação de invisibilidade, não reconhecimento e vulnerabilidade das pescadoras.

O trabalho de campo nas lagoas me mostrou uma questão que não poderia ser deixada de fora nesta tese. A vulnerabilidade e precariedade das embarcações e acampamentos de pesca. Em todas as experiências embarcadas que tive na pesquisa, as condições das embarcações eram extremamente precárias. Geralmente, são embarcações muito antigas, sem banheiros, com madeiramento necessitando de reparos constantemente, motor quebrando com muita frequência e barracas (dentro ou fora da embarcação) muito vulneráveis.

Além dos riscos da própria atividade, pescadoras e pescadores precisam enfrentar este estado de vulnerabilidade na atividade que conta com total omissão do Estado, com ausência de políticas públicas voltada para o setor. Segundo as pescadoras, há muito tempo não conseguem acessar linhas de crédito e financiamento para atualizarem seus instrumentos de trabalho, sejam eles barcos ou redes. A partir da omissão do Estado e na necessidade de buscarem a sobrevivência, se arriscam com perigo eminente de naufrágios, acidentes de variadas ordens e outros perigos que, inclusive, podem vir enquanto estão em terra. Cabe registrar que as pescadoras possuem muito mais dificuldade em acessar linhas de crédito e financiamento do que os pescadores. Essas questões abordarei no próximo capítulo sobre os conflitos.



Figura 69 - Barraca dentro da embarcação, local onde se dorme e se prepara as refeições. Foto da pesquisadora





Figuras 70 e 71 - Imagens do acampamento da Márcia em terra. Fotos da pescadora.

As imagens acima (Figuras 69 a 71) não deixam dúvidas sobre o estado de vulnerabilidade a que pescadoras e pescadores estão expostos. Seja na embarcação ou em terra, a vulnerabilidade e precariedade é extrema. Riscos de ataque de animais, e também de pessoas, são imensos. As figuras 70 e 71 são imagens que se referem ao acampamento de Márcia na safra do camarão de 2022. Márcia, nessa oportunidade, estava sozinha na lida da pesca e, devido à posição das andanas estarem mais próximas da beira d'água, montou seu acampamento em terra. Como estratégia para sua segurança física e para a segurança do acampamento, levou consigo seu cão, Califa.

Em lugar de um Estado que não pensa em segurança nos locais de pesca, uma vez que desconsidera a atuação de mulheres nesta atividade, tampouco, pensa na elaboração e criação de políticas para o fomento e fortalecimento de condições mínimas de dignidade, Márcia precisa acionar a segurança através de um não humano – o Califa. O cão, portanto, é quem traz a segurança para Márcia permanecer acampada na Ilha da Feitoria durante alguns meses na safra do camarão.

Essa situação não se configura como algo extraordinário, muito pelo contrário, ela vem acontecendo seguidamente na vida das pescadoras, que precisam acionar outros meios para garantir segurança e evitar riscos.



Figura 72 - Cachorro Califa da pescadora Márcia no acampamento de pesca. Foto da pescadora.

Ingold (2020, p. 17), apoiado em Dewey, lembra- nos que as coisas vivas absorvem as energias elementares e substâncias – luz, umidade e terra, e as transformam em uma força para o seu próprio crescimento e autorrenovação. Da

experiência com Márcia e com todas as pescadoras interlocutoras, esse ensinamento se revelou intensamente. Elas aprendem e fazem a pesca de forma intra/intergeracional – entre seus pares e entre jovens e pessoas mais velhas, intra/intergênero – entre homens e mulheres, multiespécie – entre seres humanos e não humanos, e multissensorial – com seus corpos sendo atravessados por todos os eventos e sensações. Esse corpo feminino cria e recria força e habilidades, é instrumento fundamental. A pescadora com seu corpo se mistura, (com)vive e se (co)move com a lagoa e com a pesca.

5.3. Aprendendo e fazendo a pesca com um corpo feminino no mundo mais que humano

Desde a primeira viagem, entendi que fazer pesquisa antropológica e pescar eram atos que se comunicavam, estavam na mesma trama. A minha experiência traduzia-se de forma análoga à da pescadora: viver e experienciar uma atividade de forma encarnada que envolve multidimensões de corporalidade e conexões com as materialidades do mundo mais que humano.

O material etnográfico nos mostra que é preciso, a todo instante, pensar e agir com o corpo alinhavado no/com/como mundo, aprendendo, conectada e atenta, de forma multissensorial pelas vozes, olhares, gestos, sons, sensações, força, cheiros, luzes, escuridão, silêncios, temperaturas, ventos, marés e movimentos variados.

Observei, ainda em terra, essas habilidades e percepções pelas pescadoras. O tempo e o vento são os primeiros a serem considerados na preparação para as pescarias. A pescadora atenta para as previsões meteorológicas, bem como para a atenção dos referenciais que aprendeu sobre direção do vento e a forma como ele se manifesta. “Vento sul, vento nordeste, rebojo de vento, vento que esgaça” eram muitas as formas de se referir a esse personagem que manda, desmanda, influencia, é observado, ouvido, obedecido nas saídas para a lagoa e na sua estada, bem como nas permanências em terra.

Presenciei esse conhecimento e o respeito a esse elemento em várias situações na pesquisa, em que também percebi um maior cuidado das pescadoras em relação às condições do tempo do que os homens. Em muitas situações elas me disseram que “eles [os pescadores] vão de qualquer jeito, aí é complicado, tu passa

trabalho sem precisar”. Esta narrativa de Márcia expressa que, para além da pescadora ser mais cuidadosa quanto aos perigos, riscos e imprevisibilidade na pesca, é que seu corpo tem limites, ou seja, ela está nos dizendo que não é uma mente em um corpo pensando, atribuindo significado para as coisas e representando o mundo e, sim, um corpo como centro e origem do ser e estar no mundo: uma mente encarnada ou engajada que não separa o pensar – fazer e o sentir.

São corpos femininos na/com/como natureza que fazem conexões viscerais com o mundo e o significado vem das percepções corporais, movimentos, emoções e sentimentos. Márcia nos mostra o lugar do ser humano no ambiente-mundo, que “é o de um ser imerso no fluxo da vida e dependente dos processos e movimentos que constituem nossos corpos e nossas mentes” (STEIL; CARVALHO, 2014, p. 11). Estar imerso no fluxo da vida é reconhecer a permeabilidade entre nossos corpos e os organismos, respeitando as outras singularidades de existência e contrapondo-se à ideia de que nos apropriamos do mundo pela mediação da cultura (INGOLD, 2011).

Para compreendermos os significados e sentidos que os grupos humanos atribuem aos corpos, a Antropologia nos oferece estudos de uma longa tradição. Marcel Mauss, em 1950, no ensaio seminal sobre as técnicas do corpo, já antecipava como o paradigma da corporeidade pode colapsar dualidades fundamentais (mente-corpo, signo-significação, existência-ser), uma vez que o corpo é simultaneamente o objeto original sobre o qual o trabalho da cultura se desenvolve e é a ferramenta original com a qual aquele trabalho se realiza (MAUSS, [1950] 2003, p. 407).

Csordas (2008), numa perspectiva fenomenológica, nos diz que corpo é um ponto de partida produtivo para analisar a cultura e o sujeito, ou seja, o corpo não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas é o sujeito da cultura, é a base existencial da cultura, *locus* da existência e fonte da experiência. O autor delineia que o paradigma da corporeidade começa com um exame crítico de duas teorias: de Maurice Merleau-Ponty, que elabora a corporeidade na problemática da percepção, e de Pierre Bourdieu, que situa a corporeidade num discurso antropológico da prática (CSORDAS, 2008, p.104).

Percepção e prática, dois termos que merecem destaque quando nos abrimos para as epistemologias ecológicas e feministas, pois o corpo feminino só existe na relação com o mundo e, assim, se torna corpo-no-mundo. Mente e corpo se derramam sobre o mundo, nos diz Ingold (2011). O autor, assim, nos ensina por que há sempre uma readaptação constante e dinâmica do corpo em relação aos materiais e as coisas,

processo em que um afeta o outro, chamado de campo de ressonância, um campo de sinergia entre pescadora, matéria prima, peixes, ventos, marés e lagoa.

> O corpo tem que ser forte, ter que ter jeito. Não interessa se é homem ou mulher. Tem que ter braço e estar no ritmo, ser como o peixe. Não é fácil, mas eu gosto (Betinha).

Esse corpo feminino que não se atira de qualquer jeito, mas tem que ser forte e estar no ritmo, é um corpo experiente que, considerando a imprevisibilidade da pesca, tenta, ao menos, antecipar e evitar desastres e desgastes. Aqui, o conceito de hábito desenvolvido por Dewey e recuperado por Ingold (2020) se mostra uma noção interessante para refletirmos sobre a construção de corpos na pesca, se pensarmos que o fazer está dentro do passar por algo, visto que, realizar uma experiência, é estar sempre dentro dela, é habitar nela.

Seguindo essa perspectiva, temos que os hábitos não nos fazem, tampouco, nós fazemos os hábitos, estamos nós, portanto, no meio do hábito, “um eu que habita em suas próprias práticas é recursivamente gerado por elas” (INGOLD, 2020, p. 40). Esse aprender contínuo com hábitos gerados na corresponsividade da vida, desnaturaliza as noções de inato, porque, embora as pescadoras da pesquisa tenham verbalizado que é preciso ter jeito para a pesca, a observação das práticas e a escuta das narrativas permitiu que ponderássemos que há um processo de construção dessas pessoas no decorrer da vida que faz com que se tornem pescadoras. Elas aprendem a se tornar pescadoras sabendo lidar com seu corpo gerado e construído na/com/pela pesca, vejamos:

> Tem um jeito, de tanto fazer a gente aprende. Se tu fizer tu aprende também. A pescaria vai mudando o corpo da gente, sabe, a gente de tanto fazer força, fica bruta, olha a minha mão, eu tenho tanta força que as vezes não posso nem brincar com alguém, sou capaz de machucar a pessoa. (Márcia).



Figura 73 - Mãos de Márcia fazendo o nó nas cordas das andanas. Pesca do camarão. Foto da pesquisadora.

Valéria Iared & Haydée de Oliveira (2017) nos trazem o conceito de "somaestética"[64], para se *r*eferir à compreensão das ligações viscerais com o mundo e a capacidade humana para significar as experiências. Essa proposta contemporânea percebe uma ontologia na qual nosso corpo está engajado no/com/como mundo em um fluxo constante e na qual mudamos o mundo da mesma maneira que o mundo nos transforma. Nesse sentido, as pescadoras se veem transformadas pelo mundo da pesca e, também, atentas às habilidades desenvolvidas no processo, reconhecem, através do engajamento contínuo, que é preciso obedecer a certos ritmos para se absterem dos riscos e vulnerabilidades de uma pescaria mal calculada e erroneamente antecipada.

[64] Teoria filosófica contemporânea desenvolvida por Richard Shusterman a partir, principalmente, de autores do Pragmatismo, como William James e John Dewey, e do Método Feldenkrais. Esta teoria tem sido elaborada por Shusterman desde os anos 1990 propõe um paradigma segundo o qual as distinções binárias entre corpo e espírito ou entre corpo e mente, próprios da tradição filosófica do "Ocidente", dão lugar a uma compreensão da unidade fundamental entre corpo, mente e cultura. Assim, Shusterman propõe que o cultivo da consciência corporal ou da "autoconsciência somaestética" é capaz de ampliar as capacidades estéticas, éticas e cognitivas do ser humano. Por isso, ele define a somaestética como "disciplina que recoloca a experiência do corpo e da reestilização artística no coração da filosofia enquanto arte de viver.



Figura 74 - Márcia puxando a rede do camarão. Foto da pesquisadora.



Figura 75 - Liane, irmã da Márcia e a filha na lagoa Mirim. Foto da pescadora.



Figura 76 - Pescadora na pesca da viola. Foto da pesquisadora

Ingold (2012), discursando em favor de uma ética que leve em consideração todas as coisas em oposição a objetos[65], diz-no que a coisa é um acontecer e nós participamos desse acontecer, pois não há uma fronteira que situe nossos corpos no mundo e, sim, um entrelaçado de nós que constituem uma malha (*meshwork*). Para ilustrar esse entendimento, basta voltar para a narrativa de Márcia que abre este tópico, onde, "vento, pescadora, embarcação, rede, camarão e siri" interagem para se tornar um movimento – o movimento da pesca (Figuras 74 a 76). Isso nos coloca em uma perspectiva não-antropocêntrica, a qual desconstrói a superioridade da espécie humana, enquanto detentora de cultura, e a dualidade entre natureza e cultura.

Diante disso, há experiências coletivas e individuais que perpassam a construção dos corpos nos processos de aprendizado na pesca e são investidos muitos anos para que os corpos se moldem. É um processo que demanda que todo o corpo esteja em estado de atenção no ambiente aquático: a embarcação, ao navegar, impõe que, ouvidos, olhos e posição corporal estejam em alerta para agir rapidamente. Dou como exemplo do desenvolvimento da percepção e do enxergar uma situação vivida, por mim, de forma embarcada na Lagoa Mirim, em um momento no qual a pescadora alertou o filho, que se encontrava no leme da embarcação,

[65] Objetos conceito construído por Heidegger e que remete a um fato consumado ou um material inerte.

dizendo: “cuidado aí, vem mais pra cá, olha as cercas, elas estão bem ali”. Eu que, olhando para todos os lados, somente percebia e enxergava água, perguntei: “cercas na lagoa?” Ela me olhou, esboçou um sorriso, e disse:

> a gente, de tanto navegar por aqui, já sabe que tem cercas das fazendas aqui embaixo, quando a maré sobe as cercas ficam embaixo d’água, é um perigo se não prestamos atenção, perdemos barco e rede, temos que navegar mais pra fora da margem.

O processo de aprendizagem é complexo, requer muita atenção e percepção, e é também doloroso, quando exige, do corpo, exercer muita força, suportar mais peso do que inicialmente suportaria ou ter que controlar e testar os limites corporais, como equilíbrio e o controle do “marear”. Marear, significa ficar tonto/a com o balanço da maré a ponto de sentir náuseas, ou mesmo vomitar, e constitui uma preocupação central das pescadoras e pescadores, pois quem enjoa demonstra fraqueza para estar navegando e acaba pondo em risco a continuidade do trabalho. É impossível fazer qualquer coisa quando se sente “mareado”.

Corpos femininos, na relação com seres, coisas e ambientes, embarcam, navegam, puxam rede, lançam rede, despescam peixes, aprendem fazendo num sistema cibernético de espera, atenção, equilíbrio, força e captura, e nesse movimento, as pescadoras são atravessadas e, ainda, nesses atravessamentos, elas também adoecem, porque levam ao limite máximo o uso do instrumento fundamental do trabalho na pesca: o corpo.

5.4. Um corpo feminino que forceja, adoece e não é reconhecido

> O corpo não aguenta, é muita força que tem que fazer. Imagina puxar rede por anos e anos, o braço não aguenta. Mesmo assim, o médico me olhou bem na cara e disse que não tem nada a ver isso que sinto com o que eu faço e não me deu o atestado que eu precisava para levar para o INSS. Como pode isso né, ele nem perguntou o que realmente eu faço quando estou pescando, como ele pode então dizer que não tem nada a ver. Daí o que eu faço, me encho de remédio e vou pra lagoa.

Este relato da Márcia nos mostra um cenário de violência à saúde da mulher pescadora. A invisibilidade e o não reconhecimento chegam a níveis inacreditáveis. Durante todo o tempo da pesquisa me deparei com situações de adoecimento por parte das pescadoras e o não reconhecimento das doenças por parte dos médicos e

do Estado. Todas as interlocutoras, sem exceção, possuem doenças decorrentes do trabalho na pesca. A maioria desenvolveu L.E.R (lesão do esforço repetitivo) nos braços e coluna, sofrendo com dores fortes e incapacitantes, mas também acompanhei casos com indícios de possível contaminação por envenenamento (provavelmente pelo veneno das lavouras que desaguam nas lagoas), com bocas e corpos se enchendo de feridas. Também, há doenças ginecológicas decorrentes da exposição ao frio e ao ambiente aquático, entretanto, o diagnóstico resta, na maioria das vezes, prejudicado em razão dos médicos não conseguirem “entender a causa”.

Entre todas as pescadoras que encontrei na pesquisa, somente Rozi conseguiu o benefício de Auxilio Doença junto ao INSS. Márcia e Betinha lutam continuamente para um tratamento digno e pelo deferimento de benefício junto à instituição INSS. Muitas foram as histórias que ouvi sobre mulheres da captura que precisam parar com a atividade em razão das doenças adquiridas pelo trabalho forçoso e, outras tantas que seguem trabalhando tomando remédios sem acompanhamento médico regular.

Esse tema já tem sido discutido na literatura sobre mulheres na atividade pesqueira, onde se constata que um aspecto importantíssimo sobre a relação entre o reconhecimento profissional do trabalho de pescadoras, trabalhadoras da pesca e a aquisição de direitos sociais paira sobre a saúde delas. A pesquisa de Beatriz Mendes (2020) sobre o trabalho das mulheres na pesca e a dificuldade de acesso aos direitos sociais nos mostra um cenário extremamente preocupante sobre a saúde das mulheres.

A autora nos apresenta que, embora, exista um Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde denominado *Doenças Relacionadas ao Trabalho* – lançado em 2001 pelo Ministério da Saúde do Brasil, através da Organização Pan-Americana da Saúde – o qual indica que os riscos relacionados ao trabalho de pescadores/as, e trabalhadores/as da pesca, podem ser de natureza física, biológica, ergonômica ou, ainda, relacionados a acidentes. O mesmo documento traz uma menção que liquida com qualquer pretensão de relacionar patologia com trabalho, onde consta: “dada a amplitude das situações de exposição e o caráter endêmico de muitas dessas doenças, torna-se, por vezes, difícil estabelecer a relação com o trabalho” (MENDES, 2020, p. 67).

Sobre essa dificuldade de relação, nos explica a autora:

> Principalmente por serem os/as pescadores/as artesanais e trabalhadores/as da pesca segurados/as especiais da Previdência, há

> a **dificuldade de relacionar a patologia com o ambiente de trabalho**, tendo em vista a ausência de local específico onde é exercida a atividade pesqueira, bem como da figura do/a empregador/a em intermediar a relação entre trabalhador/a e INSS. Em virtude da falta da relação formal de emprego e da ausência de contribuições periódicas à Previdência, há uma aparente resistência por parte da autarquia em conceder benefícios previdenciários a estas pessoas, não obstante a ausência de trabalhos que versem sobre o tema.

A resistência, por parte da Previdência Social, traduz-se, portanto, em ato de violência, tendo em vista que já existem trabalhos publicados em parceria com o Ministério da Saúde em formato, inclusive, de cartilha, ou seja, didaticamente criados para levar ao conhecimento dos agentes do Estado a realidade da vida e saúde da mulher pescadora no Brasil. Um exemplo é o livro *Gênero e Pesca Artesanal* (LEITÃO, 2011), o qual dispõe de um capítulo para tratar, exclusivamente, sobre gênero e saúde na pesca. A pesquisa foi construída em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura, especialmente pelo Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal, universidades e pescadoras a partir de oficinas de diagnóstico da vida das mulheres. O diagnóstico trouxe que, no geral, os problemas de saúde relatados são:

> Dores no corpo (braço, coluna, pés e mãos), fadiga, bico-de-pagagaio, escoliose, artrite, artrose, esporão, e dores nos membros superiores, que podem estar relacionados a L.E.R., varizes, cansaço mental e físico, vertigem, hérnias, sinusite, doenças de pele e ginecológicas. Segundo o estudo revelou, os problemas de saúde estão relacionados ao esforço realizado durante o processo da pesca e do transporte do barco. (LEITÃO, 2011, p. 17).

Outro trabalho de dimensões nacionais sobre a vida e saúde da mulher pescadora é a cartilha intitulada *A saúde das pescadoras artesanais - atividades de pesca em rios lagos e lagoas* (PENA, 2017), que traz os resultados do projeto denominado *Educação em Saúde da/o Trabalhadora/or da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação na Gestão do SUS*[66].

Descabida, portanto, é a alegação do Ministério da Saúde sobre a dificuldade em estabelecer relação entre as doenças das pescadoras e o trabalho realizado pelas mesmas na pesca. O que evidenciamos, concordando com Beatriz Mendes (2020), é

[66] Projeto realizado conjuntamente pela Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Medicina da Bahia, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social – **DAGEP da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP do Ministério da Saúde** – MS e pelas organizações de pescadoras e pescadores artesanais representadas pela Articulação Nacional das Pescadoras – ANP e do Conselho da Pastoral dos Pescadores – CPP.

o desconhecimento, não reconhecimento e descaso com a vida dessas pessoas, um olhar carregado de preconceitos por parte de profissionais da saúde e da autarquia estatal em não conceder benefícios previdenciários, principalmente quando essas pessoas da pesca são mulheres e desenvolvem uma atividade que é invisibilizada e, portanto, não reconhecida e nem merecedora de direitos.

5.5. Corpo de mulher invisibilizada em roupa de homem

A invisibilização do corpo da mulher pescadora parece não ter limites, ele é invisível até para a indústria. Macacão de oleado[67], luvas, botas de borracha, bonés e gorros de lã são indumentárias que não podem faltar quando se vai para a pescaria. Entretanto, ainda que seja uma mulher pescando e que isso não seja novidade para quem vive na pesca, parece que para quem desenvolve as roupas, os instrumentos e utensílios, a mulher pescadora não existe.

Tudo na pesca é pensado e desenvolvido para corpos masculinos, a pesca é, portanto, genereficada e possui um corpo – o masculino. Jean Lave (2015, p. 44) nos alerta sobre a importância de considerar e analisar aspectos materiais da prática quando se busca os processos de vir-a-ser. Assim, as pescadoras embarcadas se tornam, a partir de roupas que fabricam corpos masculinos (GERBER, 2015, p. 186), como também a partir de uma atividade em que as desconsidera. Rose Gerber atenta também para essas questões em sua pesquisa e nos diz:

> Escondidos atrás de camadas de tecidos ou do plástico grosso dos macacões, seus corpos passam por uma fabricação e, ao mesmo tempo, por uma dissimulação corporal que as igualaria aos homens tendo em vista que, segundo as pescadoras com as quais convivi, seriam roupas masculinas; de homens (GERBER, 2015, p. 187).

Da mesma forma que as pescadoras de Rose Gerber, as pescadoras desta pesquisa se sentem masculinizadas nas roupas de pesca, sendo a vestimenta mais problemática para a funcionalidade na pesca o macacão de oleado que só existe com corte masculino. No momento das necessidades fisiológicas, as mulheres com macacão de homem são obrigadas a retirá-lo até os joelhos e, ainda, retirar a calcinha, isso quer dizer que precisam ficar quase nuas. Quando se pesca com parentes, basta

[67] Macacão confeccionado com plástico grosso, cujo nome advém de épocas passadas em que os pescadores literalmente passavam óleo na roupa para que tivesse uma maior durabilidade (GERBER, 2015, p. 49).

pedir que olhem para os lados, mas, e quando se pesca com estranhos ou quando há outros barcos nas proximidades? Sobre isso, me disse a pescadora Rozi:

> O macacão é o mesmo, tenho que ficar quase nua no barco para poder fazer as necessidades, eles não pensam na gente na hora de criar as coisas. Aí peço para olharem para o lado, se tem pescador por perto em outra embarcação tu já viu né.

Se não existe diferença nas vestimentas, ou seja, gorro que esconde o cabelo, luvas que escondem as mãos e macacão e bota que escondem qualquer curvatura corporal, todos os corpos embarcados ficam iguais, e assim, olhando de longe a mulher desaparece da pesca embarcada.

> De longe ninguém sabe que a gente existe, tu olhando assim não dá pra ver que somos mulheres, ficamos iguais a eles. Tu olhando essa foto sou eu ali, nem aparece né, parece homem, mas sou eu. Mas de perto os outros pescadores se dão conta que são mulheres e ficam de olho na hora que vamos fazer xixi. (Rozi).



Figura 77 - Rozi e dois homens no barco. Lagoa Mirim. Foto da pescadora.



Figura 78 - Paula e Roberval. Lagoa Mirim. Foto da pesquisadora.

As roupas são um fator que pode provar a desordem na pesca. Calças justas, biquíni, shortinho, em muitas situações são evitados por elas em razão da maneira como serão vistas pelos pescadores estranhos à família. Se as pescadoras estão entre familiares, nos acampamentos de pesca elas usam seus biquínis e shortinhos, mas para a lida da pesca propriamente dita, principalmente quando vão lançar e puxar redes, é necessário colocar as vestimentas que as invisibilizam, pois as mesmas oferecem segurança e proteção para a atividade.

Quando não estão nas águas, algumas pescadoras da pesquisa usam e abusam das roupas femininas e de acessórios femininos. Quase não as reconhecemos fora das águas, assumem um corpo que não se vê no trabalho, usam roupas justinhas, blusinhas coladas, alisam e pintam o cabelo e pintam as unhas. Entretanto, a feminilidade na mulher que embarca traz desafios para elas, pelo simples fato de estarem realizando uma atividade que é majoritariamente atribuída aos homens. Não é raro elas contarem que quando estão “arrumadas”, e precisam ir ao médico ou nas instituições do governo, geralmente as desconfianças aparecem. Isso nos leva a concluir que o corpo da pesca tem que ser masculino e a indumentária e a estética, além de ser pensada e criada para corpos de homens, acabam perseguindo a mulher pescadora também em na terra.

5.6. Educação e transformação do/no corpo da pesquisadora na prática

Na relação de pesquisa não são só os corpos dos/as outros/as que se constroem. Nossos corpos também passam por processos e rituais de passagens no intuito de nos educarmos no trabalho antropológico. Ele deixa muitas marcas, seja pela sujeição da imobilidade para as muitas horas sentada para a escrita solitária, seja para a abertura e mobilidade para estar em campo. O trabalho de campo nos leva para situações jamais vividas anteriormente, conhecemos lugares, acompanhamos festas, rituais e trabalhos que não seriam acompanhados se ali não estivéssemos com o estatuto de pesquisadora ou pesquisador.

No meu caso, posso dizer que vivi uma experiência radical de alteridade, em que precisei aprender desde os primeiros passos, sensações e palavras do mundo da pesca. O resultado significou no que Pink (2009) denomina de uma “etnografia sensorial” (PINK, 2009) construída com as pescadoras, mestras impecáveis na arte de ensinar, juntamente com toda a ambiência da pesca que acabou por me atravessar e me forjar enquanto pesquisadora e educadora ambiental em formação.

Etnografia sensorial (*sensory ethnography*), sugere Pink, é a prática pela qual a pesquisadora deve utilizar de todo seu corpo sensorial ao compilar e interpretar os dados da investigação, ligando-nos na mesma atividade diária de outras pessoas. Segundo Pink (2009), a percepção sensorial não é apenas dialogada, e nossas interações sociais não são apenas baseadas em comunicações verbais e impressões visuais. Ou seja, apreender as experiências de outras pessoas pode ser melhor compreendido quando nós, pesquisadoras e pesquisadores, também estamos vivenciando, e não apenas ouvindo ou lendo as representações dessas experiências.

É dentro desse contexto que Payne (2013) também desafia a representação dos dados na pesquisa, sobretudo em Educação Ambiental, afirmando que a linguagem de textos e números é uma forma antropocêntrica de comunicação e não revela o teor eco/somaestético (corpo engajado /mente encarnada e multisensorial) da experiência da natureza.

Neste mesmo sentido, Isabel Carvalho e Rita Muhle (2016), ao tratarem da atenção nos processos de aprendizagem como proposta de uma Educação Ambiental

“fora da caixa”[68], argumentam a favor de uma educação baseada na experiência[69] que, longe de ser algo novo da histórica da educação, constitui-se em abordagens que valorizam a autoformação na multiplicidade de experiências que o sujeito vive no mundo, numa ação recíproca entre pessoa e seu ambiente de vida. Dizem as autoras:

> Neste sentido, quisemos argumentar em favor da experiência, de uma postura pedagógica que propicie lugares não preenchidos, medianeiras, rotas de fuga para que o sujeito exista exposto ao devir. Apostamos, neste sentido, em estratégias educativas fora da caixa, de resistência ao excesso, às multitarefas e a aceleração improdutiva. Uma pedagogia que valorize a atenção e possa suspender, mesmo que temporariamente, o imperativo da intenção. Uma educação para a simplicidade, para a atenção plena, para a desaceleração que promova de modo substantivo, a abertura para a experiência (CARVALHO; MUHLE, 2016, p. 38).

Então, numa perspectiva “fora da caixa”, aprendi, imersa no ambiente da vida das pescadoras. Para embarcar com elas, o primeiro ensinamento se deu sobre as roupas e calçados que eu deveria usar. Alertaram-me sobre o uso de bonés para dias quentes e gorros para os dias frios. Orientaram-me a prender o cabelo para evitar acidentes que pudessem ocorrer com os cabelos soltos, e me emprestaram um macacão de oleado[70] para não me molhar durante as pescarias. Enfim, tornei-me um duplo delas.

Para estar na embarcação, eu imitava seus gestos, movimentos e suas roupas. Na maior parte das vezes, usei calça ou bermuda justa, moletom impermeável ou camiseta, boné ou gorro. Se estava calor e não era hora de lançar ou recolher redes, eu ficava de chinelos na embarcação, mas na hora do trabalho vestia as botas e, quando era disponibilizado, colocava o macacão de oleado. As duas experiências pelas quais passei embarcada com as pescadoras foram com permanência de cinco dias na Lagoa Mirim na pesca da viola (com acampamento de pesca), dormindo dentro da embarcação com a pescadora e seu filho, e de três dias no estuário da Lagoa dos

[68] “Fora da caixa”, segundo as autoras, é “uma expressão que vem das leituras do Blog Outras Palavras, que tem divulgado matérias sobre a proposta denominada “Educação fora da caixa”. Uma iniciativa que reúne ações, metodologias e ferramentas para educação de jovens e adultos fora dos enquadramentos institucionais. Uma das propostas ali veiculadas, por exemplo, é a de um doutorado informal. Segundo seu idealizador, Alex Bretas, o projeto é financiado de forma colaborativa e resulta de suas incursões em casos, histórias e autores relacionados a experiências de educação baseadas na liberdade, curiosidade, autonomia, e no cuidado para com o outro e o mundo (CARVALHO, MUHLE, 2016, p. 28)

[69] No caso tratado no artigo as práticas educativas se deram na forma de trilhas/caminhadas pela mata.

.

Patos, na pesca do camarão, ocasião que permaneci com a pescadora e seu irmão nos barcos de pesca, sem pisarmos, em nenhum momento, em terra.

Durante esses momentos de pesquisa, e junto com as pescadoras, vi meu corpo sendo moldado no campo, fui aprendendo a me mover deixando meu corpo ser construído na pesca durante o tempo que a pesquisa se fazia, pois, conforme Lave nos ensinou “somos todos aprendizes de nossa própria prática em mudança” (LAVE, 2019, p.134). Desenvolvi muita força durante as pescarias, minha pele ficou queimada do sol, minhas mãos grossas e ásperas, aprendi a ter equilíbrio na embarcação para poder me mover, e o cheiro da minha pele se misturou com o cheiro da lagoa. Essa transformação aconteceu à medida em que assumi ser sombra, carne e vísceras das interlocutoras e assim, poderíamos dizer que também o meu corpo, se tornou, de certa forma, “masculino”.



Figura 79 - A pesquisadora no barco ao lado da pescadora na pesca do camarão na Lagoa dos Patos. Foto da pesquisadora.



Figura 80 - A pesquisadora no barco ao lado da pescadora. Foto da pesquisadora.

Fui testada em várias situações sobre o enjoo, pois, caso enjoasse, sabia que estaria fora da prática embarcada. Por sorte, não enjoei em nenhuma das vezes, não porque seja imune ao enjoo, mas sobretudo, porque me preparei para isso. Levei remédios controladores para caso precisasse, e lancei mão da estratégia de comer pouco, a fim de não marear com o balanço das águas. Gerber (2015) e Adomilli (2007) também se depararam com essa preocupação dos pescadores e pescadoras quando embarcaram, e lançaram mão de estratégias e medicações para não enjoar ou superar, em parte, o mal-estar, evitando vomitar.

Ouvi de pescadoras: “te desse bem na pesca, acho que bebesse água de bateira[71]”; ouvi de outras: “talvez teu pai tenha sido pescador e tu não saiba, não mareasse!” Todos esses comentários foram acompanhados, é lógico, por risos e jocosidades, mas foram ditos, primeiramente, porque não enjoei em nenhuma viagem, e, segundo, porque não perceberam medo ou susto de minha parte. Lógico que, na primeira vez que embarquei, senti medo, mas para não as preocupar não deixei que percebessem.

[71] Expressão usada pra dizer que bebendo a água que fica na embarcação, chamada de bateira, a pessoa está tipo enfeitiçada pela pesca.

Nas viagens seguintes eu já estava mais acostumada, mas ainda assim as lagoas e a atividade da pesca provocam sempre um certo estado de alerta e demandam muito respeito, seja pela maré que quando está agitada faz o barco balançar demasiadamente, seja pela própria imprevisibilidade das condições meteorológicas, ou ainda, pela força das redes e dos peixes que demandam muito equilíbrio do corpo na embarcação. Um erro, mínimo que seja, pode provocar acidentes sérios e, embora não possa parecer, em ambas as lagoas presenciei ondas imensas que jogavam as embarcações para cima e para baixo como se fosse um barquinho de papel, além ventos de até 50km por hora.

Enfim, embarcar e viver a pesca é uma experiência de fato visceral, multissensorial (IARED; OLIVEIRA, 2017; PINK, 2009) e multiespécie (HARAWAY, 2016; TSING, 2015), e, como não poderia ser diferente, traz com ela muitos sentimentos, emoções e marcas que fazem gerar nas pescadoras um apego à vida na lagoa. Senti-me como as pescadoras se sentem e, então, pude compreender de dentro o que elas me diziam desde os primeiros contatos. Senti meu corpo mudar, mas também me senti livre, forte e corajosa e, ao mesmo tempo, impactada. O impacto se dava, primeiro, por estar contemplando tamanha beleza e força das lagoas e dos seres que ali habitam, bem como, as habilidades e competências das pescadoras na arte de pescar, e, segundo, por estar diante de redes cada vez mais vazias que revelavam uma escassez pesqueira gritante, pela poluição das águas onde as redes, ao invés de peixes, nos traziam lixo em muitas vezes e, também, pela vulnerabilidade a que as pescadoras estão expostas em suas embarcações e acampamentos, conforme já me referi em tópicos anteriores.

Mesmo diante de tantos desafios, elas sempre enfatizaram que a lagoa é perigosa, mas também é sagrada, traz o alimento e a paz. Estar na lagoa pescando traz desafios e, junto, paixão e liberdade. Quando pensaríamos que uma mulher pesca por estar em busca da liberdade? Capturam peixes e liberdade? Mas por que estão atrás disso, se, num primeiro olhar, parece ser a pesca algo tão sofrido, expondo os corpos às intempéries que as fazem envelhecer e adoecer rapidamente, com vento, chuva, sol, frio, ausência de peixes, normativas excludentes e desatualizadas?

5.7. Ambiente lagunar: lugar sagrado, perigoso e de liberdade

Como vimos através do material etnográfico, quando pesquisamos com as pescadoras embarcadas, a relação com as águas lagunares ocupa também um lugar de destaque – existe uma forte corresponsividade com ela. A lagoa é a grande matriz da pesca e é vista, portanto, como um lugar sagrado e de liberdade pelas interlocutoras. Não foram raras as vezes em que disseram:

> A lagoa para mim é sagrada, é o que significa a minha vida porque é de onde vem o alimento, a vida, é o que me sustenta, é o meu trabalho. O que vem dela alimenta meus filhos. (Michele)
>
> A lagoa é o lugar que gosto de estar, tenho uma paixão pelo mar é coisa sagrada porque me dá paz, é fisioterapia pra mente (Betinha)
>
> A lagoa pra mim é coisa sagrada, fonte de vida e paixão. (Roselein)
>
> A pesca para mim é liberdade, me sinto livre, dona de mim, sem mando. (Márcia).

Como vimos no capítulo anterior, em muitas ocasiões da pesquisa as pescadoras estavam à “espera” do encontro com essa “entidade sagrada” que traz alimentos, mas muitas outras coisas. Mas o que, afinal, elas querem dizer com lagoa sagrada?

Malinowski (1984), em 1922, com base na experiência com os povos da Melanésia, ensinou-nos que devemos estar atentos/as aos imponderáveis da vida, aquilo que aparentemente não tem importância, mas que, na relação com os/as outros/as, eventos adquirem sentido e significação. Bateson (2006), sobre sensibilidade estética, diz que devemos desenvolvê-la quando investimos em compreender a relação entre as coisas e, não, as coisas simplesmente em si, e, para isso, devemos dar atenção para as formas, contornos, repetições, relações entre as partes que compõe o vivo. Chiesa (2017) reforça dizendo que é apenas na relação entre as coisas que poderemos, de fato, entender em que consiste tais coisas. Relação, comparação, correspondência e semelhança: bases de um pensamento mágico, analógico, surrealista e sistêmico. Bases de uma percepção sagrada do ambiente (CHIESA, 2017, p. 103).

Atenta aos ensinamentos, percebi que eram sentimentos e palavras que se repetiam com muita frequência, chamando a minha atenção. Penso que Bateson (2006) nos ajuda a pensar o sentido empregado quando nos diz que “sagrado”, é algo que está peculiarmente vinculado ao saudável e, com isso, traz a dimensão

integradora da experiência humana, é um modo de ser e estar que estabelece conexões e não divisões. Prestar atenção na definição de sagrado, ou seja, perceber a lagoa de uma maneira sagrada, significa estar atento/a às continuidades, à busca criativa por associações, às conexões, aos fluxos que percorrem, unificam e atravessam todo o ambiente.

Leiris (2017, p. 15) nos traz, também, elementos importantes para pensar essa categoria. Diz ele:

> O que é, para mim, o sagrado? Mais exatamente: em que consiste o meu sagrado? Quais são os objetos, os lugares, as circunstâncias que despertam em mim esse misto de temor e de apego, essa atitude ambígua determinada pela aproximação de algo ao mesmo tempo atraente e perigoso, prestigioso e rejeitado, esta mistura de respeito, de desejo e de terror que pode passar pelo sinal psicológico do sagrado?

Realmente, conexões entre vida e morte estão presentes quando se pensa a lagoa sagrada. Percebi, a todo instante no trabalho de campo, a ambiguidade da ideia de lagoas como sagradas e perigosas, lugar de pureza e de perigo (DOUGLAS, 2012), lugar de vida, mas também de morte. Muitas vezes, ouvi e presenciei a lagoa sendo perigosa e furiosa. Quando a maré muda, chega a ter ondas de até dois metros, momento que requer muita experiência náutica por parte de pescadoras e pescadores que se arriscam em embarcações antigas e vulneráveis.

No ano de 2021, na Lagoa Mirim, a irmã da pescadora Márcia se desequilibrou e caiu do barco, e quando foi encontrada já estava sem vida. Em 2022, na pesca do camarão na Lagoa dos Patos, próximo a Z-3, um pescador foi encontrado morto dentro da rede aviãozinho, era um pescador experiente, mas caiu e provavelmente enredou seu corpo nas redes. A literatura sobre pesca também traz muitas situações de risco e perigo que o mar e a pesca trazem para pescadores e pescadoras, bem como os seres humanos trazem para lagoa e o mar, através de ações predatórias e de contaminação (ADOMILLI, 2007; DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1988).

Segundo Douglas (2012), expor-se ao risco ou ter aversão ao risco, medos ou confianças compartilhadas são parte do diálogo sobre formas de organizar as relações sociais. Há muitas ambiguidades quando se pensa a lagoa, é sagrada para a pescadora que exerce a pesca simples, ou de pequena escala, pois a lagoa traz vida através do alimento e do prazer de estar nela. Já para a pesca de grande escala, é o lugar de “matar o peixe” (expressão êmica para dizer que se capturou o peixe) sem preocupação com a proteção e sustentabilidade, configurando uma pesca predatória

que acabam por esgotar os estoques pesqueiros trazendo a fome para o/a pescador/a artesanal.

A lagoa tem muitos significados, e os sentidos de vida e morte, sagrado e perigoso, ajudam-nos a pensar sobre as conexões existentes. Douglas (2012) afirma que pensar sobre “pureza” (sagrado) implica assimilar a poluição como experiência correlata e, em seguida, observar que nessa correlação há o “perigo” da continuidade das estruturas de um sistema social. Já pra Chiesa, os ambientes se tornariam sagrados quando passam a ser sentidos, vividos, lembrados ou imaginados, vejamos:

> Os próprios espaços ou ambientes cotidianos se tornariam sagrados no momento em que passassem a ser sentidos, vividos, lembrados e/ou imaginados como um emaranhado de relações ou de “fios vitais”. Nos termos de Leiris, trata-se da passagem de um “estado comum” a um “estado privilegiado, mais cristalino, mais singular” ou, ainda, na transformação de um olhar “profano” para uma percepção “sagrada” da vida cotidiana. (CHIESA, 2017, p. 103).

Da mesma forma, as narrativas das pescadoras nos conduzem à ideia de que as lagoas possuem outros significados que extrapolam a noção de sagrada, por ser fonte de alimento, vida e trabalho. As interlocutoras nos mostram que a lagoa, nesse estado privilegiado, abraça a mulher pescadora que captura, em suas águas, muito além de peixes, ela busca e encontra a paz, a “fisioterapia da mente”, a paixão, o amor e, sobretudo, a liberdade.

5.7.1. Na lagoa se capturam peixes e liberdade

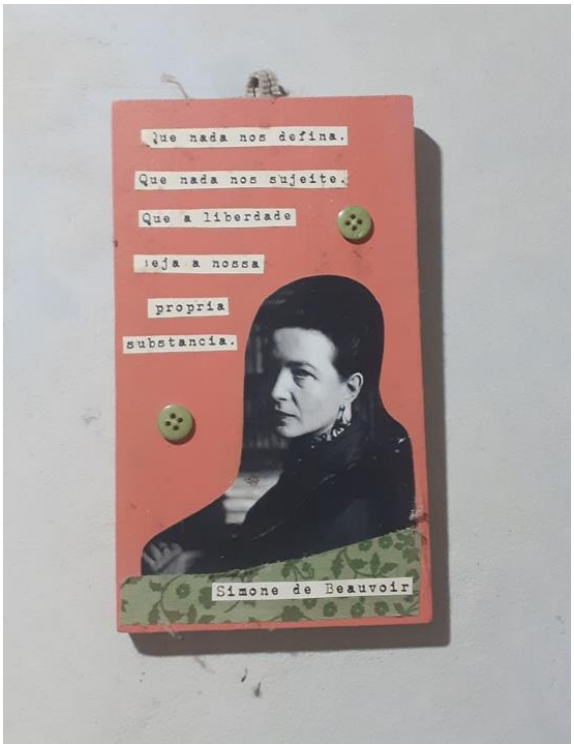


Figura 81 - Quadro com a foto e frase de Simone de Beauvoir. Foto da pesquisadora.

Esse pequeno quadrinho com a foto e a frase “que nada nos defina, que nada nos sujeite, que a liberdade seja a nossa própria substância”, de Simone de Beauvoir, considerada uma das maiores teóricas do feminismo moderno, eu encontrei pendurado na parede do quarto da pescadora Márcia, na Z-3. Logo que notei o quadrinho, perguntei para Márcia se ela sabia quem era a mulher da foto e autora da frase. Márcia disse que não sabia quem era, ganhou o quadrinho de presente de uma pesquisadora na época em que participou do MST – Movimento dos Sem Terra, por volta dos anos 2000 na Z-3 e, por ter se identificado com a frase, pendurou na parede de seu quarto.

Expliquei para Márcia quem era Simone de Beauvoir, momento em que sorrindo para mim disse: “tu vê, jamais imaginei quem era essa mulher, mas o que ela disse é o que eu sinto”. Ao longo da pesquisa, aproximando-me, cada vez mais, de Márcia, passei a compreender os múltiplos significados daquele pequeno quadrinho estar ali, representado como um mantra que repetimos diariamente para que jamais saia de dentro de nós. E de fato, Márcia sempre falou na tal liberdade, toda vez que conversávamos sobre estar na pesca há tantos anos enfrentando dificuldades e

desafios, ela situava na liberdade seu motor de existência na pesca. E não foi somente ela, depois desse episódio fiquei atenta cada vez que essa palavra era dita. Segundo as pescadoras:

> Eu adoro pescar, aprendi e ensinei. Eu me sinto livre na pesca, é uma sensação muito boa, vou pra lagoa e me sinto livre de tudo, sabe. É muito bom e é difícil também, a gente tem que enfrentar chuva, vento, temporal, sol e preconceito, porque nos dias de hoje ainda tem muito preconceito pelo fato de eu ser mulher e solteira, a maioria das pessoas não aceitam, mas eu não dou bola, sou livre, ninguém me manda. (Márcia).
>
> Eu gosto muito de pescar, quando vou pra lagoa me sinto outra pessoa, nem sei explicar bem, me sinto livre e empoderada. (Michele).

Tudo isso me provocava a questionar: quando pensaríamos que uma mulher pesca por estar em busca da liberdade? Capturam peixes e liberdade?[72] Que sentimento é esse? Como encontram liberdade, se num primeiro olhar parece ser a pesca algo tão sofrido para uma mulher, expondo seus corpos às intempéries e ainda vivendo e sobrevivendo com conflitos, preconceitos, não reconhecimentos, violências e exclusões?

Realizando uma busca pelo conceito de liberdade entre as pensadoras feministas do século XIX e XX, encontrei uma série de pistas que me auxiliaram para compreender o real sentido de liberdade, quando se deixa a terra e se embarca para a lagoa. O conceito de liberdade, longe de ser algo desprovido de sentido, ou encarado de forma banal, sempre esteve em pauta quando o assunto é mulher e sociedade, vejamos o que as mestras feministas nos ensinam:

- Liberdade = caráter emancipatório – rompimento das tradições (Wendy Brown, cientista política norte americana)
- Liberdade = poder começar – cada um é em si um novo começo (Hanna Arendt, filósofa alemã)
- Liberdade = fuga da opressão – liberdade política e moral (Simone Beauvoir, filósofa e ativista política francesa)
- Liberdade = educação e libertação (Angela Davis, professora e filósofa socialista estadunidense)

[72] Rose Gerber (2015), que pesquisou com pescadoras embarcadas em Santa Catarina (2015) deparou-se com narrativas muito próximas sobre o sentimento de estar no mar. Suas interlocutoras traduziram como vício, fuga e terapia a relação que estabelecem com a atividade de estar embarcada.



Figura 82 - Márcia na embarcação na pesca do camarão no estuário da Lagoa dos Patos. Foto da pesquisadora.

Ao olhar para essa imagem (Figura 82), tenho certeza que as expoentes do feminismo do século XIX e XX reconheceriam suas teorias em cada *pixel* da foto. Caráter emancipatório, rompimento com as tradições, poder começar, fuga da opressão, educação e libertação, e, eu acrescentaria, a paz, a conquista e a realização, são palavras que estão contidas na vida embarcada das pescadoras. Com as feministas e com as pescadoras compreendi que a pesca vista como liberdade, traz em si as noções de ser livre, no sentido de não estar sob o jugo da dominação e lutando constantemente contra tudo que as oprime e as exclua.

Mesmo pescando com maridos ou pais, ou seja, com figuras masculinas que representam o poder e a hierarquia imposta pelo social e pela cultura, elas igualmente se sentem livres. Estar nas águas e não em terra parece traduzir essa liberdade, uma vez que a terra passa a significar o lugar da opressão – a casa é lugar das dominações, lugar das tarefas determinadas para a mulher, e a lagoa passa a ser sentida e significada como o um lugar que para se estar é preciso romper, transgredir,

lutar, insistir, ir contra as regras e padrões instituídos – subverter a ordem do patriarcado.

Nesse sentido, estar na lagoa à espera do peixe e das condições ambientais favoráveis para pescar, parece permitir à pescadora incorporar, pela aprendizagem experiencial, ou seja, pela vivência perceptiva e sensorial com o ambiente, uma concepção de tempo e de espaço que possa possivelmente desconstruir certos elementos socialmente naturalizados. Navegar nas águas, lançar redes e esperar o peixe instigam à reflexão ativa e dinâmica de um encontro entre elas, suas ideias, seus sentidos e o mundo que as cerca.

Percebi, com elas, que as noções de lagoa sagrada, perigosa e que enseja liberdade, traduzem, portanto, a conexão de um corpo feminino que, ao se engajar no ambiente extrai dele muitos sentidos e experiências que vão reverberar para além da atividade, em si, de pescar. Betinha destaca esse sentimento quando diz: “gostaria mesmo era de ter uma casa no mar, lá me sinto bem, prefiro estar lá do que aqui [terra], porque lá eu penso melhor”.

Nosso modo de habitar esse planeta não está separado do nosso modo de conhecê-lo e, assim, a pescadora, ao entrar em sintonia com a lagoa, (re)liga diferentes dimensões e reconhece, através do (des)locamento, que a terra é um lugar do qual necessita se afastar para poder refletir sobre os efeitos e consequências de estar nela.

Contudo, as pescadoras do Rio Grande do Sul já compreenderam que ficar na lagoa não basta, é preciso, em alguns momentos, desembarcar e lutar, com a união das forças de companheiras e companheiros de uma categoria, contra o poder hegemônico que se instala há décadas na pesca brasileira. Os conflitos que assolam a pesca e as lagoas Mirim e dos Patos são muitos, para enfrentá-los e combatê-los algumas interlocutoras desta pesquisa, no âmbito de uma Educação Ambiental que preza pela troca e horizontalidade de saberes e conhecimentos, foram à luta, passando a integrar as arenas de gestão do setor pesqueiro gaúcho. Essa é a única forma delas, das novas gerações e da pesca artesanal lagunar continuarem existindo e (re)existindo. É sobre esse cenário de conflitos e de educação contra-hegemônica que o capítulo seguinte vem tratar.

6. CAPÍTULO V - CONHECIMENTOS COMO (RE)EXISTÊNCIAS: DOS CONFLITOS SOCIAMBIENTAIS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTRA-HEGEMÔNICA

Nos capítulos anteriores, comprometida com as epistemes feministas decolonial e ecológicas, busquei apresentar como as interlocutoras desta pesquisa fazem a pesca cotidianamente, atentando para seus processos educativos que, como vimos, se dão constantemente na articulação entre a tradição de um modo de vida da/na pesca artesanal e as mudanças advindas da modernidade capitalista, dicotômica, patriarcal e, portanto, exploratória e excludente. Nessa articulação, os conflitos socioambientais surgem atingindo a existência das pescadoras, bem como de suas comunidades locais e da pesca como um todo, revelando assimetrias a partir de relações hegemônicas de poder. No caso especifico das pescadoras, somam-se, ainda, as hegemonias de gênero expressadas através de preconceitos, do não reconhecimento e das exclusões como agravantes do exercício de suas práticas, conhecimentos e existências.

Neste capítulo, abordo as problemáticas sociais e ambientais que atravessam e desafiam as pescadoras desde o momento em que decidem tornarem-se o que são e, sobretudo, as formas, estratégias e práticas educativas, e políticas de resistência e empoderamento para assegurarem sua identidade, suas vidas e, consequentemente, a vida da pesca para as novas gerações frente aos conflitos e assimetrias socioambientais experienciadas.

Teóricas feministas do norte e sul global, interessadas em pensar a situação das mulheres no mundo numa perspectiva decolonial e interseccional, ou seja, que articulam as categorias como gênero, raça, classe, trabalho e geração nos ajudam a pensar e a olhar, a partir das novas lentes descolonizantes e despatriarcalizantes, que os conhecimentos que geram habilidades de resistência advêm do conflito próprio de uma era denominada de “antropoceno”[73]/”capitaloceno” (HARAWAY, 2016) ou de

[73] **Antropoceno** - Do grego anthropos, que **significa** humano, e kainos, que **significa** novo — é um termo usado por alguns cientistas para descrever o período mais recente na história do Planeta Terra. Ainda não há data de início precisa e oficialmente apontada, mas muitos consideram que começa no final do Século XVIII, quando as atividades humanas começaram a ter um impacto global significativo no clima da Terra e no funcionamento dos seus ecossistema. O biólogo Eugene F. Stoermer originalmente cunhou o termo, mas foi o químico vencedor do Prêmio Nobel Paul Crutzen que independentemente o reinventou e popularizou.
Capitaloceno -Segundo Donna Haraway Andreas Malm propôs o termo Capitaloceno em um seminário em Lund, na Suécia, em 2009.

“antropo-cego”[74] (LA CADENA, 2018). O prefixo “antropo”, nos conceitos trazidos pelas autoras, referem-se a ações antrópicas e androcêntricas, cujas racionalidades têm trazido transformações devastadoras à vida planetária, marcando uma era de exploração sem precedentes da natureza, das mulheres e de demais grupos subalternos, oprimidos pela hegemonia do poder.

Marisol de La Cadena (2018), conceituando uma política radicalmente diferente como natureza incomum[75] no antropo-cego, nos diz que o conflito é ontológico, pois já no seu princípio há um dissenso que não encontra resolução dentro da lei, uma vez que excede seu domínio. Um conflito entre mundos, no mesmo mundo, que engloba assimetricamente ontologias dualistas x ontologias relacionais. Por ser assimétrico e, estando a perspectiva moderna dualista como hegemônica, a autora define nossa era de “antropo-cego”, uma era onde há a erradicação do desobediente para se adaptar ao humano moderno – aquele que divide, dualiza e conquista. Para a autora, o “cego” não trata de não ver, mas antes, trata de uma guerra silenciosa travada contra entidades e práticas mundiais que ignoram a separação de entidades em natureza e cultura, entre corpos e mentes, entre sujeitos e objetos.

Quando nos aproximamos, olhamos e conhecemos o sistema de pesca artesanal lagunar percebemos que relações profundas se estabelecem entre pessoas, coisas e meio ambiente. Percebemos, através do material etnográfico trazido nesta tese, que resta evidente a relação sistêmica, multiespécie e multissensorial daquelas e daqueles que trabalham, vivem e dependem da relação estabelecida com as águas, ventos, seres não humanos, marés, luas e demais eventos e sensações que esses ambientes oferecem e demandam. Pescadoras e pescadores, portanto, aprendem na experiência diária e na educação atencional a desenvolver um conhecimento com o meio em que vivem, estando nele. O espaço lagunar, os eventos naturais e os seres não humanos não estão nem acima, nem abaixo, mas junto/com pescadoras e pescadores, fazendo tornarem-se o que são, numa relação sistêmica permanente. Natureza e cultura são, portanto, inseparáveis, e essa compreensão não dicotômica

[74] **Antropo-cego** - Marisol de La Cadena traz o termo antropo-cego para se referir a era em que uma guerra silenciosa foi travada contra entidades e práticas mundiais que igniram a separação de entidades em natureza e cultura.

[75] Natureza incomum para a autora se refere a modo de vida distintos que por sua vez abriga o dissenso histórico: não entendem do mesmo modo mesma coisa (disputa epistêmica) e o equívoco: disputa entre mundos (disputa ontológica) (LA CADENA, 2018).

que entende a natureza para muito além de apenas um recurso, acaba por fazer dessas pessoas seres desobedientes na era moderna, conforme La Cadena refere.

Longe de cair num romantismo ambientalista – considerando que a Antropologia Social, a partir da análise de variadas sociedades pré e pós industriais ou capitalistas, já tenha gerado contribuições robustas sobre o fato de que a degradação ambiental se afiguraria como um comportamento cultural universal (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 328), o que pretendo destacar com a desobediência à episteme moderna por parte das pescadoras com quem tive contato nesta pesquisa, refere-se, sobretudo, à forma como percebem, sentem e interagem com a ambiência da pesca nas lagoas Mirim e dos Patos em contraposição com a lógica moderna de expansão industrial sobre o ecossistema marítimo e costeiro geradora de impactos socioambientais vivenciados por quem habita esses espaços.

Quando me deparei com narrativas de “lagoa sagrada”, de pesca como “fisioterapia da mente” e de que “o camarão é que nos diz onde pescar”, isso rebateu em mim, seguindo ainda os termos de Marisol de La Cadena, de que “não é apenas isso”. Não é apenas amor e gratidão pela lagoa que lhes dá alimento ou sobre os mitos da vida na pesca. Quando as pescadoras revelam esses sentimentos e conhecimentos, estão nos dizendo, ao mesmo tempo, que ontologias planas (ESCOBAR, 2010) ou relacionais (LA CADENA, 2018) estão sendo expostas. As pescadoras são <u>desobedientes</u> porque se colocam em pé de igualdade, simetricamente, em relação com seu meio/sua natureza, em oposição a uma episteme moderna dualista que percebe a natureza, e também as mulheres (FEDERICI, 2019; TSING,2015), como recurso que deve ser explorado na busca do progresso e da reprodução sem limites.

6.1. Colonialidade de poder e de gênero como gênese das pedagogias decoloniais contra-hegemônicas

Somado à desobediência da dicotomia moderna natureza x cultura, no caso específico das pescadoras que atuam desde a etapa da captura do pescado de forma embarcada, ao recusarem desembarcar e decidirem seguir profissionalmente na atividade considerada social e politicamente como majoritariamente masculina, elas rompem, também, com outro advento moderno que é a divisão sexual do trabalho e,

passam então, a ocupar o lugar de duplamente desobedientes. Assim, as pescadoras embarcadas como seres desobedientes, acabam por se tornar alvo, ao mesmo tempo, da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008), e, como consequência, seus conhecimentos, seus corpos, suas práticas, suas vozes, seus direitos e dilemas são invisibilizados e desconsiderados por uma política, economia e gestão centradas em relações de poder hegemônicas e androcêntricas.

A colonialidade do poder é um conceito originalmente desenvolvido por Anibal Quijano, em 1989, e tem como função ampliar as lentes de análise das situações de nosso sistema-mundo capitalista/moderno/colonial. O conceito exprime a constatação de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo, pois há uma continuidade das formas coloniais de dominação. Ballestrin (2013), apoiada em Ramón Grosfoguel, diz-nos que o conceito possui uma dupla pretensão, vejamos:

> Por um lado, denuncia "a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial" (Grosfoguel, 2008, p.126). Por outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade (BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Ao atualizar e contemporizar processos, percebemos que a colonialidade acaba sendo o lado obscuro e necessário da modernidade, é a sua parte indissociavelmente constitutiva (MIGNOLO, 2003, p. 30 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 100), pois, segundo Mignolo, desencadeia múltiplos controles (economia, autoridade, natureza, recursos naturais, gênero, sexualidade, subjetividade e conhecimento), reproduzindo-se, assim, em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser.

A colonialidade do poder se expressa no domínio político, territorial e no controle das matérias primas. Faz deste modo "a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial" (QUIJANO, 2005, p. 117). Já, a colonialidade do saber, por sua vez, está relacionada à questão epistemológica, que é a produção do conhecimento elaborado pelas ciências. É a apropriação cultural ou ocultação de determinada cultura para a imposição de um conhecimento universalizante, neste caso, o conhecimento ocidental que, ao mesmo tempos inferioriza tudo o que é proveniente dos saberes, conhecimentos, filosofias e pensamentos não-europeus. A colonialidade do ser, por sua vez, foi um conceito desenvolvido por Mignolo para tratar

sobre a experiência vivida dentro da colonização, onde o colonialismo impacta não somente o imaginário, mas a própria experiência e existência.

A partir desta última categoria, “colonialidade do ser”, Maria Lugones começa a refletir sobre o que denomina de “colonialidade de gênero”, ampliando as formas de colonialidade até então consideradas apenas do poder, do saber e do ser. Segundo Lugones (2014), antes da chegada dos colonizadores nas Américas havia outras posições de gênero que não estas hierarquizadas e dicotômicas inventadas pelos colonizadores, os quais impuseram gêneros binários, pelos quais os homens assumem o modelo patriarcal destruindo estruturas tribais que vivenciavam outros modelos, como um sistema coletivo de complementaridade de atividades, conforme as pescadoras desta pesquisa nos apontaram em tempos de outrora.

Lugones (2008) também afirma que o sistema colonial de gênero é marcado pela combinação entre raça, gênero, sexualidade e classe, e essa combinação é o que considera a ocorrência da interseccionalidade. Para trabalhar esse conceito a autora buscou as teorizações de Crenshaw (2002), que argumenta que categorias de opressões combinadas afetam consideravelmente a vidas das pessoas e, olhar para a interseccionalidade entre elas nos permite, pelo campo da experiência, desvelar as discriminações e opressões.

Assim, com essa compreensão interseccionalizada, Lugones evidencia que a colonialidade de gênero no sistema moderno colonial representa uma ferramenta especifica para se entender o espaço latino-americano. E de fato é. Nas comunidades dependentes da pesca brasileira, sobretudo com a industrialização e com a gestão pesqueira centrada no Estado, as mulheres têm se tornado amplamente marginalizadas, ou invisíveis. Isso se dá através de preconceitos, não reconhecimento, baixos salários, trabalhos não pagos e pouca influência nas arenas de decisão e gestão dos recursos. Contudo, como nos disse Haraway (2016), os conhecimentos que geram habilidades de resistência advêm dos próprios conflitos, e com as pescadoras, aprendi que também no universo pesqueiro, a partir das assimetrias explícitas, surgem as pedagogias decoloniais contra-hegemônicas de resistência.

> A gente que tá na lida da pesca tem que lidar com a falta do peixe que o grandão lá arrastou tudo, temos ainda que lidar com o veneno que os granjeiros aí botam na lagoa e o lixo que não é pouco. Se não fosse só isso ainda tenho que lidar com muito preconceito e mais, não consideram a mulher como pescadora. É um desaforo isso, tá tudo muito errado, se tu for buscar um direito, uma doença que precisa

> tratar, ninguém acredita que tu é pescadora, mesmo tendo tudo pra provar que eu vivo dentro de um barco pescando. Eu também nunca sou chamada pra nenhuma reunião, quem decide sobre a pesca é quem nunca entrou dentro de um barco. Tá tudo muito errado, é muito injusto e como vai ser no futuro? Por isso precisamos lutar, senão não vai mais existir a pesca, nem pescadora, nem pescador, quem vai querer seguir nesta profissão, que jovens vão querer? (Márcia Souza).

Márcia nos apresenta, na narrativa acima, os conflitos e impactos socioambientais que enfrenta diariamente desde que decidiu tornar a atividade da pesca a sua profissão. A literatura tem denunciado que os desafios são imensos por parte daquelas e daqueles que vivem em áreas de pesca e dependem de seus recursos naturais e, juntamente, precisam lidar com um contexto de injunções de mudança que carregam o risco de exclusão social e existencial (ADOMILLI, 2012).

Contudo, quando Márcia nos traz a inquietação sobre como será no futuro, sabemos, também, que pescadoras e pescadores não estão inertes nesse processo. Elas e eles desenvolvem capacidades de conhecimento em que adotam estratégias de sobrevivência e luta contra o poder hegemônico, procurando manter sua herança cultural frente aos riscos de ruptura definitiva em relação à continuidade de seus sistemas sociais e simbólicos. Conforme veremos na sequência deste capítulo, frente aos conflitos experienciados, pescadoras se unem e se articulam num movimento coletivo e político pedagógico com pescadores artesanais e armadores da pesca industrial do estado do Rio Grande do Sul, com fins de defender a pesca a partir de seus conhecimentos e relações com o ambiente marinho e a vida. No sentido de estratégias de resistência, Adomilli nos diz:

> Temos, portanto, indícios de existência de um processo aberto e dinâmico, nos qual as ressignificações fazem parte de novos arranjos entre a continuidade e descontinuidade dos sistemas sociais e simbólicos, equilibrando-se numa linha tênue entre a duração e o risco de desaparecimento. (ADOMILLI, 2012, s/p).

Seguindo esse processo aberto e dinâmico que os/as autores/as apresentados acima nos trazem, para Lopes (2006), a partir da década de 70, configurou-se internacionalmente (inclusive no Brasil) uma nova questão pública, com diferentes dimensões, mas que têm como centralidade a questão da preservação ambiental. O autor chamou esse novo movimento de “ambientalização dos conflitos sociais”, processo pelo qual o Brasil está passando, de construção de novos fenômenos sociais e novas percepções desses fenômenos em decorrência da interiorização das questões relativas ao meio ambiente. Para o autor, esse novo fenômeno implica

simultaneamente em transformações no Estado e no comportamento das pessoas, bem como é uma fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos sociais.

Nesse mesmo sentido, Acselrad (2004) analisa o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, e elabora a noção de conflitos ambientais como aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando, pelo menos, um dos grupos tem ameaçada a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, por impactos indesejáveis transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (*Ibid*., 2004, p. 212).

E, como não poderia ser diferente, considerando que vivemos em sociedade, os conflitos ambientais carregam consigo aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, e, assim, passamos a chamá-los de conflitos socioambientais. Para Little (2001), os conflitos socioambientais estão relacionados com a dimensão da ecologia política, na qual baseia suas análises na interação desses outros aspectos. O autor define os conflitos socioambientais como:

> (...) disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos (LITTLE, 2001, p. 107).

A análise dos conflitos socioambientais a partir da abordagem da ecologia política nos permite pensar, então, a questão ambiental como uma questão complexa, uma vez que, essa abordagem, lida simultaneamente com as dimensões social e biofísica, e não, simplesmente, com o ambiental ou o social de forma dicotômica.

Entretanto, radicalizando a complexidade da questão ambiental, a narrativa de Márcia (p. 220 desta tese) vem a corroborar com o entendimento das feministas decoloniais e interseccionais, como María Lugones (2014), Rita Segato (2012), Audre Lord (2019), bell hooks (2019), Oyèrónké Oyěwùmí (2004) Françoise Vergès (2020), Lélia Gonzales (2020), Daniele Kergoat (2010), somado, ainda, ao das teóricas do Ecofeminismo como Vandana Shiva e Maria Mies (2004), e da Ecologia Política Feminista Lation-americana (OYARZÚN; ÁLVAREZ, 2019), entre tantas outras, as quais têm nos sinalizado, a partir das lentes do feminismo e das relações de gênero, como as mulheres, sobretudo as mulheres pobres, não brancas e latino-americanas,

são impactadas pelas disputas sociais, políticas, econômicas e ambientais de forma muito mais violenta que os homens de seus grupos identitários, demonstrando efeitos e respostas diferentes.

Segundo Vandana Shiva e Maria Mies (2004, p. 12), o modelo econômico e cultural ocidental se constitui e se mantém por meio da colonização das mulheres, dos povos estrangeiros, de suas terras e da natureza. A subordinação das mulheres aos homens e a exploração da natureza são duas faces da mesma moeda – sustentadas pela ilusão de poder viver à margem da natureza –, do exercício do poder patriarcal e da submissão da vida às exigências de acumulação de capital.

Ao assumir como proposta analisar conflitos socioambientais utilizando essas lentes, penso, junto com elas, que se trata de uma ampliação do debate, apontando questões latentes nem sempre consideradas nas análises de conflitos. Quando observamos as realidades das mulheres pescadoras, percebemos que os conflitos socioambientais que as afetam não são resultado apenas de uma forma de opressão a mais que elas sofrem, mas das estruturas deste mundo moderno/colonial e de suas formas de colonialidade, nas quais a subordinação das mulheres ao patriarcado aparece como central.

6.2. Do preconceito à ausência de reconhecimento e acesso a políticas públicas

No capítulo III percebemos que as comunidades, ao se reportarem ao trabalho das pescadoras como “ajuda”, ou que elas “trabalham igual aos homens”*,* estão sinalizando uma estrutura erguida pelo mundo colonial moderno patriarcal que sustenta a centralidade e valorização sobre a produção e, portanto, neste mundo, esta etapa é realizada pelo ser homem*,* o qual prevalece e dita as regras. Assim, mesmo antes de adjetivarem as atividades das pescadoras, os conflitos socioambientais se configuram desde o momento que as mulheres jovens decidem não desembarcar, e fazer da pesca a sua profissão. Como resposta a essa decisão, o primeiro conflito com que precisam lidar e enfrentar é o preconceito de gênero, o qual as perseguem por toda a vida e com consequências graves.

A pescadora Betinha me disse, em algum momento da pesquisa, que **“**a pesca é uma história”. Já entendemos que ela é uma história, pois é ensinada e praticada

entre gerações e atravessada por transformações e inovações, conforme já tratado nos capítulos anteriores. Entretanto, ao utilizar as ampliadoras lentes do feminismo, e ao me engajar de corpo, alma e vísceras no universo da pesca dessas mulheres, fui compreendendo, por dentro, que é mais do que isso, ou novamente evocando Marisol de La Cadena (2018), “não é apenas isso”. A pesca é uma história para a mulher pescadora diferente da do pescador. A pesca, enquanto processo de aprendizagem permanente e incessante de se tornar, de vir a ser e de se produzir pescadora, inclui em seus capítulos o preconceito, o não reconhecimento e a exclusão.

Desde as primeiras conversas que tive com as pescadoras, a palavra preconceito surgia constantemente em suas falas. Dita sempre com muito pesar e revolta, elas deixavam evidente, para mim, que não aceitavam o fato de que, por romperem com a lógica de divisão sexual do trabalho instituído na pesca, fossem punidas e desrespeitadas ao longo da vida na atividade. Sobre isso, Betinha disse*:*

> Eu acordava mais cedo do que todo mundo, tipo quatro horas da manhã, porque se o pai me via acordada não tinha como não me levar para o mar, eu sempre gostei de pescar, mas tu acredita que me chamavam de Maria-João no colégio, mas nunca dei bola. Imagina gurias no mar no meio dos homens? Era muito preconceito e deboche, mas mesmo assim eu fui ser pescadora e sou muito feliz. E a coisa não para, até hoje quando os homens olham e veem que é mulher eles dão um jeito de gozar da gente, mas nem tô, pesco sem nenhuma diferença da pesca deles, tanto é que sou pescadora. Mas a coisa é muito séria, tu sabia que meu sonho era pescar na pesca industrial, mas nunca vão deixar, quando falo isso meu marido ri, porque jamais vão admitir um a mulher no meio de homens que não são da família (Betinha).

Betinha, aos 14 anos, mesmo não mais precisando ir para o barco diariamente com o pai e a mãe, decidiu que a pesca seria sua profissão, momento em que sai de uma participação periférica legitimada (ajudando os pais) e adentra numa participação plena (profissão) (LAVE, 2015) de viver da pesca, provendo seu sustento e sua vida. Como podemos ver na narrativa, ela acordava mais cedo para que o pai não a deixasse em casa, começou a ser chamada pelos colegas da escola de “Maria-João”*,* expressão que significa “mulher-homem” ou “mulher-macho”. Para uma adolescente, não deve ter sido fácil encarar essa adjetivação, mas, mesmo assim, Betinha nos diz que pulou a onda do preconceito e se tornou pescadora. Já na pesca industrial (pesca no oceano e em barcos grandes), ela não conseguiu romper com a onda sexista, essa onda é bem maior que a da pesca artesanal, recebendo como resposta do marido pescador um riso debochado, quando exprimia sua vontade de participar da atividade.

Betinha nos diz que, percebidas como ameaça ao modelo patriarcal instituído pela lógica dominante (homem na lagoa, mulher em terra), as pescadoras embarcadas precisam se adiantar na atividade, pular, saltar para o barco, ensurdecer para as vozes preconceituosas que vêm de fora, como única forma de acessarem e se manterem na atividade. E essa atitude ultrapassa o corpo das pescadoras. O feminismo interseccional nos chama sempre a atenção para a necessidade de focarmos para os aspectos materiais da história das mulheres, deslocando-nos do campo da representação, para o da ação – como elas fazem se torna central nessa análise (CISNE, 2004). E, ao fazerem a pesca, foram me ensinado que o sistema gênero x pesca embarcada é tão violento que o preconceito se estende, inclusive, para corpos das não pescadoras – o meu corpo, no processo de pesquisar/pescar, também foi alvo da opressão.

O fato de eu ser uma pesquisadora não foi o suficiente para bloquear os efeitos estruturantes da lógica patriarcal nas comunidades em que estive. Desde os primeiros instantes em campo, sentia que era alvo de certo preconceito de homens e mulheres, e também, de certo receio de pescadores ao acharem que eu poderia "contaminar" as mentes das pescadoras com valores "modernos". Duas situações deixaram isso bem evidentes. A primeira delas foi quando Betinha quis me apresentar uma pescadora da captura, mas fomos impossibilitas pelo marido da mesma. Do portão da casa, ele proferiu a negativa, não autorizando que, sequer, nos aproximássemos da porta da frente para conhecermos a pescadora. Betinha, nessa oportunidade, disse-me que alguns pescadores são muito machistas e têm medo que suas esposas falem com mulheres de fora. Percebi que era preciso aprender a lidar com mais esse desafio em campo.

A segunda experiência foi extremamente marcante e se deu com a pescadora Marcia no ano de 2019, quando nos preparávamos, ainda em terra, para a pesca embarcada. Márcia, desde o primeiro encontro comigo, relatava o problema do preconceito em suas falas e trazia, também, um elemento novo – o preconceito das mulheres, vejamos:

> Complicado ser mulher pescadora, sofro muito preconceito, mas por incrível que pareça ele vem das mulheres também. Elas não aceitam que eu trabalhe na lagoa onde os maridos delas estão e elas não. Não é fácil, falam de mim, me ofendem, outros dizem que sou louca porque fico pescando sozinha na lagoa, mas o que tem isso a ver, eu só quero é pescar. Não tem cabimento eu mulher sofrer preconceito das mulheres, a gente devia se unir e não se separar. (Márcia).

Nessa oportunidade, no ano de 2019, pude ver, na prática, o que Márcia relatava, e passei a perceber que estava sendo alvo, também, do mesmo preconceito que ela sofria – eu sou mulher e iria para a pesca. Enquanto eu e Márcia caminhávamos pela comunidade, percebi que muitas pessoas saíam das suas casas para nos observar. Nos lugares onde parávamos, todos e todas perguntavam quem eu era e por que estava ali. Esse tipo de situação é comum quando pesquisadores e pesquisadoras fazem trabalho de campo, etnógrafos e etnógrafas já estão acostumados/as em serem demasiadamente observados/as como “forasteiros/as” (WAGNER, 2010).

Entretanto, a situação não ficou somente em observar e conhecer a pesquisadora forasteira. Quando a noite chegou, uma jovem moça casada com um pescador foi até a casa de Márcia e começou a problematizar o fato da pescadora ser solteira e estar na lagoa pescando próximo a seu marido, inclusive, acusando-a com palavras agressivas. Márcia se defendeu negando a acusação absurda e devolvendo para a moça o seguinte argumento: “eu estou na lagoa para trabalhar, não tenho culpa que sou solteira”. Rapidamente, a moça mudou seu comportamento e introduziu um outro assunto. Nesse momento me dei conta que a visita poderia ter outra intenção: a de deixar bem evidente para mim que as mulheres da comunidade estavam cientes de que uma mulher estranha ao grupo estaria adentrando o espaço onde seus maridos e companheiros estavam, e elas não. Era uma espécie de controle que estava sendo explicitado ali, um controle que vinha da terra, mas que se estendia até as águas lagunares. Era exatamente sobre isso que Márcia relatava inúmeras vezes em nossas conversas.

Por isso, digo que entrei de corpo, alma e vísceras em campo. A experiência era de fato visceral e me fez pensar muito bem a respeito do lugar que eu estava ocupando no “entre-mundos” como nos diz Nascimento (2019), quando nos fala sobre o corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. A estrutura da sociedade patriarcal alicerça as ações e pensamentos de todo grupo social e nos atinge em cheio onde quer que estejamos, seja na pesca, na cidade ou no campo. Essa situação me fez pensar sobre a relação com as inúmeras dificuldades de embarcar com outras pescadoras, em contraposição com as facilidades de embarcar com Márcia. Lembrem que Márcia é solteira, possui os petrechos e embarcações, assim, é a única a decidir sobre levar ou não alguém para a pesca com ela. A mulher somente acessa, de fato, a liberdade quando rompe com os grilhões da opressão (dos

homens, da econonomia e das tradições), conforme as feministas dos séculos XIX e XX nos alertaram (vide capítulo IV).

Na estrutura hierárquica, não há ninguém acima de Márcia quando o assunto é pescar, considerando que é dona da embarcação e dos petrechos de pesca (meios de produção), e, assim, eu, mesmo sendo uma forasteira e mulher, pude embarcar, ainda que no barco ou no acampamento de pesca estivessem seus filhos homens. Quando questionei se teria algum problema com relação aos filhos e as esposas dos filhos, recebi como resposta: “sou livre Liza, não tenho mando, aqui quem manda sou eu, levo comigo quem eu quiser”.

Quando a situação não se configura dessa forma, ou seja, quando a pescadora não detém sozinha os meios de produção e divide a pesca com o marido, pais ou irmãos, uma negociação é necessária para que uma mulher estranha adentre a embarcação. Essa análise nos remete, novamente, ao fato da Betinha e todas as outras mulheres no Brasil não serem aceitas na pesca industrial, lugar em que os homens não são da família ou das relações próximas e, por esse motivo, nesse barco a mulher não entra, nem as solteiras e, tampouco, as pesquisadoras. Conforme as teóricas feministas já elucidaram, a mulher parece mesmo estar sempre representando um certo “perigo” e “descontrole” na ordem imposta pela sociedade patriarcal, a qual declara guerra e nos pune pelo simples fato de sermos mulheres (FEDERICI, 2019).

Entretanto, ainda que todas nós estejamos submetidas a essa ordem, estamos em diferentes graus e medidas, portanto, as inúmeras nuances da opressão do gênero só são possíveis de alcançar quando estamos imersas, compartilhando as experiências com outras mulheres que experenciam outras realidades. Nesse sentido, Clara Araújo (2000) faz a defesa da teoria feminista que utiliza o conceito de gênero como meio, e não como fim, para ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, nos diz ela:

> Nas análises pós-estruturalistas, sobretudo, a dimensão simbólica ganha centralidade, e a referência às práticas e relações materiais torna-se opaca. Gênero deixa de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculina e

> feminina. As práticas materiais e as intercessões com outras clivagens praticamente desaparecem e/ou são bastante secundarizadas. Gênero passa a descrever tudo e a explicar muito pouco, pois, como conceito, tendeu a ser autorreferido (ARAÚJO, 2000, p.69 *apud* CISNE, 2004, p. 100).

Assim, quando interseccionamos o gênero com classe, raça, geração e trabalho vamos compreendendo através das práticas materiais como a sociedade, grupo local e o Estado vêm tratando social, política e economicamente as mulheres pescadoras no que se refere ao reconhecimento, respeito e concessão de direitos. O preconceito que sofrem, desde a adolescência, em suas comunidades, por estarem na pesca de captura, se estende pelas vias de um Estado e de uma gestão que nega seu direito e existência, chegando ao ponto de muitas não se autorreconhecerem como pescadoras de fato.

6.3. Ausência na presença: reprodução social x reconhecimento político e social

> Mulher pesca sim! Estamos aqui há muito tempo no mar, desde a minha bisavó, mas a mulher tem que fazer de tudo, pescar e cuidar da casa e da família, deve ser por isso que ninguém nos enxerga. (Betinha).

Do preconceito e exclusão surgem os impactos. As legislações destinadas a regular as relações políticas e de produção pesqueira no Brasil tendem a reforçar a ideia de que pesca é “coisa de homem”, pois assumem como natural, no corpo da lei, os sentidos/significados masculinizantes culturalmente estabelecidos. Essa afirmação pode ser sustentada nas categorias ocupacionais relativas à pesca presentes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, bem como nas legislações sobre a pesca em nível federal (Lei nº 11.959/2009) e estadual (Lei 15.223/2018), e também, nas que versam sobre os direitos previdenciários, que utilizam a categoria masculina na representação identitária para a ocupação – Pescador Profissional.

Tal adjetivação pode parecer algo sem importância, porém, a ausência da palavra mulher, ou pescadora na construção das categorias profissionais, revela a invisibilidade e agrava a situação vivida pelas pescadoras, acarretando prejuízos concretos e econômicos para a vida das mulheres. Quando Betinha e todas as pescadoras precisam dizer que “mulher pesca sim!” estão enfatizando a existência desse apagamento. Beatriz Mendes (2020) nos traz elementos importantes para

entendermos esse apagamento das mulheres, enquanto trabalhadoras da pesca, nas legislações brasileiras. A autora esclarece que, somente a partir da década de 1990, as legislações começaram a fazer menção ao grupo familiar em seus respectivos textos[76] e que, apesar da ausência da palavra mulher, ou pescadora, assinala-se, nesse momento histórico, uma mudança do/a sujeito/a detentor/a de direitos na atividade pesqueira, pois as novas leis trazem os conceitos de grupo familiar e regime de economia familiar.

Com isso, ampliou- se a noção anterior de pesca, voltada primordialmente para a etapa da captura do pescado e exercida por homens, para um conceito de atividade pesqueira que abarque os trabalhos exercidos por todo o grupo familiar, e nas etapas anteriores e posteriores à captura. Esclarece também, a autora, que é um equívoco dizer que mulheres "não eram legalmente permitidas" a trabalharem na atividade pesqueira até 1988, data da promulgação da Constituição Federal, aparentando haver uma proibição legal para o exercício da atividade, quando, na verdade, o que ocorria era uma negligência por parte do legislador. Em vista disso, não há o que se falar sobre "abolição da proibição", em 1988, mas, sim, em previsão legal de uma hipótese que nunca tinha sido normatizada anteriormente (MENDES, 2020, p.38).

Assim, quando se fala em invisibilidade das mulheres pescadoras e trabalhadoras da pesca pelo Estado, Beatriz enfatiza que, longe de se tratar de um distanciamento dessas da atividade da pesca, o que se nota é que possuem sua importância histórica apagada tanto por pesquisadores/as e estudiosos/as da pesca artesanal que desconsideravam em suas análises a realidade material das práticas exercidas pelas mulheres, como pelos legisladores em considerarem essa realidade. Nesse sentido nos diz:

> Pesquisadores(as) como Fonseca *et al* (2016) registram a participação de mulheres na pesca desde o Brasil Colônia. Contudo, a partir da institucionalização da pesca foi possível observar uma invisibilidade no reconhecimento do trabalho exercido por mulheres na atividade pesqueira em geral, tanto na pesca, quanto nas etapas de pré-captura e pós-captura. Esta negligência se manifesta durante a história pesqueira de várias formas. Ora a legislação excluía expressamente mulheres, a partir de disposições envolvendo o recrutamento obrigatório de soldados para a Marinha, em caso de guerra, ora estabelecia a presença de sinais físicos como barba, nas cadernetas de inscrição, ou ainda tratava de maneira genérica os/as pescadores(as) artesanais. Sobretudo, em todos os casos se menosprezou a realidade material diferenciada ao se contrapor os trabalhos feitos por homens e mulheres, de forma a inviabilizar a

[76] A autora se refere as leis previdenciárias e lei sobre o seguro defeso.

> participação formal destas últimas na cadeia produtiva da pesca e, consequentemente, o resguardo de direitos delas (MENDES, 2020, p. 39).

Contudo, as pescadoras me mostraram ao longo da pesquisa que, embora tenha ocorrido o alargamento da noção de pesca e sobre os/as sujeitos/as da pesca, os impactos da invisibilização no reconhecimento do trabalho exercido por pescadoras embarcadas, em que pese exercerem a atividade de captura do pescado e terem todos os documentos comprobatórios e autorizadores da atividade, geram profundas perdas e prejuízos financeiros, de seguridade social e de acesso e participação política na tomada de decisões. Sobre isso, Viviane Machado, pescadora e representante da região sul no Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP), disse-me, quando lhe perguntei sobre os desafios de ser mulher pescadora:

> São muitos os desafios, o reconhecimento e os conflitos são estruturais, viemos de uma cultura machista onde a mulher pescadora não existe e não é aceita, pois os homens não admitem que as mulheres ocupam ou estejam no mesmo espaço que eles (no mar), muitos são até grosseiros, tentam nos intimidar passando com suas embarcações bem próxima as nossas, soltando piadas. Na verdade, o próprio governo também ajuda nessa discriminação pois mulher não pode, por exemplo, ser testemunha de mulher nas documentações, só os homens podem assinar (Viviane).

Viviane nos aponta para as questões estruturais em que o preconceito sofrido pela pescadora na lagoa se estende para a gestão e política pública, afinal, a (re) organização sociocultural e econômica, como já vimos nos capítulos anteriores (tradição x modernidade), trouxe uma mudança de racionalidade no mundo da pesca artesanal. Isso, segundo Beatriz Mendes (2020), relacionando-se, por um lado, à apropriação por parte do Estado das questões relativas à pesca artesanal, e, por outro, em decorrência da hegemonia do modelo econômico capitalista (lucro como central), segregou trabalhadores/as entre aqueles com disponibilidade de dedicação exclusiva para a força de trabalho e aquelas que, por diversas razões, não podem ter essa dedicação.

É o caso de algumas pescadoras interlocutoras, como vimos no Capítulo III e IV desta tese. Há uma série de fatos e acontecimentos que atravessam o dia a dia dessas mulheres, fazendo com que elas não estejam disponíveis para a captura durante vinte e quatro horas por dia, nem serem vistas em trapiches ou galpões; ou mesmo estando nesses lugares, como é o caso de algumas que permanecem acampadas na lagoa por muitos dias, para elas a casa e o barco formam um sistema

integrado interdependente. Cuidados com casa e com o barco, com a família e filhos/as, com as doenças de parentes e com o tempo dos/as filhos/as na escola, são apenas alguns fatores que compõem a jornada de trabalho doméstico não remunerado exercido no âmbito do lar ou no espaço do barco, e que atravessam a vida da pescadora embarcada e performam suas práticas. Diante disso, cristalizou-se a noção de que o trabalho desenvolvido por elas é considerado ajuda ou com importância secundária e, consequentemente, gerador de desconfiança por agentes da administração pública e de dependência da figura masculina. Sobre isso, Viviane e Márcia esclarecem:

> O regime de economia familiar, se tu for ver já é um conflito, pois nele diz que não somos obrigadas a estar no mar, isso já discrimina, pois através dele não temos direito a licença de pesca, nem talão de notas no nosso nome. O governo paga o seguro defeso mas tem que teu marido assinar para ti. (Viviane)

> A desconfiança é absurda. O médico me negou o atestado de incapacidade, porque sequer imagina o que eu faço, eles não sabem nada da pesca, não sabe o que fazemos, a força que preciso lidar na rede. Ele não acredita que faço o que eu faço, não quer nem saber, fui explicar e ele me cortou. Daí o que me resta é me entupir de remédio pra dor e ir pra pescaria (Márcia).

Essa falta de reconhecimento do trabalho e do papel das mulheres na pesca se expressa, obviamente, nas políticas públicas, cujo apagamento contribuiu para aumentar ainda mais a invisibilidade das pescadoras, uma vez que suas capturas, que têm papel fundamental na própria segurança alimentar das comunidades, não são contabilizadas, não figuram nas estatísticas e não são alvo de medidas de gestão, não engendrando, assim, políticas específicas.

Se não há dado, não há política, e a injustiça socioambiental se propaga no que diz respeito ao acesso aos seus direitos sociais, previdenciários, saúde, linhas de financiamento, entre outros elementos que dependam diretamente do reconhecimento do trabalho como pescadoras artesanais. Ainda que se tenha avançando muito nas últimas décadas, como já dito, há ainda muitos entraves e dificuldades para o reconhecimento pleno do papel das mulheres na pesca com políticas que as atendam de forma específica e garantam seu acesso pleno aos direitos sociais, em equidade com os homens. Michele e Márcia nos trazem mais informações importantes sobre os impactos da invisibilização:

> Ninguém acredita, mas o preconceito é enorme. Dizem que sou mulher de pescador, mas sempre corrijo, eu sou pescadora, e olha que isso traz tanto prejuízo. Uma vez fui pedir o PRONAF para adquirir

> embarcação, o cara não acreditava que eu era pescadora, quase tive que levar testemunha, os meus documentos não valiam para aquele funcionário, tive que pedir para a EMATER emitir uma carta de Aptidão dizendo que eu pescava na lagoa, é inacreditável, mas acontece com a gente. Agora pensa se para um homem vão pedir isso? (Michele)

> Nem conta em banco querem abrir pra gente se tu diz que é pescadora, empréstimo então é muito difícil, a nossa atividade de captura é reconhecida pela lei mas nós não somos. Muita dificuldade eu enfrento porque ninguém acredita que tem mulher com coragem de ficar na lagoa dias e dias pescando, mesmo tendo os documentos. É não em cima de não, é incrível, quando que vão duvidar se um homem pesca? Já com nós é essa briga (Márcia).

As narrativas das pescadoras são extremamente impactantes e revoltantes, sobretudo quando se referem ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar[77] para aquisição de embarcações e petrechos de pesca, ocasião em que os funcionários duvidam do exercício da profissão de Michele, a qual precisou acionar a EMATER para a expedição de uma Carta de Aptidão ao PRONAF, ou seja, precisou que a entidade certificasse que ela era pescadora, pelo absurdo fato de que os agentes do Estado não estavam acreditando na palavra e nos documentos emitidos pela Marinha do Brasil e pelo IBAMA. A invisibilidade e o não reconhecimento não param por aí, elas avançam para os órgãos representativos da classe, onde há pouca participação feminina nas arenas de gestão, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul que, segundo Viviane:

> Não há espaço para nós, nem nos órgãos representativos da classe. Quantas mulheres ocupam ou ocuparam uma Colônia de pesca? Quantas estão lá na organização dos Fóruns? Não há espaço nem reconhecimento, sendo que muitas de nós pescadoras somos muito mais capacitadas para estar à frente dessas instituições.

Como consequência às ausências e ao não reconhecimento, os saberes não são ouvidos, as vozes não têm vez e, assim, as especificidades dos conflitos e impactos das experiências de mulheres na pesca não são conhecidas e, logicamente, não são consideradas. Quando observamos o cotidiano das pescadoras das Lagoas Mirim e dos Patos e olhamos para a gestão pesqueira, resta explícita a violência epistêmica e a prática silenciadora. Até o final desta pesquisa, não consegui obter,

[77] Política pública que constituiu no financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

sequer pelas Colônias e Sindicatos, dados referentes a população de pescadoras nas comunidades pesquisadas.

O que essas entidades possuem são informações aproximadas do número de pescadores e pescadoras, bem como dos dados de produção. Há uma década não há política séria de monitoramento sobre a atividade pesqueira brasileira, conforme consta no Capítulo II, e, assim, ficamos sem saber quem são as pescadoras, quantas são, o que fazem, onde estão e quais os conflitos e impactos que vivenciam. A ausência desses dados gera a impossibilidade de pensar e efetivar políticas públicas, uma vez que não há política sem dado; essa realidade pode ser observada por todo o território brasileiro, perfazendo uma situação de total descaso do Governo Federal com a pesca brasileira e suas gentes.

6.4. Movimento das mulheres e a dimensão sagrada dos documentos

A literatura tem nos mostrado que somente com a articulação e organização das próprias mulheres ocupando lugares de fala e de poder na gestão pesqueira e nas arenas políticas, reivindicando a especificidade de ser mulher pescadora no Brasil, algumas conquistas foram alcançadas. Edna Alencar (2011) e Maria do Rosário Andrade Leitão (2008; 2013), são pesquisadoras pioneiras que nos contam e nos ajudam a compreender que, através da organização e da articulação das pescadoras nos movimentos sociais e na gestão pesqueira, as vozes das mulheres foram sendo escutadas e, assim, com muita luta, passaram a ser visibilizadas e reconhecidas através de políticas públicas, como por exemplo, a Lei da pesca 11.959/2009 que ampliou o conceito de pesca, incluindo outras atividades que perfazem a atividade pesqueira.

Alencar, Palheta e Souza (2015, p.48) nos dizem que o processo de empoderamento, em nível nacional, das pescadoras teve início com a articulação e uma ampla rede de apoio de discussão política por volta de 1990, que incluiu parcerias com pesquisadoras, pesquisadores, organizações da sociedade civil nacional e internacional, e instituições de representações dos/as pescadores/as, como o MONAPE – Movimento Nacional de Pescadores, a CPP – Comissão Pastoral da Pesca e o ICFS – Coletivo Internacional de Apoio aos trabalhadores da pesca. Mais tarde, com destaque aqui para a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), criada

em 2006 a partir da I Conferência de Pesca e Aquicultura[78], pescadoras em nível nacional têm atuado de forma incisiva tanto nas bases, em busca da emancipação das mulheres, quanto no âmbito da relação com o Estado, incidindo nas políticas públicas, como no caso da atenção à saúde das pescadoras.

Tais conferências nacionais das trabalhadoras da pesca[79], realizadas a partir de 2004, desenvolveram embriões de um movimento que colocou as mulheres como protagonistas das principais campanhas nacionais pela regularização dos territórios pesqueiros, reconhecimento da identidade de pescadora na cadeia da pesca, direitos dos pescadores e pescadoras em defesa das águas brasileiras e da soberania alimentar do pescado. Entretanto, as pesquisas também nos apontam que toda conquista há de ser sempre vigiada, que os direitos das mulheres sempre estão sendo ameaçados, conforme já vimos nos tópicos acima, e em pesquisas como as de Hellebrandt (2017), a qual nos traz o exemplo de luta das mulheres da Colônia Z-3 para reaver o direito ao seguro defeso. Para reagir às inúmeras tentativas de expropriação de direitos, a identidade de pescadora tem uma importância crucial no fazer-se pescadora.

Segundo Schavelzon (2010), os documentos possuem, em si, um significado "sagrado" e ao mesmo tempo "sacrificial". Sagrado porque, a partir deles, se materializa a identidade social, que é também política, no sentido atribuído por Rita Segato (1998), e as mulheres se constituem perante o Estado como pescadoras profissionais, em que se percebem como sujeitos de direito e cidadãs brasileiras – são alguém na vida da pesca. Com os documentos, surge o orgulho de ser reconhecida pelo Estado como profissional da pesca, ainda que para isso uma série de sacrifícios incidam.

Por essa, razão os documentos, de acordo com Schavelzon (2010), carregam, em si, também um significado sacrificial*,* porque demandam uma série de sacrifícios para se obter e se manter essa identidade, que vão desde as burocracias e testes perante a marinha do Brasil, até os conflitos socioambientais experienciados por quem tem na pesca sua profissão. Assim, como expressão desse sentimento de se fazer e

[78] Encontro das trabalhadoras da pesca, dentro da I Conferência de Pesca, que era oficial, do Governo. "As mulheres organizadas nos estados se encontraram, e aí descobrimos que nossos problemas eram muito parecidos, até iguais." (**Articulação Nacional de Pescadoras -Brasil - Maio de 2010)**

[79] Espaços de discussões colocados como pauta nas propostas da esquerda que governou o Brasil por quatorzes, trazendo avanços no campo das políticas públicas e no diálogo com categorias invisibilizadas.

se constituir, elas aprendem a força política de uma identidade e, assim, todas, sem exceção, fazem questão de mostra os documentos oficiais nos momentos das entrevistas. “Queres ver meus documentos? Tenho tudo e guardo numa pastinha e levo comigo a bordo” (Betinha).



Figura 83 - Betinha em sua casa exibindo os documentos. Foto: Moizes Vasconcellos.



Figura 84 - Documentos de pesca de Betinha. Foto: Moizes Vasconcellos.

6.5. O processo político pedagógico: desembarcar para construção de uma Educação Ambiental contra hegemônica

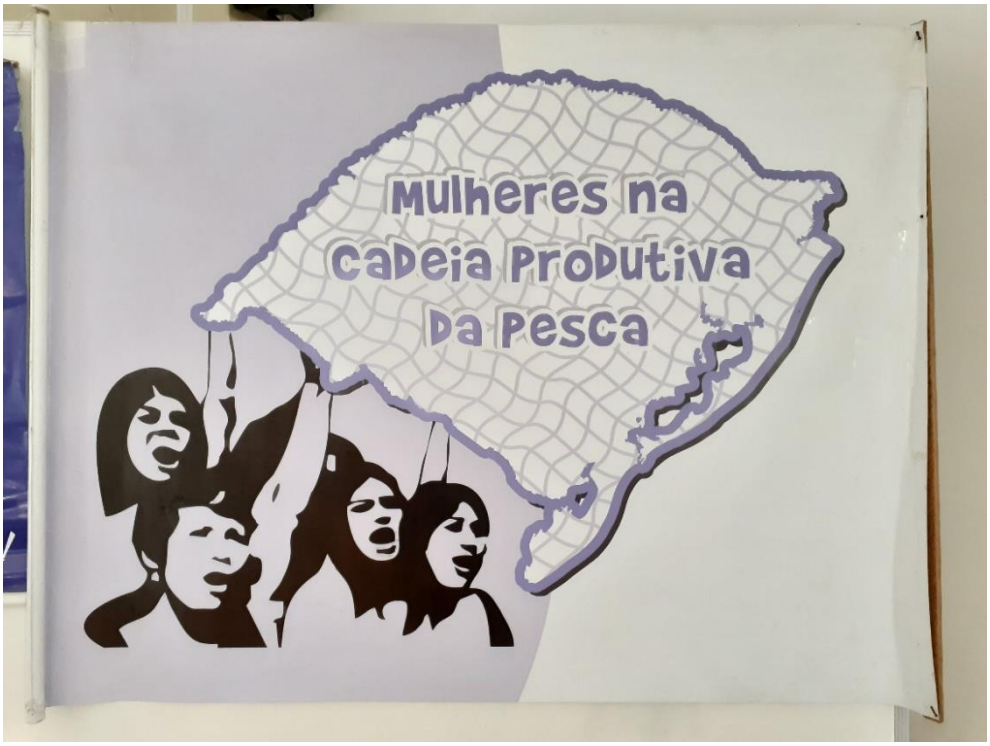


Figura 85 - Banner exposto nas reuniões do setor pesqueiro do RS. Foto da pesquisadora.

Da experiência educativa advinda desta pesquisa antropológica com as pescadoras, restou evidente que os conflitos socioambientais afetam de forma muito importante as mulheres pescadoras. Por um lado, como vimos, elas são mais vulneráveis e menos protegidas pelas políticas públicas, haja vista a grande invisibilidade de seu papel como trabalhadoras e a falta de acesso a direitos sociais e previdenciários. Por outro lado, a perda da qualidade ambiental, escassez dos estoques e a contaminação das águas são também elementos que afetam de forma mais intensa as mulheres, seja por elas realizarem a atividade extrativa como única fonte de renda, e por estarem diretamente em contato com as águas, intempéries e eventos naturais, seja pela construção de gênero que atribui (de forma desigual) os cuidados com a vida da comunidade às mulheres.

Os impactos dos conflitos sobre a vida das pescadoras foram capturados através do convívio com suas realidades a partir de seus distintos ambientes, mas um fator captura todas elas: a crise ambiental e econômica que atinge pescadoras e pescadores artesanais lagunares faz com que elas desembarquem forçosamente antes dos homens, sobre isso Betinha esclarece:

> Quando não dá peixe ou o óleo tá muito caro, ou quando o motor do barco estraga, o pai vai pescar de proeiro com uns pescadores daqui e eu aí não tenho como ir, é bem difícil pra mim porque adoro estar no mar, mas fazer o que, não dá não dá. Tem também outras coisas que acontecem aqui, tem crime ambiental com queimadas que mês passado fez as cobras virem para a água e daí não dava pra pescar porque elas entram no barco, tem também os leões marinhos que ficam ali na barra, tu viu eles ali? Pois é, sei que é importante, mas eles têm mais direitos que nós, o pescador não vale nada mesmo. Não podemos pescar ali porque precisamos preservar os leões, enquanto isso morremos de fome. Guria, e nós pequenos somos muito prejudicados pelo grande (pesca industrial). O grande acaba e destrói com tudo e o pequeno é que é vigiado. A pescaria que as vezes é trancada para nós como o Bagre, tem nos prejudicado muito, tu bota a rede e vem um monte de Bagre e não podemos, temos que devolver pro mar, quem faz as leis não sabe o que acontece no mar. Eu pesco desde os nove anos e nunca ninguém me perguntou nada, as reuniões na Colônia eu nem fico sabendo, e quando tem temos que ir para o Norte (São José do Norte) e nem sempre podemos, porque eu estou pescando ou as vezes não tenho dinheiro. Vou te dizer, é tudo difícil para nós e para nós mulheres, muito mais.

De fato, durante esses quatro anos de pesquisa muitas foram as situações que retiraram Betinha e outras pescadoras da pesca. Especificamente sobre Betinha, inúmeras foram as vezes que me ligou contando as problemáticas da pesca que insistiam em lhe “tirar do mar”. Sobre a reivindicação de direitos, a pescadora deixa

evidente que não encontra condições para lutar contra os conflitos que impactam a pesca e a si mesma, pois não consegue acessar as reuniões na Colônia de pescadores da Z-1, seja porque está pescando, ou porque demanda ter condições financeiras para o deslocamento até São José do Norte – cidade sede da Colônia.

Natália Azevedo (2021), ao tratar sobre os conflitos socioambientais e gênero na pesca, destaca que são as mulheres pescadoras as que se veem mais atingidas e, ao mesmo tempo, mais impelidas a reagir em defesa da vida. Essa reação, segundo a autora, não se dá porque as mulheres têm uma essência de cuidado, mas porque, ao longo da trajetória histórica de divisão sexual do trabalho no âmbito das suas comunidades, a relação com a natureza e com a vida ficou a cargo das mulheres. Traz o pensamento feminista latino-americano de autoras como Rita Segato e Julieta Paredes para dizer que “ao defender seus territórios, as mulheres defendem também seus corpos, ao mesmo tempo que lutam por uma mudança das relações de gênero dentro e fora do território” (PAREDES *apud* AZEVEDO, p. 179, 2021).

Entretanto, quando estamos diante da realidade das pescadoras embarcadas, essa luta, muitas vezes, tem de ser adiada, conforme nos apontou Betinha. Percebi, no trabalho de campo, que organizar e articular pescadoras da captura para se unirem ao movimento social e político da categoria não é tarefa fácil, pois elas, devido à própria atividade de captura, encontram-se nas águas e não em terra. Sair da pesca e ir nas reuniões articuladoras da categoria, significa dizer que não irão pescar naquele dia. Presenciei esse dilema muitas vezes, principalmente com Márcia e Michele, as quais passam muitos dias embarcadas e, quando raramente estão em terra, estão dando conta de muitos compromissos, seja com os/as filhos/as, seja com as resoluções da vida doméstica, saúde entre outros. A vida na pesca embarcada as afasta dos problemas “terrenos”, como elas mesmas dizem, mas, em contrapartida, também as afasta da articulação com outras mulheres pescadoras e das arenas de gestão e decisão.

Por outro lado, Edna Alencar (2011, p. 463) nos alerta para o fato de que esse distanciamento das pescadoras da participação política, e aqui podemos estender para as mulheres de maneira geral, acontece também porque elas não se veem como seres políticos “uma vez que pensam a política apenas associada a esfera partidária e como uma atribuição dos homens”. Esse pensamento está relacionado ao fato de historicamente serem excluídas do processo decisório e não terem suas reivindicações incluídas nas pautas dos movimentos dos pescadores. Isso conduz à

ideia de que seu trabalho na pesca não é tão importante quando o trabalho do homem, além de não ter sua capacidade de organização valorizada, não sendo vista, portanto, como sujeito social e político.

A pesquisa, nesse sentido, se mostrou muito profícua em termos de construção de um lugar de encontro de saberes entre pesquisadora e pescadoras fortalecendo a ideia de que as pescadoras são, sim, sujeitos sociais e políticos. No desenvolver do trabalho de campo fui encontrando espaços em movimentos da categoria onde pescadoras e pescadores, já organizadas/os no processo político, oportunizaram que eu me aproximasse e, com isso, aproximasse pescadoras que, pelas razões acima expostas, há muito tempo estavam afastadas ou que nunca tiveram a oportunidade de participar das arenas de gestão.

Penso que esse lugar de encontro entre pesquisa e ação política resultou no fortalecimento e promoção de um processo educativo que corrobora com os Fundamentos da Educação Ambiental no que se refere à aproximação e articulação de pessoas que não estiveram historicamente à mesa de decisões em torno da luta pela justiça ambiental e defesa de seus modos de fazer, viver e ser.

Conforme trouxe no Capítulo II, encontrei, no primeiro momento da pesquisa, algumas pescadoras que, por estarem afastadas da pesca há algum tempo, conseguiram construir caminhos para compor ou criar entidades representativas das pescadoras e pescadores artesanais do Rio Grande do Sul. Entre as interlocutoras da pesquisa, conheci Rozi Souza que, impossibilitada de pescar em razão de doença ocupacional, tornou-se, em 2019, a segunda mulher presidente da Associação dos Pescadores de Santa Vitória do Palmar. Roselein Dias é outro importante exemplo de liderança feminina na pesca gaúcha, é fundadora e presidente da I Colônia de Pescadoras de Jaguarão, presidenta do Conselho da Lagoa Mirim[80], (COMIRIM) e ativa nas reuniões do setor pesqueiro do Estado. Durante toda sua trajetória, contribuiu e continua a contribuir fortemente para o reconhecimento das pescadoras, como nos diz ela:

> Nós estamos aqui e precisamos nos unir, mesmo que eles [os homens] não nos deixem falar, não vamos arredar o pé das reuniões, somos parte disso. Somos poucas ainda, mas tenho certeza que cada vez mais teremos mais mulheres. Não é fácil sair de casa e deixar marido

[80] Foram criados no Rio Grande do Sul cinco fóruns de pesca/pescadores(as) artesanais: Conselho Cooperativo para Ações nas Lagoas Mirim e Mangueira no mbito Pesqueiro – Comirim, Fórum da Lagoa dos Patos, Fórum da Pesca Litoral Norte, Fórum de Pescadores do Rio Uruguai e Fórum da Pesca Delta do Jacuí, Lago Guaíba e Norte da Laguna dos Patos. (PAULA, *et al*, 2021, p. 201-202).

> e filhos pra ir para a reunião, mas aos poucos vamos fortalecendo isso. Nada é fácil para a mulher, eu sei, porque sou pescadora e formei muita mulher aqui, e sempre ensinei para elas embora exista a dificuldades não podemos desistir e nem deixar de sermos quem somos. O INSS, por exemplo, esse insiste em não reconhecer a pescadora, mas ele tem que respeitar como somos e nos reconhecer, se gostamos temos sim que usar batom e pintar a unha, não é porque somos pescadoras e vivemos nos barcos ou com o peixe na mão que não vamos nos cuidar. Então a mulher tem que estar na política porque somos muito mais atingidas em nosso direito (Roselein).





Figuras 86 e 87 - Roselein Presidente da Colônia de Pescadoras de Jaguarão; Rozi Souza, Presidente da Associação dos Pescadores de Santa Vitória do Palmar

Conforme destaca Roselein, a formação político pedagógica se faz fundamental para que essas mulheres se autorreconheçam na identidade de pescadoras, fortaleçam suas lutas em torno dos desafios que lhe são próprios do ser mulher na pesca, bem como na defesa de seus modos de vida. Como exemplo disso, Márcia Souza e Alessandra Braga tiveram participação no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, conforme Márcia relata, foi fundamental para sua formação, vejamos:

> Minha formação veio toda do MST, foi a Alessandra que me levou. Quando fui morar nos barracões aprendi meus direitos como mulher e como pescadora, a partir dali tive toda a informação para fazer os documentos e até para buscar crédito para comprar meu barco. No MST aprendi que podia sim pescar sozinha, ali me deram força pra ir

> atrás. Sustentei meus filhos e construí minha vida. Agora quero voltar para o Movimento, sinto falta de lutar pela pesca, precisamos nos unir, porque só querem destruir o pequeno [pescador e a pescadora artesanal*]* e agigantar o grande rico pescador, acabar com as lagoas e com os peixes, só querem ganhar e ganhar.

A literatura sobre os conflitos socioambientais tem nos informado (ESCOBAR, 2015; LA CADENA, 2018; LEFF, 2001; ZHOURI, 2004) que os conflitos surgem e são necessários para que as subjetividades advindas de diferentes racionalidades e de naturezas incomuns sejam reveladas e negociadas, via de regra, no campo de lutas sociais e políticas entre o poder do Estado e das instituições privadas, e pescadores e pescadoras com seus saberes e práticas locais. Cabe registro que negociar, parece ser o verbo que rege a vida das pescadoras nas lagoas Mirim e dos Patos, uma vez que precisam, constantemente, negociar com os homens, e também com Deus (HELLEBRANDT, 2019), para enfrentar as relações de poder e buscar a fé, muitas vezes necessária para continuar exercendo a pesca frente aos conflitos experienciados.

Contudo, essa negociação só é possível de ser exercida quando estamos compondo e ocupando os espaços políticos de formação, tomada de decisões e gestão dos recursos, lugares onde se colocam à mesa os saberes ambientais oportunizando diálogos e fusão de conhecimentos a partir de práticas educativas diversas e de modos diferentes de existência. Nesses espaços educativos, formativos e transformadores, entendo que acontece o que Stengers (2015) chama de “caixas de ressonâncias”, em que, segundo a autora, a luta ética e política não passam por operações de representação e, sim, por produção de repercussões pela constituição de caixas de ressonâncias:

> O que ocorre com alguns leva os outros a pensar e agir, mas também o que alguns realizam, aprendem, fazem existir se torna recursos e possibilidades para outros. Cada êxito, por mais precário que seja, tem sua importância. (STENGERS, 2015, p.148).

Nesse sentido, o campo da Educação e da Antropologia tem nos mostrado que, para além da educação formal, os aprendizados acontecem nos mais variados espaços e momentos da vida e, portanto, não há dúvida, que as pessoas ensinam e aprendem por meio do diálogo e do compartilhamento de sentidos e experiências no mundo (DUARTE; SATO; PAZOS, 2018; INGOLD, 2020). O que uma pescadora ou pescador aprende, seja na pesca em si ou no movimento social e político, ela/e comunica, e, como nos diz Ingold (2020), as coisas vivas absorvem energias

elementares e substâncias e as transformam em força para seu próprio crescimento e autorrenovação, lembrando sempre que a continuidade do processo da vida não é individual, mas social, e a educação é o meio dessa continuidade da vida social.

Assim, pescadores e pescadoras do RS têm se articulado em fóruns e movimentos para enfrentar os conflitos socioambientais que impactam suas vidas e a pesca gaúcha e, com isso, apropriam-se do discurso científico para legitimarem a luta de preservação da vida na/da pesca. Isso se dá como ferramenta política para enfrentar as desigualdades centradas na postura antropocêntrica que justifica a exploração do meio ambiente a favor da primazia do capital, do privado, do particular, sobre o coletivo, visando o lucro a qualquer preço. Nesse sentido, pescadoras e pescadores, no primeiro encontro que acompanhei do setor pesqueiro do RS, em 2019, na Assembleia Legislativa do Estado, disseram-me:

> É preciso preservar nosso ambiente com uma pesca sustentável e auto produtiva. (Pescador, presidente do Forúm da Lagoa dos Patos)

> A culpa é sempre nossa, e a mineração? E os agrotóxicos das lavouras que são soltos na lagoa? Nós dependemos do mar! Precisamos recuperar os estoques afastando a pesca predatória feita pelos Catarinas. [Catarinas é como são chamados os pescadores provenientes do estado de Santa Catarina que pescam em grandes traineiras devastando o espaço marítimo]. (Roselein, – o complemento entre chaves é meu).

Cabe destacar que a participação das mulheres nos fóruns e no movimento do setor, nesse momento da pesquisa, era muito desigual. De todo o grupo que se deslocava para a reunião na capital do Estado, apenas três mulheres se faziam presentes, destacando a assimetria de gênero nas arenas políticas. Sobre isso, as pescadoras que estavam presentes, como Indiara e Roselein, esclareceram a mim que as mulheres da pesca não têm, ainda, a prática de participar da gestão pesqueira, devido a uma série de fatores, como disponibilidade em razão das inúmeras jornadas que cabe à mulher pescadora, falta de incentivo e apoio financeiro, proibição dos maridos e, sobretudo, por terem suas vozes silenciada nas reuniões, o que faz com que desanimem nesse processo.

Embora a desigualdade seja gritante, Roselein esclareceu que, com o tempo, o número de representantes mulheres tem crescido, ainda que a passos lentos: “somos poucas, é complicado para a mulher sair de casa ou sair da pesca e vir para Porto Alegre lutar pela categoria, são muitos fatores, mas tem mudado porque a nossa situação na pesca está ficando insustentável”.

Sobre os conflitos socioambientais que assolam o oceano, a pesca e as gentes da pesca no RS, segundo o *Relatório dos Conflitos socioambientais e violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil* (BARROS, *et al*, 2021), mais precisamente, em um artigo desse relatório que trata dos impactos socioambientais da pesca artesanal no bioma pampa (PAULA, *et al*, 2021, p. 198-223), temos que o Fórum da Lagoa dos Patos e o COMIRIM levantaram os seguintes conflitos:

Na Lagoa dos Patos incidem: agronegócio, construção de porto/indústria naval, desmatamento, esgoto industrial, esgoto urbano, indústria petrolífera e petroquímica, mineração, pesca predatória, restrição ao acesso empresas privadas, empresas públicas, governos**.** Na Lagoa Mirim incidem: agronegócio, barragem, latifúndio/fazenda, pesca predatória, restrição ao acesso, unidade de conservação agentes privados, governos, latifundiários/fazendeiros, pescadores/as não licenciados, turistas.

Sobre os impactos ambientais gerados pelos conflitos acima, temos na Lagoa dos Patos: diminuição da diversidade do pescado, diminuição da quantidade do pescado, enchentes, erosão, mudança na sedimentação e perfil das praias, poluição/contaminação da água, aumento no volume de água doce, diminuição da intrusão de água salina. Na Lagoa Mirim temos: destruição dos habitats, diminuição da diversidade do pescado, diminuição da quantidade do pescado, mortandade de pescado, poluição/contaminação da água, secagem de lagos, lagoas, rios e riachos, secagem de nascentes, secagem de banhados.

Sobre os impactos socioeconômicos, temos na Lagoa dos Patos: diminuição de renda familiar, êxodo, insegurança alimentar e nutricional, mudança de atividade profissional, perda de cultura e de traços tradicionais, perda de trabalho. Na Lagoa Mirim: conflitos internos e quebra de laços comunitários, consumo de drogas, diminuição de renda familiar, insegurança alimentar e nutricional, mudança de atividade profissional, perda de cultura e de traços tradicionais, restrição do acesso ao território, roubo de materiais devido ao consumo de drogas. (PAULA, *et al*, 2021, p. 220)

Contudo, o relatório diz ainda que a pesca predatória é apontada como causadora de conflitos com os/as pescadores/as artesanais em todas as regiões de abrangência dos fóruns de pesca. Assim, de acordo com o gestor, pesquisador e consultor da pesca Ederson Silva, no ano de 2017, lideranças pesqueiras da Zona

Costeira do Estado do Rio Grande do Sul estiveram reunidas na cidade de Porto Alegre para discutir a realidade do setor e propor ações conjuntas no sentido de superar o atual quadro de abandono por parte dos governos, a falta de representatividade nos espaços nacionais de decisão e, ainda, buscar a recuperação dos estoques pesqueiros utilizados pela pesca artesanal e pela frota oceânica gaúcha.

No encontro, segundo Ederson, pescadores e pescadoras assumiram o compromisso de passar a lutar pelas seguintes questões: criação de uma frente parlamentar na Assembleia Legislativa do RS; criação de um código estadual de pesca sustentável que possa trazer a gestão pesqueira para o nível estadual; Fortalecimento do Conselho Gaúcho de Aquicultura e Pesca Sustentáveis – CONGAPES. Segundo Ederson:

> Um resultado importante deste encontro e que seria fundamental no decorrer de todo o processo, foi que com o processo de discussão e priorização das pautas, os participantes reconheceram a luta contra o arrasto como um ponto de convergência entre todas as comunidades, inclusive entre a pesca artesanal e os armadores. Desta convergência e dos acordos construídos durante o encontro, emergiu o conceito de setor pesqueiro gaúcho, ou somente setor pesqueiro, consolidando a ideia de um sujeito coletivo composto pela aliança entre pescadores, pescadoras artesanais e armadores de pesca do emalhe (informação pessoal).

A partir do encontro em 2017, muitos encontros, reuniões e Grupos de Trabalho (GT) aconteceram, oportunidades em que algumas pescadoras do litoral norte e sul do Estado compuseram (em número bastante desigual em relação aos homens) as equipes de discussão e articulações realizadas pelo Setor Pesqueiro Gaúcho. Finalmente, no ano de 2018, nasce a Lei Estadual nº 15.223, como forma de superação dos históricos impactos socioambientais provocados pela pesca de arrasto industrial ao longo da costa gaúcha. Trata-se de uma lei construída de baixo para cima, em um processo no qual o principal protagonista foi o Setor, que superou todas as suas barreiras internas, construindo uma unidade inédita e fundamental para uma vitória que inicialmente parecia inalcançável.

6.5.1. Construção política da mulher pescadora no setor pesqueiro: um embrião para o movimento de pescadoras do RS

No ano de 2021, pós o relaxamento do isolamento provocado pela pandemia da Covid-19, os encontros do Setor são retomados, oportunidade em que passo a

participar mais ativamente dos mesmos a convite da ONG Oceana Brasil[81], a qual atua como articuladora e organizadora dos encontros. Técnicas, técnicos e consultores/as da referida ONG, ao tomar conhecimento desta pesquisa e, consequentemente, da atuação e relação que estabeleci com as pescadoras, convidaram-me para organizar, junto a eles/as, a participação das interlocutoras da pesquisa nas reuniões do Setor na cidade de Porto Alegre. Entre os anos de 2021 e 2022, participei de três encontros do Setor, permanecendo reunida com pescadoras e pescadores, gestores/as e representantes das entidades da categoria durante três a quatro dias em cada evento.

Nesse envolvimento e participação, conheci profundamente as pautas de luta e fui apresentada a muitas pescadoras do litoral norte e sul do nosso estado. Ao mesmo tempo, obtive êxito em alguns convites a pescadoras, como Márcia e Elisangela, que desembarcaram e participaram das reuniões; ambas se sentiram fortalecidas e pertencentes a uma luta que também é delas, sentimento despertado ao se encontrarem com outras mulheres pescadoras, costurando laços e redes. Aprendi com elas e com pescadores/as, técnicos/as, consultores/as e gestores/as a força político pedagógica de um movimento social e político que busca justiça ambiental através de conhecimentos contra-hegemônicos. Na prática, vi como o ensinamento de Stengers (2015) sobre a cosmopolítica através das caixas de ressonâncias é potente. As pescadoras, neófitas nos encontros, ao entrarem em contato com aquelas que realizaram, aprenderam e fizeram existir as ações e políticas pesqueiras, perceberam possiblidades de mudança. Sobre isso, Elisangela disse:

> Adorei participar da reunião, foi muito proveitoso, escutei bastante coisa que foi bastante interessante e vou aprendendo com todos vocês ali. Foi muito bom ter outros conhecimentos, eu agradeço muito ter ido lá e participado, quero ir muitas vezes, porque a gente tem que ter uma luta, se unir para lutar todas e todos pelo mesmo objetivo para conseguirmos nossos direitos, para nossos direitos valerem porque para valerem eles têm que serem assinados né. Cada luta cada batalha vencida é uma vitória pra gente. A gente conseguindo lutar pelos direitos dos pescadores vai ficar melhor para os jovens que estão na pesca, porque muitos filhos de pescadores querem ser pescador, mas a maioria dos pais não querem que fique porque a gente passa bastante trabalho, é uma vida corrida bastante sufoco pra gente, como a gente pega temporal esses troços assim, como qualquer outro serviço tem esse tipo de trabalho, tu nunca sabe se tu

[81] A Oceana foi fundada em 2001 e está presente no Brasil desde 2014. È uma organização não governamental, sem fins lucrativos, focada exclusivamente na defesa dos oceanos. Atua em 11 países e na União Europeia com o objetivo de proteger a biodiversidade marinha e aumentar a abundância dos oceanos por meio de campanhas cientificamente embasadas. Fonte: brasil.oceana.org.

> vai ir e se tu vai voltar pra casa, e no mar é a mesma coisa, só que no mar é um pouquinho mais de perigo, porque na terra tu tem firmeza e no mar não.

A narrativa de Elisangela traz muitos elementos importantes para pensarmos as transformações que ocorrem a partir da força do encontro e do conhecimento compartilhado com experiências próximas. Elisangela nos mostra que, ao substituirmos (des)envolvimento por envolvimento humano, conforme Michele Sato e Isabel Carvalho (2005) nos ensinam, atentamos para as necessidades sociais, ecológicas e também espirituais, compreendendo a ética, a paixão e a solidariedade presentes nas realidades concretas. Imbuída nesse entendimento e sentimento, a pescadora traz que, ter estado presente na reunião do setor fez florescer um saber que articula passado, presente e futuro, luta e esperança para pescadoras, pescadores e para as novas gerações.



Figura 88 - Encontro do setor pesqueiro gaúcho. Foto da pesquisadora

Ainda que esse não seja um movimento de mulheres, elas se articulam entre elas e com pescadores, técnicas/os, gestoras/es, organizadoras/es, pesquisadoras/es, e passam a acreditar que podem ter voz e ser ouvidas. Como nos diz Edna Alencar (2011), bem como Edna Alencar, Sandra Palheta e Isabel Souza (2015), se antes eram vistas como sujeitos sem voz dentro de diferentes sociedades,

agora as mulheres vêm ocupando espaços considerados, até muito pouco tempo, como de articulação exclusiva dos homens. Presenciei, nas reuniões do Setor, além do número cada vez mais expressivo de mulheres participantes, uma onda de formação, crescimento, empoderamento, afirmação e orgulho de uma identidade. Vi surgir um embrião de ação e organização política das mulheres que se desenvolve conforme o grupo se fortalece.

Das primeiras reuniões que participei, em relação à última, em 2022, o número de mulheres participantes dobrou. E quando perguntava sobre a experiência, elas me diziam:

> Se eu soubesse que ia aprender tanto e que nossa união é tão importante, eu já tinha vindo antes nas reuniões, mas meu marido não deixava, agora vou vir sempre. (Ana).
>
> A Viviane [pescadora e coordenadora no RS do Movimento dos pescadores e pescadoras do Brasil – MPP] sabe muito, queria um dia saber falar como ela e lutar para mudar as coisas, é muito injusto tudo que acontece com nós pescadores e ver uma mulher falar assim é incrível. (Márcia).

A fala de Ana e Márcia mostraram diversos fatores incidentes na ausência das mulheres nesses espaços. Percebi, assim como diversas autoras (ALENCAR, 2011; BRITO, 2016; LEITÃO, 2008), o quanto a falta de modelos de liderança feminina não estimula o engajamento de mulheres em entidades de representação, bem como a resistência que a mulher encontra tanto dentro do movimento dos pescadores, que reluta em aceitá-la como parceira, colocando inclusive obstáculos na articulação das mulheres dentro do movimento, quanto no espaço doméstico, onde encontra a resistência de seus companheiros.

Sobre a potência de transpor barreiras, tanto de condições de ir para a reunião, considerando que precisou desembarcar para estar lá, como de ter o direito de falar e de ser ouvida, a pescadora Márcia diz: “achei que não tinha coragem, mas fui lá e falei, quem tá na lida da pesca somos nós, quem poderia falar então né, valeu muito a pena ter vindo, não sei se consigo vir sempre, porque eu preciso pescar, mas vou vir sempre que der”.



Figura 89 - Márcia falando para o grupo em uma das dinâmicas de trabalho. Foto da pesquisadora.



Figura 90 - Viviane no microfone e outras companheiras nas dinâmicas pedagógicas do grupo. Foto da pesquisadora.



Figura 91 - Ana no microfone com outras companheiras na dinâmica pedagógica do grupo. Foto da pesquisadora.

As experiências no setor pesqueiro foram também me forjando enquanto mulher, cientista e educadora ambiental, sobretudo, na potência de levar algumas comigo e estar lado a lado das pescadoras nesse processo revolucionário, de se verem como sujeitos políticos, fortalecendo identidades e estratégias de luta para questionar as estruturas hegemônicas de poder e controle. Essa é a única forma de reverter um processo histórico de exclusão e discriminação, pela qual a sociedade e o Estado desempenham um papel importante ao não eliminarem tais discriminações e opressões.

É, de fato, um movimento revolucionário para todas nós e, portanto, sem volta, pois percebi que na continuidade do conflito, a transformação das pescadoras cresce, assim como cresce o conhecimento e o reconhecimento do valor de seus saberes e práticas como forma de luta por justiça e defesa de seus modos de vida tradicionais em direção para uma pesca sustentável para o presente e o para o futuro. Nesse sentido se firma a fala de Roselein em uma das reuniões:

> eu sou da Lagoa Mirim, a princípio a proibição do arrasto no oceano seria uma luta dos pescadores da Lagoa dos Patos, mas eu tenho seis filhos pescadores e sendo pescadores não importa onde pescamos, importa é o que vai ser deles.

A continuidade do conflito ao qual me refiro, se dá em razão de que, hoje, a lei estadual 15.223/2018 é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6218/2019 perante o STF, movida pelo Partido Liberal com apoio do Governo Federal, em que se busca o retorno da pesca de arrasto na costa gaúcha, uma forma de pesca mundialmente conhecida como danosa aos ecossistemas e à sustentabilidade socioeconômica das comunidades pesqueiras. Uma novela judicial se arrasta desde 2019, com idas e vindas de concessões e cassações de liminares, contudo, sobre a continuidade do conflito, Ederson Silva nos diz:

> Na continuidade do conflito é que identifico a transformação nos pescadores e pescadoras artesanais sujeitos deste processo, que continuam resistindo incansavelmente às poderosas investidas do poder hegemônico historicamente constituído. A cada ataque à Lei, o grupo continua se articulando para reagir e defender o seu legado. Para cada ação administrativa, jurídica ou científica em favor da retomada do arrasto na costa do Rio Grande do Sul, o sujeito coletivo Setor Pesqueiro Gaúcho se fortalece e se consolida como uma força motriz da história pesqueira do Rio Grande do Sul (Ederson, consultor do setor e membro da criação da Lei, informação pessoal).



Figura 92 - Pescadores e pescadoras nas reuniões do setor. Foto da pesquisadora.

Importante destacar que as pescadoras, ao ocuparem esses espaços, se sentem pertencentes e passam então a defender a lei estadual como algo delas – “a nossa lei” – construída, ineditamente, com suas participações. Um sentimento de empoderamento surge, fazendo com que outras mulheres, ao escutarem suas vozes,

queiram também falar e ser ouvidas. Contudo, para além desse caráter ressonante, percebi que as mulheres, ao falarem sobre a defesa da pesca, trazem sempre um discurso diferente do proferido pelos homens. Esses defendem a lei apoiados em discursos científicos de sustentabilidade e necessidade de renovação dos estoques pesqueiros, as mulheres, em outro tom, defendem a lei com base na necessidade da vida, da lagoa, do alimento e das novas gerações.

Penso que o discurso do homem pescador está mais centrado no tempo presente, ao passo que o da mulher pescadora está orientado para o futuro, para o devir – para a preservação da vida como um todo. Em relação às manifestações sobre a recente concessão de liminar que manteve a proibição do arrasto do camarão dentro das 12 milhas oceânicas, a pescadora Maria da Graça diz:

> Preciso dizer que estou muito feliz com essa decisão, que a nossa luta foi grande e continuará sendo, pode ser que a gente consiga e quando nossos netos virem pescar, eles vão ter o que pescar porque até agora nós estava a ver navios. Com essa baita decisão, a nossa lagoa tão bonita vai ter peixe pra nos pescar e agradeço a todos que estão ajudando e lutando sempre, não podemos parar com essa luta tão bonita e tão esperançosa, e vamos em frente até o fim para estancar essa pescaria predatória que só acaba com nosso mar.

Sob o *slogan*, *Proteger para pescar sempre,* pescadoras e pescadores estão articulados na defesa da pesca no estado. E as pescadoras encontram-se num crescimento exponencial de participação política e de aprendizado sobre seus potenciais enquanto pescadoras, cidadãs e seres políticos. A esperança contida nas falas das interlocutoras durante todo o trabalho de campo se coaduna com a esperança de Paulo Freire (1992), no sentido da integridade da educação inserida na subjetividade das pescadoras. Sempre é tempo de aprender e lutar contra as hegemonias do poder a partir do saber ecológico não moderno, das práticas artesanais e da força que mulheres têm quando se juntam. *Juntas somos mais fortes* é o *slogan* do movimento feminista que fortemente traduz o movimento que nasce entre as mulheres do setor pesqueiro gaúcho, para quem sabe, num futuro muito próximo, gerem e criem o movimento de pescadoras do Rio Grande do Sul.



Figura 93 - Mesa composta pelas mulheres na reunião do setor. Foto da pesquisadora.



Figura 94 - Mulheres na reunião do setor. Foto da pesquisadora.

Diante do exposto, vimos a potência que se tem no processo educativo que traz a diversidade ambiental, social e cultural para compor a mesa de decisões no mundo moderno, lugar esse de que as mulheres e os povos tradicionais estiveram

expurgados ao longo da história ocidental. Segundo Escobar (2015, p. 29), em sua análise sobre as lutas étnico-territoriais na América Latina, os conhecimentos das comunidades e aqui incluímos o conhecimento das mulheres, apesar de estarem historicamente fora da mesa, incorporam uma proposta avançada contra a crise social e ecológica dos territórios. Conhecer e reconhecer outras pedagogias e trazê-las para a mesa de negociação é a saída contra-hegemônica para rompermos com as formas categoriais, exploratórias e excludentes de entendimento e reprodução do mundo moderno.

Stengers (2018) diz o seguinte: “o que é adequado a cada evento é que ele traz o futuro que herdará disso em uma comunicação com um passado narrado de forma diferente”. E para que isso aconteça de forma revolucionária, é preciso compor com diversos agentes – pescadoras/es, pesquisadoras/es, gestoras/es, políticos/as, técnicas/os, na união, a partir, por exemplo, da ideia de natureza incomum, proposta por Marisol de La Cadena (2018), em que a composição de uma aliança política se faz fundamental por meio de uma rede heterogênea que converge para o mesmo propósito – a mudança. Assim também é o feminismo de perspectiva decolonial e interseccional, e a perspectiva ecológica que existem enquanto um compromisso político e coletivo (HOOKS, 2019; INGOLD, 2020) composto por diferentes mulheres interseccionadas, por diferentes experiências, por diferentes seres, humanos ou não-humanos.

Nesse sentido, como dizem Taddei e Gamboggi (2016), as posturas teóricas que adotam os giros epistemológicos e ontológicos, utilizadas e defendidas nesta tese, colocam-nos (e de fato me colocaram) em estreita proximidade com importantes movimentos sociais contemporâneos, e assim, caminhamos para que se dissolvam as fronteiras que separam a produção intelectual acadêmica e a ação política direta.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Tu indo fazer essa pesquisa comigo eu passei a pensar e enxergar de outra forma, de outro jeito. Eu aprendi muita coisa, ensinei para ti, mas aprendi muito também (Márcia).

Esta tese, vinculada à linha de pesquisa de Fundamentos da Educação Ambiental, teve como objetivo central aprender como as interlocutoras se tornam pescadoras embarcadas, como aprendem e ensinam a ser engajadas em seus ambientes e diante dos conflitos socioambientais que as impactam. As observações que fiz no decorrer da pesquisa me apontaram subsídios para afirmar que, ainda que as interlocutoras tenham aprendido a pesca de captura na infância ou na adolescência com seus pais, mães ou maridos, elas se tornam pescadoras na continuidade da vida, num devir humano. É um tornar-se incessante, cujos processos de aprendizagem se dão no e com o mundo.

Compreendi que o conhecimento dessas mulheres cresce e é cultivado na correspondência, não só de gerações sucessivas, mas também no que é gerado a partir das relações que elas estabelecem com o todo ao redor, seja na relação terra-lagoa/casa/barco, seja na relação humanos e não humanos, seja na articulação entre a tradição de um modo de vida e as mudanças advindas da modernidade, seja pelos conflitos socioambientais que as impactam.

Assim, as pescadoras não aprendem a pesca pela transmissão de conteúdos que se processam no espaço exclusivo da mente, elas aprendem a ser pescadora fazendo a pesca com seus corpos femininos num engajamento prático e observacional com o mundo, através de corresponsividades com seres, eventos e coisas. No caso das interlocutoras, como vimos na descrição das rotinas diárias, elas aprenderem e ensinam a atividade na relação contínua do trabalho no ambiente aquático, com a lagoa, com camarões, peixes, barcos, redes, ventos e marés, e também no ambiente terrestre, com o trabalho doméstico de manutenção, cuidado e reprodução.

Contudo, ao exercerem a pesca de captura – uma atividade que é entendida como praticamente exclusiva dos homens, elas também aprendem a ser pescadoras atravessadas por preconceito, invisibilidade, sobrecarga, vulnerabilidade e não reconhecimento. Esses conflitos e impactos, conforme pudemos perceber, são provocados tanto pela cultura patriarcal, como por poderes hegemônicos praticados

pelo Estado, pela gestão pesqueira e também pela academia, através do pouco interesse em olhar para a pesca considerando as práticas e saberes das mulheres nos variados contextos.

Esse entendimento sobre e com o mundo das pescadoras embarcadas em contextos lagunares, foi alcançado a partir do encontro das áreas da Educação Ambiental e da Antropologia, pois tive como objetivo levar, de fato, o fazer antropológico para compor com a pesquisa e a prática em Educação Ambiental. Assumi essa aproximação como áreas corresponsivas e congruentes e, portanto, com potencialidades fortes para a prática e pesquisa em Educação Ambiental. Ao fazer isso, ou seja, ao promover esse encontro, não estava tratando somente da Antropologia enquanto método de pesquisa – o tão conhecido e admirável método etnográfico, mas sim como reflexão teórica e engajamento prático que construí, a partir da realidade que vivenciei junto as pescadoras, e não sobre elas.

Experienciei a vida com elas e compreendi que pesquisar e pescar estavam na mesma trama, uma vez que a Antropologia faz mais do que nos fornecer conhecimento sobre e com o mundo, ela educa a nossa percepção do mundo, e abre nossos olhos e mentes para outras possibilidades de ser e estar. Assim, o encontro talvez mais radical e transformador desta tese, tenha sido o meu comigo mesma, enquanto mulher, antropóloga e futura educadora ambiental.

Essa aproximação foi orientada e guiada pelas viradas epistemológicas, definidas como epistemologias ecológicas (STEIL; CARVALHO, 2014), sobretudo nas obras de Ingold (2000; 2010; 2011; 2015; 2020), e epistemologias feministas decolonial e interseccional (CRENSHAW, 1989; GONZALES, 2020; HOOKS, 2019; KERGOAT, 2010; LORD, 2019; LUGONES, 2014; OYĚWÙMÍ, 2004; SEGATO, 2012; VERGÈS, 2020). Esses novos giros epistemológicos me conduziram e me ensinaram a conhecer a vida das interlocutoras, a partir de um processo de exposição/experiência, e não de imunização. E mais, mostraram-me que o mundo não é somente o que imaginamos sobre, mas o que pensamos com, e que, em pensamento, a mente (a minha e a das pescadoras) perambulou pelos caminhos dos nossos corpos femininos encarnados e engajados na ambiência da pesca.

Nesse sentido, minha tentativa foi produzir conhecimento fora de casa e fora da caixa. E nisto, as pescadoras embarcadas, e todos/as que compõem o mundo da pesca, sejam humanos/as, não humanos/as e atores/atrizes abióticos/as foram, em

maior ou menor grau, fontes de aprendizagens, como professoras/es, mentoras/es e interlocutoras/es (HARAWAY, 2016; STENGERS; 2018; TSING, 2015).

Essa construção dialógica, entendo, fortaleceu e se coadunou com os preceitos e fundamentos de uma Educação Ambiental que tem constituído um campo teórico (ADOMILLI, 2017; CARVALHO, 2014; CARVALHO; MUHLE, 2016; DUARTE; SATO*;* PAZOS, 2018), e um espaço público privilegiado para a difusão de noções de natureza não dogmáticas, nem totalitárias, e em estreita relação com a diversidade, num movimento intenso por justiça ambiental e também, de gênero. Observar, aprender e fazer de forma conjunta, atentando às coisas do mundo, às mulheres e demais grupos oprimidos, se misturando com elas e eles – humanos/as e não humanos/as, estou convicta que é o que permite que se faça, de fato, a transformação no combate às forças hegemônicas capitalista, exploratórias e patriarcais.

Esse é o espaço específico da Educação Ambiental que defendo, acredito e que busquei praticar nesta pesquisa, uma vez que a educação está onde tem prática participativa, e não nas formas como as pessoas são simbolicamente representadas. É preciso, para isso, prestar a atenção para o lugar onde os fenômenos acontecem, que abarca a relação dos humanos com o meio de vida (*oikos*), a relação com o/a outro/a, humano/a ou não humano/a (processo de alteridade radical), e a relação de si consigo mesmo/a (construção da identidade).

De acordo com esse entendimento, e orientada pela teoria feminista decolonial interseccional, atentei para a observação encarnada no meu corpo de mulher e cientista, convencida de que resistir ou negar a diferença como uma força crucial é uma incapacidade de ultrapassar a primeira lição capitalista e patriarcal que pregou a divisão e a conquista. Como mulheres no mundo, lutamos pelo fim da opressão sexista, do racismo, do capitalismo e do imperialismo, e o caminho para fazermos isso é pela união, num ato coletivo e político. Este entendimento, devo às companheiras que me antecederam e às que aqui estão, ainda que algumas longe no tempo e no espaço e que, por forças hegemônicas estiveram “fora da mesa”, mas, mesmo assim, resistiram, lutaram, escreveram e finalmente foram lidas.

Nós, cientistas feministas, e nossas interlocutoras, contribuímos com esse movimento através da pesquisa e das reflexões constantes sobre a vida. Escrevemos, vivemos e revelamos modos de existir, processos educativos de se manter e de propagar para o futuro, a partir de práticas e saberes de diferentes mulheres com e pelo mundo que não são percebidas e, consequentemente, não são ouvidas e

reconhecidas. Contar as histórias e viveres das pescadoras embarcadas do estuário da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim, na relação que estabelecem com seus ambientes-mundo, está alinhado ao movimento de contribuir para as suas visibilidades e reconhecimento, evidenciando suas alegrias, esperanças, paixões, terapias, tristezas, desânimos, conflitos, doenças, lutas, liberdades e fortalecimento da identidade.

Com elas aprendi que “ter ritmo na pesca” significa aprender, com base em batidas e pausas, a cadência da vida. É se colocar em movimento de resistência, (re)existência e (re)criação permanente. Sem dúvida, ter ritmo foi o que as interlocutoras, através do tempo e da história, tiveram, através da inteligência, da paciência e da sensibilidade, para aprender e ensinar.

Por fim, estar aberta para o encontro dialógico, simétrico (considerando as limitações e possiblidades que encontrei nesta busca), prático e observacional com as interlocutoras, fez-me compreender que, neste processo, ensinar e aprender se misturaram e, consequentemente, eu e as pescadoras nos transformamos ao longo do percurso. Ao ouvir as palavras de Márcia, que abrem essas considerações finais, e de toda a experiência oportunizada e vivida nesta pesquisa, convencida estou de que compor com é a única forma de lutar contra a ordem hegemônica imposta pela sociedade moderna capitalista, de lógica patriarcal, exploratória, categorial e excludente.

Assim, com elas foi possível afirmar que pescar também é coisa de mulher e, portanto, reconhecer e evidenciar essa diversidade, os saberes e práticas, bem como as desigualdades, as invisibilidades e os conflitos nas formas de existir é, sobretudo, propor outros caminhos na luta por justiça ambiental, pela equidade de gênero e por uma educação democrática contra-hegemônica. Compor com elas neste ato educativo, coletivo e, portanto, político, entendo que foi construir, conjuntamente, teoria e prática feminista para a Educação Ambiental, pois sem visibilidade e presença, não há justiça e, tampouco, equidade. Que esse movimento seja incessante, da mesma forma que a educação é.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Relumé Dumará, 2004.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, v. 43, n. 2, São Paulo, SP, p. 147-182, 2000.

ADOMILLI, Gianpaolo K. **Trabalho, meio ambiente e conflito:** um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque nacional da Lagoa do Peixe – RS. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2003.

ADOMILLI, Gianpaolo K. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima:** tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São Jose do Norte – RS. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

ADOMILLI, Gianpaolo K. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. **MÉTIS: História & Cultura** – v. 8, n. 16, p. 97-119, jul./dez. 2009.

ADOMILLI, Gianpaolo K. *In:* Territorialidade e conflito na pesca embarcada. Um estudo de caso sobre os pescadores de São José do Norte e suas analogias sobre animais marinhos. *In:* **Povos e Coletivos pesqueiros**, ADOMILLI, Gianpaolo; D'AMBROSIO, Leticia; CARRENO, Gastón; MILLER, Francisca (org). Rio de Janeiro: Editora da Furg, s/p, 2012.

ADOMILLI, Gianpaolo K. Ir atrás do peixe: um estudo de caso sobre conflitos territoriais na pesca marítima no extremo sul do Brasil. In: Silvio Crestana, Elisabete Gabriela Castellano, Alexandre Rossi. (Org.). **Direito Ambiental. Bens e recursos Ambientais e o Direito Ambiental**. 1 ed. Brasilia: Embrapa, 2017, v. 3, 2020, p. 879-892.

ADOMILLI, Gianpaolo; TEMPASS, Martin C.; LOPES, Raizza. Notas teórico-metodológicas sobre a pesquisa etnográfica na área de Educação Ambiental. **Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental.** Rio Grande, v. 34, n. 3, p. 226-244, set-dez/2017.

ALENCAR, Edna F. **Pescadeiras, Companheiras e Perigosas:** Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Brasília/UnB, Brasília, 1991.

ALENCAR, Edna F Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. IN: **Povos das Aguas: Realidade e Perspectiva na Amazônia**. Lourdes Furtado, Wilma Leitão, Alex Fiuza de Mello (Org.). Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.

ALENCAR, Edna F. Entre o Rio e o Lago: conflito social e etnografia da pesca na várzea do Médio Amazonas, Pará**.** In: **Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Ano IV, 2000- Brasília: Instituto de Ciências, 2000.

ALENCAR, Edna F. Por que um movimento de mulheres pescadoras? Notas sobre processo de organização das trabalhadoras na pesca. *In:* MAGALHÃES, S.B., SILVEIRA, I.M.; SANTOS, A.M.de S. (Org.). **Um Encontro de Antropologia: Homenagem a Eduardo Galvão**. 1ed. Manaus: EDUA - Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011, v. 1, p. 447-466.

ALENCAR, Edna, PALHETA, Sandra, SOUZA, Isabel. Trabalho na Pesca, ação política e identidade: as mulheres da Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã, Amazonas. *In:* SCHERER, Elenise F. (Ed.). **Aqui estamos nós: entre as águas dos mares, nas águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 40-51.

ALLENDE, Isabel. **Mulheres de minha alma**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2020.

AZEVEDO, Natália T. Conflitos socioambientais, gênero e pesca artesanal. *In:* SÁVIO, *et al.* (org). Relatório 2021. **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasi**l. - 2. ed. - Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021. p. 179-183.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, p. 89-117, maio - agosto de 2013.

BARROS, Sávio, *et al* (org). Relatório 2021. **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. - 2. ed. -- Olinda, PE : Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

BASAGLIA. Thais. **Lagoa Mirim**: caracterização da pesca artesanal e composição da captura. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Biologia de ambientes aquáticos continentais, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2008.

BATESON, Greogory. **Espíritu y naturaleza**. Buenos Aires: Amorrortu, 1982.

BATESON, Greogory. **Mente e Natureza.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1986.

BATESON, Greogory. **Steps to an ecology of mind**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BATESON, Greogory. **Una Unidad Sagrada:** pasos ulteriores hacia uma ecología de la mente. Barcelona: Gedisa, 2006.

BECK. Anamaria. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas, v**.7, n.10, 1991.

BILHALVA, Liza; RODRIGUES, Marta B. Artefatos campeiros como suportes de memória na construção da masculinidade no pampa sul-riograndense. **Tessituras: revista de Antropologia e arqueologia**, v. 5, p. 113-141, 2017.

BILHALVA, Liza; RODRIGUES, Marta B. Mulheres das águas e mulheres dos campos no pampa sul-riograndense: reflexões a partir da interlocução entre Educação Ambiental e Antropologia. In: **Anais do XII Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental - EDEA, Rio Grande/RS**: Editora da FURG, v. 1. p. 57-71, 2020.

BITTENCOURT, Carolina A. S. **Pessoas, Sereias e Divindades:** Um estudo etnológico, mitológico e etnooceanográfico em uma colônia de pescadores no sul do Rio Grande do Sul. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas, 2017.

BOURDIEU. Pierre. O sentimento da honra na sociedade cabília. *In:* PERISTIANY, John G. (org). **Honra e Vergonha:** valores das sociedades mediterrânicas. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 157-195.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF, [2009]. Disponível em: http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm . Acesso em: 09 ago. 2019.

BRITO, Carmem I. **Uma abordagem sócio histórica do movimento de pescadores e pescadoras artesanais brasil (MPP)**. Tese – PPG em Sociologia Política - Centro de Ciências do Homem - UENF Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes – RJ. 2016.

BRITTO, Rosyan C. de Caldas. **Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo-RJ**. Niterói: UFF, 1999.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n.11, p.11-42, 1998.
CARVALHO, Isabel Cristina. A perspectiva das pedras: considerações sobre os novos materialismos e as epistemologias ecológicas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 9, n. 1 – p. 69-79, 2014

CARVALHO, Isabel Cristina; MUHLE, Rita P. Intenção e atenção nos processos de aprendizagem. por uma Educação Ambiental "fora da caixa". **Revista Ambiente e Educação. Dossiê Temático Fundamentos da Educação Ambiental** v. 21, n. 1, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. *In:* CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do Antropólogo.** 2. ed., Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
CIACCHI, Andrea. “Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica”. **Revista de Antropologia**, v. 50, n.1, p.181-223, 2007.

CHIESA, Gustavo Ruiz. Caminhando com tartarugas: sagrado, infância e outras analogias. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 31, p. 99-112, jan./jun. 2017

CISNE, Mirla. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica feminização da profissão. 2004. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COLAÇO DIAS NETO, José. “Pescador que é pescador enfrenta até o IBAMA!”: notas para etnografia de um conflito na Lagoa Feia. In: ADOMILLI, Gianpaolo K. *et al* (orgs). **Povos e Coletivos pesqueiros. Estudos etnográficos e perspectivas socioantropólogicas sobre o viver e o trabalhar.** Rio Grande: Ed. da FURG, 2012, p. 205-220.

COLAÇO, José. "Pesca é coisa de mulher sim senhor": algumas reflexões sobre o papel da mulher na atividade pesqueira no Brasil e em Portugal. *In:* MARTINEZ, Silvia; HELLEBRANDT, Luceni (Orgs). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil.** Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019. p. 309-332.

CONNEL, Robert W. Políticas da Masculinidade. In: **Educação e Realidade**. 20(2): 185 – 206, julho/dezembro, 1995.

CONNEL. Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 241-282, janeiro-abril/2013.

CORDELL, J. Social Marginality and Sea Tenure in Bahia. *In:* CORDELL, J. (ed.). **A Sea of Small Boats.** 1989.

COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulheres no Brasil: do limbo ao gueto. In: **Pensamento Feminista Brasileiro. Formação e Contexto**. HOLLANDA, Heloisa (ORG). Rio de Janiero: Bazar do tempo, 2019.

CSORDAS, Thomas J. A corporeidade como um paradigma para a Antropologia. *In:* **Corpo, Significado, Cura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, p.101-146.

CRENSHAW, Kimberle. **A intersecionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf Acesso em: 23 de jun de 2013.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Florianópolis, v.10, n.1.p171-188, jan.2002.

CUNHA, Lucia H. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternatividades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 59-67, jul./dez. Editora UFPR, 2009.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego*.* **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 95-117, abr/2018.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos. A SócioAntropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Vol. III (2), 1999, p. 361-375.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DUARTE. Júlio Corrêa Dias; SATO, Michèle; PAZOS, Araceli. A Educação Ambiental do caminhar. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**al. Rio Grande, v. 35, n. 3, p. 94-113, set./dez, 2018.

ERIKSEN. Thomas; NIELSEN. Finn. **História da Antropologia**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Postconstructivist political ecologies. *In:* REDCLIFT, Michael R.; WOODGATE, Graham (Eds.). **The international handbook of environmental sociology**. 2. ed. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar, 2010. p. 91-105.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los derechos al territorio. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 41, p. 25-38, 2015.
.
FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS**. The state of world fisheries and aquaculture**: Opportunities and challenges. Roma, 2014.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of World Fisheries and Aquaculture Sustainability in action**, Roma, 2020.

FASSARELLA, Simone Simões. **A vez e a voz de mulheres que atuam na atividade da pesca da Vila São Miguel (RS) Trajetórias e Perspectivas.** 116 f. (Mestrado em Educação Ambiental), Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande-RS, 2007.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetada”. Tradução de Paula Serqueira, revisão de Tânia S. Lima. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.
FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às Bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERRAZ, Claudia P. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política.** São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, jun-set/2019.

FIGUEIRA, Michel C. **Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS**: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural- Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, Pelotas, 2009.

FOLADORI. Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Revista Mana** 10 (2), Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, abr. 1999.

FONSECA, Marília, *et al*. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 231-241, jun. 2016.

FORMAN, S. **The Raft Fishermen:** Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy. EUA, Indiana University Press, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURG. **Parecer Técnico**. Subsídios ao Fórum da Lagoa dos Patos e ao Fórum Delta do Jacuí. Rio Grande: Laboratório MARéSS e Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, 2022.

FURTADO, Lourdes G. **Curralistas e redeiros de Marudá:** pescadores do litoral do Pará. Belém, MPEG, 1987.

FURTADO, Lourdes G. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. *In:* ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume.Dumará, 2004. p. 57-72.

GALVÃO, Melina. **Diálogos entre gênero, gestão e Educação Ambiental: os papéis das mulheres nos modos de vida na pesca artesanal**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande, 2013.

GEISTOERFER, A. **Antropologie maritime:** appropriation technique, sociale et symbolque des resources maritimes, Paris, CNRS, 1989.

GERBER, Rose Mary. **As Mulheres e o Mar**: **Pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

GOES, Lidiane O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

GOMES, Ana Maria; FARIA, Eliene; BERGO, Renata. Aprendizagem na/da etnografia: reflexões conceitual-metodológicas a partir de dois casos bem brasileiros. **Rev. FAEEBA** – Ed. e Contemp., Salvador, v. 28, n. 56, p. 116-135, set./dez. 2019

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos.. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. *In:* HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature**. New York: Routledge, p. 149-181, 1991.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte** l Ano 3, n. 5. p. 139-146, 2016.

HELLEBRANDT, Luceni. **Mulheres da Z3 – o camarão que "come" as mãos e outras lutas:** contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e *Ciências* Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis-SC, 2017.

HELLEBRANDT, Luceni. Negociando com os homens e entregando a Deus: notas sobre as mulheres pescadoras de Quissamã/RJ. **Anais da XIII RAM, 2019**. Disponível em: https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3228 Acesso em 11/12/2020.

HELLEBRANDT, Luceni. Pensando sobre gênero e pesca: contribuições do projeto "Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas". **Projeto mulheres na pesca.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342014600_Pensando_sobre_genero_e_pesca_contribuicoes_do_projeto_Mulheres_na_pesca_mapa_de_conflitos_socioambientais_em_municipios_do_norte_fluminense_e_baixadas_litoraneas Acesso em 06/07/2022.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IARED, Valéria G.; OLIVEIRA. Aydée T. O *walking ethnography* para a compreensãodas interações corporais e multissensoriais na educação ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. XX, n. 3. p. 99-116, jul.-set. 2017.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment**. London and New York: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. Educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr.2010.

INGOLD, Tim. **Being alive: essays on movement, knowledge and description**. Londres & Nova York: Routledge, 2011.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n.44, jul/dez. de 2015.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2020.

KALIKOSKI, Daniela C.; VASCONCELLOS, Marcelo. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. **FAO, Circular de Pesca e Aquicultura**, n. 1075, Roma, 2013. Disponível em: http://www.fao.org/3/a-i2589o.pdf Acesso em: set/2020.

KANT DE LIMA. Roberto. Os cruéis modelos jurídicos de controle social**. Revista Insight Inteligência**, ano 6, n. 25, p. 130-147, jun. 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In:* HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-63.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 86, p.93-103, mar. 2010.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 1, jan./abr. 2016, p. 47-59.

KOTTAK, C. P. **The structure of equality in a Brazilian Fishing Community**. 1996. Tese (Doutorado) – University of Columbia, Columbia, 1966.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n.44, jul./dez. de 2015.

LAVE, Jean. **Learning and everyday life**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning:** legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LEAL, Ondina. **The gauchos:** male culture and identity in the Pampas. Berkeley: University of Califórnia, 1989.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis, Vozes, 2001.

LEITÃO, Maria R. F. A. **Gênero, trabalho e pesca artesanal**: troca de saberes entre academia e comunidades tradicionais. Recife: EDUFRPE, 2013.

LEITÃO, Maria R. F. A. Pesca & gênero: o papel das mulheres no desenvolvimento local. - **Cartilha. Labrys** (Edition Française. Online), v. 13, p. 1-12, 2008.

LEITÃO, Maria R. F. A. **Gênero e Pesca Artesanal**. Recife, Editora Recife, 2011.

LEIRIS. Michel. O sagrado na vida cotidiana. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 18, n. 31, p. 15-25, jan./jun. 2017.

LISPECTOR, Clarice. **Água Viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998

LITTLE. Paul E. **Amazonia:** territorial struggles on perennial frontiers. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2001.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico***,* v. 28, n. 1, Rio de Janeiro, p. 251-290, 2003.

LOPES, José S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas de participação. **Horizontes Antropológicos.** v. 12, n. 25, p. 31-64, julho/2006.

LOPES, Priscila F. M.; FREITAS, Carolina T.; BEGOSSI, Alpina. Mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no brasil. **Ethnoscientia**, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá – Colombia, n.9, 73-101, julio-diciembre 2008.

LUGONES. María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set-dez/2014.

MALDONADO, Simone. C. **Pescadores do mar***.* São Paulo: Ática, 1988.

MALDONADO, Simone. C. **Mestres e Mares**. Espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume.1994.

MALDONADO, Simone. C. Caminho das Pedras: Percepção e Utilização do Espaço Na Pesca Simples. *In:* DIEGUES A. (ed.) **A imagem das águas**. Hucitec / Nupaub. 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança do papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Antropologia, MCT/CNPq. n.11(2), p. 145-166, 1995.

MANESCHY, Maria Cristina. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 41-64.

MARTÍNEZ, Sílvia; HELLEBRANDT, Luceni. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF, 2019.

MAUSS. Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELLO, Matthews; ROSA, Leon; COSTA, Cristiane S. N.; SILVA, Murilo R. **Preservar para pescar sempre: um guia para entender a Lei da Pesca do Rio Grande do Sul** [Recurso Eletrônico]. Rio Grande, RS: FURG, 2021.

MENDES, Beatriz L. **Redes invisíveis da pesca artesanal:** O trabalho da mulher e o difícil acesso aos direitos sociais. Rio Grande: ABRAJU, 2020.

MENDES, Soraya Helena de Araújo. **(In)Visibilidade das mulheres na pesca artesanal:** uma análise sobre as questões de gênero na colônia de pescadores e pescadoras Z-16 em Miracema do Tocantins/TO**.** 83 f. Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

MILLER, Francisca S. **Pescadores e coletoras de Patané/Camocim:** aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte. 2005. 202 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MONTEIRO, Alice. **As histórias que os pescadores não contaram :** construindo sonhos e narrativas através das vivências do Grupo de Artesãs da Barra. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande/RS, 2008.

MOTTA-MAUÉS, M.A. "**Trabalhadeiras" & "Camarados**": Relações de Gênero, Simbolismo e Ritualização numa Comunidade Amazônica. 1993. (dissertação de mestrado), Belém, UFPa. 1993.

MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999.

NASCIMENTO, Silvana S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**. v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero:** os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

OLIVEIRA, Stela Maris M. **Mulheres em Águas Masculinas**: a inserção e trajetória das mulheres pescadoras. Novas Edições Acadêmica, 2018.

OYARZÚN, Evelyn A.; ÁLVAREZ, Antonia Z. Apuntes iniciales para la construcción de una Ecología Política Feminista de y desde Latinoamérica Polis, **Revista Latinoamericana**, n. 54, p. 12-26, 2019.

PAULA, Cristiano Q. *et al*. Impactos socioambientais e violações de direitos humanos na pesca artesanal no bioma pampa *In:* Sávio *et al.* (Orgs). Relatório 2021. **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. - 2. ed. -- Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021. P. 198-223.

PAYNE, P. G. (Un)timely ecophenomelogical framings of environmental education research. In: STEVENSON, R. B. *et al*. **International Handbook of Research on Environmental Education**. New York: Routledge Publishers, 2013. p. 424-437.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul.-dez./2014.

PEIRANO, Mariza. Etnografia e rituais: relato de um percurso. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, v. 41, n. 1, p. 237-248, 2016.

PENA, Paulo G. L. *et al.* **A saúde das pescadoras artesanais**. Atividades de pesca, rios, lagos e lagoas (Cartilha - Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017), 2017.

PEREIRA, Clara. **Mulheres com voz e vez:** a Educação Ambiental crítica e transformadora no projeto de Educação Ambiental PEA FOCO. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande/RS, 2020.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos**: operários, mulheres, prisioneiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

PIEDRAS, Sérgio R. N., *et al*. Caracterização da atividade pesqueira na Lagoa Mirim, Rio Grande do Sul, **R. Bras. Agrociência**, v. 18 n. 2-4, p.107-116, abr-jun/2012.

PIEVE, Stella, *et al*. A dinâmica do conhecimento ecológico local: um estudo etnoecológico sober a resiliencia dos pescadores artesanais da Lagoa Mirim, Rio

Grande do Sul, Brasil. In: ADOMILLI, Gianpaolo K., et. al (orgs). **Povos e Coletivos pesqueiros: estudos etnográficos e perspectivas socioantropólogicas sobre o viver e o trabalhar.** Rio Grande: Ed. da Furg, p. 205-220, 2012.

PINK, S. **Doing Sensory Ethnography**. London, UK: SAGE, 2009.

PRADO, Simone M. **Da anchova ao salário mínimo**: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ. Niterói: Ed. UFF, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set/2005, p.227-278.

RAMALHO, Cristiano W. N. Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: **Polis**, Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH- UNICAMP), 2006.

RAMALHO. Cristiano W. N. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 54 n. 1, p. 315-352, 2011.

RODRIGUES. Cae. O vagabonding como estratégia pedagógica para a "desconstrução fenomenológica" em programas experienciais de Educação Ambiental. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.31, n.01, p.303-327, Jan-Mar/2015.

SAGGIOMO. Thaís. **A estética do feminino no licenciamento ambiental federal de petróleo e gás:** as contribuições da Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande/RS, 2020.

SANTOS. Eline A.; SOUZA, Rosemeri M. Conflitos socioambientais na pesca artesanal: um olhar sobre o cotidiano das pescadoras de Sergipe. *In:* **Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil**. MARTÍNEZ Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (Orgs.). Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF, 2019.
SATO, Michele; CARVALHO, Isabel C. M. (Orgs.). **Educação ambiental**: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAUTCHUK. Carlos. E. Aprendizagem como gênese: prática, skill e individuação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n.44, p. 109-140, jul./dez.de 2015.

SCHAVELZON, Salvador. Antropología del Estado, su lugar, algunas problemáticas. **Antropología y Ciencias Sociales**, v. IX, p. 24-54, 2010.

SCHWOCHOW, R.S & ZANBONI, A. J. O estuário da Lagoa dos Patos: um exemplo para o ensino de ecologia no nível médio. **Cadernos de Ecologia Aquática**, v. 2, n. 2, p. 13-27, ago-dez/2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade,** v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

SEGATO, Rita L. Os percursos de gênero na Antropologia e para além dela. **Série Antropologia**, n. 236, Brasilia, 1998.

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**. n. 18, p. 106-131, 2012.

SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminismo**. Barcelo: Icaria Editorial, 2ª. ed, 2004.

SILVA, Liza B. Martins. **Entre lidas:** um estudo de masculinidade e trabalho campeiro na cidade. Pelotas: UFPEL – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Dissertação de Mestrado), 2014.

SILVA, Ederson P**. Para além da gestão dos recursos:** uma abordagem crítica sobre a realidade da pesca artesanal na Lagoa Mirim, no Sul do Brasil. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gerenciamento Costeiro, Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

SILVA, Guilherme A. **Pescadores de Itaipu: notas sobre tradição e modernidade**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades. UFF. Niteroi, 2018.

SORJ. Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós modernidade. *In:* HOLLANDA, Heloisa B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 99-108.
SOUZA, Mauricio R. Por uma educação antropológica: comparando as idéias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

SOUZA, Suelen R.; RIBEIRO, Natália S.; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço da produção em teses e dissertações (2007-2017). *In:* MARTINEZ, Silvia; HELLEBRANDT, Luceni (Orgs). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil.** Campos dos Goytacazes, RJ : EDUENF, 2019, p. 21-50.

STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel. Epistemologias ecológicas: Delimitando um conceito. **Mana,** v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

STENGERS, Isabelle. **Une autre science est possible!** Manifeste pour un ralentissement des sciences. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/La Découverte, 2013.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes:** resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da dádiva:** problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura. Educação, Antropologia, ontologias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 27-38, jan./mar. 2016.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *In:* THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TSING, Anna. Margens Indomáveis: Cogumelos Como Espécies Companheiras. **Revista Ilha**, 17, n. 1, p. 177-201, jan./jul. 2015.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

WALTER Tatiana, *et al*. Conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais na zona costeira. *In:* Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil. MARTÍNEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (Orgs.). Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF, 2019.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.
WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, ano 7, p. 41-61, 1992.

ZAMBONI, Ademilson; DIAS, Martin; IWANICKI, Lara. **Auditoria da pesca: Brasil 2020**: uma avaliação intefrada da governança, da situação dos estoques e das pescarias. 1. Ed. Brasília, DF: Oceana Brasil, 2020.

ZHOURI, Andréa. A Re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil. **Ambiente & Sociedade,** v. 7, n. 2, p. 211-213, 2004.